



1290000343



TCC/UNICAMP P359t



Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia

CE 851 – Monografia II



**Transformações da Indústria e dos Serviços:
Região Metropolitana de São Paulo e Regiões
do seu Entorno (1989-2001).**

Aluno: Gustavo Peixoto – RA 001791

Professora orientadora: Dra. Maria Carolina de A. F.
de Souza

Campinas, Junho de 2003

Índice

1. Introdução	2
1.1. Da metodologia	9
1.2. Dos termos empregados	12
2. Uma revisão da concentração/descontração industrial em São Paulo ao longo do séc. XX	17
3. Análises das regiões	48
3.1. Região de Governo de Campinas	48
<i>Caracterização da Região de Governo de Campinas</i>	48
<i>Análise dos Grandes Setores</i>	51
<i>Análise da Indústria</i>	59
<i>Análise dos Serviços</i>	70
<i>Principais Municípios</i>	80
<i>Considerações Finais</i>	83
3.2. Região de Governo de Jundiaí	85
<i>Caracterização da Região de Governo de Jundiaí</i>	85
<i>Análise dos Grandes Setores</i>	90
<i>Análise da Indústria</i>	98
<i>Análise dos Serviços</i>	109
<i>Principais Municípios</i>	119
<i>Considerações Finais</i>	122
3.3. Região de Governo de Sorocaba	124
<i>Caracterização da Região de Governo de Sorocaba</i>	124
<i>Análise dos Grandes Setores</i>	126
<i>Análise da Indústria</i>	134
<i>Análise dos Serviços</i>	145
<i>Principais Municípios</i>	155
<i>Considerações Finais</i>	158
3.4. Região de Governo de São José dos Campos	160
<i>Caracterização da Região de Governo de São José dos Campos</i>	160
<i>Análise dos Grandes Setores</i>	165
<i>Análise da Indústria</i>	173
<i>Análise dos Serviços</i>	184
<i>Principais Municípios</i>	194
<i>Considerações Finais</i>	197
3.5. Região Metropolitana de São Paulo	199
<i>Caracterização da Região Metropolitana de São Paulo</i>	199
<i>Análise dos Grandes Setores</i>	203
<i>Análise da Indústria</i>	210
<i>Análise dos Serviços</i>	221
<i>Principais Municípios</i>	231
<i>Considerações Finais</i>	235
4. Conclusão	237
5. Anexos	242
6. Bibliografia	257

1. Introdução

A questão da desconcentração/concentração industrial está em voga há várias décadas, sendo fonte de estudo para diversos pesquisadores ao longo desse período. Esses processos estão diretamente ligados aos ciclos econômicos, principalmente à expansão do complexo cafeeiro e ao movimento de industrialização, dos anos 30 aos anos 80, que consolidou o parque industrial brasileiro. A partir disso, diversos fatores facilitaram a concentração da indústria e dos demais serviços no Sudeste, particularmente em São Paulo e, em grande parte, na Região Metropolitana de São Paulo (doravante RMSP).

No entanto, outros fatores, externos e internos, conduziram a um processo de desconcentração da mesma indústria, chamada por alguns autores como sendo a “reversão da polarização”. Mudanças, a partir dos anos 80 e mais intensamente nos anos 90, nos meios e métodos organizacionais das grandes empresas, abertura econômica e financeira brasileira, desmonte do Estado como elemento de integração e desenvolvimento das diferentes regiões e Estados da federação, guerra fiscal entre os Estados, etc., começaram a direcionar as empresas para o interior do Estado de São Paulo ou para outros Estados, além do que, realçaram a perda de dinamismo da RMSP frente às demais regiões.

Em alguns casos, houve um processo reverso, ou seja, uma reconcentração orientada pelos interesses microeconômicos das grandes empresas. Surgiram concentrações de caráter setorial/regional de muitas empresas que, alocadas de forma estratégica, buscavam vantagens competitivas.

Tais mudanças foram mais sentidas nas regiões industrializadas há mais tempo, por exemplo, a RMSP e as regiões do seu entorno. Isso pode ser justificado pela própria idade das plantas instaladas nessas regiões, pois por serem antigas, com equipamentos e linhas obsoletas e processos inadequados para os novos padrões produtivos adotados a partir dos anos 80, acabaram sendo as empresas mais atingidas do período posterior.

As discussões que estão no cerne deste trabalho referem-se a desconcentração industrial como fonte de mudanças da paisagem econômica das regiões analisadas, tipo de atividades predominantes nas regiões, número de estabelecimentos e nível de empregos, bem como possíveis mudanças na distribuição locacional das empresas (estabelecimentos) e empregos nos setores indústria e serviços e sua dinâmica nos

períodos de 89, 95, 99 e 2001 e se o setor Serviços conseguiu, com sua expansão, criar postos de trabalho suficientes para absorver a mão-de-obra oriunda da Indústria.

O Estado como um todo é composto por 13 Regiões Administrativas e 2 Regiões Metropolitanas, 39 Regiões de Governo, contendo 646 municípios, entretanto, o trabalho contemplará 5 regiões importantes e “conurbadas”: as regiões de governo de Campinas, Jundiaí, Sorocaba e São José dos Campos e a região metropolitana de São Paulo, a Grande São Paulo, que encerram em si 96 municípios, aproximadamente 15% dos municípios paulistas e configuram um núcleo de desenvolvimento centrado (“campo aglomerativo”) na grande São Paulo.



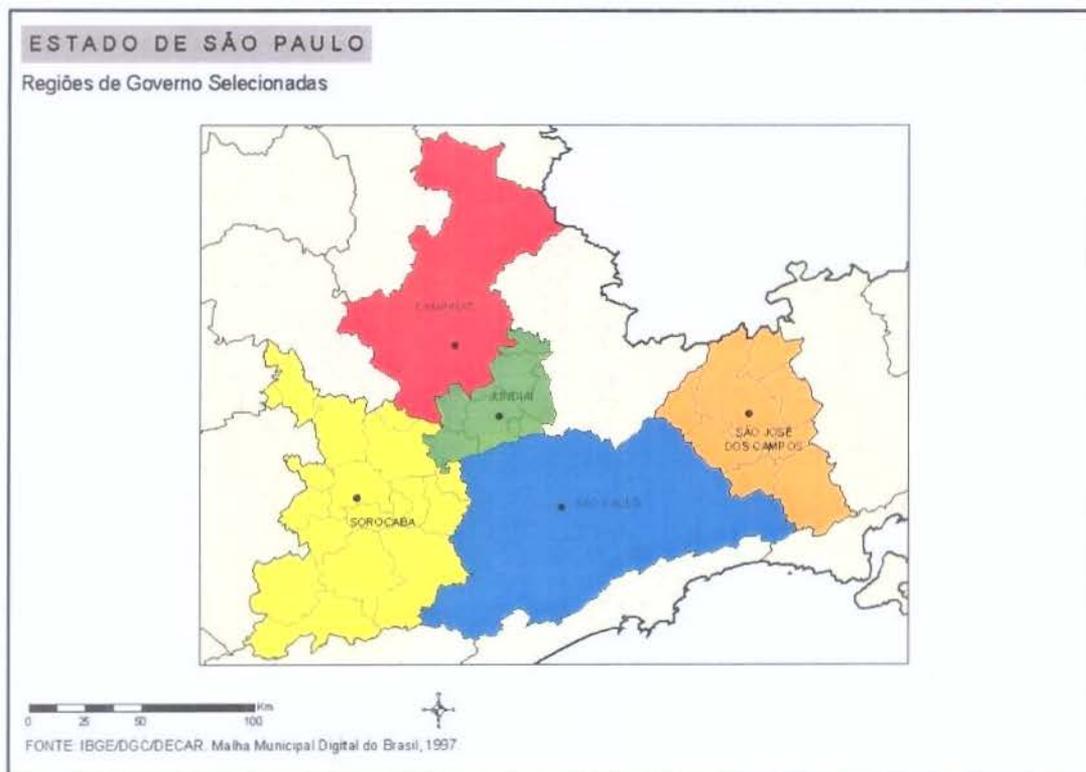
Para justificar a escolha de tais regiões, foram levados em conta diferentes aspectos conforme são explicitados a seguir.

Quanto aos *aspectos geográficos*, as 5 regiões estão dispostas do norte para o sul, região de governo de Campinas, de Jundiaí, Grande São Paulo, a oeste está a região

de governo de Sorocaba e a leste a região de governo de São José dos Campos. Essas regiões são circunvizinhas, criando um efeito de conurbação, no qual fica difícil a identificação dos limites de cada município, da prestação de serviços e dos mercados de trabalho, que se sobrepõem uns aos outros, criando fluxos de produtos, serviços, consumidores e fluxos migratórios pendulares diários de trabalhadores, que residindo em um dado município, percorrem muitos quilômetros, cruzando, até mesmo, vários municípios até o seu local de trabalho.

Os *aspectos logísticos* mostram que as regiões escolhidas são cortadas pelas principais rodovias do Estado, as quais conduzem a maior parte do PIB do país ao maior centro consumidor e aos canais de exportação (portos e aeroportos). Dentre as vias de ligação estão as rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares (ligação com o Oeste do Estado), sistema Anhangüera-Bandeirantes (ligação com o norte do Estado), sistema Dutra-Carvalho Pinto (ligação com o Vale do Paraíba e Rio de Janeiro), sistema Anchieta-Imigrantes (ligação com a Baixada Santista e o porto de Santos) e a rodovia federal BR-116-Regis Bittencourt, principal canal de ligação com o sul e o Paraná. Ademais, as 5 regiões são privilegiadas pelo fato de possuírem 3 terminais aeroportuários de importância regional e nacional, o aeroporto de Congonhas, um dos maiores em volume de passageiros, localizado em São Paulo, o aeroporto de Cumbica, localizado em Guarulhos e o aeroporto de Viracopos, um dos mais importantes terminais para transporte aéreo de cargas do país, localizado em Campinas.

Seguindo essa linha de posição logística privilegiada, essas regiões também estão inseridas no projeto do Rodoanel, que (quando concluído) desviará o tráfego pesado do centro da Grande São Paulo para um anel viário circunvizinho a cidade de São Paulo. Além de reduzir os problemas, como tráfego pesado (deterioração mais rápida das vias urbanas), poluição, congestionamentos, etc., possibilitará novos mercados para empresas de armazenamento e distribuição ao longo desse círculo que integrará as rodovias citadas e o desenvolvimento de cidades que hoje estão na periferia das regiões de governo e metropolitana analisadas. Todas essas ligações acabam ditando a dinâmica dos fluxos reais e nominais do que se pode considerar como sendo o coração econômico/financeiro do país, e produtivo, além do vínculo financeiro com a cidade de São Paulo, essa área está fortemente articulada tanto em nível produtivo, quanto em nível de consumo.



Quanto aos *aspectos econômicos*, em 89, essas 5 regiões detinham três quartos (75,14%) de todos os postos de trabalho formais dos grandes setores do Estado de São Paulo (Indústria, Serviços, Comércio, Agricultura e Extrativismo vegetal/animal), tendo uma pequena queda relativa de 4% do total daqueles empregos formais. Isso evidencia o peso que todos esses municípios têm com seus habitantes e a frágil relação que se firmou entre os municípios e as empresas estabelecidas neles com todo o processo de reestruturação dos anos 90, associado a guerra fiscal travada entre os municípios.

Regiões escolhidas/Estado - Empregados Grandes Setores				
	1989	%	2001	%
Indústria	2.309.188	78,56%	1.355.177	70,07%
Construção Civil	290.244	79,65%	225.172	74,63%
Comércio	715.481	68,97%	943.213	67,79%
Serviços	2.674.085	76,52%	3.248.306	76,46%
Agropecuária	20.775	15,22%	40.834	13,15%
Outros	176.980	67,80%	215	97,29%
Total	6.186.753	75,14%	5.812.917	71,01%

Quanto ao número de estabelecimentos formais, as regiões detinham em 89, 62,53% deles. Em 99, a participação dessas regiões no total de estabelecimentos formais do Estado havia caído para 57,09%. Isso justifica que as 5 regiões escolhidas para

análise perderam mais ou criaram um número de postos de trabalho inferior às demais regiões do Estado; o mesmo ocorreu com os estabelecimentos formais, ou perderam mais ou criaram-se menos estabelecimentos dentro da área escolhida para estudo.

Regiões escolhidas/Estado - Estabelec. Grandes Setores				
	1989	%	2001	%
Indústria	49.102	69,73%	50.813	63,74%
Construção Civil	7.682	54,43%	12.701	57,98%
Comércio	92.233	61,15%	147.571	58,52%
Serviços	101.004	62,82%	157.829	64,23%
Agropecuária	2.224	33,59%	7.756	12,87%
Outros	13.289	60,79%	41	89,13%
Total	265.534	62,53%	376.711	57,09%

Um outro aspecto que justifica a escolha dessas regiões é o fato delas serem constituídas de 2 pólos tecnológicos (Campinas e São José dos Campos), 2 pólos financeiro/administrativo, um nacional e um regional (respectivamente, São Paulo e Campinas) e 2 regiões que sofrem a influência direta das mudanças que ocorrem nas demais áreas (Jundiaí e Sorocaba).

Das análises realizadas, emergiram alguns problemas inerentes não só aos processos de concentração/desconcentração industrial, mas também em relação às mudanças estruturais-setoriais entre Indústria e Serviços.

Da dinâmica da desconcentração, pode-se identificar um processo de desconcentração mais relativo do que absoluto nas regiões analisadas. Não descartando a redução em termos absolutos do número de estabelecimentos industriais, a partir dos dados e de textos selecionados, as regiões escolhidas apresentaram mais uma perda do seu dinamismo, passando a criar menos postos de trabalho e estabelecimentos formais que as demais regiões do Estado, ocasionando desta forma uma desconcentração relativa dos mesmos.

No que se refere às transformações da estrutura industrial e de serviços, as mudanças ocorridas na economia brasileira a partir de 1990, acarretaram em um processo de modificações da composição de todas as “indústrias” e seus sub-setores. Setores menos competitivos foram praticamente tomados por empresas estrangeiras, montadoras ou importadoras da maior parte dos produtos aqui comercializados por elas. Sub-setores como a indústria de material elétrico e de comunicação, no qual está inserido o setor de informática, deram lugar preferencialmente à empresa estrangeira,

relegando à empresa nacional um caráter de prestadora de serviços ou de empresa “terceirizada” junto ao capital estrangeiro das grandes empresas, salvo casos em que a empresa nacional conseguiu conquistar alguns nichos de mercado.

Sub-setores como metalurgia e mecânica tiveram que se reestruturar rapidamente para não perder mercado, no entanto muitas dessas empresas ou foram adquiridas por empresas estrangeiras ou fundiram-se ao capital externo. Um outro exemplo foi o sub-setor têxtil e de confecções que passou por grande reestruturação nos anos 80 e hoje consegue ser competitivo em nível mundial, porém não sem menor custo social da perda de milhares de postos de trabalho formais, tornando-se mais intensiva em capital.

Alguns sub-setores dos Serviços passaram a ter maior importância como transporte, armazenamento, atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas, saúde e serviços sociais e ensino em detrimento dos serviços relacionados à intermediação financeira e alojamento e alimentação (a partir da análise dos dados da RAIS-Mte anos 89, 95, 99 e 2001).

O sub-setor de Intermediação Financeira sofreu um processo de reestruturação, que envolveu uma grande mudança na utilização de tecnologia bancária (telemática, equipamentos, teleatendimento, “cash dispensers”, “internet”, etc.) e favoreceu o aumento do desemprego/redução da necessidade de mão-de-obra no setor e atingiu todos os estabelecimentos bancários no país. Vale notar também que, o desemprego nesse caso foi um movimento estrutural e não conjuntural, uma vez que este setor sofreu não pela mudança nos mercados no qual está inserido, mas pela busca de estratégias microeconômicas das empresas do setor em tornarem-se mais lucrativas e mais competitivas.

O sub-setor de Atividades Imobiliárias (e Serviços Prestados às Empresas) teve um aumento significativo, em grande parte relacionado às formas de ocupação e atividades que as pessoas encontraram para subsistir e garantir um mínimo de renda necessária à sua manutenção e de seus familiares, como prestação de serviços, atividades de manutenção, atividades que nas grandes empresas foram terceirizadas (segurança, limpeza, alimentação, etc.) entre outras. Grande parte desses empregos estão alocados em grandes empresas de prestação de serviços (mais de 99 empregados formais), pois as atividades prestadas às empresas (GE's) são, em sua maioria,

intensivas em mão-de-obra e, quando associada a tipologia do SEBRAE, resultam em estabelecimentos de grande porte em diferentes atividades como segurança, fornecimento de refeições, limpeza e conservação, etc.

O aumento do sub-setor de Transporte e Armazenagem tem o seu incremento de nível de emprego justificado pela importância crescente que as atividades de logística passaram a ter para as grandes empresas. Dentro de uma lógica de integração produtiva, não somente comercial, a produção de bens finais passou a ser descentralizada, com subconjuntos sendo montados em locais diferentes, fornecedores trabalhando com sistemas integrados com as empresas do final da cadeia, redução dos níveis de estoques de todas as empresas da cadeia produtiva, etc. O rápido deslocamento de peças, partes, suprimentos e insumos passaram a ser fundamentais para o aumento de competitividade das empresas.

Os sub-setores de Saúde e Serviços Sociais, Ensino e Administração Pública são associados em grande parte ao emprego público através de escolas de ensino infantil, fundamental e médio, postos de saúde e hospitais municipais, além das próprias prefeituras e suas autarquias (empresas de coleta de lixo, de coleta de esgoto e distribuição de água potável. Ademais, toda a gama de profissionais liberais no âmbito privado e universidades particulares, somam-se ao total de empregados nestes sub-setores.

Uma mudança estrutural, em grande parte relacionada a redução dos postos formais de trabalho, foram as reestruturações que as grandes empresas realizaram internamente. “Downsizing”, “resizing”¹ e reengenharia foram alguns dos termos empregados para apontar a redução de níveis hierárquicos e do número de empregados, flexibilização do trabalho e conseqüente redução de custos das empresas em busca da tão almejada competitividade frente às empresas entrantes e as estrangeiras. Apesar do aumento do número de estabelecimentos formais, estes em sua grande maioria com até 19 empregados, não se conseguiu uma compensação dos empregos formais cortados pelas GE’s (a partir da análise dos dados da RAIS-Mte anos de 89, 95, 99 e 2001).

Do problema da intensificação da desigualdade entre os municípios, tivemos a desconcentração industrial atingindo de modo desigual os municípios (atingindo setores específicos, ou seja, mais prejudicados foram os municípios com um maior número de

¹ *Downsizing* – redução do número de postos de trabalho seja pela racionalização dos processos, seja pela redução dos níveis hierárquicos; *Resizing* – redimensionamento do negócio (tamanho e atuação).

empresas nesses setores), por outro lado, a guerra fiscal travada entre estes acabou tornando mais dramática a situação das finanças públicas, que em troca do estabelecimento de uma nova empresa, renunciam a arrecadação de impostos municipais e/ou estaduais.

Essas mudanças deram lugar a cidades desindustrializadas, chamadas de “cidades dormitório”, nas quais seus habitantes têm de procurar trabalho nas demais cidades da região, isso se não tiverem que mudar de região de fato, pois as distâncias (e seus custos) já não compensam os salários recebidos. Os governos, local, estadual e federal e entidades/associações comerciais e industriais passaram a patrocinar projetos de desenvolvimento local, buscando alternativas que gerem empregos e renda para contrabalançar os efeitos da desindustrialização e da perda de dinamismo econômico de seus municípios.

1.1. Da metodologia

Para a revisão da discussão do problema, foram escolhidos alguns trabalhos que se aprofundaram na discussão da problemática da concentração/desconcentração das atividades industriais no Brasil, dando maior ênfase ao problema no espaço geoeconômico paulista e em grande medida, ao entorno da Região Metropolitana de São Paulo. Procurou-se levantar dados para certificar a ocorrência ou não de uma desconcentração industrial que a anos vem sendo discutida por diferentes estudiosos e com diferentes enfoques.

Um outro trabalho que foi consultado é o livro do professor Carlos Américo Pacheco, “Fragmentação da Nação”, que trata de um possível bloqueio da desconcentração industrial não como resultado de mudanças dos “requisitos locacionais da terceira revolução industrial” (Pacheco, 1998:2), mas como fruto de mudanças dos interesses microeconômicos das grandes empresas e da fragmentação do Estado, alterando a lógica de integração do mercado nacional e os mecanismos de “crescimento solidário” entre as regiões (Pacheco, 1998:3-6).

Um outro trabalho consultado para elaboração da discussão acerca de concentração/desconcentração industrial foi o livro de Barjas Negri, “Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)”. Nesse texto, o autor busca, no processo de industrialização brasileiro, no desenvolvimento das atividades agropecuárias do interior de São Paulo e nas políticas industriais governamentais, as

explicações tanto para a concentração, quanto para a desconcentração industrial de São Paulo e da RMSP.

Ambos autores se basearam em trabalhos anteriores de Wilson Cano, além do que, foram orientados pelo próprio em suas teses de doutorado, por esse motivo, não foram utilizados os trabalhos daquele, porém a leitura dos textos “Raízes da concentração industrial em São Paulo” (Cano) e “Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995” (Cano), não deve ser deixada de lado.

Os anos escolhidos acabaram por se enquadrar, de modo incisivo, em momentos distintos da política econômica brasileira, 1989, 1995, 1999 e 2001. Em 89, momento em que a economia ainda era relativamente fechada, havia uma certa “proteção” do mercado das empresas domésticas do concorrente externo. Por um lado, essa “proteção” favoreceu as empresas industriais e de serviços da concorrência externa, por outro, gerou empresas ineficientes e de baixa competitividade, com altos custos e produtos de baixa qualidade.

O ano de 95 foi escolhido por ser um ano após a implantação do Real, refletindo os efeitos da estabilidade econômica e baixa inflação para os produtores nacionais e os estrangeiros aqui instalados. O ano de 99 foi escolhido por ser o momento em que novas mudanças ocorriam, como a depreciação do Real, a qual passou a favorecer o produto doméstico frente ao importado e incentivar as exportações dos produtos aqui fabricados.

E por fim, o ano de 2001, último ano de que dispunha de dados no momento em que a coleta dos mesmos era feita (2002), além de fechar o segundo sub-período de 6 anos. No final, ficou um período de 6 anos (1989-1995), um período de 4 anos (1995-1999), devido a disponibilidade da primeira pesquisa e mais um período de 2 anos (1999-2001), segunda pesquisa realizada para sistematizar dados mais próximos do ano corrente.

Os dois últimos sub-períodos podem ser considerados como um único de 6 anos. Não foi suprimido o ano de 1999 porque ele mostra uma inflexão na evolução do número e tipo de estabelecimentos, assim como do nível de emprego.

A metodologia utilizada para comparar as regiões escolhidas foi a sistematização dos dados disponíveis nos bancos de dados da RAIS-Mte para cada uma das regiões. A partir de tabelas envolvendo algumas variáveis importantes para o mapeamento do movimento do emprego formal, dos estabelecimentos formais e da renda média, foram

identificadas mudanças importantes na distribuição relativa e nos valores absolutos para cada setor da economia (Agropecuária, Indústria de Transformação, Serviços, Comércio e Construção Civil).

Para a introdução de cada uma das regiões, foram utilizadas informações retiradas dos relatórios do PRODER-Sebrae, elaborados pelo NEIT-IE (Unicamp), e sites como IBGE e Dieese para atualização de alguns dados. As análises, para cada região escolhida, foram divididas em Grandes Setores, Indústria (engloba a Indústria de Transformação e os Serviços Industriais de Utilidade Pública) e Serviços.

Foram incluídos no final de cada região uma mostra dos principais municípios, os índices de especialização da Indústria e dos Serviços e os indicadores sócio-econômicos dos municípios escolhidos, durante o período analisado, seguido de considerações finais sobre a região como um todo.

A análise dos Grandes Setores foi feita a partir das seguintes tabelas: empregados formais por grandes setores (valores absolutos e relativos); remuneração média por grandes setores; estabelecimentos por grandes setores; empregados por grau de instrução; empregados por porte do estabelecimento; remuneração média por porte do estabelecimento, etc.

Na análise da Indústria, será utilizada, daqui por diante, o termo Indústria para designar a Indústria Extrativa Mineral, as Indústrias de Transformação (*Indústria de produtos minerais não metálicos; Indústria metalúrgica; Indústria mecânica; Indústria do material elétrico e de comunicações; Indústria do material de transporte; Indústria da madeira e do mobiliário; Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica; Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas; Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria; Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos; Indústria de calçados; Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico; Serviços industriais de utilidade pública*) e os Serviços Industriais de Utilidade Pública como um todo.

As tabelas utilizadas para analisar este setor serão: empregados por sub-setores (absolutos e relativos); gráfico dos 5 maiores sub-setores (empregados absolutos); gráfico dos 5 maiores sub-setores (empregados relativos com as taxas de variações entre os períodos escolhidos); remuneração média por sub-setores; empregados por porte do estabelecimento (anos de 1989 e 2001; 1995 e 1999 estarão no anexo no final do

trabalho); estabelecimentos por sub-setores (absolutos e relativos); estabelecimentos por porte do estabelecimento (anos de 1989 e 2001;1995 e 1999 estarão no anexo no final do trabalho); gráfico dos 5 maiores sub-setores (estabelecimentos absolutos); gráfico dos 5 maiores sub-setores (estabelecimentos relativos com as taxas de variações entre os períodos escolhidos), etc.

Para os setores de Serviços, será utilizado o termo Serviços para designar todos os sub-setores envolvidos (*Instituições de crédito, seguros e capitalização – Intermediação financeira; Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico – Atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas; Transportes e comunicações; Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação; Serviços médicos, odontológicos e veterinários; Ensino; Administração pública direta e autárquica*).

As tabelas utilizadas para analisar este setor serão as mesmas utilizadas da Indústria: empregados por sub-setores (absolutos e relativos); gráfico dos 4 maiores sub-setores (empregados absolutos); gráfico dos 4 maiores sub-setores (empregados relativos com as taxas de variações entre os períodos escolhidos); remuneração média por sub-setores; empregados por porte do estabelecimento (anos de 1989 e 2001;1995 e 1999 estarão no anexo no final do trabalho); estabelecimentos por sub-setores (absolutos e relativos); estabelecimentos por porte do estabelecimento (anos de 1989 e 2001;1995 e 1999 estarão no anexo no final do trabalho); gráfico dos 4 maiores sub-setores (estabelecimentos absolutos); gráfico dos 4 maiores sub-setores (estabelecimentos relativos com as taxas de variações entre os períodos escolhidos), etc.

1.2. Dos termos utilizados²

A intenção nessa parte do trabalho é explicar alguns dos termos utilizados ao longo do trabalho evitando que se utilize notas de rodapé repetidamente para esclarecer os mesmos termos.

Vínculos empregatícios, número de trabalhadores/empregados formais: entende-se por *vínculos empregatícios* as relações de emprego, estabelecidas sempre que ocorre trabalho remunerado. São consideradas como vínculos as relações de trabalho dos celetistas, dos estatutários, dos trabalhadores regidos por contratos

temporários, por prazo determinado, e dos empregados avulsos, quando contratados por sindicatos.

O *número de empregos formais* em determinado período de referência corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivados. O número de empregos difere do número de pessoas empregadas, uma vez que o indivíduo pode estar acumulando, na data de referência, mais de um emprego.

Consideradas as informações disponíveis sobre vínculos empregatícios, são facultadas duas opções para mensurar a evolução do nível de emprego. A primeira refere-se à comparação de estoques (número de empregos) em determinado período. A segunda obtém-se pela diferença entre o somatório das admissões e dos desligamentos. Na pesquisa domiciliar só é permitida a primeira opção, enquanto que na RAIS é possibilitada, também, a segunda forma de cálculo.

Note-se, porém, que tal modalidade não é recomendada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em virtude de estudos sobre o tema terem demonstrado acentuado desequilíbrio na captação das informações relativas às admissões e aos desligamentos. Contudo, é importante ressaltar que embora o MTE adote a comparação de estoques em diferentes períodos, sugere cautela ao utilizar essa metodologia em domínios geográficos e setoriais menores.

Trabalhador celetista, avulso, temporário e por prazo determinado: o trabalhador celetista é aquele cuja relação de emprego é regida pela CLT, independentemente de o empregador ser do setor público ou privado. Trabalhadores avulsos são, conforme definidos em lei: estivadores, alvarengueiros, conferentes de carga ou descarga, vigias portuários, amarradores, trabalhadores avulsos do serviço de bloco, trabalhadores avulsos de capatazia, arrumadores, ensacadores de café, cacau, sal e similares e trabalhadores na indústria de extração do sal, na condição de avulsos, que prestam serviços por meio de sindicatos.

São definidos como trabalhadores temporários, regidos pela Lei nº 6.019, aqueles que prestam trabalho a uma empresa para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente, ou ao acréscimo extraordinário de serviço. Trabalhadores por prazo determinado, regidos pela Lei nº 9.601, são aqueles

² Informações obtidas no site www.mte.gov.br

que podem ser contratados por um período máximo de dois anos, desde que esse tipo de contrato tenha sido previsto em convenção ou em acordo coletivo

Remuneração média mensal em salário mínimo: a remuneração média mensal em salários mínimos é definida como a média aritmética das remunerações individuais no mês de referência, convertidas em salários mínimos, no período vigente do ano-base. Integram essa remuneração os salários, ordenados, vencimentos, honorários, vantagens, adicionais, gratificações, etc. Está excluída a remuneração do 13º salário.

Massa salarial: é o resultado do produto entre a remuneração média dos empregados em dezembro e o número de empregos existentes no dia 31 do mesmo mês. Nesse indicador, as informações são fornecidas em salários mínimos vigentes na época.

Estabelecimento: o levantamento da RAIS é feito em nível de estabelecimento, considerando-se como tal as unidades de cada empresa separadas espacialmente, ou seja, com endereços distintos. Vale ressaltar que as diversas linhas de produção de uma mesma empresa são consideradas em um único estabelecimento, desde que situadas no mesmo prédio.

Tamanho do estabelecimento: o tamanho do estabelecimento é determinado pelo número de empregos nele existente em 31 de dezembro do ano-base. Os estabelecimentos do tamanho zero são aqueles que, apesar de não possuírem empregados em 31 de dezembro, tiveram pelo menos um empregado ao longo do ano.

A partir de informações coletadas na Secretaria de Estado da Fazenda, verificamos que o *Valor Adicionado Fiscal* é um indicador econômico-contábil utilizado pelo Estado para calcular o repasse de receita do ICMS e do IPI dos municípios. O VAF de um município corresponde ao valor que se acrescentou (adicionou) nas operações relativas a circulação de mercadorias e prestação de serviços realizadas em seu território, em determinado ano civil. Corresponde, portanto, ao valor que, somado/adicionado ao valor de compra, resulta no valor de venda das mercadorias e serviços.

$$\begin{aligned} & \text{Valor de saída de mercadorias e serviços tributáveis pelo ICMS} \\ & \text{(-) Valor das entradas de mercadorias e serviços tributados pelo ICMS} \\ & \text{= Valor Adicionado Fiscal} \end{aligned}$$

Esse valor representa o movimento econômico e, com isso, o potencial que o município tem para gerar receitas públicas. Quanto maior o VAF municipal, maior é o índice de participação no repasse de receitas oriundas da arrecadação com ICMS e IPI Exportação.

Aqui vale ressaltar que movimento econômico é diferente de arrecadação. Na apuração da arrecadação do ICMS, considera-se o valor do imposto recolhido pelo Estado; na apuração do VAF, consideram-se todos os valores referentes a operações que constituem fato gerador de ICMS, mesmo que o recolhimento desse imposto não tenha ocorrido no respectivo território em virtude de diferimentos, isenções, imunidade e outros benefícios ou incentivos fiscais. Com isso, procura-se evitar que localidades, onde predominem operações com produtos cuja tributação esteja amparada por benefícios ou incentivos fiscais, não sejam prejudicadas na hora de calcular a parte que lhes cabe receita a ser repassada/distribuída pelo Estado.

A apuração do VAF dos municípios é feita com base nas declarações anuais das empresas estabelecidas nos respectivos territórios no programa DIPAM, que pode ser obtido nos sites das secretarias da Fazenda estaduais. Estas declarações geram o índice de participação de cada um dos municípios em relação ao Estado.

Índice de participação do município no VAF estadual = VAF total do município dividido pelo VAF do Estado

Índice VAF a ser aplicado no repasse de receita ao município no ano seguinte ao da apuração = Média dos índices de participação do município no VAF estadual nos dois anos anteriores ao da apuração.

Apura-se o VAF de uma empresa, subtraindo-se, do valor total referente às saídas de mercadorias e serviços tributáveis pelo ICMS, o valor total referente às entradas de mercadorias e serviços tributáveis pelo ICMS, no correspondente ano civil.

VAF do município = soma dos VAF de todas as empresas estabelecidas em seu território

VAF do Estado = soma dos VAF de todos os seus municípios

Simulação de apuração do VAF de uma empresa mineradora:			
Saídas		Entradas	
que constituem fato gerador do ICMS		que constituem fato gerador do ICMS	
Produto	Valor	Produto	Valor
Ferro gusa	1.800.000,00	Minério de Ferro	500.000,00
		Carvão	200.000,00
		Transporte	80.000,00
		Energia	20.000,00
Total	1.800.000,00	Total	800.000,00

VAF dessa empresa = 1.800.000,00 - 800.000,00 = **1.000.000,00**

Fonte: www.sef.mg.gov.br

No anexo estarão outras tabelas que não foram inseridas ao longo das análises de cada uma das regiões, não obstante, são muito importantes para visualizar o movimento do número de empregados e de estabelecimentos na Indústria e nos Serviços por porte do estabelecimento.

2. Uma revisão da concentração/desconcentração industrial em São Paulo ao longo do séc. XX

Para o tema central deste trabalho foram utilizados 2 textos principais, Negri e Pacheco, que tratam da desconcentração sob diferentes aspectos, porém, complementando-se. Uma breve explicação sobre cada texto foi feita na introdução deste trabalho, restando agora ir direto a cada um deles. Com relação ao desempenho industrial, foi utilizado Coutinho; para o grande crescimento do emprego e dos estabelecimentos em pequenas e médias empresas, foi consultada a tese de Doutorado de Souza. Ademais, foram utilizados 2 outros textos sobre a questão regional e heterogeneidade na região Sudeste.

Negri critica os modelos até então utilizados para a análise dos processos de concentração e desconcentração industrial. A crítica foi feita quanto à simplicidade metodológica utilizada (pautando-se de indicadores demográficos e sem grandes qualificações) e quanto à importação dos próprios modelos, uma vez que são aplicáveis às economias desenvolvidas e não levam em consideração as dimensões continentais do Brasil, salientando que a indústria passa por uma “polarização reversa”.

Utilizando-se em grande parte de estudos de dois outros autores, Negri revisa Azzoni e Diniz, porém ao resgatar seus pontos principais, têm seu destaque merecido por acrescentar aos estudos sobre concentração e desconcentração industrial, conceitos que ampliaram a gama de explicações para o fenômeno.

Negri faz uma grande contribuição ao associar estudos acerca de desconcentração/concentração industrial ao processo de industrialização ocorrida no país, desde a consolidação da indústria de bens assalariados e da incipiente indústria de bens de produção, a partir dos anos 20 (cimento e siderurgia), passando pela industrialização restringida, pela industrialização pesada e chegando ao II PND, chamada de industrialização desconcentrada (pós-70).

No texto, identificou-se um primeiro limite à desconcentração industrial. Esse movimento estaria limitado a algumas regiões de São Paulo e Estados mais próximos. Novamente, o autor ao citar Azzoni, procura explicitar os fatores determinantes das decisões locacionais da indústria (entendida como conjunto de empresas de todos os sub-setores da indústria de transformação, comércio e serviços), através dos chamados fatores aglomerativos que estariam relacionados aos custos/economias de aglomeração

representados nas economias de escala, nas economias de localização e nas economias de urbanização, vinculadas às decisões instalar uma planta produtiva neste ou naquele lugar.

As primeiras seriam todas as vantagens inerentes ao processo de produção e implicariam em reduções nos custos unitários com o aumento da produção. O segundo grupo, refere-se as vantagens internas a cada setor produtivo e as necessidades de estarem próximos a fontes de insumos, fornecedores ou mesmo, do mercado consumidor. O último grupo de vantagens refere-se às economias de urbanização, no qual estariam todos os custos inerentes às áreas centrais das grandes cidades e regiões urbanizadas, como custos imobiliários, custos logísticos, custos de mão-de-obra (sindicatos), etc.

Para esse autor, o desenvolvimento do entorno da RMSP está diretamente ligado à fuga dos custos de urbanização da região: a “desconcentração concentrada”, um processo que, “longe de constituir-se de um sinal de reversão da polarização, o fenômeno observado em São Paulo estaria mais próximo de um espraiamento das atividades industriais dentro da área mais industrializada do país” (Negri, 1996:17). Para ele, dentro de um raio de 150 Km, a partir da RMSP, as economias de aglomeração são praticamente equivalentes, facilitando o processo acima.

A partir desse conceito, consegue-se justificar a escolha das regiões escolhidas para estudo, pois todas as regiões de governo estão dentro de um raio de 150 Km a partir dos limites da RMSP, como Sorocaba, Campinas, São José dos Campos e Jundiaí.

Negri buscou em Azzoni, a justificativa para a perda de importância relativa da RMSP em relação ao restante do país, quando o desenvolvimento do interior teria compensado essa perda, pois para Azzoni o Estado como um todo é um único “campo aglomerativo” (quando uma região passa a exercer atração sobre atividades econômicas, neste caso, seria o entorno da RMSP e o interior do Estado). Negri aponta para algumas falhas, pois foram deixados de lado fatores microeconômicos como BE's, estruturas de mercado, concorrência, diversificação produtiva, etc. Também foi subestimado o investimento estatal como fator de desconcentração, sindicalismo, urbanização, desenvolvimento agrícola, exportações de manufaturados, entre outros, além de não conseguir explicar outros pólos de desenvolvimento regional como São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, fora do raio acima mencionado.

Revisando Diniz, Negri mostra um passo além sobre a teoria de Azzoni e passa a incluir outros elementos na explicação dos processos envolvidos como os movimentos cíclicos dos setores líderes em diferentes momentos históricos, os impactos do II PND na economia brasileira pós-80 e os investimentos em atividades que se utilizavam intensivamente de recursos naturais e energia, voltados à exportação.

Diniz, traz um conceito mais amplo que o de “campo aglomerativo” de Azzoni, o conceito de “desenvolvimento poligonal”. Este conceito passa a incorporar uma macrorregião muito maior que o entorno da RMSP, incluindo o triângulo mineiro, a região metropolitana de Belo Horizonte, cobrindo até a região nordeste do Rio Grande do Sul.

Nesse conceito são levadas em consideração a distribuição dos recursos naturais, o papel do Estado, a unificação do mercado nacional e suas conseqüências, as economias de aglomeração e, o que pode ser considerado mais relevante dentre todos os fatores quando da leitura do texto, a concentração da pesquisa e da renda. Esses são os maiores limitantes do processo de desconcentração industrial: “...este movimento estaria condicionado à existência de uma rede urbana dotada de serviços básicos, infraestrutura de ensino e pesquisa e alguma base industrial, além do maior nível relativo de renda destas regiões (Negri, 1996: 20)”.

A tendência de maiores investimentos em indústrias de alta tecnologia (pós-90), o fracasso das políticas regionais e o desaparecimento do investimento estatal, criaram condições para a redução ou reversão do processo iniciado pós-70 de desconcentração industrial.

Regiões com forte presença de atividades agrícolas (Campinas, Ribeirão Preto e Sorocaba), tiveram seu desenvolvimento autonomizado, associado ao desenvolvimento da agroindústria e de melhorias em suas redes de infra-estruturas. São Paulo, de qualquer modo, por mais que tenha passado por um processo de desconcentração, sua indústria continua líder na articulação com a indústria do resto do país, quer pela sua superioridade técnica, quer pela sua diversificação.

A maturação dos investimentos do II PND consolidou o modelo industrial da 2ª Revolução Industrial, baseado nos setores de metal-mecânica, química e elétrica pesada, no exato momento em que estava em curso um novo padrão de industrial-tecnológico que selaria a forma de inserção do Brasil no mundo manufatureiro.

As origens da concentração industrial em São Paulo remetem a existência de um mercado de trabalho assalariado, já desenvolvido no século XIX, com a introdução do imigrante como força de trabalho; aos capitais excedentes do complexo cafeeiro, financiadores de outras atividades correlatas (infra-estrutura, serviços e comércio); a geração de divisas, possibilitando a importação de máquinas e equipamentos e; aos mercados urbanos da indústria, que se desenvolvia a partir dos demais.

Nos anos de 1910, e subseqüentes, as diferentes regiões brasileiras passaram por diferentes processos de diversificação de suas indústrias (intensidade), consolidando a liderança do Sudeste e de São Paulo frente ao restante do país no processo de industrialização.

O Norte, com a produção de borracha, fortemente condicionada às exportações, foi prejudicado com o advento da primeira Guerra Mundial e com os produtos sintéticos substitutos do látex natural. Ademais, a região não possuía um mercado de trabalho importante, nem condições de estabelecer uma agricultura mercantil que complementasse um mercado urbano. Desse modo, prejudicou-se qualquer tentativa de desenvolvimento da indústria na região, diferente de uma produção de bens leves e de beneficiamento de madeira e outros produtos primários (extrativismo).

O Nordeste, com a produção de açúcar, algodão e pecuária, também não detinha condições de engendrar um processo de industrialização auto-sustentada, pois tanto o açúcar, quanto o algodão já tinham se tornado “commodities” e seus preços estavam em queda desde o século XVIII. A pecuária, apesar de gerar ocupação para uma grande quantidade de pessoas, sempre teve um caráter de subsistência e nunca possuiu fortes ligações mercantis com o restante do país.

O Sul, tinha sua economia basicamente atrelada a produção de produtos agropecuários em unidades de pequenos e médio porte, não fazendo frente a concorrência das grandes unidades produtoras de São Paulo.

Em São Paulo, desde o final do século XIX, até os anos 20, com uma média de 2/3 do valor das exportações totais do país, associadas às exportações do café, necessitava do desenvolvimento de uma infra-estrutura urbana, de transportes, serviços, comércio, capaz de movimentar todo esse “capital cafeeiro”. As políticas governamentais do período também favoreceram os demais Estados do Sudeste (não foram citados Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, mas eles se inseriram em

um contexto de desenvolvimento semelhante ao de São Paulo, porém em menor escala e “a reboque” desse), através de suas políticas fiscais, tributárias, cambiais, pois incentivavam e favoreciam os Estados cafeeiros.

A indústria desenvolveu-se como uma alternativa muito lucrativa nos períodos de crise do complexo cafeeiro, através de transferência de capitais de um setor para o outro, que foi amparado por um processo de expansão das ferrovias, portos, sistemas de comunicação, urbanização e imigração. Todos esses elementos foram os responsáveis por provocar “o deslocamento do eixo dinâmico de acumulação, do setor agro-exportador para o industrial” (Negri, 1996: 34).

A expansão das ferrovias foi a responsável pelo desenvolvimento do setor de material de transporte e por sua vez, do setor metalúrgico, em fins dos anos 20 em regiões como Sorocaba e Mairinque. Neste momento, também se expandiram as fronteiras agrícolas rumo ao Oeste Paulista, ampliando a produção mercantil de alimentos e insumos utilizados na industrialização.

Não menos importantes, desenvolveram-se os setores de comércio e serviços, sendo o financeiro, um setor de destaque do período. Outros setores com grande desenvolvimento foram os setores têxtil e alimentício, que seriam os mais tradicionais da indústria na economia brasileira ao longo de toda a sua história. Em 1928, esses setores detinham 50,0% do valor da produção do Estado de São Paulo (Negri, 1996: 36). As indústrias de bens intermediários, como a química, minerais não-metálicos e metalurgia também começavam a se desenvolver no período, alcançando 20,0% do valor da produção do Estado. Estes setores se desenvolveram nas regiões de Santos, Sorocaba, Campinas e Ribeirão Preto como reflexo da expansão cafeeira, ferroviária e das atividades que envolviam o atendimento da demanda urbana por bens de consumo, infra-estrutura, serviços, comércio, além da demanda industrial crescente.

No entorno da capital, instalaram-se as indústrias de maior complexidade e com maiores requisitos em termos de economias de escala e de aglomeração, nos municípios do ABC, Osasco e Caieiras, como fabricantes de peças de reposição e complementares (ao setor ferroviário), além de atividades auxiliares. Instalaram-se as indústrias químicas, metalúrgica, de material elétrico e gráfica (Negri, 1996: 48).

No período de 29 a 55, da industrialização restringida, com a diversificação da base produtiva, a ampliação da indústria de bens intermediários e de bens de consumo

duráveis/ de capital, São Paulo seguiu a frente dos novos setores que eram instalados e das novas empresas. Os setores tradicionais continuavam pujantes pelo próprio aumento de demanda do acelerado processo de urbanização de São Paulo por bens de consumo não-duráveis e alimentos.

Na região central da Grande São Paulo, desenvolviam-se empresas no setor de material de transporte para atender a produção agropecuária e a indústria. No período da II Guerra Mundial, São Paulo foi o Estado que mais sofreu, pela redução da capacidade de importar (redução de divisas), mas ao mesmo tempo, recuperou-se através da ocupação da capacidade instalada no parque fabril nos anos 20 (Negri, 1996: 67).

Nessa época, entre 39 e 56, configurou-se a região do ABC e iniciou-se o desenvolvimento da região de Campinas e a própria definição da metrópole paulista. Alguns dados podem indicar esse crescimento acelerado na RMSP, em 39, havia 5.478 estabelecimentos industriais e em 56, já atingia o número de 8.151 estabelecimentos e a quantidade de pessoal ocupado passou de 201,3 mil para 489,4 mil (aumento de 143,12%)³.

O final da década de 50 foi marcado pela implantação dos setores automobilísticos e autopeças no ABC, expansão da indústria mecânica (principalmente, máquinas-ferramenta e equipamentos pesados), indústria de material elétrico pesado e inclusive a indústria de bens de consumo não-duráveis, crescia a taxas superiores às do restante do país. Esse foi o reflexo do Plano de Metas para São Paulo e para o seu entorno, sem deixar de lado o papel do Estado como investidor pesado em setores de bens intermediários que apresentou crescimento significativo em São Paulo e em outras regiões do país.

Nos anos 60, a expansão da agropecuária e a sua exportação, estimularam a produção de máquinas e equipamentos destinados a essas atividades, produção de insumos, e pesquisa (Embrapa). Outra área que acabou catalisando a produção industrial (automobilística, petroquímica, etc.), foi a expansão viária e ferroviária (criação da DER e REFESA).

Os anos 70 foram marcados por um acelerado processo de urbanização que atingiu o Estado de São Paulo, superior ao ocorrido nos anos 60. Essa época foi marcada por um grande crescimento de cidades médias fora dos grandes centros. “A

³ Maiores informações ver Negri, 1996: 87-88.

população passa (passou) a concentrar-se proporcionalmente mais em torno dos grandes centros urbanos da região oriental do Estado, acompanhando sua maior modernização, diversificação e expansão agrícola e o desenvolvimento agro-industrial e a relativa 'descentralização' industrial, sobretudo nos eixos de penetração da via Dutra (até São José dos Campos e Taubaté), da via Anhangüera (até Ribeirão Preto), da via Washington Luis (até São José do Rio Preto) e da Rodovia Castelo Branco (até Sorocaba)" (Negri, 1996: 169).

Com isso, o setor primário perdeu importância relativa para os setores secundário e terciário da economia, com um incremento de empregos representando mais de 50,0% do aumento da PEA. Juntamente com o emprego, o PIB também passou por uma mudança, com o setor terciário atingindo 54,0% do PIB paulista em 1990.

Desde os anos 60, decorrente da deterioração da vida urbana na RMSP, os governos, federal e estadual, passaram a buscar alternativas de descentralização a fim de minimizar os problemas crescentes, sendo a elevação dos custos de aglomeração urbana um dos principais.

Criaram-se, no fim dos anos 60, grupos de trabalho para analisar os problemas e apresentarem diretrizes. Sugeriram criar distritos industriais e conceder incentivos fiscais e isto deveria ocorrer nos eixos de industrialização, acompanhados de uma política agrícola complementar.

Nos anos 70, chegaram (grupos de trabalho) a conclusão de que seria da competência do Estado a intervenção no processo de descentralização industrial, porque seria da natureza do processo industrial, a concentração.

Assim, foram elaboradas políticas de interiorização⁴ do desenvolvimento exatamente nos eixos que foram tomados como justificativa dessa monografia, as vias Anhangüera, Castelo Branco e Dutra, fora à via Washington Luis. Os principais pontos seriam urbanização e desenvolvimento regional levando em conta a hierarquia municipal-urbana e suas inter-relações; o governo promoveria o desenvolvimento "harmonioso das diferentes regiões"; atuaria sobre grupos de cidades mais afastadas e isoladas do entorno da capital e; definiria estratégias para áreas em diferentes graus de desenvolvimento e urbanização. Nesse momento, a criação da Rodovia dos Bandeirantes e dos Imigrantes foram fundamentais para esse processo de

⁴ Maiores informações ver Negri, 1996:170-180.

descentralização da indústria. A maior parte dos incentivos estaduais efetivos de descentralização industrial se deu no plano de expansão e melhoria da malha viária partindo da capital.

O II PND foi claro em suas diretrizes de não desenvolver mais as regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, direcionando os novos investimentos para o restante do país, em regiões próximas das fontes de insumos ou dos canais de exportação.

Até início dos anos 90 (fim do governo Quéricia), os investimentos se deram na infra-estrutura viária e os incentivos consistiam em priorizar novas ocupações industriais ao longo dos eixos de penetração anteriormente mencionados. Foi nesse momento que os municípios passaram a usar de diversos expedientes para atrair investimentos industriais. “...As prefeituras municipais – que, sem estrutura técnica, administrativa, nem financeira, assumiram para si tarefas bem acima de suas possibilidades, com o que passaram a financiar as políticas de atração industrial para seus municípios” (Negri, 1996:175).

Incluem-se também o fomento municipal com finalidade industrial sem possuir os recursos necessários. Isso redundou na guerra fiscal travada entre os municípios, e em maior grau, entre os Estados, além de agravar ainda mais as situações financeiras, municipal e estadual.

Negri critica os estudos realizados em fins de 60 e primeira metade dos anos 70, pois o movimento de desconcentração não precisaria da atuação do Estado, pois os próprios indicadores dos censos do período já apontavam para o aumento da importância do interior frente a RMSP, principalmente no período do milagre econômico.

A legislação para contenção da ocupação industrial em áreas de proteção ambiental foi promulgada após o grande crescimento do “milagre”, ou seja, as grandes transformações industriais já haviam se processado, sendo em grande parte ineficaz. Expedientes tributários para atrair investimentos industriais não foram utilizados pelos governos estaduais até início dos anos 90, mostrando que não foi através da via tributária que se deu o movimento de descentralização da indústria.

O Estado de São Paulo apenas executava as políticas urbanas federais, não criando nenhum mecanismo próprio para análise e resolução dos problemas encontrados no Estado. Nesse momento, os municípios já começavam a atrair novos investimentos

através da renúncia fiscal sem levar em conta seus custos/benefícios. Juntamente com a descentralização da indústria, foram descentralizados os problemas urbanos, como forma do Estado fugir às suas responsabilidades.

Essas são algumas das críticas que Negri faz ao movimento de descentralização industrial. Abaixo, tem-se alguns fatores impulsionadores desse mesmo movimento, que foi mais autônomo que orientado pelos governos envolvidos.

Alguns fatores apontados por Negri para explicar a interiorização da indústria paulista foram, a legislação (citada anteriormente) promulgada no início dos anos 70, que restringiria a ocupação dos solos, áreas de mananciais e protegeria o ambiente; os planos de desenvolvimento para cidades médias, foi um exemplo de investimentos pesados em alguns municípios como Campinas, Jundiaí, Sorocaba, São José dos Campos, Americana, São Carlos, Piracicaba, entre outros, que os tornariam capazes de receber investimentos industriais de vulto; a modernização da agropecuária e dos seus processos produtivos, que passaram a depender mais de máquinas, equipamentos e insumos básicos; Pró-Álcool, exportação de manufaturados e produtos agro-industriais; investimentos estatais (II PND) acabaram por ampliar a produção de insumos e bens de produção em áreas do interior (exemplo, construção da Replan em Paulínia) e investimentos em ciência e tecnologia (ITA, EMBRAER e ENGESA em São José dos Campos e Unicamp e CPqD em Campinas), que dariam o título de pólos tecnológicos para as regiões de Campinas (eletrônica, informática e telecomunicações) e a região de São José dos Campos (materiais bélicos e aeroespaciais)⁵ e por fim, o aumento das deseconomias de aglomeração, como a elevação dos custos de transporte, seja de carga ou de passageiros, abastecimento de água e coleta de esgoto e lixo, a piora da qualidade de vida nas grandes cidades.

Tudo isso serviu de incentivo às grandes empresas em estabelecer novas plantas industriais no interior do Estado, ampliando a modernização e diversificação da indústria e acelerando o processo de interiorização da indústria (exemplos Caterpillar, Volkswagen, GM, 3M, IBM, Pirelli, Villares, etc.). O interior em grande parte, continua sendo o líder nas atividades industriais voltadas à agroindústria (produção de máquinas e equipamentos) e na produção agropecuária.

⁵ Maiores informações ver Negri, 1996:188-190.

Algumas conclusões de Negri: a desconcentração da indústria se deu pela própria expansão agropecuária, pelas mudanças nas relações econômicas e sociais entre as cidades de diferentes tamanhos e pelo desenvolvimento da vida urbana no interior. Para isso levou-se em conta a expansão ferroviária, seus ramais e oficinas, o processo de industrialização sustentada na atividade cafeeira, a diversificação da agricultura, a proximidade de fontes energéticas, etc. O II PND constitui-se em um divisor de águas, que passou a direcionar os novos investimentos para regiões fora do Estado de São Paulo. Além disso, o desenvolvimento do complexo sucro-alcooleiro do interior de São Paulo, o desenvolvimento de P & D nas regiões de Campinas e São José dos Campos e as políticas restritivas para a RMSP, foram algumas das responsáveis pela perda do dinamismo da metrópole e pela desconcentração industrial dessa região.

Pacheco analisa em seu texto (Pacheco, 1998) a desconcentração industrial relativa pós-80, seus determinantes e a possibilidade de reversão ou mesmo a contenção do movimento a partir de algumas regiões que, no momento de estagnação econômica, conseguiram crescer. O autor deixa claro nas primeiras linhas de seu trabalho o problema central: a “ausência de uma referência nacional capaz de se colocar como horizonte digno e solidário de crescimento econômico” (Pacheco, 1998:15).

Para Pacheco, os anos 80 trouxeram novamente à tona a temática da crise do federalismo e das desigualdades regionais, porém sobre uma nova roupagem, diferente daquela dos anos 50/60 (preocupavam-se com as regiões Nordeste e Norte). Ele deixa explícito que o desenvolvimento econômico brasileiro é “fragmentado” e “heterogêneo”, apontando para a existência de ilhas de desenvolvimento apoiadas em atividades específicas e dinâmicas voltadas para os novos requisitos de um mundo muito mais rápido, em termos de transformações produtivas, financeiras e mercadológicas.

Pacheco critica os estudos que se preocupam unicamente em explicar a desconcentração produtiva e a reversão do processo como fruto da terceira revolução industrial e como resposta à abertura econômica e reestruturação produtiva, associadas às estratégias das grandes empresas transnacionais.

A partir dos anos 80 (e 90), os novos requisitos produtivos não necessitavam de uma integração nacional-produtiva ou de um mercado interno desenvolvido, porém a integração nacional não foi substituída por movimento individual das regiões em

relação à integração com o mercado internacional. Associado a isso, a crise financeira do Estado levou a conseqüente supressão das políticas de desenvolvimento regional favorecendo ainda mais este processo de heterogeneização e desarticulação do desenvolvimento econômico das regiões.

Pacheco fez uma revisão de Oliveira, em sua definição de região como uma área que englobaria certas “especificidades da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a estas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e conflito social em escala mais geral” (Pacheco, 1998:23) e criticou o próprio, pois mesmo uma região subordinada a uma dinâmica de acumulação geral, não necessariamente tende a se homogeneizar, pois existem articulações e relações de complementaridade que não são diluídas sob o processo mais geral de acumulação (Pacheco, 1998:23-27).

Também foi consultado Cano, que seguiu mais a orientação de Furtado, a qual associava os diferentes graus de desenvolvimento econômico à redução da participação das exportações na composição da renda frente à crescente participação das atividades cafeeiras e a crise de 29 seria a chave para a integração regional, pois somente a expansão das atividades econômicas substituiria os interesses regionais, através da integração dos mercados e quedas das barreiras comerciais entre as regiões.

Tal integração se daria de modo gradual, porém não menos competitivo, no qual no primeiro momento ocorreria “dominação do mercado de mercadorias” e em segundo, “acumulação do capital produtivo” (Pacheco, 1998:40), que seria o período pós-50 com a industrialização pesada instalando-se em São Paulo. Posteriormente a 62/67, a forma mais desenvolvida desse processo, com a indústria pesada e a de bens de consumo duráveis instalando-se na RMSP, acabaria por dominar a acumulação em nível nacional e ampliaria a dicotomia entre a periferia e o pólo (RMSP).

Nessas décadas, a expansão da economia se deu em um contexto de integração, entendida como subordinação das economias regionais a uma acumulação em termos nacionais, favorecida pela política econômica. Uma síntese para esses movimentos seria a passagem de um “momento de articulação comercial ... para um período de integração produtiva” (Pacheco, 1998:43).

Atualmente, o problema regional brasileiro é muito mais associado à competição na integração internacional devido à fragmentação dos interesses econômicos e à crise

financeira e tributária do Estado. Juntamente com essa mudança da problemática regional, encontram-se as mudanças na estrutura produtiva com vistas mais na inserção internacional do que na complementaridade inter-regional. Assim como Negri, Pacheco também cita a guerra fiscal como elemento incitador dessa fragmentação, porém, ele questiona até onde vai essa influência da guerra entre Estados e municípios.

Os determinantes que Pacheco enfatiza são, principalmente, o impacto dos anos 80 e suas políticas de ajuste. Para ele, também é imprescindível a análise dos desequilíbrios regionais nos diferentes momentos históricos da economia brasileira. Uma periodização feita pelo autor merece ser destacada:

- ⊗ De 30 a 60, período caracterizado por articulação comercial
 - Aumento do fluxo inter-regional de mercadorias;
 - Liderança da indústria paulista;
 - No contexto internacional, protecionismo que se refletia na baixa competição regional.
- ⊗ Pós-50,
 - Aumento da indústria do Sudeste (produção e VTI em relação ao resto do país);
 - Aumento da competitividade;
 - Queda da indústria do Nordeste.
- ⊗ Entre 60-70,
 - Integração mercado nacional (bens de capital e de consumo duráveis em SP);
 - Articulação comercial;
 - Integração produtiva (pol. incentivos Norte/Nordeste).

Até final dos anos 70, São Paulo somente aumentou sua participação no PIB, chegando a 40,2% PIB e caindo desde então, chegando em 95 com 33,8%. Parte desta desconcentração deveu-se também à expansão das fronteiras agrícolas (Paraná e Centro-Oeste).

Concomitantemente, nos anos 70, houve um forte processo migratório rumo ao Sudeste, em particular, a São Paulo, originado no Norte, Nordeste e Minas Gerais.

O período do “milagre econômico” favoreceu os setores de bens de consumo duráveis e a construção civil, através das políticas e reformas implementadas, porém, criou-se um dilema na expansão da economia baseado nos duráveis de consumo⁶.

Foi nesse momento que a indústria automobilística expandiu sua capacidade instalada e tivemos o início da interiorização do desenvolvimento, deslocando os investimentos desse setor, da cidade de São Paulo, para o ABC (anos 60) e depois para o Vale do Paraíba e para a região de Campinas/Piracicaba (anos 70).

Uma idéia que a sistematização dos dados (RAIS-TEM) permite vislumbrar foi a de que não houve deslocamento físico de empresas já instaladas, desse modo, a desconcentração teve mais um caráter relativo do que absoluto. Em Pacheco, a resposta foi que “o processo de desconcentração produtiva, no caso brasileiro, tem muito pouco de traslado de plantas ou de sucateamento de antigas áreas industriais. Consiste, na verdade, da instalação das ‘segundas plantas’ das grandes empresas já instaladas na RMSP (Pacheco, 1998: 59)”.

As análises, segundo Pacheco, devem ser balizadas a partir das matrizes de investimentos industriais de cada período:

- “Milagre” (68-73) – Bens de consumo duráveis, complexo metal-mecânico;
- II PND (74-79) – Bens intermediários e bens de capital e;
- Ajuste externo (80-89) – bens intensivos em recursos naturais, agropecuários e químicos.

O II PND foi um divisor de águas na medida em que a conjuntura externa tornou-se desfavorável, havia crise no balanço de pagamentos, elevação da inflação, entre outros fatores, o governo utilizou-se de investimentos pesados no SPE para assegurar o crescimento do período anterior. Como resultado, houve deslocamento do investimento privado, do investimento em bens de consumo duráveis e na desconcentração dos novos investimentos.

Ademais, o II PND teve como objetivos estratégicos, a integração e ocupação do território, a redução do peso político de São Paulo e a redução das desigualdades regionais. O objetivo de promover a desconcentração industrial foi alcançado, no entanto, o interior de São Paulo teve sua participação econômica ampliada, compensando em parte a queda da RMSP (instalação da indústria automobilística no

⁶ Maiores informações ver Pacheco, 1998: 57-8

interior, refinarias, Pró-Álcool, agricultura para exportação, etc.). Entretanto, o crescimento das demais regiões era complementar ao mercado de São Paulo, pois dependiam de seus mercados de insumos, bens de capital e consumo de produtos finais (Pacheco, 1998: 72).

As décadas de 80 e 90 oscilaram entre períodos curtos de recuperação e outros de retração/estagnação econômica. Somam-se a isso, o esgotamento do padrão industrial norteador da economia brasileira desde os anos 50, a crise de dívida (e seu ajuste externo) e a aceleração da inflação. O período também foi marcado pelo aumento do desemprego e das ocupações precárias.

Em 1990, ocorreram alguns choques, sendo a abertura comercial e a ausência de uma política industrial as marcas mais profundas do Governo Collor. Reforma aduaneira, reduções de sobretaxas e adoção de regimes especiais de importação, favoreceram a elevação brusca das importações. A falta de articulação dessas medidas com políticas industriais setoriais infligiram uma grande desarticulação das cadeias produtivas nacionais, com a substituição de fornecedores nacionais por importações ou mesmo de cadeias produtivas inteiras, que não foi interrompida no governo de Fernando Henrique Cardoso (94-2002).

Esse governo conseguiu a estabilização da moeda através da ancoragem cambial (em relação ao dólar), o que promoveu um aumento do consumo e tornou ainda mais frágil a situação das contas externas brasileiras, pois passou a depender da entrada de capitais para dar continuidade a essa estabilidade ao mesmo tempo em que o mundo estava em um forte processo de globalização financeira, com aumento da volatilidade e predomínio dos investimentos financeiros sobre os produtivos.

Os investimentos realizados em setores agro-alimentares e de bens intermediários não foram capazes de engendrar um novo padrão macroeconômico sustentável da articulação da indústria, apesar de ter promovido a desconcentração dos novos investimentos.

Os diferentes desempenhos econômicos deveram-se às “especializações” industriais de cada região e as conjunturas a que tiveram de se submeter nos anos 90. Regiões predominantemente assentadas em setores de bens de consumo duráveis sofreram maior retração; regiões predominantemente com setores de bens de consumo

não-duráveis sofreram menor retração e; regiões com grande concentração de produção de bens intermediários (exportáveis), praticamente, não sofreram grandes alterações.

Entre 80 e 1994, as grandes empresas começaram seus processos de reestruturações produtivas em diferentes níveis, pois passaram a sofrer a concorrência externa via diferencial de competitividade.

Nos anos 80, a GE's deram início a redução dos investimentos produtivos ao mesmo tempo em que começaram a realizar investimentos financeiros (receitas não-operacionais), redefinir seus mercados de atuação e reestruturar seus processos produtivos (Pacheco, 1998: 108).

As empresas preocuparam-se com a racionalização de suas plantas e processos, com modernizações pontuais, com terceirizações de atividades de apoio, novos métodos organizacionais, produção flexível (padrão "toyotista") e o que é claramente verificado nos dados da RAIS, o aumento da importância dos serviços de logística (transporte e armazenagem), resultando em uma grande diferenciação intra-industrial e intra-setorial.

Quanto ao aumento da importância dos serviços logísticos, o autor descreve esse movimento dos serviços em função da indústria como sendo "visíveis as conseqüências deste rearranjo da produção e das novas estratégias empresariais na dimensão regional do desenvolvimento. Em nenhum outro momento as questões de logística assumiram uma importância tão grande. Os exemplos são muitos, embora diferenciados setorialmente: corredores de exportação/importação; questão portuária; custos de transporte; proximidade com mercado finais; proximidade com fornecedores; integração entre as etapas de montagem final e conseqüente responsabilidade dos próprios fornecedores; etc. Além disso, como mostramos na seqüência, a focalização das atividades adquiriu um novo significado em termos do ajuste intrafirma da grande empresa, referido às plantas industriais já existentes e sem necessariamente novas inversões, trazendo sensíveis alterações na dimensão do que produzir e onde produzir (Pacheco, 1998: 114)".

Assim como Negri, Pacheco também concorda com uma "desconcentração concentrada", na qual o interior de São Paulo tornou-se mais importante relativamente a RMSP. A desconcentração levou à interiorização da indústria rumo a Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba e Santos e conseqüentemente, aos seus entornos. Também compartilha de alguns fatores de desconcentração como: ajuste

exportador dos anos 80 (agroindústria); investimentos estatais (II PND); desenvolvimento de centros de pesquisa no “interior” (pólos de tecnologia em Campinas, possibilitando a instalação do complexo eletrônico na região e em São José dos Campos, possibilitando o desenvolvimento da indústria aeronáutica); restrições ambientais na RMSP; deseconomias de aglomeração; etc.

Dentre os setores que sofreram impacto direto dos incentivos e investimentos públicos, podemos citar a indústria química (na forma de instalação de refinarias fora da RMSP), a indústria de papel e celulose (exportação e fora do Estado de São Paulo), a indústria siderúrgica (novas plantas fora do Estado de São Paulo) e a indústria de minerais não-metálicos (produção de cimento próximas às áreas em maior processo de urbanização) (Pacheco, 1998: 136-143).

A indústria de bens de consumo leve também aportou seus novos investimentos ou em direção à região Sul ou à região Nordeste. Os setores de bens de consumo duráveis ainda encontram-se fortemente concentrados na RMSP, enquanto que a produção de materiais e equipamentos eletro-eletrônicos concentra-se na Zona Franca de Manaus (Pacheco, 1998: 144 e seguintes).

No caso da indústria automobilística, o caso da instalação da Fiat em Minas Gerais foi tomado como exemplo das novas estratégias das GE's instaladas no país nesse setor. A Fiat, juntamente com o governo mineiro, através de políticas e incentivos, mudaram a forma de produção até então aplicadas no país. Adotando o novo padrão flexível antes das demais montadoras, a Fiat trouxe para o seu entorno, seus fornecedores, seja através de plantas produtivas, seja através de armazéns (estoques logísticos dos fornecedores) o que reduziu custos no seu processo produtivo. Lembrando, tudo isso se deu em um novo contexto de “global sourcing”, no qual tanto as montadoras, quanto os fornecedores de autopeças, tiveram de se adaptar aos novos padrões mundiais para conseguirem se estabelecer como fornecedores globais dos grupos industriais onde estão inseridos.

Em hipótese formulada por Pacheco e Negri, os seguintes pontos foram tomados como determinantes da desconcentração industrial relativa a RMSP: desde os anos 70, aumentou o investimento fora de São Paulo (MG, NE e S); II PND, com prioridade de investimento para fora de São Paulo; a mudança organizacional nas empresas, e; racionalização das atividades e mix de produtos entre plantas instaladas na RMSP e fora

dela (ausência de sucateamento das plantas metropolitanas). Disso, tais autores questionam qual a dimensão do ajuste das empresas com relação a externalização de parte de suas atividades produtivas e serviços e sobre o seu mix de produtos e linhas de montagem, pois isso teria impacto direto na desconcentração industrial.

Nos anos 80/90, houve uma sensível queda do emprego e aumento da terceirização nas grandes empresas e como tendência, as grandes empresas mantiveram na RMSP as suas linhas de maior conhecimento tecnológico (mão-de-obra qualificada), transferiram seus centros administrativos para o entorno da RMSP e realizaram investimentos fora da RMSP.

Novamente, é relido Azzoni com a idéia de economias de aglomeração (conduzindo a concentração) e deseconomias de aglomeração (conduzindo a reversão da polarização), associada diretamente a custos no estabelecimento de plantas nesse ou naquele local. Também é citado Negri, em sua leitura de Azzoni e Diniz, reiterando a concentração da pesquisa e da renda como determinantes de alocação de atividades intensivas em conhecimento, assim como ter acesso ao consumo de massa.

A desconcentração teve um caráter muito mais estatístico, devido à queda muito acentuada da produção paulista e não pelo crescimento da produção das demais regiões durante os anos 80 (Pacheco, 1998: 219).

A questão regional é um desdobramento do desenvolvimento capitalista e da configuração de padrões de divisão do trabalho. O que é chamado de desconcentração não deve ser considerado não como uma reversão da polarização, além do que, a sua dimensão é pífia. Na desconcentração, devem ser levados em conta os processos históricos de cada uma das regiões e os impactos das políticas econômicas ao longo dos anos sobre cada uma das regiões.

Está em curso uma possível fragmentação da economia nacional, surgindo novas formas de articulação econômicas, no entanto, São Paulo não perdeu a liderança deste processo, nem as articulações com as demais regiões.

Pacheco considera o II PND, e suas políticas, o elemento que confere coesão à sua obra, atuando sobre o processo de desconcentração industrial na RMSP. Entretanto, a crise dos anos 80, conduzindo a uma queda dos investimentos, foi um fator contrário a desconcentração, juntamente com a falência do Estado, que não consegue mais sustentar políticas regionais de incentivos à indústria (Pacheco, 1998:227-8).

A diferenciação e a especialização das regiões estão relacionadas às transformações das estruturas produtivas em cada região e aos impactos diferenciados da crise dos anos 80. Tudo isso possibilitou o surgimento de ilhas de prosperidade em meio a estagnação na qual o país se encontrava.

A solução foi a especialização de cada região, seja na manufatura, seja na agricultura, criando uma maior complementaridade entre as regiões e ampliando o comércio inter-regional. Isso aumentou a heterogeneidade intra-regional, pois apesar de ter havido uma convergência da renda per capita entre os Estados, aumentou a desigualdade na distribuição intra-regional.

Em todo esse contexto, passou-se a dar mais atenção para áreas específicas, como novos distritos industriais, sistemas produtivos locais e a implantação de pólos tecnológicos, resultando em saídas individuais para cada uma destas microrregiões que conseguiram deter atividades dinâmicas vinculadas ao mercado externo e deixando em último plano o desenvolvimento regional (Pacheco, 1998: 238-242).

Como resultado, o autor conclui que as regiões/áreas continuam na busca por alternativas localizadas (desenvolvimento local), o que só ampliaria a heterogeneidade intra-regional. Somado a isto, a abertura realizada no início dos anos 90, empurrou as grandes empresas a um maior ajustamento microeconômico. Para o futuro, o autor espera a ampliação das desigualdades regionais e o início de uma fragmentação da nação, ambos endossados pela ausência do Estado e políticas regionais de desenvolvimento. Quanto aos fatores que conduziram a desconcentração, estes não diferem muito dos fatores anteriormente apresentados no trabalho de Negri.

Neto inicia sua análise (Neto, 1995) apresentando diferentes formas sob as quais a desconcentração industrial surgiu. A primeira seria a desconcentração inter-regional, na qual a região Sudeste perdeu posição relativa para regiões menos desenvolvidas economicamente. Em 1970, possuía uma participação de 65,5% no PIB total, em 1985, essa participação caiu a 59,1%. Se analisarmos a evolução das participações regionais no PIB industrial, a mudança foi ainda mais evidente (Neto, 1995: 13).

Uma segunda forma de desconcentração é a desconcentração intra-regional, mais notada em regiões como maiores níveis de renda. Por exemplo, São Paulo saiu de 39,4% do PIB, em 1970, para 35,4% em 1985. Novamente, as mudanças na região Sudeste foram menores que as mudanças identificadas na região Sul, por exemplo.

Entre 70 e 85, houve uma convergência entre os produtos *per capita* estaduais em relação à média nacional, devido ao período de aceleração da economia brasileira (70-75) e mesmo durante o período de estagnação econômica (80-85), indicando que as regiões mais industrializadas (e ricas) cresceram menos do que as regiões menos industrializadas (e pobres) no período de expansão da economia e desaceleraram mais no período de retração da economia.

A terceira forma de desconcentração é a intra-estadual, onde Estados e regiões do seu interior passam a adotar novas articulações econômicas. A RMSP, em 1970, detinha 43,4% do VTI (valor da transformação industrial) do país e em 1985, essa parcela foi reduzida a 29,4% do total.

O autor toma como um indicador de peso a distribuição da grande empresa no território. O Sudeste possuía em 1975, 80,3% das grandes empresas; em 1990, tal participação chegou a 68,2% do total de grandes empresas. Essa desconcentração se deu não somente em termos de empresas por porte mais também por faturamento e por receita.

Ademais, os centros de decisões dos grandes grupos econômicos instalados no país continuam concentrados no Sudeste, enquanto suas operações se desconcentraram. Isso é explicado pelo processo de integração produtiva, cujas decisões estratégicas e de desenvolvimento são concentradas, apesar da desconcentração produtiva (Neto, 1995: 19).

Evitando a repetição dos mesmos elementos que favoreceram a desconcentração, citados anteriormente (na revisão de Negri e de Pacheco), como a expansão das fronteiras agrícolas e das atividades industriais correlatas (agroindústria), dos investimentos do II PND e do ajuste realizado nos anos 80, ficou patente a elevação de outras regiões e Estados do ponto de vista produtivo em detrimento do Sudeste e de São Paulo (Neto, 1995: 20-21).

Segundo Neto, e não somente identificado por ele, nos anos 90, verifica-se forte processo de modernização como: terceirização, importação de componentes, melhoria da qualidade e aumento da competitividade internacional.

O autor destaca o aumento das relações com o exterior, seja através de exportações, seja por meio de importações. Desde os anos 70, a pauta de exportações

brasileiras tem tido a sua parcela de produtos básicos reduzida, com aumento da participação de produtos semi-manufaturados e manufaturados nas exportações.

Quanto ao mercado de trabalho, a partir dos 70, houve forte movimento em direção a um processo de assalariamento e aumento da ocupação em atividades urbanas. Dos anos 80 em diante, essa tendência de assalariamento foi revertida, surgiram formas precárias de ocupação (subemprego, informalidade, etc.) e outras formas como trabalhadores por conta-própria e trabalhadores não-remunerados (Neto, 1995: 25-27).

As remunerações médias também apresentam grande diferença, principalmente quando comparados Nordeste e Sudeste. No Nordeste, 40,2% da população recebem até 1 salário mínimo, enquanto que no Sudeste essa proporção atinge somente 18,2% da população.

Essas diferenças regionais, exacerbadas pós-década de 80, mostram que, do ponto de vista social, alguns indicadores regionais divergiram da média nacional, tais como mortalidade infantil, níveis de instrução e saneamento básico domiciliar. Por outro lado, os indicadores regionais de renda *per capita* e de expectativa de vida convergiram para a média nacional (Neto, 1995: 30-31).

No entanto, como escreveu Neto, “o impacto social das mudanças assinaladas e do processo de desconcentração espacial da atividade produtiva parece ser extremamente complexo e, por vezes, contraditório. Ora se revela convergente, com base em indicadores como o do produto por habitante ou esperança de vida, ora divergente, como os indicadores referentes à mortalidade infantil, saneamento básico e níveis de instrução, ou mesmo quando se usam estimativas sobre a incidência da pobreza. A esse respeito, além da dinâmica econômica das regiões, é necessário considerar, como se fez referência anteriormente, as formas de atuação do Estado, bem como presença de distintos padrões de concentração de renda, a qual pode ser mais acentuada em uma ou outra região. Por isso, é importante ter presente a evolução pela qual, no período examinado, passou a distribuição de renda nas diferentes regiões” (Neto, 1995: 33-34).

Isso mostra que não se pode analisar, somente, o papel da Indústria e de sua dinâmica para determinarmos a trajetória, tanto passada, quanto futura, de uma região. Tem-se que reservar um espaço para identificar o processo de formação social e de

apropriação da renda em cada região para, aí sim, conseguirmos delinear o alcance dos efeitos das mudanças na Indústria sobre as regiões e a sociedade como um todo.

Neto faz algumas qualificações quanto ao processo de desconcentração. Dentre elas, a não alteração do padrão de concentração nacional da atividade produtiva e nem a divisão inter-regional do trabalho, as sedes dos grandes grupos econômicos continuaram concentrados no Sudeste e em São Paulo, a desconcentração para o interior de São Paulo e regiões vizinhas fariam apenas que aumentasse a concentração em uma área mais ampla e a desconcentração ocorreu de forma setorial e muito seletiva, as regiões menos industrializadas passaram a se articular com as demais regiões via especialização de suas produções.

Quanto à desigualdade, os anos recentes da economia brasileira propiciaram, além das transformações ocorridas, a ampliação da desigualdade intra e inter-regional. Com isso, diminuiu-se a homogeneidade econômica e política que havia internamente às regiões (Neto, 1995: 39). Os interesses econômicos e políticos, nos anos 80 e 90, passaram a ser articulados fora dos órgãos regionais como era até então.

Surgiram novas formas de articulação produtivas e novas “regiões industriais”, como a desconcentração industrial rumo a Minas e aos Estados do Sul, áreas com tipos específicos de produção, como parte do Pará e Maranhão com o beneficiamento de minérios e produtos metalúrgicos com vistas à exportação. Sinteticamente, ocorreu o surgimento de novos espaços econômicos e fragmentação das regiões tradicionais colocando à prova a divisão regional existente.

Apesar da desconcentração industrial verificada no Sudeste e em São Paulo, esse Estado atua como comandante (centro) da economia brasileira na qual os demais Estados têm participação complementar e de especialização com a economia paulista, tendo suas economias locais em uma espécie de gravitação, seja em torno de São Paulo, seja em torno de atividades exportadoras.

O padrão comercial produtivo que se constituiu no Brasil ao longo de sua formação econômica, produziu relações inter-regionais caracterizadas de “colonialismo interno” e de “intercâmbio desigual” (Neto, 1995: 44) do mesmo tipo de relação definida pela CEPAL de relação centro-periferia, sendo São Paulo, o centro e os demais Estados, a periferia. Apesar do Estado ter atuado através de políticas regionais explícitas, isso foi somente uma forma de amenizar as desigualdades e criar formas de

compensação para os Estados menos desenvolvidos. No entanto, tal atitude, não só não conseguiu reverter a desigualdade como ratificou a mesma.

Isso ocorreu, concomitantemente ao processo de concentração industrial em São Paulo, que induziu os demais Estados a ajustarem suas economias à de São Paulo, pelo fato de que esse Estado além de possuir a indústria mais completa e moderna do país, também apresenta a agricultura mais avançada. Analogamente, foi como se as demais regiões do país, em um contexto de concorrência pelo processo industrial, tivessem se deparado com fortes barreiras à entrada “colocadas” pelo Estado de São Paulo em seu processo de industrialização. Muitas dessas barreiras foram incentivadas pelo próprio Estado, fomentando ainda mais a concentração. Restou, então, aos demais Estados, ocuparem “nichos de mercado” em atividades complementares e especializadas no processo de industrialização à economia paulista (Neto, 1995: 45-46).

Enquanto a economia brasileira crescia, as desigualdades regionais passavam quase despercebidas. Não obstante, a partir dos anos 80, isso mudou, as tensões tornaram-se mais aparentes e a crise e instabilidade do Estado passaram a “comprometer o equilíbrio federativo” (Neto, 1995: 47).

Com isso, surgem novas propostas de regionalização do território com a criação de novos territórios em função de sua identidade produtiva e suas articulações com as demais regiões. Isso por sua vez, acarretaria em muitos outros problemas, pois aumentaria número de municípios, aumentaria ainda mais a preocupação e a busca de alternativas localistas, entre outros reduzindo o espaço para políticas regionais de desenvolvimento e mesmo para a efetivação de novos investimentos pela incerteza sobre a orientação das políticas públicas e sobre a abrangência da atuação do Estado brasileiro.

Alguns pontos devem ser destacados por não apresentarem conclusões sobre desconcentração ou reconcentração como: é difícil medir ou prever os efeitos dos pólos e complexos instalados fora do Sudeste; não é claro a forma que o Estado irá assumir, nem quanto a seu tamanho, nem quanto a sua atuação regional; forte influência das experiências européias de “sistemas industriais localizados” e; a abertura da economia brasileira e a perda de mercados “cativos” por parte de São Paulo, tornou mais incerto o escoamento de sua produção e possibilitou novas formas de articulação das economias regionais com a economia mundial.

Em Diniz e Santos (Diniz e Santos, 1995) os autores destacam as diferenças do desempenho do Sudeste a as demais regiões e as desigualdades intra-regionais. Assim como demais autores já haviam assinalado, até os anos 70 houve forte concentração industrial no Sudeste e em São Paulo, contribuindo com 2/3 do PIB brasileiro e São Paulo com 40% do PIB nacional (Diniz e Santos, 1995: 196).

No entanto, os últimos 20 anos têm apontado um processo de desconcentração regional da produção, pois o Sudeste passou a crescer a taxas inferiores aos demais Estados. Tal desconcentração relativa da produção paulista deveu-se a fatores como elevação dos custos de concentração (custos de aglomeração de Azzoni), desenvolvimento da infra-estrutura em outras regiões, políticas públicas e regionais claramente de orientação desconcentradora (II PND), deslocamento das fronteiras agrícolas e minerais e a unificação do mercado nacional através da concorrência interempresarial, entre outros.

Entretanto, apesar da desconcentração da população, não houve desconcentração populacional coerente com esse processo, mantendo o nível populacional em torno de 43% da população no Sudeste. O que houve foi uma redução da absorção populacional e redução dos fluxos populacionais para a região. Indicando uma defasagem temporal entre queda do nível de atividade econômica e fluxos migratórios (Diniz e Santos, 1995: 196-7).

A região Sudeste passou por forte processo de urbanização e por um grande crescimento da população urbana associados ao desempenho da economia e aos fluxos migratórios, a partir dos anos 60 e 70.

Quanto à participação relativa da produção industrial, agropecuária e de serviços, a região Sudeste, a partir dos anos 70, “além de continuar a desconcentração da atividade agropecuária, teve início um processo de desconcentração espacial da indústria de transformação, da indústria extrativa mineral e dos serviços” (Diniz e Santos, 1995: 1998). Tal processo foi refreado, a partir dos anos 80, com a queda do nível de atividade econômica e com a redução do Estado e de sua atuação.

Nos anos 70, com a verificação de grandes avanços na infra-estrutura, houve uma grande integração produtiva e não somente comercial, favoreceu o comércio intra e inter-regional e a busca de melhores oportunidades por parte dos grandes grupos

econômicos, que, no processo de desconcentração, passaram a deslocar investimentos em busca de vantagens (Diniz e Santos, 1995: 202).

O Estado de São Paulo, como já é evidente e confirmado em inúmeros artigos textos, perdeu participação relativa tanto no produto nacional, quanto no emprego. No entanto o interior do Estado, dotado de “uma rede de centros urbanos de tamanho médio, com boa base de serviços modernos, por certa base industrial e pelo mercado de trabalho profissional, especialmente articulado com a rede universitária e de pesquisas existente no interior do Estado” teve grande crescimento econômico frente à região metropolitana.

Alguns fatores para isso foram: expansão da produção de álcool e de suco de laranja e investimentos em infra-estrutura rodoviária (ligações com o litoral, o Noroeste e o Oeste do Estado de São Paulo) principalmente nos eixos da Rodovia Castelo Branco, Anhangüera, Bandeirantes e Dutra. Isso favoreceu a “desconcentração concentrada” para o interior do Estado e não para outros Estados devido as dificuldades da própria malha viária não-duplicada (Fernão Dias - Minas Gerais e Régis Bittencourt - Paraná).

Um ponto importante para explicar a alocação geográfica da produção e da instalação de novos empreendimentos é a concentração dos centros de pesquisa e suas articulações com a indústria e com o mercado de trabalho.

“O processo de reestruturação industrial no contexto internacional e a abertura da economia pressionam as indústrias brasileiras a realizar mudanças tecnológicas e organizacionais que permitam ganhos de produtividade capazes de prepará-la para enfrentar a competição internacional. Nesse sentido, as mudanças tecnológicas em curso induzem à expansão os setores que estão fortemente sustentados na ciência e na técnica, reduzindo a demanda por recursos naturais. A localização dessas atividades, como demonstra a experiência mundial, é fortemente influenciada pela existência de centros de pesquisa e ensino, mercado de trabalho profissional, relações interindustriais articuladas geograficamente e facilidade de acesso. Por outro lado, essas atividades tendem a reforçar os processos aglomerativos, recriando os distritos industriais, embora não necessariamente nas velhas e tradicionais áreas industriais” (Diniz e Santos, 1995: 213).

Os últimos parágrafos justificam, ou tentam explicar, a trajetória e as influências que tiveram as regiões de Campinas e de São José dos Campos, que fazem parte desse trabalho, para sua configuração atual.

A região de Campinas foi considerada um caso singular pelos autores, pois historicamente, a cidade de Campinas já consistia em um importante centro de pesquisas Agronômicas desde o final do século XIX. Em 1887, foi criado o IAC (Instituto Agrônomo de Campinas); em 1927, o Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal e em 1969, o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL). Posteriormente, a criação da Unicamp, voltada principalmente a pós-graduação, foi decisiva para a instalação do CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás) em 1976, do Centro Tecnológico para Informática (CTI), em 1984, da Companhia de Desenvolvimento Tecnológico (CODETEC), em 1976 e do Laboratório Nacional de Luz Síncroton (LNLS), em 1987 (Diniz e Santos, 1995: 213-4).

A situação de Campinas promoveu um “corredor industrial” entre Campinas e Araraquara, com a instalação de muitas empresas de alta tecnologia e baseada em conhecimento, bem como da instalação de centros de pesquisa e universidades nesse eixo que passa por Americana, Limeira, Piracicaba, Rio Claro, São Carlos, até chegar em Araraquara.

No caso da região de São José dos Campos, houve algo similar porém fortemente ligada ao investimento estatal, verificado na instalação da Embraer, Engesa, Avibrás, da Refinaria Henrique Lage e dos centros de pesquisa como o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) em finais dos anos 60 e década de 70. Característica similar à de Campinas, foi a grande criação de cursos de mestrado e doutorado nas áreas afins a esses centro e institutos criados (Diniz e Santos, 1995 : 214).

Após o fim da Guerra Fria, o fim da Guerra Irã-Iraque e as pressões internacionais, a região de São José dos Campos foi fortemente prejudicada com queda em suas vendas de armamentos e equipamentos bélicos e aeronaves, uma vez que o Brasil e tinha um indústria bélica desenvolvida que atendia a países como o Iraque. Ao longo dos anos 90, a região e sua indústria tiveram que passar por grandes ajustes

estruturais e tiveram que buscar novos mercados para seus produtos (indústria aeronáutica).

Outras medidas que foram tomadas nos anos 90, foram à criação de pólos de desenvolvimento tecnológico baseados na transferência de conhecimentos das instituições de ensino e pesquisa para os setores tradicionais como o pólo têxtil de Americana (Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Nova Odessa e Sumaré). Esse pólo, apesar da grande importância, apresenta grande defasagem tecnológica o que foi fundamental para a crise que se abateu sobre o setor com a abertura comercial dos anos 90. Desde então, apoiado nas parcerias citadas e o SEBRAE, o SENAI, a USP e a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, o setor têxtil dessa região passou por forte reestruturação tecnológica, pois era a única forma do setor sobreviver a concorrência externa (Diniz e Santos, 1995: 215). Algo semelhante foi feito para o setor calçadista de Franca.

Para a região de Itu, foi feito trabalho semelhante no setor de cerâmica vermelha para modernização de sua indústria. Objetivou-se a racionalização de custos, o melhor atendimento das necessidades e exigências do mercado, negociações sindicais e promoção de cursos técnicos tanto para empresários quanto para empregados.

Resumindo, dentro dos processos de reestruturação produtiva e tecnológica, a perda de participação relativa da RMSP está sendo, em parte, compensada pelo aumento da atração e da importância de áreas industriais do interior de São Paulo. Desse modo, apesar do Estado de São Paulo estar perdendo espaço quantitativamente frente às demais regiões e Estados do país, não está ocorrendo uma perda do controle do capital financeiro e das sedes dos grandes grupos econômicos. Ocorre, ao contrário do que se espera, uma concentração de atividades em setores que utilizam em alta tecnologia, aumentando ainda mais a divisão inter-regional do trabalho no país. Visto na reconcentração de atividades agrícolas e industriais e de serviços modernos em regiões como São Paulo e em segundo lugar em Minas Gerais (Diniz e Santos, 1995: 218-9).

Em Souza foram buscadas as origens e características das empresas que surgiram como fruto das reestruturações nas grandes empresas. Essa reestruturação teve origem em um momento de transição para um novo padrão de produção e apresentou como características: rápida obsolescência tecnológica; busca de novos processos/produtos; flutuações de mercado e diluição de fronteiras; aumento da concorrência, da

incerteza e do risco. Com isso, as grandes empresas começaram a vislumbrar novas formas tanto na administração quanto na produção, sendo a busca por flexibilidade e rapidez, como elementos estratégicos para consolidar e manter-se em suas posições (Souza, 1993: 2-3).

Nesse momento, a divisão dos custos e dos investimentos, bem como a minimização dos riscos, foram as molas propulsoras para o estabelecimento de novas formas de articulação interempresas, ou seja, da reestruturação industrial.

As PME's se inserem no contexto de tendência de desverticalização das grandes empresas e ao mesmo tempo da atuação conjunta das PME's buscando sinergias e vantagens que só são verificadas na atuação em grupo (eficiência coletiva). A criação de PME's tem como objetivo a geração de empregos, sendo, dessa forma, um "amortecedor dos efeitos do desemprego" (Souza, 1993: 5) para as oscilações do nível de atividade econômica.

Algumas razões para a existência das PME's são: para que os pequenos capitais sejam excluídos, o grande capital tem que aumentar (concentração absoluta), ao mesmo tempo em que as GE's têm que ter interesse em expulsá-las do mercado, o que muitas vezes não é interesse pelos custos envolvidos contra o incremento marginal de participação no mercado; empreendedorismo por parte de empresários que muitas vezes possuem "atitudes de jogador" (causando a alta rotatividade de PME's); atendimento das necessidades dos consumidores (nichos de mercado e diferenciação de produtos); a desorganização do mercado de trabalho, propiciando baixo custo da mão-de-obra e; pelo processo de desverticalização e terceirização das GE's.

Um outro lugar garantido para as PME's é naqueles setores onde elas podem desenvolver e explorar conhecimentos tecnológicos que não dependem de grandes investimentos (Souza, 1993: 8-11).

A partir dos dados obtidos na sistematização da RAIS, no âmbito das regiões escolhidas, torna-se evidente o aumento do número de PME's em todas as regiões e em seus municípios constituintes, grande parte desse aumento relacionado ao aumento do desemprego e de formas precárias de ocupação como identificado em Souza, "a tendência ao aumento da formação de novas empresas que então se verifica reflete, em boa medida, os movimentos de pessoas desempregadas que não vêm outra forma de

voltar a integrar-se na estrutura produtiva, aproximando-se mais de ‘trabalhadores por conta-própria’ do que de capitalistas no sentido usual do termo” (Souza, 1993: 23).

Algo que chama atenção foi a tipologia criada por Souza, quanto às relações de complementaridade PME e GE. Consiste nos seguintes tipos (Souza, 1993: 25-6):

- Empresas dependentes: complementam, direta/indiretamente, as GE’s; são resultantes da descentralização das GE’s; são autônomas, trabalham exclusivamente para as GE’s (subcontratos) ou são produtoras de bens finais para as GE’s, comercializam diretamente com as GE’s (mercados de reposição);
- Empresas independentes: não mantém ligação direta com as GE’s: empresas de setores tradicionais e competitivas, com baixas barreiras à entrada; são empresas “concorrentes” das GE’s, via flexibilidade; empresas bem-sucedidas em estruturas de mercado convivendo com as GE’s, os nichos de mercado;
- Empresas que utilizam tecnologias convencionais e intensivas em mão-de-obra;
- Empresas voltadas para processos e produtos que utilizam tecnologia de ponta.

De outro lado, estão as GE’s buscando flexibilidade como elemento estratégico em suas políticas empresariais, na busca por uma saída à crise do padrão de acumulação do pós II Guerra Mundial. Nesse contexto, flexibilidade denota “habilidade para lidar não apenas com s flutuações de demanda, mas com todas as formas de turbulência no ambiente. Isto porque ‘flutuações na demanda apresentam apenas um aspecto da ambiente das empresas que exige flexibilidade. Mudanças no mercado dos produtos da empresa podem ocorrer devido à mudança tecnológica: novos produtos podem surgir, assim como melhorias nos produtos já existentes na forma e maior qualidade, novas variedades, etc. Ademais, a mudança tecnológica pode afetar o sistema produtivo, por exemplo na forma de novo maquinário e métodos de produção, nos sistemas de gerenciamento e controle, etc.’” (Souza, 1993: 58).

A partir disso, pode-se constatar que as grandes empresas buscam ou almejam graus de flexibilidade para minimizar suas incertezas e riscos e acabam por encontrar nas PME’s, a solução para esses problemas. Existem formas diferentes de flexibilidade tipificada para cada elemento que se quer contornar a sua rigidez (Souza, 1993: 58-65):

- Flexibilidade dos salários: maior sensibilidade dos salários frente à situação econômica das empresas ou da situação do mercado de trabalho e às flutuações das condições gerais do trabalho. Em oposição às indexações, salários mínimos,

legislação trabalhista, encargos sociais, etc. A rigidez à baixa conduziria ao desemprego, com o aumento desse tipo de flexibilidade, ocorreria o inverso;

- Flexibilidade numérica: mobilidade dos trabalhadores para ajustamento entre a demanda e oferta de trabalho. Em oposição a legislação trabalhista que impede demissões ou redução de jornada paga aos trabalhadores e/ou realocação de trabalhadores para outras empresas do mesmo grupo (livre negociação ao mesmo tempo que acarretaria na deterioração do trabalho);
- Flexibilidade nas contribuições sociais e fiscais: flexibilidade em oposição a carga crescente de tributos impostos pelo Estado (Estado do tipo *market-friendly*, criação de mais empregos e eficiência);
- Flexibilidade de tarefas: polivalência, menor separação entre planejamento e execução de tarefas, menos níveis hierárquicos, etc.;
- Flexibilidade da organização do tempo: períodos alternados de trabalho e treinamento, horários de entrada e de saída personalizados;
- Flexibilidade técnica-organizacional: maior ou menor grau de adaptabilidade da organização produtiva, dependendo da tecnologia e do tipo de organização escolhida, quando da projeção da unidade produtiva. Exemplos de rigidez: indústria de ferro, aço automobilística, nas quais os ajustes conduzem a maiores custos.

Isso aponta por maiores flexibilidades do lado do capital e piores condições do lado do trabalho. No entanto, isso ocorre de forma ou velada ou não no mercado de trabalho brasileiro, entre as novas formas de ocupação e as condições oferecidas pelas PME's que se estabelecem.

Outras flexibilidades que existem, também são frutos da busca por vantagens competitivas por parte das GE's como:

- Flexibilidade operacional: visando a possibilidade de mudar rapidamente escalas e seqüências de produção, mudanças de produtos de uma linha para outra, troca de ferramentas, etc.;
- Flexibilidade tática: versatilidade das instalações e escolha da tecnologia;
- Flexibilidade estratégica: buscando a capacidade de introduzir produtos e processos, redefinir as vantagens competitivas esperadas, mudanças orientadas à inovação.

“Flexibilidade é muito mais uma questão de planejamento de processo que uma questão de controle de processo. Não se trata de instalar computadores(...), mas sim de

aprender a conduzir o processo. Esse aprendizado, fundado na interação e na acumulação pela experiência, é a fonte das competências que delimitam as especificidades de cada empresa e definem o campo de suas possíveis vantagens competitivas. A flexibilidade, nesse sentido, exige tempo e recursos... A urgência na flexibilidade torna atrativas fórmulas que permitam superar essa dada rigidez. O recurso ao aprendizado acumulado de terceiros (via subcontratação de especialização, por exemplo) vem sendo uma opção cada vez mais escolhida. A flexibilidade como objetivo nas GE's, abre caminhos para a inserção de PME's cuja vantagem esteja exatamente no aprendizado e nas competências já acumuladas".

Esse trecho do texto de Souza foi retirado para colocar frente a frente, GE's e a busca por flexibilidade e as PME's e a sua busca por especialização e manutenção no mercado. Nos dados obtidos da RAIS, temos, de um lado GE's que ao longo dos anos 90 reduziram seu tamanho médio e de outro, inúmeras PME's que surgiram em todos os sub-setores da Indústria e dos Serviços. Como visto na revisão do texto de Souza, algumas delas estão diretamente ligadas à reestruturação produtiva nas GE's enquanto outras estão vinculadas a formas de subsistência encontradas pela grande massa de desempregados ampliada ao longo da referida década.

No entanto, o texto de Souza não se resume a essas tipologias citadas, mas busca respostas mais contundentes sobre o espaço e a funcionalidade das PME's e seu vínculo com a reestruturação produtiva das GE's. O estudo busca verificar, também, se esse processo se configura no Brasil e sua relevância para o conjunto das relações entre as pequenas, médias e grandes empresas no início dos anos 90. Como o presente trabalho buscava mais respostas sobre as mudanças ocorridas na Indústria e nos Serviços, relacionadas a um possível processo de desconcentração industrial e compensação por parte dos Serviços, o trabalho de Souza foi usado para ratificar as informações da RAIS-MTE de elevação do número de estabelecimentos formais em praticamente todos os sub-setores da Indústria e dos Serviços.

Sinteticamente, nessa revisão bibliográfica pudemos nos deparar com os condicionantes da concentração da Indústria e conseqüentemente dos Serviços no Sudeste, em particular na RMSP, em São Paulo e dos fatores de reversão desse processo, vistos em Negri (1996) e Pacheco (1998). Em Neto, identificou-se o processo de ampliação das desigualdades regionais causadas pelo processo de concentração

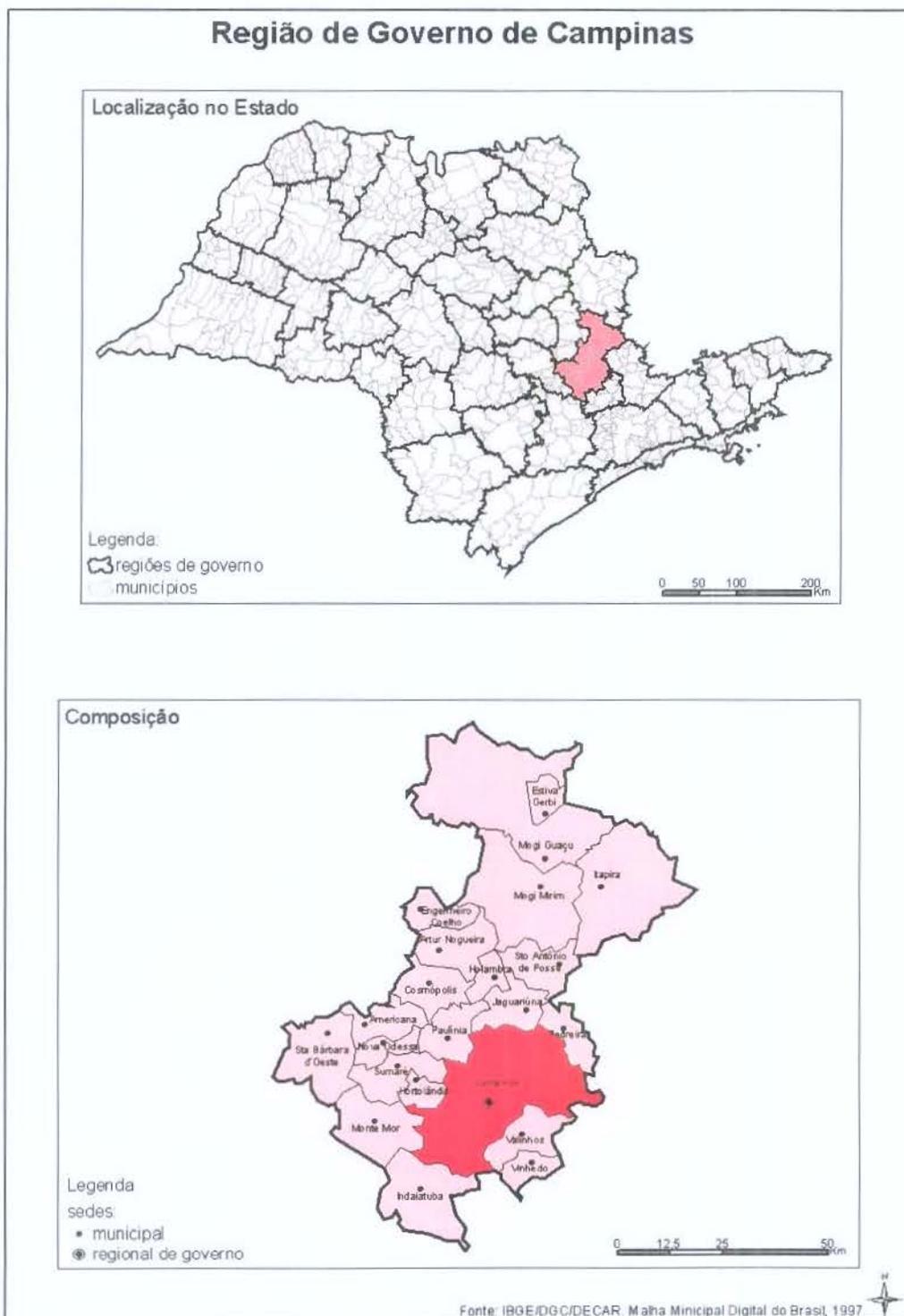
industrial, porém não revertida com a mudança da posição relativa de São Paulo e da RMSP. Diniz e Santos, além de mostrar em um nível intra-regional⁷ as desigualdades, disponibilizam outras informações sobre as influências que certas regiões como a região de Campinas, de Itu e de São José dos Campos (contidas na área de abrangência desse trabalho) foram submetidas desde as décadas de 60/70 e os efeitos da crise dos anos 80 e da abertura da economia dos anos 90. O texto de Tapia foi utilizado como fonte de informações dos pólos tecnológicos de Campinas e de São José dos Campos e a tese de doutoramento de Souza foi utilizada para justificar a grande expansão de estabelecimentos de tamanho micro, pequenos e médios e do aumento do emprego nesses tipos de estabelecimentos.

⁷ Detive-me mais às informações referentes a São Paulo, deixando de lado as análises para os demais estados da região Sudeste.

3. Análises das Regiões

3.1. Região de Governo de Campinas

Caracterização da Região de Governo de Campinas



A Região de Governo de Campinas⁸ é composta por 22 municípios, são eles: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itapira, Jaguariúna, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo, com uma população, em 95, de 2,33 milhões de habitantes.

A região representa 1,3% do território paulista, com densidade superior a 700 habitantes por quilômetro quadrado, grande parte na área urbana, com uma estrutura produtiva diversificada entre várias indústrias e agricultura diversificada.

Campinas assume a posição de município central de uma futura região metropolitana, além do que está ligado aos demais municípios da região, a São Paulo e as regiões adjacentes, por um sistema integrado de rodovias. Pela rodovia Anhangüera, está ligada a Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Valinhos e Vinhedo, municípios com grande concentração de indústrias têxteis, auto-peças e metalúrgicas.

A rodovia SP 340, Campinas-Mogi, dá acesso aos municípios de Holambra, Itapira, Mogi-Guaçu e Mogi-Mirim, onde estão localizadas atividades econômicas na produção de flores, papel e celulose e materiais cerâmicos.

Outro ponto fundamental para estudo do desenvolvimento da região é o fato de que ela se fortaleceu como pólo industrial de alta tecnologia. Instituições como Unicamp, Ital (Tecnologia de Alimentos), IAC (Instituto Agrônômico de Campinas), CPqD (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Telebrás), CTI (Centro Tecnológico para Informática), favorecem o ambiente para que se instalem empresas competitivas e voltadas para a busca de novas tecnologias em áreas tanto de telecomunicações, informática e agro-industrial.

A região está integrada as indústrias dos municípios adjacentes e da capital paulista como supridora de insumos e alimentos dando coesão tanto a indústria e o setor de serviços e integrando as cidades da região. A partir de meados dos anos 70, a região passou a atrair investimentos em um processo de migração de investimentos da capital para o interior do Estado, além de tornar-se um pólo de atração populacional.

⁸ Para a caracterização da Região de Governo de Campinas, foram utilizadas informações do Relatório de Diagnóstico Municipal PRODER – Americana.

Fatores como as deseconomias de aglomeração, o ativismo sindical e pressões ambientais na Região Metropolitana de São Paulo, a boa infra-estrutura da região, políticas municipais e estaduais de atração de investimentos, acesso rápido ao principal mercado consumidor do país, ao Pró-Álcool, com desenvolvimento da produção agrícola da região, o pólo químico de Paulínia, com a instalação da REPLAN e a presença de universidades e institutos de pesquisas de alto nível citados anteriormente, influenciaram a instalação das novas empresas dentro da região.

Em 96, a região passou a representar 10,7% do valor da transformação industrial do Estado. Além da participação na produção industrial nos setores químico, metal-mecânico, têxtil, há que se destacar a forte produção agro-industrial, como cana-de-açúcar, laranja e demais cítricos visando à exportação destes produtos. A região passou também por uma concentração bancária, aumento dos serviços e do comércio pela própria dinâmica ensejada pelo desenvolvimento da indústria na região.

Análise dos Grandes Setores

Para o conjunto de municípios que compõem a Região de Governo de Campinas, os números mostram que a região contava com 513.333 postos de trabalho formais em 89, caindo para 477.705 em 95 e atingindo o patamar de 563.982 postos de trabalho formais em 2001. Assim, houve a criação, entre 89 e 01, de 50.650 empregos formais, um aumento de 9,86% em relação ao estoque de trabalhadores do ano de 1989.

Note-se que a região só conseguiu recuperar o nível de empregos de 1989 em 1999, e o aumento líquido observado só ocorreu entre 1999 e 2001. Segundo os dados da RAIS-Mte⁹, entretanto, esta análise da macrorregião esconde diferenças no que concerne à dinâmica entre os municípios. Por exemplo, municípios muito dinâmicos, que tiveram um saldo líquido positivo muito grande de empregos, podem ocultar possíveis saldos negativos de empregos formais em outros, garantindo o aumento do nível de emprego para toda a região visto de forma macro.

Dentro da região, os únicos dos grandes setores que apresentaram perdas líquidas de empregos, foram a Indústria de Transformação e a Construção Civil. A Indústria passou de um total de 231.945 empregados em 89, para 186.455 em 2001 (portanto, um decréscimo de 19,61% no total de empregados de 1989). Visualizando isto de outra forma, as empresas deste setor fecharam 1 em cada 5 postos de trabalho formais no período 89-2001. Entre 95-2001, a Indústria gerou 3.680 empregos, com uma elevação de 1.545 milhões de Reais no valor adicionado fiscal da região.

Uma outra observação que merece ser feita é que o emprego na Indústria de Transformação como um todo, caiu em termos absolutos entre 89 e 95, tendo uma recuperação no período de 99 e 2001, em grande parte devido ao fim da paridade cambial do Plano Real e conseqüente desvalorização da moeda brasileira, o que propiciou uma aumento do nível de produção das empresas exportadoras.

Nesta região, a Construção Civil acompanhou a redução do emprego industrial, diminuindo em 21,13% o estoque de trabalhadores formais em relação a 89 (passou de 24.810 empregados para 19.570 empregados em 2001).

Destacaram-se os setores Agropecuários, Comércio e Serviços que contribuíram para o aumento do nível de emprego dentro da região. Para a Agropecuária, o aumento foi de 7.880 postos de trabalho entre 89 e 01. Vale ressaltar que tanto a Construção Civil

⁹ Todas as tabelas são de elaboração própria, feitas a partir das fontes citadas abaixo de cada uma delas.

quanto a Agropecuária, são setores normalmente caracterizados pela baixa formalização dos contratos de trabalho por um lado e por outro lado, pela baixa consistência das declarações prestadas pelos estabelecimentos empregadores em 89, visto pela redução do número de Outros que praticamente desapareceram no intervalo estudado.

O setor Comércio criou 8.040 empregos formais no período 89-95 e 33.740 no período 95-2001, com um aumento no valor adicionado fiscal de 1.436 milhões de Reais no período. Em parte, tal aumento deveu-se a entrada de grandes redes estrangeiras de hipermercados (comércio varejista), a partir das aberturas comercial e financeira dos anos 90, como Carrefour (antes de 1990), Wal-Mart, Grupo Sonae, etc.

O setor Serviços, passou de 148.670 empregos formais em 89 para 234.170 em 01, um aumento de 57,50% no nível de empregados formais de 89. Verificou-se também um aumento de 1.459 milhões de Reais no valor adicionado fiscal, no período de 95-2001, para um aumento de aproximadamente 53.490 empregos.

Empregados por Grandes Setores - 01				
	1989	1995	1999	2001
Indústria	231.945	182.774	170.545	186.455
Construção Civil	24.812	22.851	18.336	19.568
Comércio	66.007	74.053	90.719	107.799
Serviços	148.674	180.681	218.640	234.172
Agropecuária	8.110	14.723	16.036	15.988
Outros/Ignorados	33.785	2623	32	0
Total	513.333	477.705	514.308	563.982

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Valor Adicionado Fiscal - 01				
em Milhão R\$	1995	1997	1999	2001
Valor Adicionado Indústria	16.143	13.088	14.952	17.688
Valor Adicionado Comércio	4.585	4.237	5.089	6.021
Valor Adicionado Agricultura	163	182	174	206
Valor Adicionado Serviços	1.961	2.614	2.891	3.420
Valor Adicionado Outros	2.744	5.292	6.550	7.749
Valor Adicionado Total	25.596	25.413	29.657	35.083

Fonte: www.seade.gov.br

Valores em R\$ de 2001

Quanto à remuneração média, no período 89-99, mesmo setores em que houve redução no nível de empregos, como a Indústria e Construção Civil, a remuneração média paga em dezembro do ano corrente aumentou, indicando que a massa salarial caiu proporcionalmente menos que o número de postos de trabalho, ocasionando este aumento do salário médio nestes setores.

Remuneração por Grandes Setores - 01				
em SM	1989	1995	1999	2001
Indústria	6,60	8,40	8,09	6,99
Construção Civil	3,52	5,07	4,62	3,92
Comércio	3,36	4,67	4,44	3,68
Serviços	4,86	7,34	7,51	5,72
Agropecuária	2,48	2,84	2,86	2,51
Outros/Ignorados	7,03	3,35	5,04	-
Total	5,49	7,06	6,91	5,60

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

SM - salários mínimos

Elaboração própria

No entanto, entre 99 e 2001, o que se verificou foi um grande achatamento salarial médio, pois apesar do aumento do número de empregados formais, houve uma redução da massa salarial paga, ocasionando a redução propriamente dita do salário médio pago em dezembro. De um lado, o emprego aumentou 9,65% e de outro, a massa salarial caiu em 11,13%. Isso resultou em uma queda percentual do salário médio de 18,96% pago aos trabalhadores em dezembro de 2001.

Na Indústria, o aumento foi de 6,6 salários mínimos em 89 para 8,09 salários mínimos em 99, caindo para 6,99 salários mínimos em dezembro de 2001. Na Construção Civil, tal aumento foi de 3,52 salários mínimos para 4,62 salários mínimos, também caindo para 3,92 salários mínimos em dezembro 2001¹⁰.

O Comércio possibilitou um aumento de 3,36 salários mínimos para 4,44 salários mínimos, caindo para 3,68 salários mínimos em 2001; a Agropecuária, de 2,48 para 2,86 salários mínimos, caindo para 2,51 salários mínimos em 2001.

O setor Serviços que pagava em 89, 4,86 salários mínimos em dezembro daquele ano, passou a pagar 7,51 salários mínimos em dezembro de 99, caindo para 5,72 em 2001. Se compararmos os salários médios pagos pela Indústria e pelos Serviços, em 89, o setor Serviços pagava um salário correspondente a apenas 73,63% do salário pago pela Indústria, passou a pagar em 2001, um salário correspondente a 81,83% daquele e em 99, equivalia a 92,83% do salário médio pago pela Indústria.

¹⁰ Como em todo o trabalho foi utilizado a mesma metodologia e a fim de tornar o mesmo menos repetitivo, não será descrito como salário médio pago em dezembro do ano corrente. Será descrito como salários mínimos do ano em questão.

Do número de estabelecimentos por grandes setores, a região de Campinas teve um aumento de aproximadamente 20.360 estabelecimentos entre 89 e 2001. Passou de 26.758 estabelecimentos para 47.118 estabelecimentos em 2001.

Estabelecimentos por Grandes Setores - 01				
	1989	1995	1999	2001
Indústria	4.867	5.632	6.167	6.665
Construção Civil	1.082	1.863	1.804	1.737
Comércio	9.528	14.221	17.374	19.524
Serviços	9.391	12.489	15.824	16.973
Agropecuária	370	2.055	2.164	2.219
Outros/Ignorados	1.520	665	4	-
Total	26.758	36.925	43.337	47.118

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Mesmo com a redução do número de empregados formais na Indústria, houve aumento no número de estabelecimentos de aproximadamente 36,94% passando de 4.867 para 6.665 estabelecimentos em 2001. Na Construção Civil, também houve aumento de estabelecimentos, de 1.082 para 1.737 em 2001.

Comércio e Serviços apresentaram os maiores acréscimos no número de estabelecimentos; no setor Comércio, o aumento foi de 10.000 estabelecimentos entre 89-2001, já no setor Serviços, o aumento foi de 7.580 estabelecimentos. O maior aumento relativo de estabelecimentos foi na Agropecuária, 499%, passando de 370 para 2.219 estabelecimentos no período analisado.

Grande parte desse aumento acréscimo de estabelecimentos, para não dizer a totalidade, advém de pequenos e médios estabelecimentos que surgiram no período como a uma forma que as pessoas, que estavam perdendo seus postos de trabalho, encontraram de subsistir e tentar manter tanto os níveis de renda do período anterior, como mesmo para se manter incluído na sociedade, evitando, assim, a exclusão e a marginalidade que ascenderam grandemente nos anos 90. Para isso, estabeleciam-se novos estabelecimentos de comércio varejista, de prestação de serviço (autônomos), pequenas empresas industriais que atuam como “terceiras” das grandes em certas atividades (segurança, limpeza, alimentação, etc.), entre outras.

Quanto à qualificação dos empregados, essa região também apresentou melhorias quanto ao grau de instrução dos empregados formais das empresas da região de Campinas. De um modo geral, nos níveis médio e superior, houve aumentos na participação relativa dessas classes de empregados entre os anos de 89 e 01. Em contrapartida, a camada de empregados com baixo grau de instrução, até primeiro grau completo, teve sua participação reduzida ao longo do tempo.

Empregados por Grau de Instrução - 01				
em %	1989	1995	1999	2001
Analfabeto	2,12	1,80	1,20	0,84
4.Ser. Incomp.	11,68	8,38	5,07	3,82
4.Ser. Comp.	27,27	20,18	14,12	11,12
8.Ser. Incomp.	19,22	17,70	15,41	13,32
8.Ser. Comp.	12,81	16,94	20,95	21,89
Subtotal baixo	73,10	65,01	56,75	51,00
2.Gr. Incomp.	6,96	8,40	9,06	9,92
2.Gr. Comp.	9,14	13,32	18,46	23,98
Subtotal médio	16,10	21,72	27,52	33,90
Sup. Incomp.	3,14	3,43	3,61	3,98
Sup. Comp.	6,94	9,26	12,12	11,12
Ignorado	0,71	0,58	0,00	0,00
Subtotal superior	10,80	13,26	15,73	15,10
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Nessa categoria, a redução da participação relativa foi de 73,10% para 51,00% do total de empregados formais, um número que pode ser considerado muito elevado, representando que 5 em cada 10 empregados formais têm somente até o primeiro grau completo no ano de 2001. Aqui se encontra um dilema: qual a explicação para essa redução do número de trabalhadores com baixo grau de instrução? No mínimo duas respostas podem ser aplicadas, um processo de melhoria no nível de instrução dos empregados formais de todos os setores ao longo do tempo e/ou uma maior incidência do desemprego sobre essa camada de trabalhadores.

Essa região por ser uma região de recente processo de industrialização e urbanização, principalmente após os anos 70, acabou por necessitar de uma massa de trabalhadores mais preparados e qualificados para realizar as funções demandadas nas empresas que se instalaram na região entre finais dos anos 70 e início dos anos 80, sejam elas na Indústria, Comércio, Serviços e mesmo na Agropecuária. Isso é claramente evidenciado pelas proporções de empregados com nível médio de instrução (passou de 16,10% do total em 89 para 33,90% do total em 2001) e com nível superior (passou de 10,08% para 15,10% em 2001).

Empregados por Porte do Estabelecimento - 01				
	1989	1995	1999	2001
Até 4	5,29	8,43	9,21	9,11
De 5 a 9	5,27	7,48	8,76	8,66
De 10 a 19	7,05	8,79	9,74	10,13
De 20 a 49	10,84	12,42	13,32	14,00
De 50 a 99	9,58	10,07	10,43	10,50
De 100 a 249	15,40	14,59	12,98	13,41
De 250 a 499	11,02	9,97	8,04	8,32
De 500 a 999	9,65	7,55	8,90	8,88
1000 ou mais	25,90	20,71	18,62	16,99
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

O total de empregados em estabelecimentos pequenos teve a sua participação relativa no total de empregados ampliada de 38,03% em 89 para 52,40% em 2001 (empresas de 0 a 99 empregados; essa não é classificação correta, pois como se trata do total dos grandes setores, existem diferenças entre Comércio e Serviços e a Indústria na classificação do tipo de estabelecimento por número de empregados).

Isso mostra a importância que tais estabelecimentos passaram a ter para o desenvolvimento das regiões e seus municípios, pois como a dinâmica é ditada pelas grandes empresas instaladas em cada localidade, restou aos pequenos e médios estabelecimentos, uma participação secundária na economia, porém não menos importantes¹¹. Esses estabelecimentos passaram a ser os criadores líquidos de empregos, em um momento em que as grandes empresas passavam por reestruturações produtivas/organizacionais.

¹¹ Para maiores informações sobre a inserção das PME's na nova estrutura produtiva dos anos 90, consultar a tese de doutoramento de Souza (1993).

As empresas de tamanho médio, de 100 a 499 empregados, para esta região, tiveram sua participação reduzida de 26,42% em 89 para 21,73% em 2001. As grandes, no entanto, como era de se esperar e já adiantado anteriormente, tiveram sua participação relativa reduzida de 35,55% em 89 para 25,87% em 2001. Vale lembrar que o impacto da redução de empregos por parte das grandes empresas, em termos absolutos, é muito maior do que o impacto das demissões na empresas de tamanho médio, além do que, para absorver todo o contingente dispensado pelas grandes empresas é necessário um aumento muito grande no número de estabelecimentos de micro e pequenas empresas para contrabalançar os efeitos sócio-econômicos da redução de postos de trabalhos naquelas.

Remuneração por Porte do Estabelecimento - 01				
em SM	1989	1995	1999	2001
Até 4	1,92	2,89	3,12	2,69
De 5 a 9	2,63	3,66	3,83	3,22
De 10 a 19	3,25	4,75	4,55	3,87
De 20 a 49	4,33	5,55	5,28	4,37
De 50 a 99	4,90	6,60	6,31	5,26
De 100 a 249	5,50	7,60	7,63	6,19
De 250 a 499	6,13	8,75	7,45	6,29
De 500 a 999	6,09	9,70	9,65	8,55
1000 ou mais	-	-	10,94	8,26
Total	5,49	7,06	6,91	5,60

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

A remuneração média de dezembro de cada um dos anos indica uma correlação direta entre o porte do estabelecimento e a remuneração média paga aos empregados de cada uma das categorias (micro, pequenas, médias e grandes empresas). Em 89, os estabelecimentos com até 4 empregados pagavam aproximadamente 1/3 do que pagavam as empresas com 500 a 999 empregados. Em 2001, a relação de salários praticamente não se alterou, os micro estabelecimentos continuaram a representar 1/3 do salário pago pelas empresas com mais de 1000 empregados.

Da análise dos grandes setores para a Região de Governo de Campinas, pudemos depreender que a Indústria e a Construção Civil tiveram seu tamanho reduzido (em relação ao número de empregados) ao longo dos anos 90 pela perda do dinamismo econômico da década e pelos processos de reestruturação das GE's, que tiveram forte

impacto sobre a estrutura produtiva industrial e à reboque, sobre o emprego na Construção Civil.

Quanto aos demais setores da economia, Serviços, Comércio e Agricultura houve aumento o número de postos de trabalho. Algumas qualificações são necessárias para explicar o ocorrido. Para o setor Serviços, houve um forte aumento das empresas “terceirizadas” como fruto das mudanças estratégicas postas em práticas pelas GE’s industriais e de pequenas e médias empresas como forma de subsistência das pessoas atingidas pela onda de desemprego crescente desde o final dos anos 80.

O setor Comércio também teve aumento significativo na região, como já explicitado anteriormente, devido a concentração intra-setorial ocorrida, com a “invasão” do mercado por grandes redes de super e hipermercados (sub-setor de comércio varejista), em sua maior parte, de capital estrangeiro.

O aumento identificado na Agropecuária, em grande parte, está relacionado à melhoria nas informações (RAIS) prestadas ao governo apontada pela redução no número de empregados na categoria Outros/Ignorados.

Para essa região, a elevação do número de empregados nos Serviços conseguiu compensar, com folga, a perda de postos de trabalho formais pela Indústria. Essa região conseguiu responder positivamente a pergunta se o crescimento dos Serviços conseguiriam compensar a retração da Indústria.

Passemos a uma análise em outro nível de agregação, tentando mapear os movimentos dos sub-setores da Indústria e dos Serviços.

Análise da Indústria

Na Indústria, identificou-se uma queda no número de empregados formais, apontada na análise da seção anterior. Nesta parte, será feito um levantamento dos setores que mais perderam e, se houver, aqueles que criaram postos de trabalho formais. A redução na região foi 45,5 mil empregos, segundo dados da RAIS-Mte, no período de 89-2001.

A dinâmica do emprego nos sub-setores da indústria, através dos dados da RAIS-Mte, indicam que parte dos setores apresentou queda no número de postos de trabalho, enquanto outra parte apresentou um aumento ou manutenção dos níveis de emprego de 89. As maiores quedas entre 89-2001 foram registradas nos sub-setores Têxteis e de Confecções (-16.600 empregados), Borracha, Fumo e Couro (-3.880 empregados), Elétrica e de Comunicações (-9.670 empregados), Mecânica (-7.000 empregados) e Minerais Não-metálicos (-5.100 empregados).

Empregados por Sub-setores - 01				
	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	846	759	925	708
Min. Não Met.	14.559	8.753	9.359	9.479
Metalúrgica	19.449	13.774	13.433	15.794
Mecânica	22.215	17.177	13.847	15.200
Elet. e Comun.	21.323	13.107	11.508	11.649
Mat. Transp.	24.375	16.416	19.662	22.366
Mad. e Mobil.	6.003	4.499	4.433	4.832
Papel e Graf.	9.239	9.544	11.029	11.004
Borr. Fum. Couro	12.400	8.589	7.291	8.514
Química	23.595	23.071	24.814	27.371
Têxtil e Confecções	51.657	37.048	31.881	35.042
Calçados	4.116	1.735	940	768
Alim. e Bebidas	17.135	20.650	14.820	17.326
Serviços Util. Púb.	5.033	7.652	6.603	6.402
Total	231.945	182.774	170.545	186.455

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Os setores que apresentaram aumento significativo do emprego formal foram Papel e Gráfica (+1.760 empregos) e Química (+3.770 empregados). Outros setores apresentaram uma queda acentuada como a Têxtil e Confecções (-16.600 empregados) e Material Elétrico e de Comunicações (-9.670 empregados), os demais também perderam postos de trabalho ou quando muito, conseguiram se manter nos níveis de 89. Vale notar que, ao longo do período analisado, 89-2001 (12 anos), a região perdeu em

média 3.790 empregos formais por ano. Demonstrando, não somente uma retração econômica como também, a falta de políticas que fomentassem o desenvolvimento da região e a criação de novas ocupações e atividades industriais.

Quanto a participação de cada sub-setor no total da indústria, houve algumas mudanças relativas entre os três setores que mais empregam na região. Em ordem decrescente, em 89, o sub-setor que respondia pela maior parte do emprego industrial era a Indústria Têxtil, 22,27%, seguida pela Indústria Material de Transporte, 10,51% e em terceiro lugar a Indústria Química, com 10,17% do total.

Em 2001, essa ordem se alterou, a Indústria Têxtil e de Confecções continuou em primeiro lugar, com 18,79% da participação no emprego industrial da região. A Indústria Química passou para o segundo lugar com 14,68% e o sub-setor da Indústria de Material de Transportes, que era o segundo, passou a terceiro, com 15,1% do emprego industrial total da região de governo de Campinas.

Empregados por Sub-setores - 01				
em %	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	0,36	0,42	0,54	0,38
Min. Não Met.	6,28	4,79	5,49	5,08
Metalúrgica	8,39	7,54	7,88	8,47
Mecânica	9,58	9,40	8,12	8,15
Elet. e Comun.	9,19	7,17	6,75	6,25
Mat. Transp.	10,51	8,98	11,53	12,00
Mad. e Mobil.	2,59	2,46	2,60	2,59
Papel e Graf.	3,98	5,22	6,47	5,90
Borr. Fum. Couro	5,35	4,70	4,28	4,57
Química	10,17	12,62	14,55	14,68
Têxtil e Confecções	22,27	20,27	18,69	18,79
Calçados	1,77	0,95	0,55	0,41
Alim. e Bebidas	7,39	11,30	8,69	9,29
Serviços Util. Púb.	2,17	4,19	3,87	3,43
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

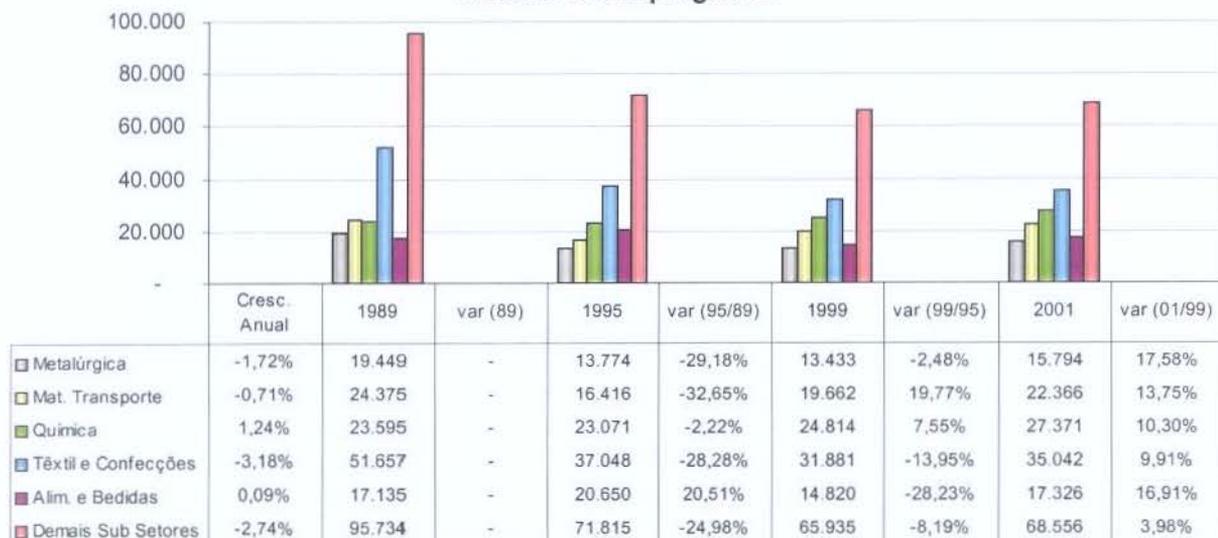
Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

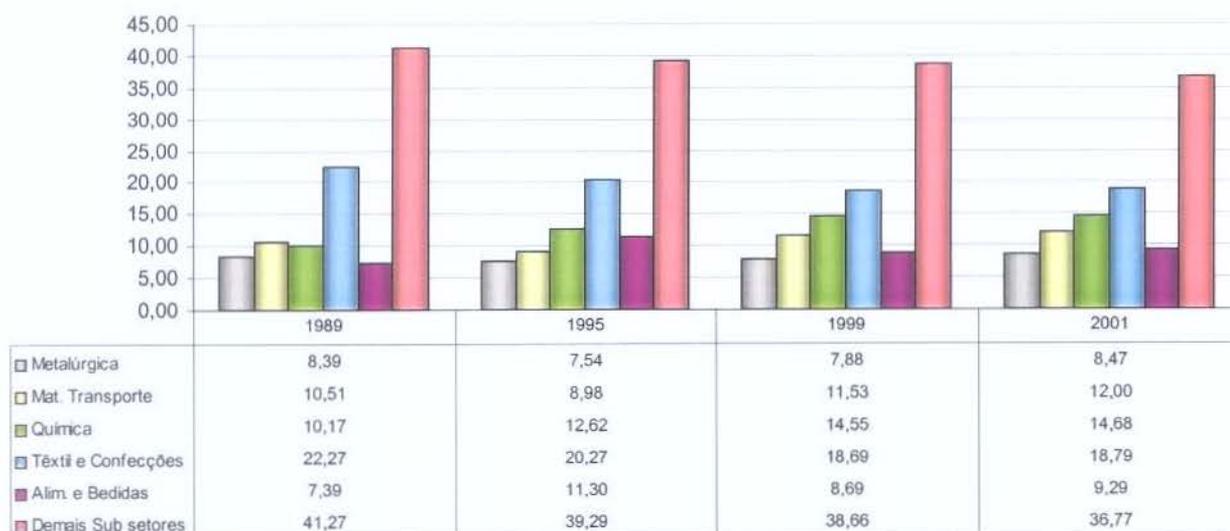
Os gráficos a seguir, permitem uma melhor visualização das mudanças em termos absolutos e relativos, dos cinco mais importantes sub-setores da Indústria entre 89 e 2001. Notemos que, os sub-setores que aparecem como os maiores em números de empregados podem não ser os mais importantes em termos de estabelecimentos. Alguns sub-setores são caracterizados por grandes contingentes de empregados alocados em uma mesma planta produtiva ou estabelecimento, não obstante, outros sub-setores

podem ser caracterizados por um maior atomismo dos empregados distribuídos em um número maior de estabelecimentos.¹²

5 Maiores Sub Setores - Indústria Número de Empregados



5 Maiores Sub Setores - Indústria Empregados (em %)



¹² Isso será mais bem identificado quando for tratado do número de estabelecimentos por sub-setores por porte da Indústria mais adiante.

A partir da análise da remuneração média de dezembro em salários mínimos algumas modificações foram notadas. Assim, como na participação relativa, foram identificadas mudanças nas posições entre os sub-setores que mais pagavam e os que menos pagavam entre 89-2001.

Em ordem crescente, em 89, os quatro sub-setores que menos pagavam foram a Indústria de Madeira e do Mobiliário (3,00 salários mínimos), Indústria Extrativa Mineral (4,03 salários mínimos), a Indústria de Alimentos e Bebidas (4,18 salários mínimos) e a Indústria de Minerais Não-metálicos (4,37 salários mínimos). A diferença entre as remunerações médias pagas pelos setores que menos pagavam foi de 1,37 salários mínimos.

Os quatro sub-setores que mais pagavam naquele ano foram os Serviços Industriais de Utilidade Pública (12,14 salários mínimos), a Indústria de Material Elétrico e de Comunicações (10,09 salários mínimos), a Indústria Química (9,46 salários mínimos) e a Indústria Mecânica (7,96 salários mínimos). Identificou-se uma diferença de 4,18 salários mínimos entre a maior e a menor remuneração média paga pelos setores que mais pagavam em 89.

Em 2001, os sub-setores com menor remuneração média foram a Indústria de Madeira e do Mobiliário (3,55 salários mínimos), a Indústria de Calçados (3,82 salários mínimos), a Indústria Têxtil e de Confecções (3,95 salários mínimos) e a Indústria de Minerais Não-metálicos (3,97 salários mínimos). Por sua vez, a diferença entre os menores e os maiores salários pagos entre os sub-setores que menos pagavam foi de 0,42 salários mínimos.

Os sub-setores que mais pagavam foram a Indústria de Material Elétrico e de Comunicações (10,43 salários mínimos), a Indústria de Material de Transporte (10,00 salários mínimos), a Indústria Química (9,48 salários mínimos) e os Serviços Industriais de Utilidade Pública (9,06 salários mínimos). A diferença entre as menores e maiores remunerações dos sub-setores que mais pagavam foi de 1,37 salários mínimos.

No período 89-2001, a diferença entre as menores remunerações médias pagas diminuiu, de 1,37 salários mínimos para 0,42 salários mínimos e a diferença entre os sub-setores que mais pagavam a redução foi maior, caindo de 4,18 para 1,37 salários mínimos. Em ambos os extremos das remunerações médias pagas pelos sub-setores, uma convergência da remuneração média, aponta para uma mão-de-obra com um nível

de instrução equilibrado e homogêneo. Neste caso, as indústrias da região requerem (ou requereram) mão-de-obra com um certo padrão de qualificação técnica-científica para exercer atividades em empresas mais dinâmicas nos setores analisados.

Remuneração por Sub-setores - 01				
em SM	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	4,03	5,75	5,38	4,75
Min. Não Met.	4,37	5,34	4,84	3,97
Metalúrgica	5,68	6,74	5,93	5,29
Mecânica	7,96	10,46	8,98	7,52
Elet. e Comun.	10,09	5,30	11,46	10,43
Mat. Transp.	7,72	12,35	11,48	10,00
Mad. e Mobil.	3,00	4,59	3,75	3,55
Papel e Graf.	7,09	8,98	9,48	7,89
Borr. Fum. Couro	5,27	10,16	9,86	8,05
Química	9,46	12,64	10,51	9,48
Têxtil e Confeções	4,81	5,42	4,56	3,95
Calçados	4,53	4,34	4,16	3,82
Alim. e Bedidas	4,18	6,73	5,93	5,12
Serviços Util. Púb.	12,14	13,92	11,56	9,06
Total	6,60	8,40	8,09	6,99

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Da análise do número de empregados por porte do estabelecimento, utilizando os conceitos de micro, pequena, média e grande empresas do SEBRAE, foi identificado que, em 89, estavam empregados em micro empresas (até 19 empregados) 18.387 empregados; nas pequenas (de 20 a 99 empregados), 40.168 empregados; nas médias empresas (de 100 a 499 empregados), 73.744 empregados e nas grandes empresas (com mais de 499 empregados), 99.646 empregados.

Em 2001, estes valores mudaram indicando um aumento da participação apenas das micro e pequenas empresas na região quanto ao número de empregados e um queda da participação das demais. Os números de empregados em cada tipo de empresa passaram a ser 28.261 empregados nas micro, aumento de 53,70%; 47.674 nas pequenas, aumento de 18,68%; 52.776 nas médias, redução de 28,43%; e 57.744 nas grandes empresas, uma redução de 42,05%, ou seja, foram encerrados 2 em cada 5 empregos formais em grandes empresas.

Empregados por porte do estabelecimento 1989 - 01					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	286	242	318	0	846
Min. Não Met.	1.880	4.459	5.557	2.663	14.559
Metalúrgica	1.863	3.627	8.244	5.715	19.449
Mecânica	1.438	3.964	7.202	9.611	22.215
Elet. e Comun.	504	1.696	6.003	13.120	21.323
Mat. Transp.	135	408	3.031	20.801	24.375
Mad. e Mobil.	1.675	1.616	2.712	0	6.003
Papel e Graf.	1.000	1.504	2.523	4.212	9.239
Borr. Fum. Couro	1.446	3.083	4.342	3.529	12.400
Química	1.003	3.781	9.080	9.731	23.595
Têxtil e Confecções	5.543	12.784	17.294	16.036	51.657
Calçados	199	310	411	3.196	4.116
Alim. e Bedidas	1.056	2.003	5.622	8.454	17.135
Serviços Util. Púb.	359	691	1.405	2.578	5.033
Total	18.387	40.168	73.744	99.646	231.945

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Empregados por porte do estabelecimento 2001 - 01					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	168	540	0	0	708
Min. Não Met.	2.488	3.967	3.024	0	9.479
Metalúrgica	4.524	6.104	4.217	949	15.794
Mecânica	2.308	5.201	3.590	4.101	15.200
Elet. e Comun.	770	2.682	3.932	4.265	11.649
Mat. Transp.	747	1.747	5.276	14.596	22.366
Mad. e Mobil.	2.083	1.795	954	0	4.832
Papel e Graf.	2.133	2.606	2.786	3.479	11.004
Borr. Fum. Couro	960	1.907	1.430	4.217	8.514
Química	3.099	6.660	10.398	7.214	27.371
Têxtil e Confecções	5.990	9.615	8.997	10.440	35.042
Calçados	40	137	591	0	768
Alim. e Bedidas	2.790	4.016	6.227	4.293	17.326
Serviços Util. Púb.	161	697	1.354	4.190	6.402
Total	28.261	47.674	52.776	57.744	186.455

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Quanto ao número de estabelecimentos, a região de Campinas apresentou um acréscimo de 1.798 estabelecimentos no período de 1989 a 2001 (aumento de 36,94%). Deste total, 765 estabelecimentos (42,54%) foram abertos no período de 1989 a 1995 e o restante dos estabelecimentos foram abertos nos 6 anos seguintes (57,45%).

Estabelecimentos por Sub-setores - 01				
	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	91	80	74	73
Min. Não Met.	486	464	564	550
Metalúrgica	539	771	906	993
Mecânica	377	316	380	497
Elet. e Comun.	175	174	190	200
Mat. Transp.	54	147	181	174
Mad. e Mobil.	387	390	454	460
Papel e Graf.	243	373	469	490
Borr. Fum. Couro	388	238	241	238
Química	312	559	631	719
Têxtil e Confecções	1.379	1.456	1.294	1.463
Calçados	69	36	18	14
Alim. e Bebidas	289	557	705	734
Serviços Util. Púb.	78	71	60	60
Total	4.867	5.632	6.167	6.665

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Em termos relativos, em 1989, os 3 maiores sub-setores da Indústria eram, em ordem decrescente, a Indústria de Têxtil e de Confecções (22,27%), a Indústria de Material de Transporte (10,51%) e a Indústria Química (10,17%), que somados respondiam por 42,95% do total de estabelecimentos da região. Em 2001, houve mudanças e os 3 maiores sub-setores passaram a ser a Indústria Têxtil (18,79%), a Indústria Química (14,68%) e a Indústria de Material de Transporte (12,00%), que somados totalizam 45,47%. A parcela dos 3 maiores sub-setores praticamente não se alterou no período analisado, no entanto, a mudança não foi muito radical quanto aos sub-setores, pois os 3 sub-setores continuaram a ser os mesmos 1989, apenas mudaram a ordem entre eles.

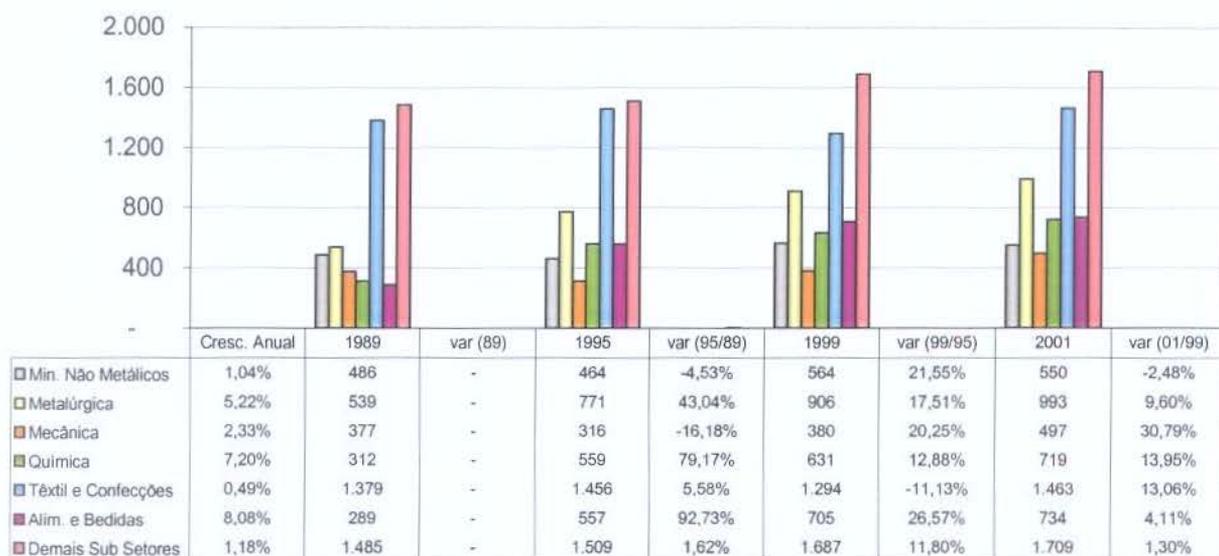
Isso indica, por si, os setores que caracterizam a região, os setores Têxtil e de Confecções, representado pelo pólo Têxtil de Americana, o setor Químico, representado pelo pólo Petroquímico de Paulínia e o setor de Material de Transporte, fortemente difundido pela região, em municípios como Sumaré, Hortolândia, Campinas, Mogi's, Indaiatuba, Valinhos, para citar alguns.

Empregados por Sub-setores - 01				
em %	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	0,36	0,42	0,54	0,38
Min. Não Met.	6,28	4,79	5,49	5,08
Metalúrgica	8,39	7,54	7,88	8,47
Mecânica	9,58	9,40	8,12	8,15
Elet. e Comun.	9,19	7,17	6,75	6,25
Mat. Transp.	10,51	8,98	11,53	12,00
Mad. e Mobil.	2,59	2,46	2,60	2,59
Papel e Graf.	3,98	5,22	6,47	5,90
Borr. Fum. Couro	5,35	4,70	4,28	4,57
Química	10,17	12,62	14,55	14,68
Têxtil e Confecções	22,27	20,27	18,69	18,79
Calçados	1,77	0,95	0,55	0,41
Alim. e Bedidas	7,39	11,30	8,69	9,29
Serviços Util. Púb.	2,17	4,19	3,87	3,43
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

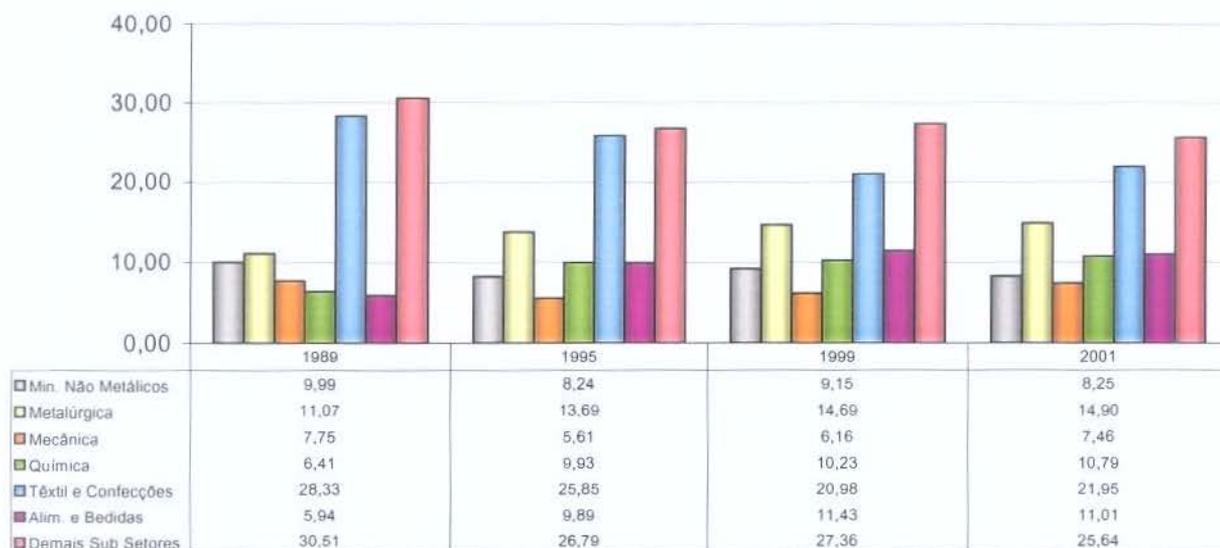
Fonte: RAIS-Mte
Elaboração própria

Alguns sub-setores da Indústria simplesmente desapareceram dentre aqueles que possuíam empresas de tamanho grande. É o caso da Indústria de Minerais Não-metálicos e da Indústria de Calçados. Tais sub-setores tiveram o tamanho de seus estabelecimentos reduzido, ou seja, onde havia grandes estabelecimentos, estes foram reduzindo o número de empregados formais passando de grande para média a classificação do estabelecimento pelo número de empregados. Isto pode ser visto claramente pelo número de estabelecimentos de grande porte.

6 Maiores Sub Setores - Indústria Número de Estabelecimentos



6 Maiores Sub Setores - Indústria Estabelecimentos (em %)



Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1989 - 01					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	84	5	2	0	91
Min. Não Met.	362	97	23	4	486
Metalúrgica	406	91	37	5	539
Mecânica	246	88	37	6	377
Elet. e Comun.	104	36	25	10	175
Mat. Transp.	24	7	11	12	54
Mad. e Mobil.	332	43	12	0	387
Papel e Graf.	191	36	13	3	243
Borr. Fum. Couro	293	72	21	2	388
Química	179	81	43	9	312
Têxtil e Confecções	987	285	91	16	1.379
Calçados	56	8	3	2	69
Alim. e Bedidas	206	46	28	9	289
Serviços Util. Púb.	55	14	8	1	78
Total	3.525	909	354	79	4.867

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 2001 - 01					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	59	14	0	0	73
Min. Não Met.	429	102	19	0	550
Metalúrgica	822	146	24	1	993
Mecânica	352	121	19	5	497
Elet. e Comun.	121	51	23	5	200
Mat. Transp.	102	37	23	12	174
Mad. e Mobil.	405	50	5	0	460
Papel e Graf.	411	58	16	5	490
Borr. Fum. Couro	176	51	8	3	238
Química	509	151	50	9	719
Têxtil e Confecções	1.160	246	46	11	1.463
Calçados	9	3	2	0	14
Alim. e Bedidas	597	103	29	5	734
Serviços Util. Púb.	33	15	7	5	60
Total	5.185	1.148	271	61	6.665

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Quanto ao número de estabelecimentos por porte do estabelecimento, em 89, havia 3.525 estabelecimentos de tamanho micro (até 19 empregados), 909 de tamanho pequeno (de 20 a 99 empregados), 354 de tamanho médio empresas (de 100 a 499 empregados) e 79 grandes estabelecimentos (com mais de 499 empregados).

Para o ano de 2001, os micro estabelecimentos atingiram o patamar de 5.185 estabelecimentos (aumento de 47,09%); os pequenos, de 1.148 estabelecimentos (aumento de 26,29%); os médios, caíram para 271 estabelecimentos (redução de 23,44%) e os grandes, caíram para 65 estabelecimentos (redução de 17,72%).

Os principais setores que tiveram aumento no número de micro estabelecimentos foram a Indústria Metalúrgica, a Indústria Química, a Indústria Têxtil e de Confeções e a Indústria de Papel e Gráfica. Juntos, em 89, totalizavam 1.763 estabelecimentos, atingindo em 2001, um total de 2.902 estabelecimentos (aumento de 64,60%).

Junto aos pequenos estabelecimentos, os sub-setores que mais aumentaram quanto ao número de estabelecimentos foram a Indústria Metalúrgica, a Indústria Química e a Indústria de Alimentos e Bebidas, passaram de 218 estabelecimentos, em 89, para 400 estabelecimentos em 2001, um aumento de 83,48%.

Dentre as PME's, o sub-setor que se retraiu quanto ao número de estabelecimentos foi a Indústria de Borracha, Fumo e Couro passou de 365 estabelecimentos para 227 estabelecimentos (queda de 37,80%) no período analisado.

Análise dos Serviços

Nos Serviços, identificou-se um aumento no número de empregados formais, visto na análise dos grandes setores. Nesta parte, será feito um levantamento dos setores que mais ganharam e aqueles que perderam postos de trabalho formais. O aumento na região foi 85.500 empregos, segundo dados da RAIS-Mte, no período de 89-2001.

Empregados por Sub-setores - 01				
	1989	1995	1999	2001
Intermediação financeira	15.333	12.709	10.508	10.347
Ativ. Imobiliárias	30.279	33.178	47.040	51.585
Transporte e Armazenagem	17.762	23.242	28.076	33.334
Alojamento e Alimentação	40.445	30.358	46.661	44.579
Saúde e Serviços Sociais	7.430	16.153	19.809	20.048
Ensino	5.174	22.465	25.414	26.338
Administração Pública	32.251	42.576	50.051	47.941
Total	148.674	180.681	227.559	234.172

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

A dinâmica do emprego nos sub-setores da indústria, no alcance permitido pelos dados da RAIS-Mte, indicam que parte dos setores apresentou queda no número de postos de trabalho, enquanto outra parte apresentou um aumento ou manutenção dos níveis de emprego de 89. Os sub-setores dos Serviços, em sua maioria, ganharam postos de trabalho no período 89-2001. O único sub-setor que perdeu postos de trabalho foi o sub-setor de Intermediação Financeira (-4.990 postos).

Quanto ao sub-setor de Intermediação Financeira, uma qualificação merece ser feita quanto ao processo de reestruturação do setor bancário brasileiro, que envolveu uma grande mudança na utilização de tecnologia bancária (telemática, equipamentos, teleatendimento, “cash dispensers”, “internet”, etc.) e favoreceu o aumento do desemprego/redução da necessidade de mão-de-obra no setor e atingiu todos os estabelecimentos bancários no país. Vale notar também que, o desemprego nesse caso foi um movimento estrutural e não conjuntural, uma vez que este setor sofreu não pela mudança nos mercados no qual está inserido, mas pela busca de estratégias microeconômicas das empresas do setor em tornarem-se mais lucrativas e mais competitivas.

Os demais sub-setores tiveram um incremento no número de postos de empregados formais. O sub-setor Atividades Imobiliárias (inclui as atividades

imobiliárias e os serviços prestados às empresas) teve um aumento de 21.300 empregos; o sub-setor de Transporte e Armazenagem, aumento de 15.570 empregos; o sub-setor de Alojamento e Alimentação, aumento de 4.130 empregos; o sub-setor de Saúde e Serviços Sociais, aumento de 12.600 empregos; no Ensino, aumento de 21.160 empregos e na Administração Pública, o aumento foi de 15.690 empregos formais no período 89-2001.

Aqui, novamente, fazem-se necessárias novas qualificações para cada um dos sub-setores que tiveram aumento no número de empregados formais.

O sub-setor de Atividades Imobiliárias (e Serviços Prestados às Empresas) teve um grande aumento relativo, 70,36%, grande parte relacionado às formas de ocupação e atividades que as pessoas encontraram para subsistir e garantir um mínimo de renda necessária à sua manutenção e de seus familiares, como prestação de serviços, atividades de manutenção, atividades que nas grandes empresas foram terceirizadas (segurança, limpeza, alimentação, etc.) entre outras.

O aumento do sub-setor de Transporte e Armazenagem tem o seu incremento de nível de emprego justificado pela importância crescente que as atividades de logística e distribuição passaram a ter para as grandes empresas. Dentro de uma lógica de integração produtiva, não somente comercial, a produção de bens finais passou a ser descentralizada, com subconjuntos sendo montados em locais diferentes, fornecedores trabalhando com sistemas integrados com as empresas do final da cadeia, redução dos níveis de estoques de todas as empresas da cadeia produtiva, etc. O rápido deslocamento de peças, partes, suprimentos e insumos passaram a ser fundamentais para o aumento de competitividade das empresas.

Os sub-setores de Saúde e Serviços Sociais, Ensino e Administração Pública são associados em grande parte ao emprego público através de escolas de ensino infantil, fundamental, médio e superior, postos de saúde e hospitais municipais, além das próprias prefeituras e suas autarquias (empresas de coleta de lixo, de coleta de esgoto e distribuição de água potável. Soma-se ao total dos empregados nesses sub-setores, no âmbito privado, toda a gama de profissionais liberais (médicos, dentistas, professores, etc.) e instituições particulares, clínicas, hospitais, escolas, faculdades, etc.

Quanto a participação de cada sub-setor no total da indústria, houve algumas mudanças relativas entre os três setores que mais empregam na região. Em ordem

decrecente, em 89, o sub-setor que respondia pela maior parte do emprego em Serviços era o sub-setor de Alojamento e Alimentação, 27,20%, seguida pela Administração Pública, 21,69% e em terceiro lugar, as Atividades Imobiliárias, com 20,37% do total.

Em 2001, Atividades Imobiliárias subiu para o primeiro lugar, com 22,03%, Administração Pública continuou na segunda posição, 20,47% e em terceiro ficou o sub-setor de Alojamento e Alimentação, com 19,04%.

Empregados por Sub-setores - 01				
em %	1989	1995	1999	2001
Intermediação Financeira	10,31	7,03	4,62	4,42
Ativ. Imobiliárias	20,37	18,36	20,67	22,03
Transporte e Armazenagem	11,95	12,86	12,34	14,23
Alojamento e Alimentação	27,20	16,80	20,51	19,04
Saúde e Serviços Sociais	5,00	8,94	8,70	8,56
Ensino	3,48	12,43	11,17	11,25
Administração Pública	21,69	23,56	21,99	20,47
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

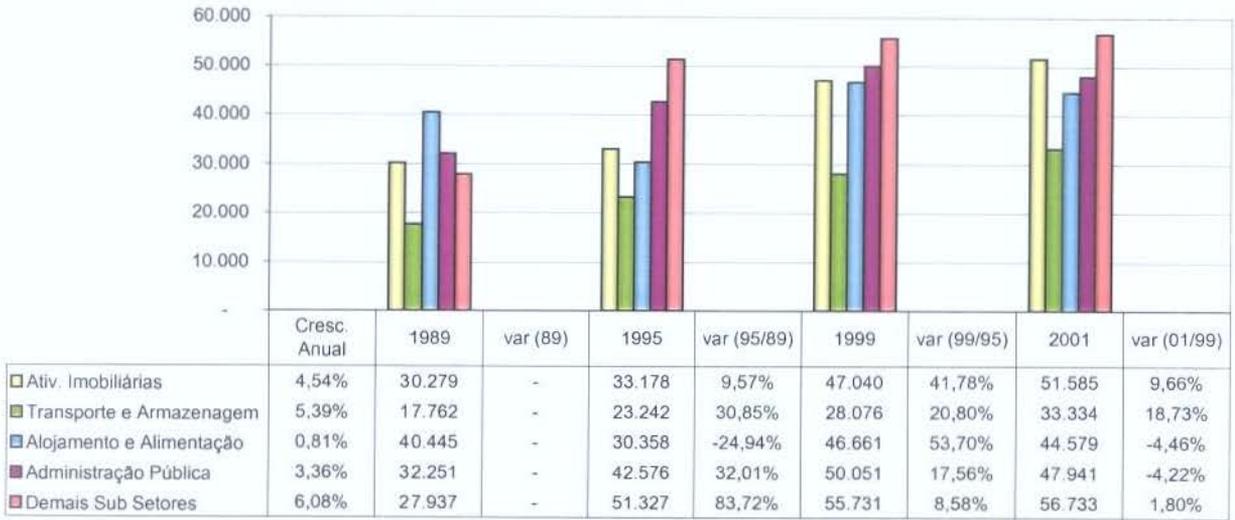
Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

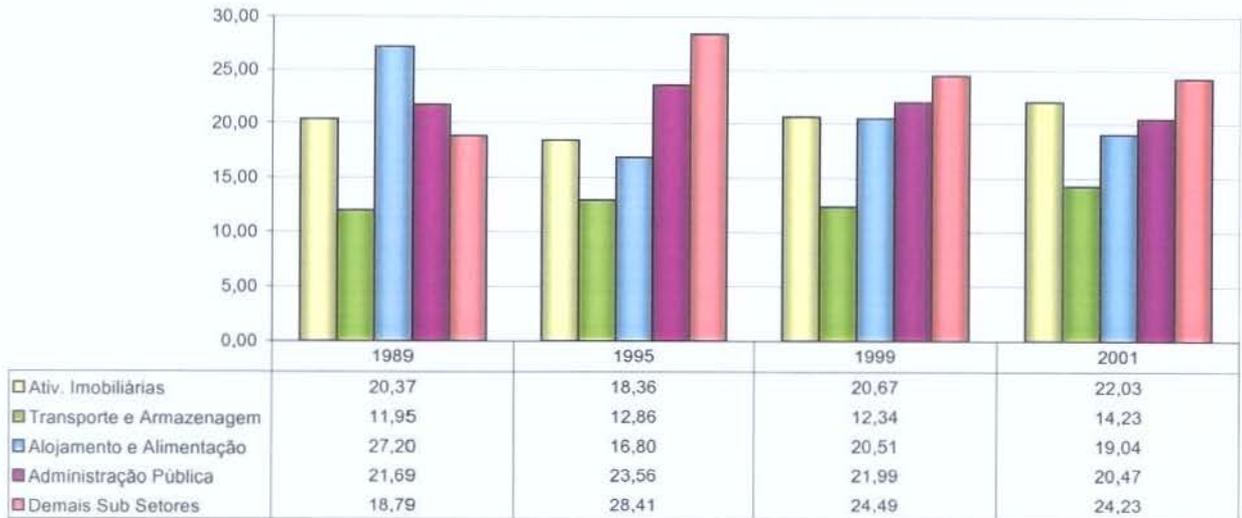
Os gráficos a seguir, permitem uma melhor visualização das mudanças, em termos absolutos e relativos, dos quatro mais importantes sub-setores dos Serviços entre 89 e 2001. Notemos que, os sub-setores que aparecem como os maiores em números de empregados podem não ser os mais importantes em termos de estabelecimentos. Alguns sub-setores são caracterizados por grandes contingentes de empregados alocados em um estabelecimento, não obstante, outros sub-setores podem ser caracterizados por um maior atomismo dos empregados distribuídos em um número maior de estabelecimentos¹³.

¹³ Isso será mais bem identificado quando for tratado do número de estabelecimentos por sub-setores por porte dos Serviços mais adiante.

**4 Maiores Sub Setores - Serviços
Número de Empregados**



**4 Maiores Sub Setores - Serviços
Empregados (em %)**



A partir da análise da remuneração média de dezembro em salários mínimos algumas modificações foram notadas. Assim, como na participação relativa, foram identificadas mudanças nas posições entre os sub-setores que mais pagavam e os que menos pagavam entre 89-2001.

Em ordem crescente, em 89, os três sub-setores que menos pagavam foram Alojamento e Alimentação (3,12 salários mínimos), saúde e Serviços Sociais (3,74 salários mínimos) e Transporte e Armazenagem (4,22 salários mínimos). A diferença entre as remunerações médias pagas pelos setores que menos pagavam foi de 1,10 salários mínimos.

Os três sub-setores que mais pagavam naquele ano foram Intermediação Financeira (11,18 salários mínimos), Ensino (5,25 salários mínimos) e Administração Pública (5,02 salários mínimos). Identificou-se uma diferença de 6,16 salários mínimos entre a maior e a menor remuneração média paga pelos setores que mais pagavam em 89.

Em 2001, os sub-setores com menor remuneração média foram Alojamento e Alimentação (3,40 salários mínimos), Atividades Imobiliárias (4,69 salários mínimos) e Saúde e Serviços Sociais (4,71 salários mínimos). Por sua vez, a diferença entre os menores e os maiores salários pagos entre os sub-setores que menos pagavam foi de 1,31 salários mínimos.

Os sub-setores que mais pagavam foram Intermediação Financeira (10,41 salários mínimos), Ensino (9,86 salários mínimos) e Administração Pública (6,27 salários mínimos). A diferença entre as menores e maiores remunerações dos sub-setores que mais pagavam foi de 4,14 salários mínimos.

No período 89-2001, a diferença entre os sub-setores com as menores remunerações médias pagas aumentou de 1,10 salários mínimos para 1,31 salários mínimos (“gap” entre os 3 sub-setores com as menores remunerações médias) e a diferença entre os sub-setores que mais pagavam caiu de 6,16 para 4,14 salários mínimos (“gap” entre os 3 sub-setores com as maiores remunerações médias).

Isto indica uma divergência na região nos sub-setores dos Serviços, por um lado, os sub-setores que menos pagavam, continuaram a pagar baixos salários, o que piorou a distribuição dos salários médios e caracterizando ainda mais estes sub-setores como sendo de baixa remuneração e qualificação da mão-de-obra. Por outro lado, as diferenças entre os sub-setores que mais pagavam indicaram uma convergência dos salários médios pagos e caracterizaram estes sub-setores como sendo de maior

qualificação e com maior homogeneidade da qualificação da mão-de-obra apesar das diferentes atividades desenvolvidas.

Remuneração por Sub-setores - 01				
em SM	1989	1995	1999	2001
Intermediação Financeira	11,18	15,10	13,52	10,41
Ativ. Imobiliárias	4,41	6,17	5,63	4,69
Transporte e Armazenagem	4,22	5,74	6,25	5,49
Alojamento e Alimentação	3,12	3,92	4,00	3,40
Saúde e Serviços Sociais	3,74	5,22	5,60	4,71
Ensino	5,25	11,27	10,34	9,86
Administração Pública	5,02	7,99	9,99	6,27
Total	4,86	7,34	7,22	5,72

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Da análise do número de empregados por porte do estabelecimento, utilizando os conceitos de micro, pequena, média e grande empresas do SEBRAE, foi identificado que, em 89, estavam empregados em micro empresas (até 09 empregados) 30.246 empregados; nas pequenas (de 10 a 49 empregados), 35.210 empregados; nas médias empresas (de 50 a 99 empregados), 38.122 empregados e nas grandes empresas (com mais de 99 empregados), 45.096 empregados.

Em 2001, estes valores mudaram indicando um aumento na participação de todos os tipos de estabelecimentos (micro, pequenas, médias e grandes empresas) na região quanto ao número de empregados. Os números de empregados em cada tipo de estabelecimento passaram a ser 53.860 empregados nas micro, aumento de 78,07%; 49.254 nas pequenas, aumento de 39,88%; 48.910 nas médias, aumento de 28,29%; e 82.148 nas grandes empresas, aumento de 82,16%, ou seja, todos os tipos de estabelecimentos, tiveram aumento, principalmente os grandes, que quase dobraram o número de empregados.

Exceção feita aos grandes e médios estabelecimentos de Intermediação Financeira e Alojamento e Alimentação, todos os demais sub-setores apresentaram aumento no número de empregados formais.

Empregados por porte do estabelecimento 1989 - 01					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	1.143	6.884	4.063	3.243	15.333
Ativ. Imobiliárias	9.816	8.397	9.045	3.021	30.279
Transporte e Armazenagem	2.855	6.065	5.545	3.297	17.762
Alojamento e Alimentação	11.875	10.212	12.088	6.270	40.445
Saúde e Serviços Sociais	1.325	1.347	2.885	1.873	7.430
Ensino	1.000	1.245	529	2.400	5.174
Administração Pública	2.232	1.060	3.967	24.992	32.251
Total	30.246	35.210	38.122	45.096	148.674

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Empregados por porte do estabelecimento 2001 - 01					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	3.647	4.062	2.638	0	10.347
Ativ. Imobiliárias	17.843	11.528	17.642	4.572	51.585
Transporte e Armazenagem	6.152	10.742	6.704	9.736	33.334
Alojamento e Alimentação	17.189	14.759	8.254	4.377	44.579
Saúde e Serviços Sociais	5.325	2.541	7.080	5.102	20.048
Ensino	3.412	4.962	2.876	15.088	26.338
Administração Pública	292	660	3.716	43.273	47.941
Total	53.860	49.254	48.910	82.148	234.172

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Os pequenos e micro estabelecimentos criaram 37.660 postos de trabalho no período, os estabelecimentos de tamanho médio criaram 10.790 postos e os grandes estabelecimentos criaram 37.050 postos de trabalho!!!

Estabelecimentos por Sub-setores - 01				
	1989	1995	1999	2001
Intermediação Financeira	308	629	671	740
Ativ. Imobiliárias	2.991	4.103	5.201	5.457
Transporte e Armazenagem	682	1.251	1.722	1.981
Alojamento e Alimentação	3.590	3.850	4.673	4.998
Saúde e Serviços Sociais	534	1.956	2.625	2.830
Ensino	248	604	834	879
Administração Pública	1.038	96	98	88
Total	9.391	12.489	15.824	16.973

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Quanto ao número de estabelecimentos, a região de Campinas apresentou um acréscimo de 7.580 estabelecimentos no período de 1989 a 2001 (aumento de 80,73%). Deste total, 3.098 estabelecimentos (40,86%) foram abertos no período de 1989 a 1995 e o restante dos estabelecimentos foram abertos nos 6 anos seguintes (59,14%).

Estabelecimentos por Sub-setores - 01				
em %	1989	1995	1999	2001
Intermediação Financeira	3,28	5,04	4,24	4,36
Ativ. Imobiliárias	31,85	32,85	32,87	32,15
Transporte e Armazenagem	7,26	10,02	10,88	11,67
Alojamento e Alimentação	38,23	30,83	29,53	29,45
Saúde e Serviços Sociais	5,69	15,66	16,59	16,67
Ensino	2,64	4,84	5,27	5,18
Administração Pública	11,05	0,77	0,62	0,52
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS-Mte

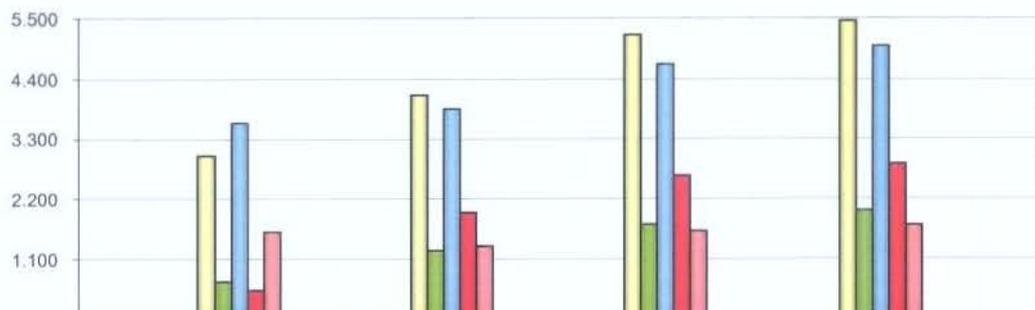
Elaboração própria

Em termos relativos, em 1989, os 3 maiores sub-setores da Indústria eram, em ordem decrescente, Alojamento e Alimentação (38,23%), Atividades Imobiliárias (31,85%) e Administração Pública (11,05%), que somados respondiam por 81,13% do total de estabelecimentos da região. Em 2001, houve mudanças e os 3 maiores sub-setores passaram a ser Atividades Imobiliárias (32,15%), Alojamento e Alimentação (29,45%) e Saúde e Serviços Sociais (16,67%), que somados totalizavam 78,27% do total daquele ano.

Estas informações sugerem um enxugamento do sub-setor Administração Pública, a perda de importância do sub-setor de Alojamento e Alimentação e a ascensão dos sub-setores de Saúde e Serviços Médicos e de Transporte e Armazenagem. Além disso, indicam que, somente 3 sub-setores dos Serviços, detêm 80,00% dos estabelecimentos.

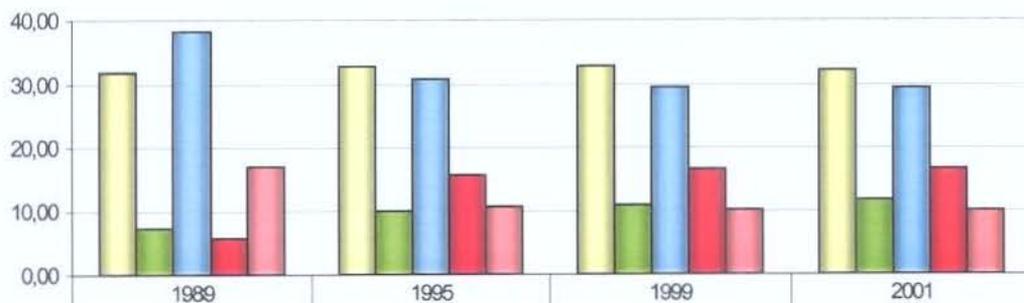
Os gráficos a seguir, mostram de um modo mais fácil de ser visualizado a mudança, em termos absolutos e relativos, dos quatro mais importantes sub-setores dos Serviços entre 89 e 2001. Alguns sub-setores são caracterizados por grandes contingentes de empregados alocados em um estabelecimento como Ensino, Saúde e Administração Pública, não obstante, outros sub-setores podem ser caracterizados por um maior atomismo dos empregados distribuídos em um número maior de estabelecimentos, como Atividades Imobiliárias e Prestação de Serviços às Empresas.

**4 Maiores Sub Setores - Serviços
Número de Estabelecimentos**



	Cresc. Anual	1989	var (89)	1995	var (95/89)	1999	var (99/95)	2001	var (01/99)
Ativ. Imobiliárias	5,14%	2.991	-	4.103	37,18%	5.201	26,76%	5.457	4,92%
Transporte e Armazenagem	9,29%	682	-	1.251	83,43%	1.722	37,65%	1.981	15,04%
Alojamento e Alimentação	2,80%	3.590	-	3.850	7,24%	4.673	21,38%	4.998	6,95%
Saúde e Serviços Sociais	14,91%	534	-	1.956	266,29%	2.625	34,20%	2.830	7,81%
Demais Sub Setores	0,57%	1.594	-	1.329	-16,62%	1.603	20,62%	1.707	6,49%

**4 Maiores Sub Setores - Serviços
Estabelecimentos (em %)**



	1989	1995	1999	2001
Ativ. Imobiliárias	31,85	32,85	32,87	32,15
Transporte e Armazenagem	7,26	10,02	10,88	11,67
Alojamento e Alimentação	38,23	30,83	29,53	29,45
Saúde e Serviços Sociais	5,69	15,66	16,59	16,67
Demais Sub Setores	16,97	10,64	10,13	10,06

Quanto ao número de estabelecimentos, em 89, havia 8.280 estabelecimentos de tamanho micro (até 09 empregados), 879 de tamanho pequeno (de 10 a 49 empregados), 196 de tamanho médio empresas (de 50 a 99 empregados) e 36 grandes estabelecimentos (com mais de 99 empregados).

Para o ano de 2001, os micro estabelecimentos atingiram o patamar de 15.439 estabelecimentos (aumento de 86,46%); os pequenos, de 1.242 estabelecimentos (aumento de 41,29%); os médios, de 243 estabelecimentos (aumento de 23,98%) e os grandes, aumentando para 49 estabelecimentos (aumento de 36,11%).

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1989 - 01					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	113	167	24	4	308
Ativ. Imobiliárias	2.724	217	46	4	2.991
Transporte e Armazenagem	500	143	34	5	682
Alojamento e Alimentação	3.262	262	59	7	3.590
Saúde e Serviços Sociais	484	36	12	2	534
Ensino	214	29	4	1	248
Administração Pública	983	25	17	13	1.038
Total	8.280	879	196	36	9.391

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 2001 - 01					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	601	127	12	0	740
Ativ. Imobiliárias	5.083	280	89	5	5.457
Transporte e Armazenagem	1.676	261	34	10	1.981
Alojamento e Alimentação	4.562	384	47	5	4.998
Saúde e Serviços Sociais	2.736	58	30	6	2.830
Ensino	743	117	16	3	879
Administração Pública	38	15	15	20	88
Total	15.439	1.242	243	49	16.973

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Os principais setores que tiveram aumento no número de microestabelecimentos foram Atividades Imobiliárias, Transporte e Armazenagem e Alojamento e Alimentação. Juntos, em 89, totalizavam 7.786 estabelecimentos, atingindo em 2001, um total de 11.321 estabelecimentos (aumento de 45,40%).

Junto aos pequenos estabelecimentos, os sub-setores que mais aumentaram quanto ao número de estabelecimentos Transporte e Armazenagem, Alojamento e

Alimentação e Ensino, passaram de 434 estabelecimentos, em 89, para 762 estabelecimentos em 2001, um aumento de 75,57%.

Dentre as PME's, o sub-setor que se retraiu quanto ao número de estabelecimentos foi Administração Pública passou de 1.008 estabelecimentos para 53 estabelecimentos (queda de 94,74%) no período analisado.

Principais Municípios

Dentre os municípios da Região de Governo de Campinas, escolhemos Americana, Campinas e Indaiatuba para levantarmos indicadores sócio-econômicos municipais apenas em caráter descritivo. Maiores análises em nível municipal requerem uma maior focalização do objeto em questão o que não cabe neste trabalho, pois as análises estão em um plano regional do que municipal.

Os municípios escolhidos o foram porque: Campinas é a sede da Região de Governo (e futura Região Metropolitana) , além de ser o município que concentra a maior parte do emprego industrial e de serviços dentro da região; Americana foi escolhida por ser o centro do pólo têxtil que leva o seu nome, pólo este que passou por forte reestruturação ao longo dos anos 90 e; Indaiatuba foi escolhida por ser um dos municípios que receberam novos investimentos nos anos 90, principalmente na Indústria de Material de Transporte, aumentando a desconcentração no setor automobilístico e autopeças (concentrados no ABC).

Obviamente, algumas injustiças foram cometidas, por exemplo, ter deixado de fora os municípios de Paulínia (pólo petroquímico), Jaguariúna (grande aporte de investimentos industriais nos anos 90), Mogi's (concentração de indústrias na Metal-mecânica), entre outras neste levantamento descritivo.

Indicadores Sócio-Econômicos Municipais - 01			
	Americana	Campinas	Indaiatuba
Área (Em km2)	144,0	887,0	299,0
Dens. Demog. (Habitantes/Km2)	1.268,0	1.092,9	491,8
VAF Total (em Mio de Reais de 99)	1.547,6	5.877,1	834,3
VAF Indústria (em Mio de Reais de 99)	1.169,0	2.961,5	434,7
VAF Comércio (em Mio de Reais de 99)	144,7	1.618,5	125,2
VAF Agricultura (em Mio de Reais de 99)	5,5	11,0	2,5
VAF Serviços (em Mio de Reais de 99)	163,1	1.073,7	95,9
VAF Outros (em Mio de Reais de 99)	65,4	212,5	176,2
Crédito Rural Total (em Mio de Reais de 2000)	62,9	14,0	1,9
Crédito Rural Agric. (em Mio de Reais de 2000)	62,8	13,8	1,5
Crédito Rural Pec. (em Mio de Reais de 2000)	0,1	0,2	0,5
IDHM	0,840	0,852	0,829
Ranking IDHM	19	8	36
% Abastecimento Água	97,82	97,30	94,37
% Coleta de Lixo	99,63	98,85	98,89
Leitos SUS/1000 habitantes	2,16	1,75	2,26
Número de Habitantes por Veículos	2,26	2,08	2,61
Frota de Veículos Total	81.802	470.803	58.190
Frota de Automóveis	55.089	347.002	35.670
Frota de Ônibus	803	2.742	213
Frota de Caminhões	2.984	14.652	2.157
Consumo Energia Elétrica Resid. (em MWh)	134.739	781.539	98.565
Consumo Energia Elétrica Ind. (em MWh)	807	24.369	10.892
Consumo Energia Elétrica Rural (em MWh)	903.211	595.609	155.946
Consumo Energia Elétrica Serv./Com. (em MWh)	59.573	471.993	34.524

Fonte: www.seade.gov.br

Elaboração própria

Mio - milhões

VAF, Frota - ano 2001

Demog., Crédito Rural, IDH, Água, Lixo, Leitos SUS/1000 hab. - ano 2000

Energia - ano 1997

Foram levantados os Índices de Especialização para os anos de 1989 e 2001, tanto para os sub-setores da Indústria, quanto para os sub-setores dos Serviços nos mesmos municípios selecionados.

Índices de Especialização 1989-2001 - 01						
Indústria	Americana		Campinas		Indaiatuba	
	1989	2001	1989	2001	1989	2001
Extr. Mineral	0,03	0,21	0,40	0,50	0,28	0,66
Min. Não Met.	0,06	0,10	0,51	0,42	1,35	1,18
Ind. Metal.	0,12	0,31	0,91	0,83	2,49	1,46
Ind. Mecânica	0,88	0,86	1,18	1,33	1,63	1,05
Elet. e Comun.	0,25	0,64	2,33	1,67	0,53	1,42
Mat. Transp.	0,00	0,04	1,27	1,55	0,76	2,00
Mad. e Mobil.	0,20	0,39	0,74	0,47	1,16	0,98
Papel e Graf.	0,10	0,33	0,59	0,65	0,08	0,36
Borr. Fum. Couro	1,27	1,93	1,16	1,59	0,13	0,32
Ind. Química	0,14	0,21	0,76	0,93	0,56	1,21
Ind. Têxtil	5,35	5,44	0,30	0,38	1,73	1,39
Ind. Calçados	0,03	0,02	0,40	0,06	0,05	0,00
Alim. e Bedidas	0,03	0,36	1,08	0,99	0,13	0,09
Serviços Util. Púb.	0,30	0,44	2,34	2,36	0,01	0,42
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Índices de Especialização 1989-2001 - 01						
Serviços	Americana		Campinas		Indaiatuba	
	1989	2001	1989	2001	1989	2001
Intermediação financeira	0,96	0,73	1,34	1,01	1,31	0,58
Ativ. Imobiliárias	0,98	1,19	1,14	1,00	1,10	1,06
Transporte e Armazenagem	1,50	1,41	0,95	1,45	0,85	0,69
Alojamento e Alimentação	1,61	0,82	1,32	1,15	0,72	0,97
Saúde e Serviços Sociais	0,88	2,07	1,50	1,23	2,28	1,37
Ensino	0,60	1,06	2,78	2,46	0,78	1,40
Administração Pública	0,49	0,61	0,49	0,41	0,98	0,98
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Considerações Finais

A Região de Governo de Campinas apresentou um grande dinamismo ao longo dos anos 90, mesmo com a abertura comercial pela qual o país teve várias de suas cadeias produtivas desarticuladas.

A região, historicamente, sempre esteve a frente, em termos de desenvolvimento no processo de interiorização da indústria paulista (Negri, 1996). No período de expansão da economia cafeeira, Campinas e seu entorno, acabaram se tornando um centro econômico regional do interior “próximo” (à RMSP) concentrando, inclusive, parte da indústria que se instalava a partir dos anos 30 para atender tanto ao complexo cafeeiro quanto a expansão da malha ferroviária (indústria Metalúrgica, Material de Transporte, etc.) e do processo de urbanização (fluxos migratórios do Oeste Paulista rumo a RMSP e o interior “próximo”), que incentivaram a indústria Têxtil e de Confecções e Alimentos e Bebidas.

Quanto a contraposição Indústria e Serviços, entre 1989 e 2001, a primeira perdeu 227,6 Milhões de Reais em termos de massa salarial, enquanto a segunda, ganhou 616,9 Milhões de Reais em massa salarial. Em ambos os setores, houve aumento do salário médio, no entanto, os salários dos empregos gerados nos Serviços são 18,18% menores que os salários da Indústria, mostrando uma diferença explícita entre os dois setores. Como explicações podemos adotar a idéia de atividades que requerem menores qualificações dos empregados frente a Indústria e menor grau de sindicalização.

Na Indústria, houve estreitamento do “gap” dos sub-setores com as menores remunerações médias e com as maiores também. Essa convergência aponta para uma maior homogeneidade da mão-de-obra, da sua qualificação técnica-científica e das necessidades requeridas pelos sub-setores. Enquanto isso, nos Serviços houve um alargamento do “gap” dos sub-setores com as menores remunerações médias e estreitamento do “gap” dos sub-setores com as maiores remunerações médias pagas.

Com isso, podemos concluir que na região existe uma clara separação entre dois tipos de serviços, aqueles que exigem maiores qualificações e aqueles que exigem menores qualificações. Isso, por sua vez, refletir-se-á na qualidade dos serviços prestados, no entanto, esta afirmação só pode ser confirmada fazendo-se uma análise em

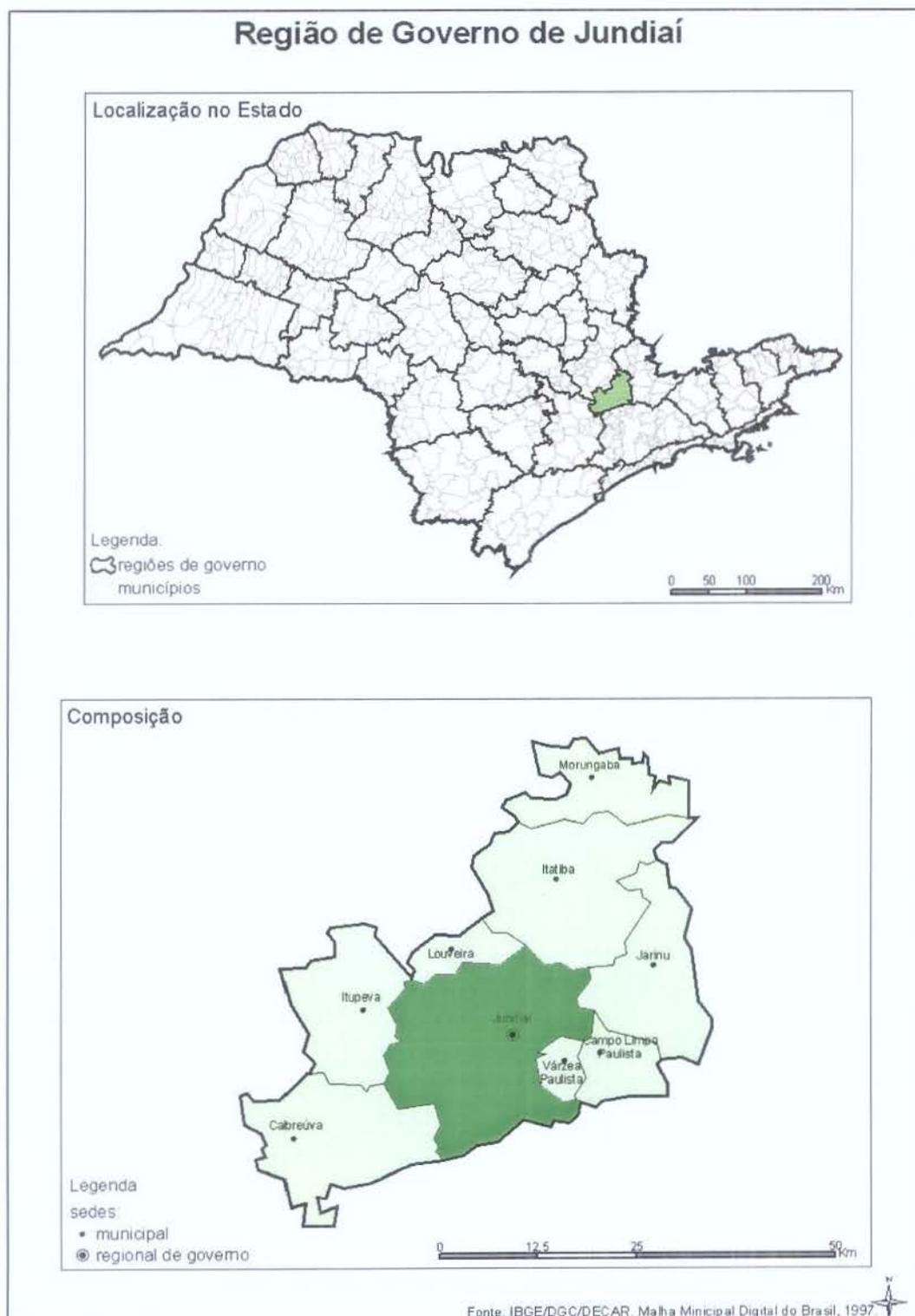
nível de Atividades CNAE (maior nível de desagregação) contra grau de instrução e remuneração média.

A partir dos dados individuais de cada um dos municípios, pode ser criada uma tipologia dos Serviços a partir da sua articulação com a Indústria e com o município onde está inserida tais atividades.

Quanto as respostas às perguntas centrais dessa monografia, não confirmou-se a desconcentração industrial na região (se levarmos em conta o número de estabelecimentos formais), houve apenas redução no número de empregados. Nesse caso, os Serviços não compensaram uma possível desconcentração industrial, mas compensaram, sim, a queda do número de empregados, aumentando a participação no total do emprego industrial de São Paulo de 7,89%, em 89, para 9,64% em 2001, reiterando as informações levantadas na revisão bibliográfica (Negri, 1996) de aumento da importância do interior de São Paulo no emprego industrial.

3.2. Região de Governo de Jundiaí

Caracterização da Região de Governo de Jundiaí¹⁴



¹⁴ A elaboração da caracterização da Região de Governo de Jundiaí foi feita a partir da compilação de informações obtidas em sites municipais e institucionais da região.

A Região de Governo de Jundiaí é composta pelos municípios de Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Morungaba e Várzea Paulista. Formada por esses municípios, a região possui vantagens locais por estar localizada entre duas das regiões de maior dinamismo econômico do estado de São Paulo, a Região de Governo de Campinas e a Região Metropolitana de São Paulo, na área entre as Rodovias Anhangüera e Bandeirantes. Ela tem sido objeto de interesse por parte de empresas que instalam novas plantas industriais fora da RMSP, fugindo dos seus custos de aglomeração.

Uma outra vantagem da região é a associação do desenvolvimento de condomínios industriais com infra-estrutura de ponta ao mesmo tempo em que os municípios apresentam alto padrão de qualidade de vida, ou seja, apresenta os requisitos que as empresas necessitam com o “ar interiorano” que as pessoas buscam para viver fora das metrópoles.

A partir de informações coletadas junto a sites municipais dos principais municípios, destacou-se o incentivo e a capacitação de profissionais em todos os segmentos do turismo na região¹⁵ patrocinado pelo *Jundiaí Convention & Visitors Bureau*. Por trás disto estão estudos que apontam o turismo como um dos segmentos que mais crescem em todo o mundo, movimentando outros 52 setores da economia. Em números, temos que na década de 90, do PIB mundial, 10,0% coube ao turismo. São gerados receitas da ordem de US\$ 500 bilhões/ano e fomenta 250 milhões de empregos.

No Brasil, apesar de toda a falta de organização do setor e do baixo aproveitamento do potencial turístico do país, em 2000, as receitas de turismo representaram 3,0% do PIB, com a entrada de US\$ 20 bilhões e 4,8 milhões de turistas, sendo o país, líder do crescimento do turismo nas Américas.

Dentro deste contexto, o interior do estado de São Paulo apresenta um grande potencial turístico a ser explorado através de técnicas de planejamento turístico, da concepção a execução destes planos, criando ao mesmo tempo uma identidade turística para o interior, como o turismo rural, o radical (esportes), o agroturismo e o ecoturismo.

Na região destaca-se o turismo destinado a visita de fazendas e sítios produtores de fruta (uva, pêssigo, nectarina, ameixa, morango, etc.), produtos artesanais como geléias, compotas e mel, produção de vinhos e licores de frutas, passeios à cavalo,

¹⁵ Ver www.judiaieregiaoovb.com

trilhas na serra (do Japi), restaurantes com comidas típicas de fazenda entre outros. Outros roteiros são o conhecimento da imigração italiana para a região com a produção de uvas e vinhos e o ciclo do café, além do próprio turismo rural incluindo educação ambiental.

Em sintonia com isso, foi criado, em outubro de 2002, pelo governo estadual, o Pólo Turístico do Circuito das Frutas, englobando os municípios de Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Valinhos e Vinhedo (parte da Região de Governo de Campinas e da Região de Governo de Jundiaí) e suas produções de frutas como uva, morango, figo, pêssego, goiaba e caqui. A criação de pólo visa a elaboração de um calendário oficial de festas de produtores (como a festa da Uva e a festa do Figo), além do desenvolvimento das atividades turísticas, com visitas às fazendas e degustação das frutas entre outras coisas. Isso tem por meta desenvolver não somente atividades turísticas, mas também rurais, científicas, culturais, de lazer e de ecoturismo.

É tão forte a presença das atividades ligadas à produção de frutas, que neste ano, a escola de samba Sociedade Rosas de Ouro homenageou a região, levando ao Sambódromo o grande desenvolvimento da região, a força da produção das frutas e a qualidade de vida de seus municípios, das mais altas do país identificados no Circuito das Frutas.

Ademais, podemos apontar também a intenção da região se tornar um pólo de entretenimento, identificado em empreendimentos com o Hopi Hari, o Wet n'Wild e a Country City (recém construída) às margens da Rodovia dos Bandeirantes feitos para conquistar os momentos de lazer dos habitantes da região e das metrópoles ao seu entorno, como a fuga do *stress* e a falta de opções de entretenimento deste tipo nessas áreas.

Alguns municípios e suas características:

A origem de **Jundiaí**¹⁶ remonta ao século XVII, no entanto foi com o café no século XIX que a cidade se tornou um importante centro produtor, fortemente influenciado pela instalação da ferrovia Santos-Jundiaí além de ter se tornado local de importantes entroncamentos. No século XIX, a cidade recebeu grandes levas de imigrantes italianos que se adaptaram a região e trouxeram o cultivo de uvas. Na cidade, desde a metade do século XX, as atividades que mais se destacaram foram a indústria

¹⁶ Ver www.jundiai.sp.gov.br

metalúrgica e a indústria alimentícia, constituindo no município um dos maiores parques industriais do Brasil e da América Latina.

O município tem como ponto forte a posição logística privilegiada, que vem atraindo empresas de logística para sua localidade. Possui excelente infra-estrutura instalada (malha viária e ferroviária, gás encanado, abastecimento e tratamento de água, etc.) a espera das empresas que desejem lá se instalar. É a oitava economia do estado e a 21ª cidade para se investir no país, além de possuir a 3ª melhor renda do estado. Apresenta importantes resultados de programas sociais, melhorando seus índices de desenvolvimento social (erradicação de favelas, programa de capacitação de professores da rede de ensino municipal, descentralização do atendimento à saúde – criação de postos de saúde e hospitais, saúde da família, etc.).

Apresenta uma população de 323.397 habitantes (em 2000), crescimento populacional de 1,25% ao ano (1991-2000) e um PIB estimado em US\$ 2,4 bilhões (em 1997). Seu IDH a coloca em quinto lugar no estado de São Paulo e em segundo lugar entre as cidades com mais de 200 mil habitantes.

Morungaba¹⁷ surgiu como qualquer outra cidade do Brasil, erguia-se uma capela, um entreposto comercial e as casas ao redor no século XIX (por volta de 1880-90). A região onde está localizada o município foi evitada pelos bandeirantes devido a dificuldade naturais do relevo. Somente com a expansão do café para o Oeste Paulista é que estabeleceu-se uma povoação que se transformou em distrito de Itatiba (1891). Com a chegada dos imigrantes italianos, a região começou a dar forma a sua estrutura social, econômica e seus costumes baseados nos primeiros habitantes imigrantes.

Em 1965, a região emancipou-se, dando início a fase mais recente de sua história política e em 1994 foi elevada a condição de estância climática. Fazendo divisa com municípios como Pedreira, Amparo, Tuiuti e Bragança Paulista, tem no Rio Jaguari um divisor com esses e por possuir corredeiras, é utilizado para esportes como o “bóia-cross”. Apresenta também um grande parque ecológico com excelente infra-estrutura e com uma mostra da natureza invejável, objeto de grande parte do turismo da estância de Morungaba. A cidade firma-se como um dos principais pólos nacionais de adestramento de cavalos e ginetes.

¹⁷ Ver www.morungaba.sp.gov.br

Cabreúva¹⁸ foi fundada no século XVIII por um membro da família Martins e Ramos de Itú, na região da Serra do Japi, de clima ameno e terras férteis. Nessa época, estabeleceu-se a produção de aguardente, tornando a cidade a Terra da Pinga. Somente um século após é que se erigiu uma capela e em 1856 é que se ergue a matriz atual. O nome da cidade vem de uma árvore chamada de Árvore da Coruja (Kaburé-Iwa), tornando também seu símbolo.

Louveira¹⁹ foi emancipada em 1953, sendo antes distrito de Vinhedo e anteriormente, pertencente a Jundiaí. A origem remonta também aos imigrantes que na região se instalaram e também possui laços com a produção de uvas. O município entre 1992 e 1997 teve um grande desenvolvimento sócio-econômico passando de município economicamente dinâmico e de baixo desenvolvimento social para município-pólo.

Itatiba²⁰ consegue associar o desenvolvimento e o clima de cidade pequena do interior com seus 82 mil habitantes. A cidade é reconhecida pelo seu setor moveleiro, além de possuir potenciais turísticos devido ao seu clima e suas construções do século XIX. Busca-se no município o desenvolvimento sustentável a fim de manter a qualidade de vida na localidade. Itatiba fez, em sua origem, parte de Jundiaí como uma vila de Jundiaí, no século XIX e em 1887 a vila tornou-se Itatiba.

Inicialmente, a região foi influenciada pela expansão cafeeira e pela instalação de uma ferrovia. Na década de 1930, com a crise do café, a cidade passou a concentrar-se mais na produção de têxteis, calçados e fósforos. Nos anos 60, instalaram-se as primeiras indústrias do setor moveleiro, que mais tarde confeririam o título de Capital Brasileira do Móvel Colonial. A cidade também é conhecida como Princesa da Colina por estar encravada em colinas e com grande beleza natural.

A cidade possui inúmeros programas de caráter sócio-ambiental como revitalização de áreas públicas, preservação de recursos naturais, manutenção de áreas de mananciais, conservação do solo, produção e consumo de alimentos sem agrotóxicos, produção de plantas medicinais, coleta seletiva de lixo, conservação e conscientização da preservação do Rio Atibaia, entre outros programas.

¹⁸ Ver www.cabreuva.sp.gov.br

¹⁹ Ver www.jundiaieregiaocvb.com

²⁰ Ver www.itatiba.sp.gov.br

Análise dos Grandes Setores

Para o conjunto de municípios que compõem a Região de Governo de Jundiaí, os números mostram que a região contava com 142.047 postos de trabalho formais em 89, caindo para 140.782 em 95 e atingindo o patamar de 170.883 postos de trabalho formais em 2001. Assim, houve a criação, entre 89 e 2001, de 28.800 empregos formais, um aumento de 20,3% em relação ao estoque de trabalhadores do ano de 1989.

Note-se que a região não só conseguiu recuperar o nível de empregos de 89, como atingiu um patamar acima em quase 10,0% para o ano de 99 e um aumento de mais 10,0% até 2001. Segundo os dados da RAIS-Mte²¹, entretanto, esta análise da macrorregião esconde diferenças no que concerne à dinâmica entre os municípios. Por exemplo, municípios muito dinâmicos, que tiveram um saldo líquido positivo muito grande de empregos, podem ocultar possíveis saldos negativos de empregos formais em outros, garantindo o aumento do nível de emprego para toda a região visto de forma macro.

Dentro da região, o único dos grandes setores que apresentou perda líquida de empregos foi a Indústria de Transformação. Passou de um total de 73.000 empregados em 89, para 59.300 em 2001 (portanto, um decréscimo de 18,8% no total de empregados de 1989). Visualizando isto de outra forma, as empresas deste setor fecharam 1 em cada 5 postos de trabalho formais no período 89-2001. Entre 95-2001, a Indústria perdeu 5.400 empregos, porém com uma elevação de 917 milhões no valor adicionado fiscal da região.

Uma outra observação que merece ser feita é que o emprego na Indústria de Transformação como um todo, caiu em termos absolutos entre 89 e 95, tendo uma recuperação no período de 99 e 2001, em grande parte devido ao fim da paridade cambial do Plano Real e conseqüente desvalorização da moeda brasileira.

Nesta região, a Construção Civil não acompanhou a redução do emprego industrial, aumentando em 36,7% o estoque de trabalhadores formais em relação a 89 (passou de 3.600 empregados para 4.900 empregados em 2001).

Destacaram-se ainda os setores Agropecuários, Comércio e Serviços que contribuíram para o aumento do nível de emprego dentro da região. Para a Agropecuária, o aumento foi de 1.700 postos de trabalho entre 89 e 2001. Vale ressaltar

²¹ Todas as tabelas são de elaboração própria, feitas a partir das fontes citadas abaixo de cada uma delas.

que tanto a Construção Civil quanto a Agropecuária, são setores normalmente caracterizados pela baixa formalização dos contratos de trabalho por um lado e por outro lado, pela baixa consistência das declarações prestadas pelos estabelecimentos empregadores em 89, visto pela redução do número de Outros que praticamente desapareceram no intervalo estudado.

O setor Comércio criou 4.300 empregos formais no período 89-95 e 11.800 no período 95-2001, com um aumento no valor adicionado fiscal de 215 milhões de Reais no período. Grande parte desse movimento foi propiciado pelo aumento da concorrência no setor de comércio varejista, principalmente com a entrada de grandes redes estrangeiras de hipermercados.

Já o setor Serviços, passou de 43.900 empregos formais em 89 para 72.600 em 2001, um aumento de 65,3% no nível de empregados formais de 89. Verificou-se também um aumento de 375 milhões de Reais no valor adicionado fiscal, no período de 95-2001, para um aumento de aproximadamente 23.900 empregos.

Empregados por Grandes Setores - 02				
	1989	1995	1999	2001
Indústria	72.991	64.700	55.698	59.262
Construção Civil	3.594	4.763	4.746	4.914
Comércio	14.882	19.241	26.350	31.008
Serviços	43.927	48.763	63.852	72.623
Agropecuária	1.300	2.727	2.885	3.076
Outros/Ignorados	5.353	588	1	
Total	142.047	140.782	153.532	170.883

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Valor Adicionado Fiscal - 02				
em Milhão R\$	1995	1997	1999	2001
Valor Adicionado Indústria	4.173	4.645	4.334	5.090
Valor Adicionado Comércio	1.219	1.080	1.221	1.434
Valor Adicionado Agricultura	21	21	27	32
Valor Adicionado Serviços	437	632	691	812
Valor Adicionado Outros	610	317	168	197
Valor Adicionado Total	6.461	6.695	6.442	7.565

Fonte: www.seade.gov.br

Valores em R\$ de 2001

Quanto à remuneração média, no período 89-99, mesmo setores em que houve redução no nível de empregos, como a Indústria, a remuneração média paga em dezembro do ano corrente aumentou, indicando que a massa salarial caiu proporcionalmente menos que o número de postos de trabalho, ocasionando este aumento do salário médio neste setor.

Remuneração por Grandes Setores - 02				
em SM	1989	1995	1999	2001
Indústria	6,40	7,87	7,11	6,14
Construção Civil	2,77	4,78	4,56	3,67
Comércio	2,93	4,52	4,57	3,73
Serviços	3,55	5,40	4,99	4,23
Agropecuária	1,89	2,13	2,49	2,09
Outros/Ignorados	6,25	3,74	2,96	
Total	5,01	6,32	5,63	4,75

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

SM - salários mínimos

Elaboração própria

No entanto, entre 99 e 2001, o que se verificou foi um grande achatamento salarial médio, pois apesar do aumento do número de empregados formais, houve uma redução da massa salarial paga, ocasionando a redução propriamente dita do salário médio pago em dezembro. De um lado, o emprego aumentou 11,3% e de outro, a massa salarial caiu em 7,1%. Isso resultou em uma queda percentual do salário médio de 15,6% pago aos trabalhadores em dezembro de 2001.

Na Indústria, o aumento foi de 6,4 salários mínimos em 89 para 7,11 salários mínimos em 99, caindo para 6,14 salários mínimos em dezembro de 2001. Na Construção Civil, tal aumento foi de 2,77 salários mínimos para 4,56 salários mínimos, também caindo para 3,67 salários mínimos em dezembro 2001²².

O Comércio possibilitou um aumento de 2,93 salários mínimos para 4,57 salários mínimos, caindo para 3,73 salários mínimos em 2001; a Agropecuária, de 1,89 para 2,49 salários mínimos, caindo para 2,09 salários mínimos em 2001.

O setor de Serviços que pagava em 89, 3,55 salários mínimos em dezembro daquele ano, passou a pagar 4,99 salários mínimos em dezembro de 99 e caiu para 4,23 salários mínimos em 2001.

²² Como em todo o trabalho foi utilizado a mesma metodologia e a fim de tornar o mesmo menos repetitivo, não será descrito como salário médio pago em dezembro de 2001. Será descrito como salários mínimos em 2001.

Se compararmos os salários médios pagos pela Indústria e pelo setor de Serviços, em 89, o setor de serviços pagava um salário correspondente a apenas 55,47% do salário pago pela Indústria, passou a pagar em 2001, um salário correspondente a 68,89% daquele.

Estabelecimentos por Grandes Setores - 02				
	1989	1995	1999	2001
Indústria	1.288	1.500	1.659	1.769
Construção Civil	179	336	381	405
Comércio	2.295	3.424	4.197	4.736
Serviços	2.191	2.829	3.626	3.952
Agropecuária	124	557	608	640
Outros/Ignorados	364	95	1	
Total	6.441	8.741	10.472	11.502

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Do número de estabelecimentos por grandes setores, a região de Jundiaí teve um aumento de aproximadamente 5.100 estabelecimentos entre 89 e 2001. Passou de 6.441 estabelecimentos para 11.502 estabelecimentos em 2001.

Mesmo com a redução do número de empregados formais na Indústria, houve aumento no número de estabelecimentos de aproximadamente 37,3%, passando de 1.288 para 1.769 estabelecimentos em 2001. Na Construção Civil, também houve aumento de estabelecimentos, de 179 para 405 em 2001.

Comércio e Serviços apresentaram os maiores acréscimos no número de estabelecimentos; no setor Comércio, o aumento foi de 2.440 estabelecimentos entre 89-2001, já no setor Serviços, o aumento foi de 1.760 estabelecimentos. O maior aumento relativo de estabelecimentos foi na Agropecuária, 416%, passando de 124 para 640 estabelecimentos no período analisado.

Grande parte desse aumento acréscimo de estabelecimentos, para não dizer a totalidade, advém de pequenos e médios estabelecimentos que surgiram no período como a forma que as pessoas, que estavam perdendo seus postos de trabalho, encontraram de subsistir e tentar manter tanto os níveis de renda do período anterior, como mesmo para se manter incluído na sociedade, evitando, assim, a exclusão e a marginalidade que ascenderam grandemente nos anos 90. Para isso, estabeleciam-se novos estabelecimentos de comércio varejista, de prestação de serviço (autônomos), pequenas empresas industriais que atuam como “terceiras” das grandes empresas

(normalmente criadas por ex-empregados) em certas atividades (segurança, limpeza, alimentação, etc.), entre outras.

Quanto à qualificação dos empregados, essa região também apresentou melhorias quanto ao grau de instrução dos empregados formais das empresas da região de Jundiaí. De um modo geral, nos níveis médio e superior, houve aumentos na participação relativa dessas classes de empregados entre os anos de 89 e 99. Em contrapartida, a camada de empregados com baixo grau de instrução, até primeiro grau completo, teve sua participação reduzida ao longo do tempo.

Empregados por Grau de Instrução - 02				
em %	1989	1995	1999	2001
Analfabeto	2,34	1,50	1,41	0,92
4.Ser. Incomp.	12,72	10,27	6,90	5,53
4.Ser. Comp.	32,17	23,29	17,51	14,29
8.Ser. Incomp.	19,88	21,72	17,85	15,75
8.Ser. Comp.	12,51	16,09	21,14	22,18
Subtotal baixo	79,63	72,87	64,81	58,66
2.Gr. Incomp.	6,14	7,87	9,57	10,27
2.Gr. Comp.	6,45	10,10	16,12	20,75
Subtotal médio	12,58	17,98	25,69	31,02
Sup. Incomp.	2,20	2,63	2,76	3,07
Sup. Comp.	4,39	6,06	6,74	7,24
Ignorado	1,20	0,46	0,00	0,00
Subtotal superior	7,79	9,15	9,50	10,31
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Nessa categoria a redução da participação relativa foi de 79,6% para 58,7% do total de empregados formais, um número que pode ser considerado muito elevado, representando que 6 em cada 10 empregados formais têm somente até o primeiro grau completo no ano de 2001. Novamente, aqui se encontra um dilema: Qual a explicação para essa redução do número de trabalhadores com baixo grau de instrução? No mínimo duas respostas podem ser aplicadas, um processo de melhoria no nível de instrução dos empregados formais de todos os setores ao longo do tempo e/ou uma maior incidência do desemprego sobre essa camada de trabalhadores.

Essa região por ser uma região de recente processo de industrialização e urbanização, principalmente após os anos 70, acabou por necessitar de uma massa de trabalhadores mais preparados e qualificados para realizar as funções demandadas em cada uma das empresas que se instalaram na região entre finais dos anos 70 e início dos anos 80, sejam elas na Indústria, Comércio, Serviços e mesmo na Agropecuária. Isso é claramente evidenciado pelas proporções de empregados com nível médio de instrução (passou de 12,6% do total em 89 para 31,0% do total em 2001) e com nível superior (passou de 6,6% para 10,3% em 2001).

Empregados por Porte do Estabelecimento - 02				
	1989	1995	1999	2001
Até 4	4,62	6,56	7,10	6,97
De 5 a 9	4,51	6,46	7,19	7,15
De 10 a 19	6,04	7,51	8,19	8,56
De 20 a 49	10,12	10,47	11,09	12,23
De 50 a 99	7,39	8,27	9,16	9,24
De 100 a 249	15,22	17,68	15,84	16,33
De 250 a 499	14,46	13,58	16,30	14,69
De 500 a 999	15,59	15,33	11,14	10,64
1000 ou mais	22,05	14,15	14,01	14,19
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

O total de empregados em estabelecimentos pequenos tiveram a sua participação relativa no total de empregados ampliada de 32,7% em 89 para 44,1% em 2001 (empresas de 0 a 99 empregados; essa não é classificação correta, pois como se trata do total dos grandes setores, existem diferenças entre Comércio e Serviços e a Indústria na classificação do tipo de estabelecimento por número de empregados).

Isso mostra a importância que tais estabelecimentos passaram a ter para o desenvolvimento das regiões e seus municípios, pois como a dinâmica é ditada pelas grandes empresas instaladas em cada localidade, restou aos pequenos e médios estabelecimentos, uma participação secundária na economia, porém não menos importante. Esses estabelecimentos passaram a ser os criadores líquidos de empregos, em um momento em que as grandes empresas passavam por reestruturações produtivas/organizacionais.

As empresas de tamanho médio, de 100 a 499 empregados, para esta região, tiveram sua participação ampliada de 29,7% em 89 para 31,0% em 2001. As grandes, no entanto, como era de se esperar e já adiantado anteriormente, tiveram sua participação relativa reduzida de 37,6% em 89 para 24,8% em 2001. Vale lembrar que o impacto da redução de empregos por parte das grandes empresas, em termos absolutos, é muito maior do que o impacto das demissões na empresas de tamanho médio, além do que, para absorver todo o contingente dispensado pelas grandes empresas é necessário um aumento muito grande no número de estabelecimentos de micro e pequenas empresas para contrabalançar os efeitos sócio-econômicos da redução de postos de trabalhos naquelas.

Remuneração por Porte do Estabelecimento - 02				
em SM	1989	1995	1999	2001
Até 4	1,77	2,76	3,02	2,62
De 5 a 9	2,37	3,60	3,86	3,41
De 10 a 19	3,21	4,63	4,41	3,66
De 20 a 49	3,97	5,47	5,10	4,22
De 50 a 99	4,55	5,86	6,00	4,84
De 100 a 249	5,32	6,48	5,57	5,23
De 250 a 499	5,07	7,08	6,68	5,72
De 500 a 999	5,84	7,52	6,31	5,18
1000 ou mais	6,53	8,80	7,02	5,63
Total	5,01	6,32	5,63	4,75

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

A remuneração média de dezembro de cada um dos anos indica uma correlação direta entre o porte do estabelecimento e a remuneração média paga aos empregados de cada uma das categorias (micro, pequenas, médias e grandes empresas). Em 89, os estabelecimentos com até 4 empregados pagavam aproximadamente $\frac{1}{4}$ do que pagavam as empresas com mais de 1000 empregados. Em 2001, a relação de salários modificou-se, as micro-empresas passaram a representar mais de 46,5% dos salários que era pago pelas empresas com mais de 1000 empregados.

Da análise dos grandes setores para a Região de Governo de Jundiaí, pudemos depreender que a Indústria teve seu tamanho reduzido (em relação ao número de empregados) ao longo dos anos 90 pela perda do dinamismo econômico da década e pelos processos de reestruturação das GE's, que tiveram forte impacto sobre a estrutura

produtiva industrial, no entanto, não se refletiu sobre o emprego na Construção Civil da região.

Quanto aos demais setores da economia, apresentaram aumento no número de postos de trabalho formais, Serviços, Comércio e Agricultura. Algumas qualificações são necessárias para explicar o ocorrido. Para o setor Serviços, houve um forte aumento das empresas “terceirizadas” como fruto das mudanças estratégicas postas em práticas pelas GE’s industriais e de pequenas e médias empresas como forma de subsistência das pessoas atingidas pela onda de desemprego crescente desde o final dos anos 80.

O setor Comércio também teve aumento significativo na região, como já explicitado anteriormente, devido a concentração intra-setorial ocorrida, com a “invasão” do mercado por grandes redes de super e hipermercados (sub-setor de comércio varejista), em sua maior parte, de capital estrangeiro.

O aumento identificado na Agropecuária, em grande parte, está relacionado à melhoria nas informações (RAIS) prestadas ao governo apontada pela redução no número de empregados na categoria Outros/Ignorados.

Para essa região, a elevação do número de empregados nos Serviços conseguiu compensar, com folga, a perda de postos de trabalho formais pela Indústria. Essa região conseguiu responder positivamente a pergunta se o crescimento dos Serviços conseguiriam compensar a retração da Indústria.

Quanto a Construção Civil, uma possível explicação para a continuidade do crescimento desse setor é a instalação de um grande número de condomínios industriais e mesmo residenciais, que têm atraído tanto empresas quanto pessoas físicas a se mudarem para a região de Jundiáí.

Passemos a uma análise em outro nível de agregação, tentando mapear os movimentos dos sub-setores da Indústria e dos Serviços.

Análise da Indústria

Na Indústria, identificou-se uma queda no número de empregados formais, vista na análise dos grandes setores. Nesta parte, será feito um levantamento dos setores que mais perderam e, se houver, aqueles que criaram postos de trabalho formais. A redução na região foi 13,7 mil empregos, segundo dados da RAIS-Mte, no período de 89-2001.

A dinâmica do emprego nos sub-setores da indústria, através dos dados da RAIS-Mte, indicam que parte dos setores apresentou queda no número de postos de trabalho, enquanto outra parte apresentou um aumento ou manutenção dos níveis de emprego de 89. As maiores quedas entre 89-2001 foram registradas nos sub-setores Têxteis e de Confecções (-2.900 empregados), Calçados (-4.100 empregados, praticamente desaparecendo na região), Madeira e Mobiliário (-3.000 empregados), Mecânica (-2.300 empregados) e Minerais Não-Metálicos (-2.000 empregados).

Empregados por Sub-setores - 02				
	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	253	277	262	246
Min. Não Met.	7.491	4.596	5.009	5.449
Metalúrgica	11.457	10.848	8.916	9.580
Mecânica	6.091	3.093	2.937	3.780
Elet. e Comun.	3.372	2.098	2.489	2.669
Mat. Transp.	3.168	2.488	2.509	2.966
Mad. e Mobil.	4.998	3.524	2.274	1.929
Papel e Graf.	2.346	2.662	2.513	2.798
Borr. Fum. Couro	2.231	1.818	1.663	2.271
Química	7.373	8.050	7.974	8.958
Têxtil e Confecções	12.405	10.017	9.091	9.497
Calçados	4.195	2.799	60	12
Alim. e Bebidas	7.390	9.407	8.740	8.317
Serviços Util. Púb.	221	3.023	1.261	790
Total	72.991	64.700	55.698	59.262

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Os setores que apresentaram aumento significativo do emprego formal foram Alimentos e Bebidas (+1.000 empregos) e Química (+1.600 empregados), os demais ou somente se mantiveram nos níveis de 89 ou o aumento foi inferior a 500 empregos. Vale notar que, ao longo do período analisado, 89-2001 (12 anos), a região perdeu em média 1.100 empregos formais por ano. Isso demonstra não somente uma retração econômica como também, a falta de políticas que fomentassem o desenvolvimento da região e a criação de novas ocupações e atividades industriais ou mesmo outras.

Quanto à participação de cada sub-setor no total da indústria, houve algumas mudanças relativas entre os três setores que mais empregam na região. Em ordem decrescente, em 89, o sub-setor que respondia pela maior parte do emprego industrial era a Indústria Têxtil, 17,0%, seguida pela Indústria Metalúrgica, 15,7% e em terceiro lugar a Indústria de Minerais Não-Metálicos, com 10,3% do total.

Em 2001, essa ordem se alterou, a Indústria Metalúrgica subiu para 16,2% da participação no emprego industrial da região. A Indústria Têxtil passou para o segundo lugar com 16,0% e o sub-setor da Indústria Química, que não estava entre os três maiores sub-setores, agora é o terceiro, com 15,1% do emprego industrial total da Região de Governo de Jundiá.

Empregados por Sub-setores - 02				
em %	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	0,35	0,43	0,47	0,42
Min. Não Met.	10,26	7,10	8,99	9,19
Metalúrgica	15,70	16,77	16,01	16,17
Mecânica	8,34	4,78	5,27	6,38
Elet. e Comun.	4,62	3,24	4,47	4,50
Mat. Transp.	4,34	3,85	4,50	5,00
Mad. e Mobil.	6,85	5,45	4,08	3,26
Papel e Graf.	3,21	4,11	4,51	4,72
Borr. Fum. Couro	3,06	2,81	2,99	3,83
Química	10,10	12,44	14,32	15,12
Têxtil e Confecções	17,00	15,48	16,32	16,03
Calçados	5,75	4,33	0,11	0,02
Alim. e Bedidas	10,12	14,54	15,69	14,03
Serviços Util. Púb.	0,30	4,67	2,26	1,33
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

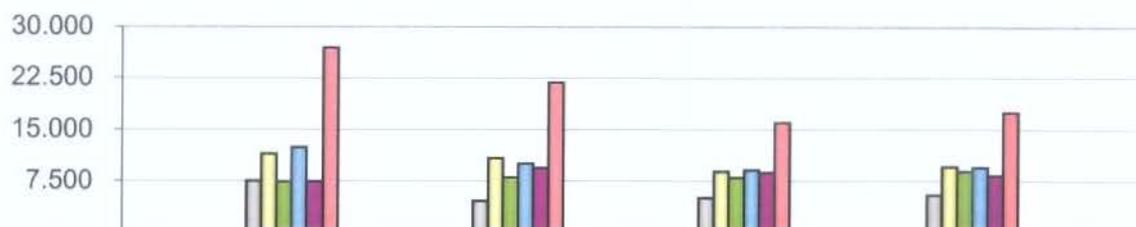
Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Os gráficos a seguir, mostram de um modo mais fácil de ser visualizada a mudança, em termos absolutos e relativos, dos cinco mais importantes sub-setores da Indústria entre 89 e 2001. Notemos que, os sub-setores que aparecem como os maiores em números de empregados podem não ser os mais importantes em termos de estabelecimentos. Alguns sub-setores são caracterizados por grandes contingentes de empregados alocados em uma mesma planta produtiva ou estabelecimento, não obstante, outros sub-setores podem ser caracterizados por um maior atomismo dos empregados distribuídos em um número maior de estabelecimentos²³.

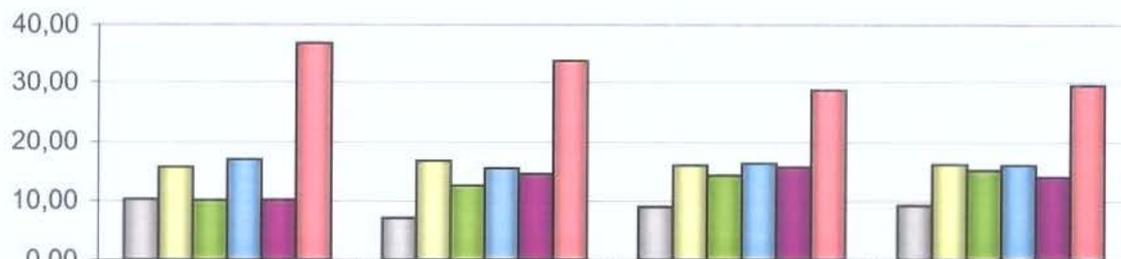
²³ Isso será mais bem identificado quando for tratado do número de estabelecimentos por sub-setores da Indústria mais adiante.

5 Maiores Sub-setores - Indústria Número de Empregados



	Cresc. Anual	1989	var (89)	1995	var (95/89)	1999	var (99/95)	2001	var (01/99)
Min. Não Met.	-2,62%	7.491	-	4.596	-38,65%	5.009	8,99%	5.449	8,78%
Metalúrgica	-1,48%	11.457	-	10.848	-5,32%	8.916	-17,81%	9.580	7,45%
Química	1,64%	7.373	-	8.050	9,18%	7.974	-0,94%	8.958	12,34%
Têxtil e Confecções	-2,20%	12.405	-	10.017	-19,25%	9.091	-9,24%	9.497	4,47%
Alim. e Bedidas	0,99%	7.390	-	9.407	27,29%	8.740	-7,09%	8.317	-4,84%
Demais Sub Setores	-3,53%	26.875	-	21.782	-18,95%	15.968	-26,69%	17.461	9,35%

5 Maiores Sub-setores - Indústria Empregados (em %)



	1989	1995	1999	2001
Min. Não Metálicos	10,26	7,10	8,99	9,19
Metalúrgica	15,70	16,77	16,01	16,17
Química	10,10	12,44	14,32	15,12
Têxtil e Confecções	17,00	15,48	16,32	16,03
Alim. e Bedidas	10,12	14,54	15,69	14,03
Demais Sub Setores	36,82	33,67	28,67	29,46



A partir da análise da remuneração média de dezembro em salários mínimos algumas modificações foram notadas. Assim, como na participação relativa, foram identificadas mudanças nas posições entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos e os com os menores salários médios pagos entre 89-2001.

Em ordem crescente, em 89, os quatro sub-setores com os menores salários médios pagos foram a Indústria Extrativa Mineral (2,16 salários mínimos), a Indústria de Madeira e Mobiliário (3,53 salários mínimos), a Indústria Têxtil e de Confecções (4,17 salários mínimos) e os Serviços Industriais de Utilidade Pública (4,63 salários mínimos). A diferença entre as remunerações médias pagas pelos setores com os menores salários médios pagos foi de 2,47 salários mínimos.

Os quatro sub-setores com os maiores salários médios pagos naquele ano foram a Indústria de Material Elétrico e de Comunicações (8,85 salários mínimos), a Indústria Mecânica (8,67 salários mínimos), a Indústria de Material de Transporte (8,54 salários mínimos) e a Indústria Metalúrgica (8,43 salários mínimos). Identificou-se uma diferença de 0,42 salários mínimos entre a maior e a menor remuneração média paga pelos setores com os maiores salários médios pagos em 89.

Em 2001, os sub-setores com menor remuneração média foram a Indústria de Calçados (1,94 salários mínimos), a Indústria Têxtil e de Confecções (3,65 salários mínimos), a Indústria Extrativa Mineral (4,13 salários mínimos) e a Indústria de Madeira e do Mobiliário (4,67 salários mínimos). Por sua vez, a diferença entre os menores e os maiores salários pagos entre os sub-setores com os menores salários médios pagos foi de 2,73 salários mínimos.

Os sub-setores com os maiores salários médios pagos foram a Indústria de Material de Transporte (9,20 salários mínimos), a Indústria Metalúrgica (8,22 salários mínimos), a Indústria Química (7,44 salários mínimos) e a Indústria Mecânica (7,27 salários mínimos). A diferença entre as menores e maiores remunerações dos sub-setores com os maiores salários médios pagos foi de 1,93 salários mínimos.

No período 89-2001, a diferença entre as menores remunerações médias pagas aumentou, de 2,47 salários mínimos para 2,73 salários mínimos e a diferença entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos o aumento foi maior, aumentando de 0,42 para 1,93 salários mínimos. Isto indica uma maior diversificação da região pelos sub-setores da Indústria visto no aumento da diferença entre as remunerações médias

pagas, tanto entre os setores com menores remunerações, quanto entre os setores de maior remuneração. Se a região tivesse uma maior predominância de alguns setores, a tendência seria que os salários médios convergissem com o tempo, tanto entre os maiores, quanto entre os menores salários pagos pelos sub-setores.

Remuneração por Sub-setores - 02				
em SM	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	2,16	3,44	4,52	4,13
Min. Não Met.	5,30	6,39	5,95	5,25
Metalúrgica	8,43	10,50	9,91	8,22
Mecânica	8,67	11,97	8,77	7,27
Elet. e Comun.	8,85	8,65	7,64	6,07
Mat. Transp.	8,54	11,27	10,43	9,20
Mad. e Mobil.	3,53	5,33	5,20	4,67
Papel e Graf.	4,99	8,31	7,54	5,78
Borr. Fum. Couro	5,86	6,17	6,17	6,69
Química	7,36	8,50	8,19	7,44
Têxtil e Confecções	4,17	5,03	4,41	3,65
Calçados	8,36	5,67	1,91	1,94
Alim. e Bedidas	4,85	7,30	5,72	4,70
Serviços Util. Púb.	4,63	8,70	7,13	4,94
Total	6,40	7,87	7,11	6,14

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Da análise do número de empregados por porte do estabelecimento, utilizando os conceitos de micro, pequena, média e grande empresas do SEBRAE, foi identificado que, em 89, estavam empregados em micro empresas (até 19 empregados) 4.971 empregados; nas pequenas (de 20 a 99 empregados), 9.284 empregados; nas médias empresas (de 100 a 499 empregados), 22.598 empregados e nas grandes empresas (com mais de 499 empregados), 36.138 empregados.

Em 2001, estes valores mudaram indicando um aumento da participação das micro, pequenas e médias empresas na região quanto ao número de empregados e um queda da participação das grandes empresas. Os números de empregados em cada tipo de empresa passaram a ser 7.382 empregados nas micro, aumento de 48,50%; 13.761 nas pequenas, aumento de 48,22%; 25.649 nas médias, aumento de 13,50%; e 12.470 nas grandes empresas, uma redução de 65,49%, ou seja, foram encerrados 2 em cada 3 empregos formais em grandes empresas.

Empregados por porte do estabelecimento 1989 - 02					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	162	91	0	0	253
Min. Não Met.	686	1.147	1.779	3.879	7.491
Metalúrgica	413	1.340	1.845	7.859	11.457
Mecânica	403	1.115	3.228	1.345	6.091
Elet. e Comun.	132	289	1.610	1.341	3.372
Mat. Transp.	5	79	326	2.758	3.168
Mad. e Mobil.	1.030	717	224	3.027	4.998
Papel e Graf.	235	582	1.529	0	2.346
Borr. Fum. Couro	248	387	834	762	2.231
Química	451	983	2.553	3.386	7.373
Têxtil e Confecções	576	1.555	4.770	5.504	12.405
Calçados	90	0	255	3.850	4.195
Alim. e Bedidas	463	855	3.645	2.427	7.390
Serviços Util. Púb.	77	144	0	0	221
Total	4.971	9.284	22.598	36.138	72.991

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Empregados por porte do estabelecimento 2001 - 02					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	101	145	0	0	246
Min. Não Met.	839	1.283	2.556	771	5.449
Metalúrgica	1.229	1.959	2.940	3.452	9.580
Mecânica	626	1.294	1.860	0	3.780
Elet. e Comun.	221	596	1.099	753	2.669
Mat. Transp.	182	448	1.487	849	2.966
Mad. e Mobil.	666	622	641	0	1.929
Papel e Graf.	512	669	1.617	0	2.798
Borr. Fum. Couro	263	822	1.186	0	2.271
Química	864	2.772	4.507	815	8.958
Têxtil e Confecções	728	1.115	4.861	2.793	9.497
Calçados	12	0	0	0	12
Alim. e Bedidas	1.082	1.773	2.425	3.037	8.317
Serviços Util. Púb.	57	263	470	0	790
Total	7.382	13.761	25.649	12.470	59.262

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Quanto ao número de estabelecimentos, a região de Jundiaí apresentou um acréscimo de 481 estabelecimentos no período de 1989 a 2001 (aumento de 37,34%). Deste total, 212 estabelecimentos (44,07%) foram abertos no período de 1989 a 1995 e o restante dos estabelecimentos foram abertos nos 6 anos seguintes (55,93%).

Estabelecimentos por Sub-setores - 02				
	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	42	33	29	28
Min. Não Met.	194	187	202	201
Metalúrgica	142	211	260	274
Mecânica	107	82	104	138
Elet. e Comun.	38	31	40	49
Mat. Transp.	8	35	42	44
Mad. e Mobil.	197	192	160	153
Papel e Graf.	64	97	111	118
Borr. Fum. Couro	64	55	52	61
Química	99	140	180	221
Têxtil e Confeções	169	187	185	193
Calçados	24	11	6	2
Alim. e Bebidas	119	220	269	272
Serviços Util. Púb.	21	19	19	15
Total	1.288	1.500	1.659	1.769

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Em termos relativos, em 1989, os 3 maiores sub-setores da Indústria eram, em ordem decrescente, a Indústria de Madeira e do Mobiliário (15,30%), a Indústria de Minerais Não-metálicos (15,06%) e a Indústria Têxtil e de Confeções (13,12%), que somados respondiam por 43,48% do total de estabelecimentos da região. Em 2001, houve mudanças e os 3 maiores sub-setores passaram a ser a Indústria Metalúrgica (15,49%), a Indústria de Alimentos e de Bebidas (15,38%) e a Indústria Química (12,49%), que somados totalizam 43,36%. A parcela dos 3 maiores sub-setores praticamente não se alterou no período analisado, no entanto, a mudança foi radical quanto aos sub-setores, pois os 3 sub-setores, que eram os primeiros em 1989, deixaram de ser os mais importantes para a região quanto ao número de estabelecimentos.

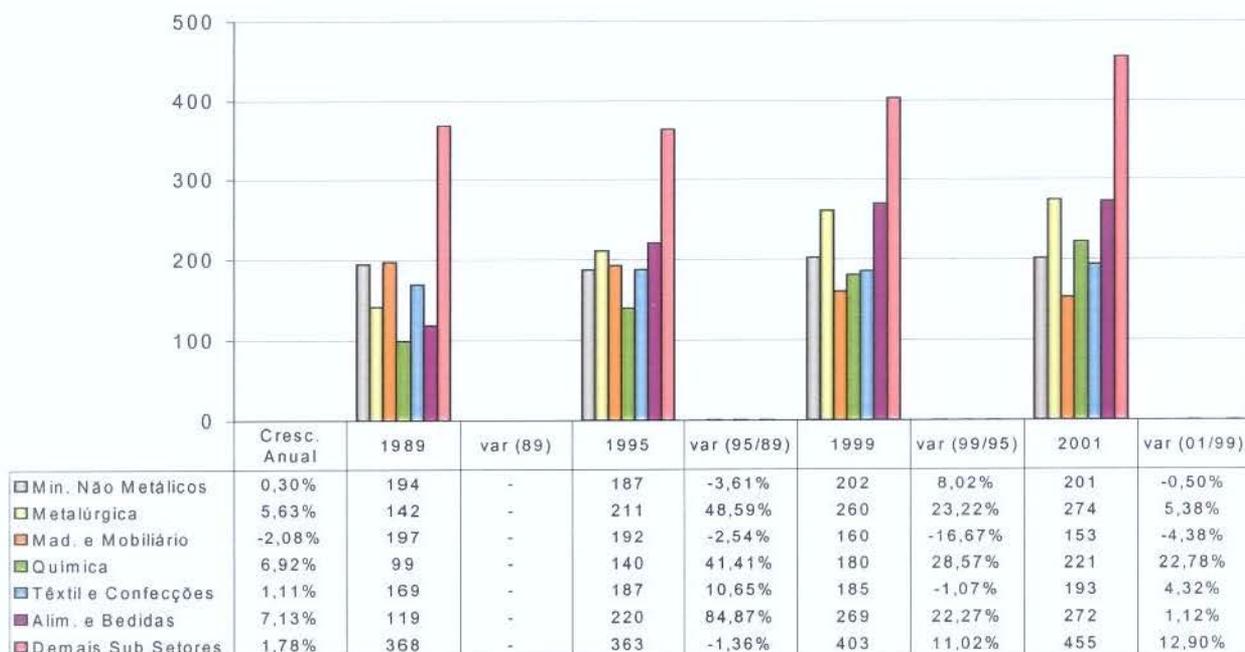
Isso aponta para uma mudança dos principais sub-setores que caracterizam a região. Em 1989, os setores característicos eram a Indústria de Móveis e do Mobiliário, concentrada na produções de móveis coloniais em Itatiba, a Indústria de Minerais Não-metálicos, com a produção de louças e produtos a base de cerâmica e a Indústria Têxtil e de Confeções, sempre presente na estrutura produtiva do país, no momento em que a economia ainda era fechada e com produção de artigos de baixo valor agregado.

Estabelecimentos por Sub-setores - 02				
em %	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	3,26	2,20	1,75	1,58
Min. Não Met.	15,06	12,47	12,18	11,36
Metalúrgica	11,02	14,07	15,67	15,49
Mecânica	8,31	5,47	6,27	7,80
Elet. e Comun.	2,95	2,07	2,41	2,77
Mat. Transp.	0,62	2,33	2,53	2,49
Mad. e Mobil.	15,30	12,80	9,64	8,65
Papel e Graf.	4,97	6,47	6,69	6,67
Borr. Fum. Couro	4,97	3,67	3,13	3,45
Química	7,69	9,33	10,85	12,49
Têxtil e Confecções	13,12	12,47	11,15	10,91
Calçados	1,86	0,73	0,36	0,11
Alim. e Bedidas	9,24	14,67	16,21	15,38
Serviços Util. Púb.	1,63	1,27	1,15	0,85
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

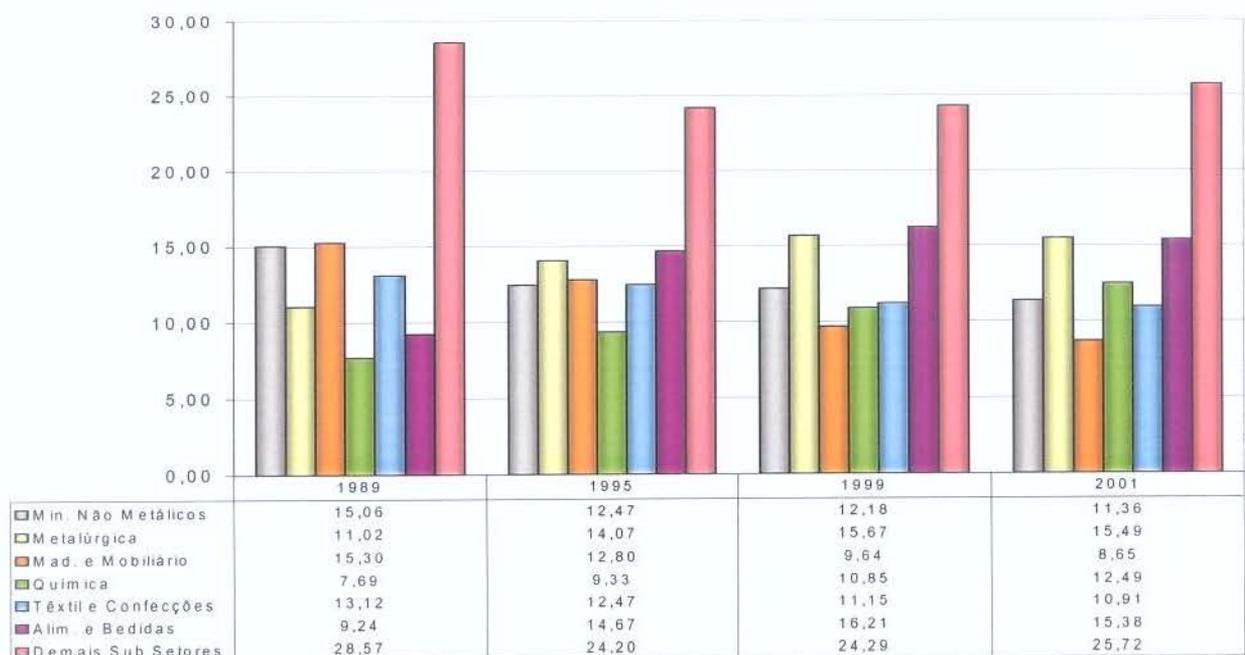
Fonte: RAIS-Mte
Elaboração própria

Alguns sub-setores da Indústria simplesmente desapareceram dentre aqueles que possuíam empresas de tamanho grande, como a Indústria Mecânica, a Indústria de Madeira e Mobiliário, a Indústria da Borracha, Fumo e Couro e a Indústria de Calçados. Tais sub-setores tiveram o tamanho de seus estabelecimentos reduzidos, ou seja, onde haviam grandes estabelecimentos, estes foram reduzindo o número de empregados formais passando de grande para média a classificação do estabelecimento pelo número de empregados. Isto pode ser visto claramente pelo número de estabelecimentos de grande porte, que reduziu-se ao longo do período.

**6 Maiores Sub Setores - Indústria
Número de Estabelecimentos**



**6 Maiores Sub Setores - Indústria
Estabelecimentos (em %)**



Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1989 - 02					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	40	2	0	0	42
Min. Não Met.	152	28	10	4	194
Metalúrgica	103	26	10	3	142
Mecânica	63	26	16	2	107
Elet. e Comun.	21	8	7	2	38
Mat. Transp.	3	2	1	2	8
Mad. e Mobil.	170	22	2	3	197
Papel e Graf.	44	14	6	0	64
Borr. Fum. Couro	49	9	5	1	64
Química	63	19	13	4	99
Têxtil e Confecções	105	36	20	8	169
Calçados	20	0	2	2	24
Alim. e Bedidas	84	18	15	2	119
Serviços Util. Púb.	18	3	0	0	21
Total	935	213	107	33	1.288

Fonte: RAIS-Mte
Elaboração própria

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 2001 - 02					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	25	3	0	0	28
Min. Não Met.	159	33	8	1	201
Metalúrgica	211	45	16	2	274
Mecânica	97	32	9	0	138
Elet. e Comun.	31	13	4	1	49
Mat. Transp.	29	8	6	1	44
Mad. e Mobil.	132	18	3	0	153
Papel e Graf.	98	14	6	0	118
Borr. Fum. Couro	41	16	4	0	61
Química	136	63	21	1	221
Têxtil e Confecções	141	27	21	4	193
Calçados	2	0	0	0	2
Alim. e Bedidas	211	42	14	5	272
Serviços Util. Púb.	7	6	2	0	15
Total	1.320	320	114	15	1.769

Fonte: RAIS-Mte
Elaboração própria

Quanto ao número de estabelecimentos por porte do estabelecimento, em 89, haviam 935 estabelecimentos de tamanho micro (até 19 empregados), 213 de tamanho pequeno (de 20 a 99 empregados), 107 de tamanho médio empresas (de 100 a 499 empregados) e 33 grandes estabelecimentos (com mais de 499 empregados).

Para o ano de 2001, os micro estabelecimentos atingiram o patamar de 1.320 estabelecimentos (aumento de 41,17%); os pequenos, de 320 estabelecimentos (aumento de 50,23%); os médios, de 114 estabelecimentos (aumento de 6,54%) e os grandes, caíram para 15 estabelecimentos (redução de 54,54%).

Os principais setores que tiveram aumento no número de micro estabelecimentos foram a Indústria Metalúrgica, a Indústria Química, a Indústria Têxtil e de Confecções e a Indústria de Alimentos e Bebidas. Juntos, em 89, totalizavam 355 estabelecimentos, atingindo em 2001, um total de 699 estabelecimentos (aumento de 96,90%).

Junto aos pequenos estabelecimentos, os sub-setores que mais aumentaram quanto ao número de estabelecimentos foram a Indústria Metalúrgica, a Indústria Química e a Indústria de Alimentos e Bebidas, passaram de 63 estabelecimentos, em 89, para 150 estabelecimentos em 2001, um aumento de 138,09%.

Dentre as PME's, o sub-setor que se retraiu quanto ao número de estabelecimentos foi a Indústria de Madeira e do Mobiliário passou de 192 estabelecimentos para 150 estabelecimentos (queda de 21,87%) no período analisado.

Análise dos Serviços

Nos Serviços, identificou-se um aumento no número de empregados formais, visto na análise dos grandes setores. Nesta parte, será feito um levantamento dos setores que mais ganharam e aqueles que perderam postos de trabalho formais. O aumento na região foi 28.700 empregos, segundo dados da RAIS-Mte, no período de 89-2001.

Empregados por Sub-setores - 02				
	1989	1995	1999	2001
Intermediação financeira	2.925	2.061	1.753	1.762
Ativ. Imobiliárias	7.246	15.932	21.934	23.478
Transporte e Armazenagem	4.177	5.479	6.196	8.241
Alojamento e Alimentação	21.684	10.121	16.679	20.014
Saúde e Serviços Sociais	2.414	4.946	5.598	5.574
Ensino	1.052	3.082	3.136	3.444
Administração Pública	4.429	7.142	8.556	10.110
Total	43.927	48.763	63.852	72.623

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

A dinâmica do emprego nos sub-setores da Indústria, no alcance permitido pelos dados da RAIS-Mte, indicam que parte dos setores apresentou queda no número de postos de trabalho, enquanto outra parte apresentou um aumento ou manutenção dos níveis de emprego de 89. Os sub-setores dos Serviços, em sua maioria, ganharam postos de trabalho no período 89-2001. Os únicos sub-setores que perderam postos de trabalho foram o sub-setor de Intermediação Financeira (-1.200 postos) e Alojamento e Alimentação (-1.600).

Quanto ao sub-setor de Intermediação Financeira, uma qualificação merece ser feita quanto ao processo de reestruturação do setor bancário brasileiro, que envolveu uma grande mudança na utilização de tecnologia bancária (telemática, equipamentos, teleatendimento, “cash dispensers”, “internet”, etc.) e favoreceu o aumento do desemprego/redução da necessidade de mão-de-obra no setor e atingiu todos os estabelecimentos bancários no país. Vale notar também que, o desemprego nesse caso foi um movimento estrutural e não conjuntural, uma vez que este setor sofreu não pela mudança nos mercados no qual está inserido, mas pela busca de estratégias microeconômicas das empresas do setor em tornarem-se mais lucrativas e mais competitivas.

Os demais sub-setores tiveram um incremento no número de postos de empregados formais. O sub-setor Atividades Imobiliárias (inclui as atividades

imobiliárias e os serviços prestados às empresas) teve um aumento de 16.230 empregos; o sub-setor de Transporte e Armazenagem, aumento de 4.060 empregos; o sub-setor de Saúde e Serviços Sociais, aumento de 3.160 empregos; no Ensino, aumento de 2.390 empregos e na Administração Pública, o aumento foi de 5.680 empregos formais no período 89-2001.

Aqui, novamente, fazem-se necessárias novas qualificações para cada um dos sub-setores que tiveram aumento no número de empregados formais.

O sub-setor de Atividades Imobiliárias (e Serviços Prestados às Empresas) teve o maior aumento relativo, 224,01%, grande parte relacionado às formas de ocupação e atividades que as pessoas encontraram para subsistir e garantir um mínimo de renda necessária à sua manutenção e de seus familiares, como prestação de serviços, atividades de manutenção, atividades que nas grandes empresas foram terceirizadas (segurança, limpeza, alimentação, etc.) entre outras. Grande parte desses empregos estão alocados em grandes empresas de prestação de serviços (mais de 99 empregados formais), aproximadamente 66,14% do total deste sub-setor.

O aumento do sub-setor de Transporte e Armazenagem tem o seu incremento de nível de emprego justificado pela importância crescente que as atividades de logística e distribuição passaram a ter para as grandes empresas. Dentro de uma lógica de integração produtiva, não somente comercial, a produção de bens finais passou a ser descentralizada, com subconjuntos sendo montados em locais diferentes, fornecedores trabalhando com sistemas integrados com as empresas do final da cadeia, redução dos níveis de estoques de todas as empresas da cadeia produtiva, etc. O rápido deslocamento de peças, partes, suprimentos e insumos passaram a ser fundamentais para o aumento de competitividade das empresas.

Os sub-setores de Saúde e Serviços Sociais, Ensino e Administração Pública são associados em grande parte ao emprego público através de escolas de ensino infantil, fundamental e médio, postos de saúde e hospitais municipais, além das próprias prefeituras e suas autarquias (empresas de coleta de lixo, de coleta de esgoto e distribuição de água potável. Soma-se ao total dos empregados nesses sub-setores, no âmbito privado toda a gama de profissionais liberais (médicos, dentistas, professores, etc.) e instituições particulares, clínicas, hospitais, escolas, faculdades, etc.

Quanto a participação de cada sub-setor no total da indústria, houve algumas mudanças relativas entre os três setores que mais empregam na região. Em ordem decrescente, em 89, o sub-setor que respondia pela maior parte do emprego em Serviços era o sub-setor de Alojamento e Alimentação, 49,36%, seguida pelas Atividades Imobiliárias, 16,50% e em terceiro lugar a Administração Pública, com 10,08% do total.

Em 2001, Atividades Imobiliárias subiu para o primeiro lugar, com 32,33%, Alojamento e Alimentação caiu para a segunda posição, 27,56% e em terceiro ficou o sub-setor de Administração Pública, com 13,92%.

Empregados por Sub-setores - 02				
em %	1989	1995	1999	2001
Intermediação financeira	6,66	4,23	2,75	2,43
Ativ. Imobiliárias	16,50	32,67	34,35	32,33
Transporte e Armazenagem	9,51	11,24	9,70	11,35
Alojamento e Alimentação	49,36	20,76	26,12	27,56
Saúde e Serviços Sociais	5,50	10,14	8,77	7,68
Ensino	2,39	6,32	4,91	4,74
Administração Pública	10,08	14,65	13,40	13,92
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

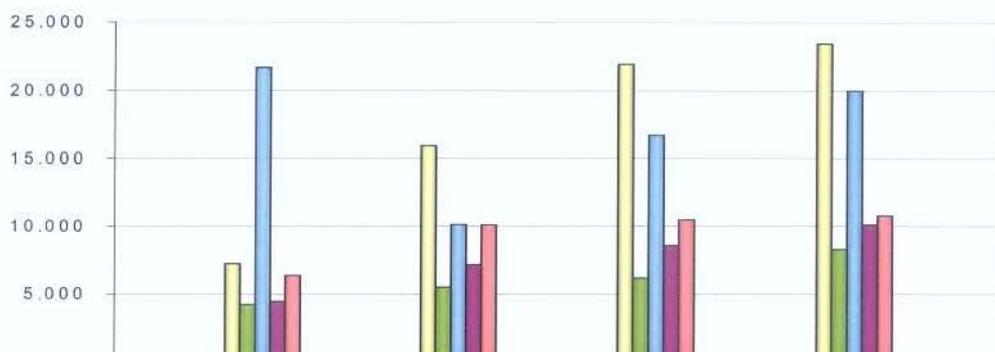
Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Os gráficos a seguir, mostram de um modo mais fácil de ser visualizada a mudança, em termos absolutos e relativos, dos quatro mais importantes sub-setores dos Serviços entre 89 e 2001. Notemos que, os sub-setores que aparecem como os maiores em números de empregados podem não ser os mais importantes em termos de estabelecimentos. Alguns sub-setores são caracterizados por grandes contingentes de empregados alocados em um estabelecimento, não obstante, outros sub-setores podem ser caracterizados por um maior atomismo dos empregados distribuídos em um número maior de estabelecimentos²⁴.

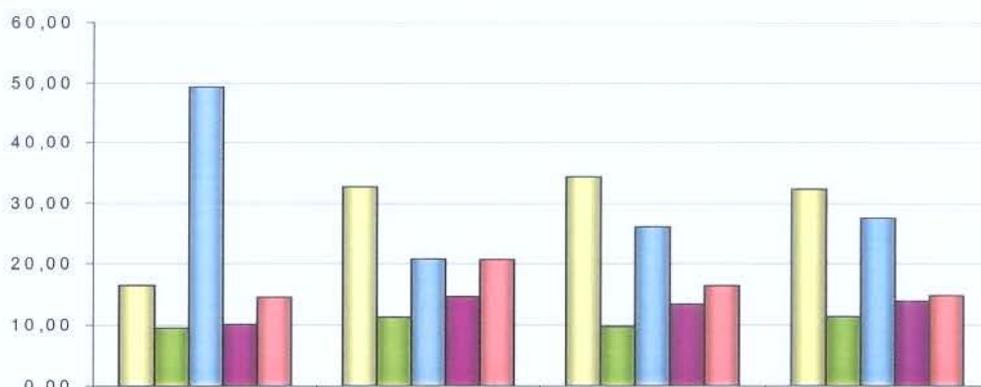
²⁴ Isso será mais bem identificado quando for tratado do número de estabelecimentos por sub-setores dos Serviços mais adiante.

**4 Maiores Sub Setores - Serviços
Número de Empregados**



	Cresc. Anual	1989	var (89)	1995	var (95/89)	1999	var (99/95)	2001	var (01/99)
Ativ. Imobiliárias	10,29%	7.246	-	15.932	119,87	21.934	37,67%	23.478	7,04%
Transporte e Armazenagem	5,83%	4.177	-	5.479	31,17%	6.196	13,09%	8.241	33,01%
Alojamento e Alimentação	-0,67%	21.684	-	10.121	-53,33%	16.679	64,80%	20.014	20,00%
Administração Pública	7,12%	4.429	-	7.142	61,26%	8.556	19,80%	10.110	18,16%
Demais Sub Setores	4,45%	6.391	-	10.089	57,86%	10.487	3,94%	10.780	2,79%

**4 Maiores Sub Setores - Serviços
Empregados (em %)**



	1989	1995	1999	2001
Ativ. Imobiliárias	16,5	32,67	34,35	32,33
Transporte e Armazenagem	9,51	11,24	9,7	11,35
Alojamento e Alimentação	49,36	20,76	26,12	27,56
Administração Pública	10,08	14,65	13,4	13,92
Demais Sub Setores	14,55	20,68	16,43	14,84

A partir da análise da remuneração média de dezembro em salários mínimos algumas modificações foram notadas. Assim, como na participação relativa, foram identificadas mudanças nas posições entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos e os com os menores salários médios pagos entre 89-2001.

Em ordem crescente, em 89, os três sub-setores com os menores salários médios pagos foram Alojamento e Alimentação (2,32 salários mínimos), Administração Pública (3,21 salários mínimos) e Ensino (3,35 salários mínimos). A diferença entre as remunerações médias pagas pelos setores com os menores salários médios pagos foi de 1,03 salários mínimos.

Os três sub-setores com os maiores salários médios pagos naquele ano foram Intermediação Financeira (10,98 salários mínimos), Transporte e Armazenagem (4,51 salários mínimos) e Atividades Imobiliárias (3,91 salários mínimos). Identificou-se uma diferença de 7,07 salários mínimos entre a maior e a menor remuneração média paga pelos setores com os maiores salários médios pagos em 89.

Em 2001, os sub-setores com menor remuneração média foram Alojamento e Alimentação (2,52 salários mínimos), Atividades Imobiliárias (3,61 salários mínimos) e Saúde e Serviços Sociais (4,53 salários mínimos). Por sua vez, a diferença entre os menores e os maiores salários pagos entre os sub-setores com os menores salários médios pagos foi de 2,01 salários mínimos.

Os sub-setores com os maiores salários médios pagos foram Intermediação Financeira (10,69 salários mínimos), Administração Pública (6,75 salários mínimos) e Ensino (5,90 salários mínimos). A diferença entre as menores e maiores remunerações dos sub-setores com os maiores salários médios pagos foi de 4,79 salários mínimos.

No período 89-2001, a diferença entre as menores remunerações médias pagas aumentou de 1,03 salários mínimos para 2,01 salários mínimos e a diferença entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos caiu de 7,07 para 4,79 salários mínimos. Isso indica uma divergência entre os sub-setores dos Serviços, por um lado, os sub-setores que menos pagavam, continuaram a pagar baixos salários, o que piorou a distribuição dos salários médios e caracterizando ainda mais estes sub-setores como de baixa remuneração e qualificação da mão-de-obra. Por outro lado, as diferenças entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos indicaram uma convergência dos salários médios pagos e caracterizaram estes sub-setores como sendo de maior

qualificação e com maior homogeneidade da qualificação da mão-de-obra apesar das diferentes atividades desenvolvidas.

Remuneração por Sub-setores - 02				
em SM	1989	1995	1999	2001
Intermediação Financeira	10,98	15,46	13,51	10,69
Ativ. Imobiliárias	3,91	4,63	4,41	3,61
Transporte e Armazenagem	4,51	5,31	5,37	4,73
Alojamento e Alimentação	2,32	3,13	2,76	2,52
Saúde e Serviços Sociais	3,60	5,35	5,42	4,53
Ensino	3,35	6,01	7,08	5,90
Administração Pública	3,21	7,28	7,75	6,75
Total	3,55	5,40	4,99	4,23

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Da análise do número de empregados por porte do estabelecimento, utilizando os conceitos de micro, pequena, média e grande empresas do SEBRAE, foi identificado que, em 89, estavam empregados em micro empresas (até 09 empregados) 4.273 empregados; nas pequenas (de 10 a 49 empregados), 8.098 empregados; nas médias empresas (de 50 a 99 empregados), 2.816 empregados e nas grandes empresas (com mais de 99 empregados), 28.740 empregados.

Em 2001, estes valores mudaram indicando um aumento na participação de todos os tipos de estabelecimentos (micro, pequenas, médias e grandes empresas) na região quanto ao número de empregados. Os números de empregados em cada tipo de estabelecimento passaram a ser 7.894 empregados nas micro, aumento de 84,74%; 12.677 nas pequenas, aumento de 56,54%; 5.765 nas médias, aumento de 104,72%; e 46.287 nas grandes empresas, um aumento de 61,05%, ou seja, todos os tipos de estabelecimentos, tiveram aumento, principalmente os médios, que mais do que dobraram o número de empregados.

Exceção feita aos grandes estabelecimentos de Intermediação Financeira e Alojamento e Alimentação, todos os demais sub-setores aumentaram o número de empregados.

Empregados por porte do estabelecimento 1989 - 02					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	33	1.412	533	947	2.925
Ativ. Imobiliárias	1.212	1.839	584	3.611	7.246
Transporte e Armazenagem	405	1.161	486	2.125	4.177
Alojamento e Alimentação	1.909	2.802	729	16.244	21.684
Saúde e Serviços Sociais	215	266	238	1.695	2.414
Ensino	144	457	68	383	1.052
Administração Pública	355	161	178	3.735	4.429
Total	4.273	8.098	2.816	28.740	43.927

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Empregados por porte do estabelecimento 2001 - 02					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	386	1.112	264	0	1.762
Ativ. Imobiliárias	2.738	3.283	1.927	15.530	23.478
Transporte e Armazenagem	882	2.259	763	4.337	8.241
Alojamento e Alimentação	2.420	3.883	1.931	11.780	20.014
Saúde e Serviços Sociais	923	806	468	3.377	5.574
Ensino	499	1.190	355	1.400	3.444
Administração Pública	46	144	57	9.863	10.110
Total	7.894	12.677	5.765	46.287	72.623

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Os pequenos e micro estabelecimentos criaram 8.200 postos de trabalho no período, os estabelecimentos de tamanho médio criaram 2.950 postos, enquanto os grandes estabelecimentos criaram 17.540 postos de trabalho!!!

Estabelecimentos por Sub-setores - 02				
	1989	1995	1999	2001
Intermediação Financeira	79	130	152	176
Ativ. Imobiliárias	567	885	1.138	1.225
Transporte e Armazenagem	203	373	418	470
Alojamento e Alimentação	912	859	1.115	1.198
Saúde e Serviços Sociais	116	395	557	616
Ensino	71	152	201	238
Administração Pública	243	35	45	29
Total	2.191	2.829	3.626	3.952

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Quanto ao número de estabelecimentos, a região de Jundiá apresentou um acréscimo de 1.761 estabelecimentos no período de 1989 a 2001 (aumento de 80,37%). Deste total, 638 estabelecimentos (29,11%) foram abertos no período de 1989 a 1995 e o restante dos estabelecimentos foram abertos nos 6 anos seguintes (70,89%).

Estabelecimentos por Sub-setores - 02				
em %	1989	1995	1999	2001
Intermediação Financeira	3,61	4,60	4,19	4,45
Ativ. Imobiliárias	25,88	31,28	31,38	31,00
Transporte e Armazenagem	9,27	13,18	11,53	11,89
Alojamento e Alimentação	41,62	30,36	30,75	30,31
Saúde e Serviços Sociais	5,29	13,96	15,36	15,59
Ensino	3,24	5,37	5,54	6,02
Administração Pública	11,09	1,24	1,24	0,73
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

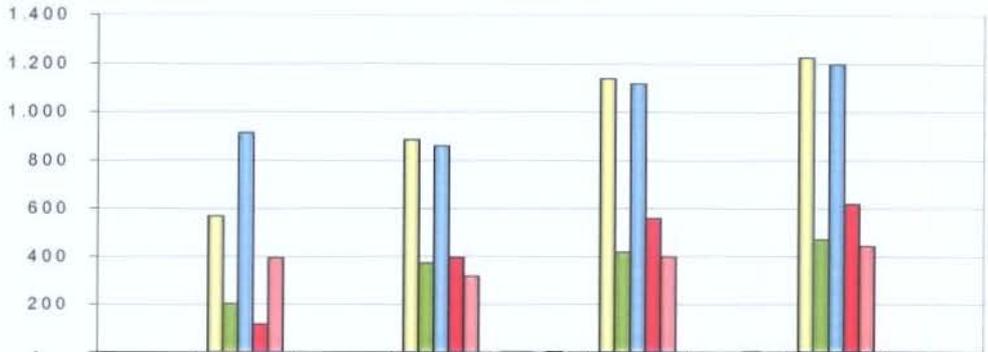
Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Em termos relativos, em 1989, os 3 maiores sub-setores da Indústria eram, em ordem decrescente, Alojamento e Alimentação (41,62%), Atividades Imobiliárias (25,88%) e Administração Pública (11,09%), que somados respondiam por 78,59% do total de estabelecimentos da região. Em 2001, houve mudanças e os 3 maiores sub-setores passaram a ser Atividades Imobiliárias (31,00%), Alojamento e Alimentação (30,31%) e Saúde e Serviços Sociais (15,59%), que somados totalizam 76,90% do total daquele ano.

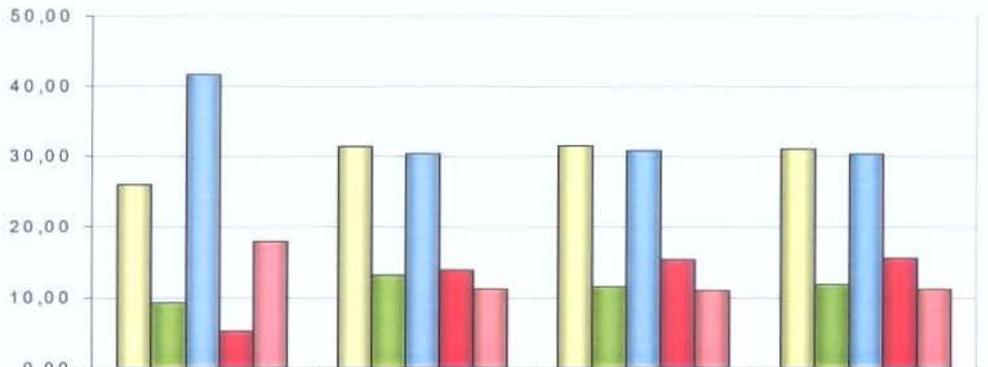
Os gráficos a seguir, mostram de um modo mais fácil de ser visualizado a mudança, em termos absolutos e relativos, dos quatro mais importantes sub-setores dos Serviços entre 89 e 2001. Alguns sub-setores são caracterizados por grandes contingentes de empregados alocados em um estabelecimento como Ensino, Saúde e Administração Pública, não obstante, outros sub-setores podem ser caracterizados por um maior atomismo dos empregados distribuídos em um número maior de estabelecimentos, como Atividades Imobiliárias e Prestação de Serviços às Empresas.

**4 Maiores Sub Setores - Serviços
Número de Estabelecimentos**



	Cresc. Anual	1989	var (89)	1995	var (95/89)	1999	var (99/95)	2001	var (01/99)
Ativ. Imobiliárias	6,63%	567	-	885	56,08%	1.138	28,59%	1.225	7,64%
Transporte e Armazenagem	7,25%	203	-	373	83,74%	418	12,06%	470	12,44%
Alojamento e Alimentação	2,30%	912	-	859	-5,81%	1.115	29,80%	1.198	7,44%
Saúde e Serviços Sociais	14,93%	116	-	395	240,52	557	41,01%	616	10,59%
Demais Sub Setores	1,00%	393	-	317	-19,34%	398	25,55%	443	11,31%

**4 Maiores Sub Setores - Serviços
Estabelecimentos (em %)**



	1989	1995	1999	2001
Ativ. Imobiliárias	25,88	31,28	31,38	31,00
Transporte e Armazenagem	9,27	13,18	11,53	11,89
Alojamento e Alimentação	41,62	30,36	30,75	30,31
Saúde e Serviços Sociais	5,29	13,98	15,36	15,59
Demais Sub Setores	17,94	11,22	10,98	11,21

Quanto ao número de estabelecimentos, em 89, haviam 1.691 estabelecimentos de tamanho micro (até 09 empregados), 380 de tamanho pequeno (de 10 a 49 empregados), 42 de tamanho médio empresas (de 50 a 99 empregados) e 78 grandes estabelecimentos (com mais de 99 empregados).

Para o ano de 2001, os micro estabelecimentos atingiram o patamar de 3.151 estabelecimentos (aumento de 86,33%); os pequenos, de 606 estabelecimentos (aumento de 59,47%); os médios, de 84 estabelecimentos (aumento de 100,00%) e os grandes, subiram para 111 estabelecimentos (aumento de 42,30%).

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1989 - 02					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	6	59	8	6	79
Ativ. Imobiliárias	452	91	9	15	567
Transporte e Armazenagem	136	51	7	9	203
Alojamento e Alimentação	732	140	11	29	912
Saúde e Serviços Sociais	95	11	4	6	116
Ensino	49	19	1	2	71
Administração Pública	221	9	2	11	243
Total	1.691	380	42	78	2.191

Fonte: RAIS-Mte
Elaboração própria

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 2001 - 02					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	111	61	4	0	176
Ativ. Imobiliárias	1.003	150	27	45	1.225
Transporte e Armazenagem	342	103	11	14	470
Alojamento e Alimentação	947	196	29	26	1.198
Saúde e Serviços Sociais	561	39	6	10	616
Ensino	176	50	6	6	238
Administração Pública	11	7	1	10	29
Total	3.151	606	84	111	3.952

Fonte: RAIS-Mte
Elaboração própria

Os principais setores que tiveram aumento no número de micro estabelecimentos foram Atividades Imobiliárias, Alojamento e Alimentação e Saúde e Serviços Sociais. Juntos, em 89, totalizavam 1.279 estabelecimentos, atingindo em 2001, um total de 2.511 estabelecimentos (aumento de 96,32%).

Junto aos pequenos estabelecimentos, os sub-setores que mais aumentaram quanto ao número de estabelecimentos Atividades Imobiliárias, Transporte e

Armazenagem e Alojamento e Alimentação, passaram de 282 estabelecimentos, em 89, para 449 estabelecimentos em 2001, um aumento de 59,22%.

Dentre as PME's, o sub-setor que se retraiu quanto ao número de estabelecimentos foi Administração Pública passou de 232 estabelecimentos para 19 estabelecimentos (queda de 91,81%) no período analisado.

Principais Municípios e Atividades

A escolha dos municípios da região de Jundiaí foi arbitrária, sendo escolhidos os municípios de Cabreúva, Campinas e Jundiaí para levantarmos indicadores sócio-econômicos municipais apenas em caráter descritivo. Maiores análises, em nível municipal, requerem uma focalização do objeto em questão o que não cabe neste trabalho, pois as análises estão em um plano regional e não municipal. Não obstante, quando foi feita sistematização dos dados para ser feita a análise regional, foram coletados as mesmas informações para cada um dos municípios constituintes de cada região e para os mesmos anos.

Assim como na região de Campinas, foi escolhido o município de Jundiaí por ser a sede da Região de Governo, além de ser o município detentor da maior parte do emprego industrial e de serviços da região; o município de Cabreúva foi escolhido de modo arbitrário, pois com exceção de Jundiaí e Itatiba, a região em si apresenta um certo grau de desenvolvimento sócio-econômico, tornando homogêneo o desempenho dos demais municípios e; Itatiba foi escolhida por ser um pólo moveleiro no estado de São Paulo muito importante, porém teve seu desempenho muito prejudicado ao longo dos anos 90.

Como citado na introdução, a região apresenta vários municípios que estão inseridos no Circuito das Frutas além de ter a mesma característica de estarem desenvolvendo o agroturismo e o ecoturismo em seus municípios, sendo uma injustiça não ter buscado maiores informações sobre Itupeva, Louveira e Morungaba entre os demais.

Indicadores Sócio-Econômicos Municipais - 02			
	Cabreúva	Itatiba	Jundiá
Área (Em km2)	267,0	325,0	450,0
Dens. Demog. (Habitantes/Km2)	124,0	249,8	718,7
VAF Total (em Mio de Reais de 99)	210,8	418,5	3.243,1
VAF Indústria (em Mio de Reais de 99)	164,7	171,1	2.116,7
VAF Comércio (em Mio de Reais de 99)	19,3	136,8	714,8
VAF Agricultura (em Mio de Reais de 99)	1,7	4,5	4,9
VAF Serviços (em Mio de Reais de 99)	21,7	63,0	346,2
VAF Outros (em Mio de Reais de 99)	3,4	43,2	60,5
Crédito Rural Total (em Mio de Reais de 2000)	0,8	5,8	6,3
Crédito Rural Agric. (em Mio de Reais de 2000)	0,0	5,7	6,2
Crédito Rural Pec. (em Mio de Reais de 2000)	0,8	0,1	0,2
IDHM	0,774	0,828	0,857
Ranking IDHM	368	41	5
% Abastecimento Água	85,99	98,94	97,27
% Coleta de Lixo	96,86	99,67	99,72
Leitos SUS/1000 habitantes	0,94	0,37	1,13
Número de Habitantes por Veículos	4,53	2,54	1,93
Frota de Veículos Total	7.644	32.703	169.001
Frota de Automóveis	4.885	22.483	117.239
Frota de Ônibus	39	132	699
Frota de Caminhões	776	1.986	6.632
Consumo Energia Elétrica Resid. (em MWh)	14.925	53.096	248.815
Consumo Energia Elétrica Ind. (em MWh)	8255	11.682	21.774
Consumo Energia Elétrica Rural (em MWh)	55.664	133.309	864.312
Consumo Energia Elétrica Serv./Com. (em MWh)	6.328	23.899	127.434

Fonte: www.seade.gov.br

Elaboração própria

Mio - milhões

VAF, Frota - ano 2001

Demog., Crédito Rural, IDH, Água, Lixo, Leitos SUS/1000 hab. - ano 2000

Energia - ano 1997

Foram levantados os Índices de Especialização para os anos de 1989 e 2001, tanto para os sub-setores da Indústria, quanto para os sub-setores dos Serviços nos mesmo municípios selecionados.

Índices de Especialização 1989-2001 - 02						
Indústria	Cabreúva		Itatiba		Jundiaí	
	1989	2001	1989	2001	1989	2001
Extr. Mineral	4,11	0,50	1,14	1,08	0,39	0,84
Min. Não Met.	3,34	2,59	0,54	0,59	3,23	2,92
Ind. Metal.	0,04	0,72	0,18	0,22	1,02	1,46
Ind. Mecânica	0,25	1,61	0,62	0,60	0,85	0,60
Elet. e Comun.	0,02	0,23	0,74	2,40	0,73	0,81
Mat. Transp.	0,33	0,18	0,00	0,80	0,29	0,41
Mad. e Mobil.	0,20	0,03	5,99	1,78	1,83	1,08
Papel e Graf.	0,18	0,01	0,91	1,16	0,57	0,89
Borr. Fum. Couro	0,15	2,03	0,06	0,24	0,46	0,48
Ind. Química	0,51	0,64	0,42	0,64	1,10	1,27
Ind. Têxtil	1,09	1,96	3,31	3,52	0,87	0,87
Ind. Calçados	13,49	0,00	0,70	0,05	2,95	0,00
Alim. e Bebidas	1,68	1,46	0,38	0,28	1,39	1,12
Serviços Util. Púb.	1,71	0,72	0,36	0,05	0,01	0,52
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Índices de Especialização 1989-2001 - 02						
Serviços	Cabreúva		Itatiba		Jundiaí	
	1989	2001	1989	2001	1989	2001
Intermediação financeira	0,32	0,25	1,14	0,39	1,23	0,75
Ativ. Imobiliárias	2,99	1,60	0,60	1,32	1,21	0,97
Transporte e Armazenagem	0,22	0,32	0,83	0,66	1,44	1,51
Alojamento e Alimentação	0,76	0,86	1,74	2,01	1,35	1,28
Saúde e Serviços Sociais	0,00	0,72	0,68	0,76	2,92	2,13
Ensino	0,00	0,21	1,05	1,18	2,51	1,18
Administração Pública	0,55	1,23	0,79	0,47	0,16	0,46
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Considerações Finais

A Região de Governo de Jundiaí apresentou um grande dinamismo ao longo dos anos 90, mesmo com a abertura comercial pela qual o país teve várias de suas cadeias produtivas desarticuladas.

A região, historicamente, teve seu desenvolvimento relacionado primeiro a expansão da economia cafeeira e depois a introdução de novas culturas agrícolas pelos imigrantes italianos. No processo de interiorização da indústria paulista (Negri, 1996), a região esteve muito ligada ao desenvolvimento da região de Campinas, pólo mais dinâmico nas proximidades de Jundiaí. No século XX, a região de Jundiaí foi gradativamente substituindo a dependência da economia cafeeira pela fruticultura, pelas atividades têxteis, produção de móveis e cerâmicas, o que se modificou a partir dos anos 90, com aumento da importância da química e da metalúrgica, com redução da importância das anteriores. Quanto a contraposição Indústria e Serviços, entre 1989 e 2001, a primeira perdeu 103,27 Mil SM em termos de massa salarial, enquanto a segunda, ganhou 151,25 Mil SM em massa salarial. Em ambos os setores, houve aumento do salário médio, no entanto, os salários dos empregos gerados nos Serviços são 31,10% menores que os salários da Indústria, mostrando uma diferença explícita entre os dois setores. Como explicações podemos adotar a idéia das atividades nos Serviços requerem menores qualificações dos empregados frente a Indústria e menor grau de sindicalização.

Na Indústria, houve alargamento do “gap” dos sub-setores com as menores remunerações médias e com as maiores também. Essa divergência aponta para uma maior heterogeneidade da mão-de-obra, da sua qualificação técnica-científica e das necessidades requeridas pelos sub-setores. Enquanto isso, nos Serviços houve um alargamento do “gap” dos sub-setores com as menores remunerações médias e estreitamento do “gap” dos sub-setores com as maiores remunerações médias pagas.

Com isso, podemos concluir que na região existe uma clara separação entre dois tipos de serviços, aqueles que exigem maiores qualificações e aqueles que exigem menores qualificações. Isso, por sua vez, refletir-se-á na qualidade dos serviços prestados, no entanto, esta afirmação só pode ser confirmada fazendo-se uma análise em nível de Atividades CNAE (maior nível de desagregação) contra grau de instrução e remuneração média. Enquanto isso, na Indústria o aumento das diferenças entre os

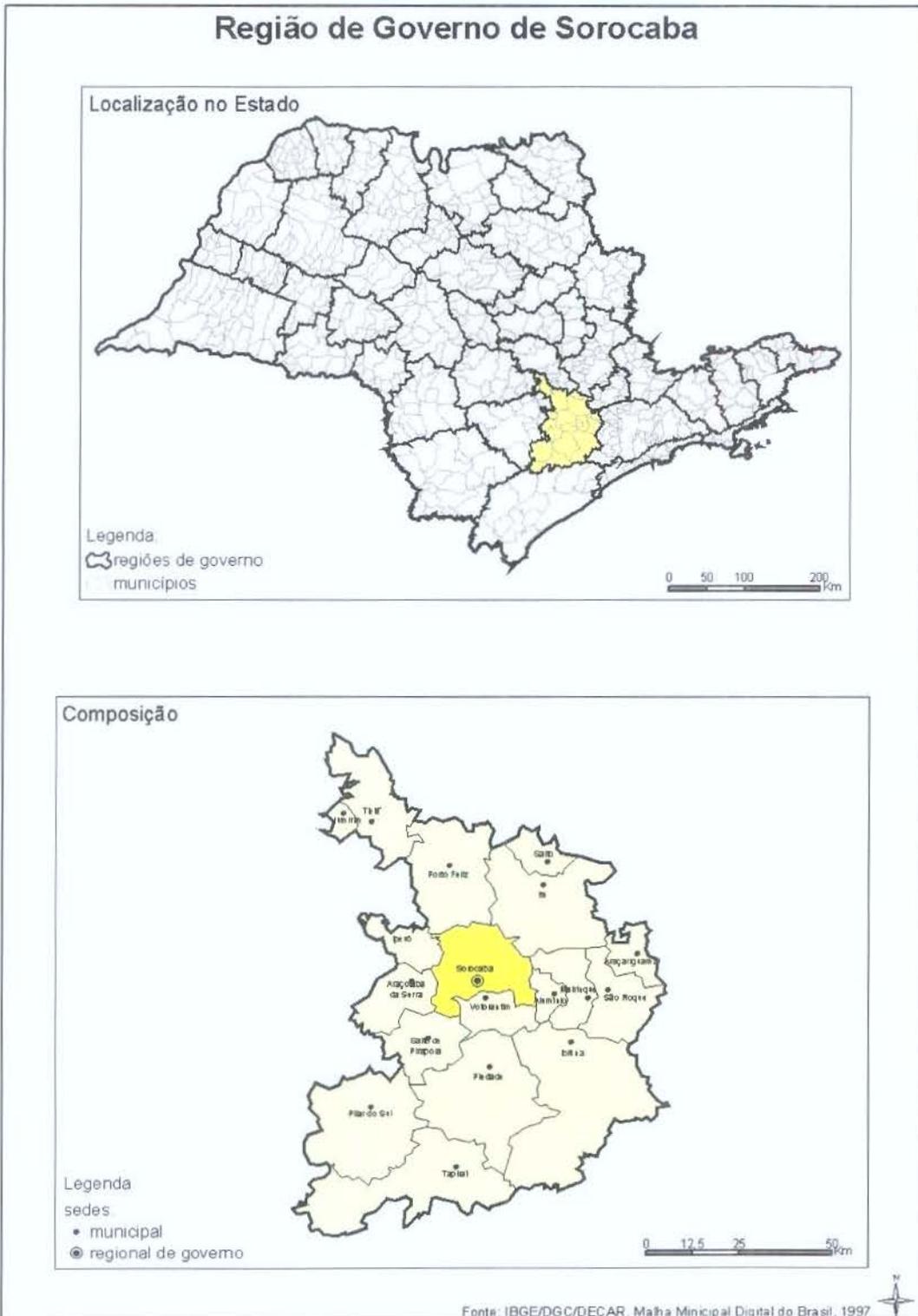
menores e maiores salários pagos reflete uma hierarquização e maior diferenciação intra-setorial;

A partir dos dados individuais de cada um dos municípios, pode ser criada uma tipologia dos Serviços a partir da sua articulação com a Indústria e com o município onde estão inseridas tais atividades.

Quanto as respostas às perguntas centrais dessa monografia, não confirmou-se a desconcentração industrial na região (se levarmos em conta o número de estabelecimentos formais), houve apenas redução no número de empregados. Nesse caso, os Serviços não compensaram uma possível desconcentração industrial, mas compensaram, sim, a queda do número de empregados, ao mesmo tempo que aumentou a participação no total do emprego industrial de São Paulo de 2,48%, em 89, para 3,06% em 2001, reiterando as informações levantadas na revisão bibliográfica (Negri, 1996) de aumento da importância do interior de São Paulo no emprego industrial.

3.3. Região de Governo de Sorocaba

Caracterização da Região de Governo de Sorocaba



Os municípios de Pilar do Sul e Tapiraí estão entre os municípios compreendidos pela Região de Governo de Sorocaba. Tal região de governo (RG) é formada por 18 municípios. São eles: Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Ibiúna, Iperó, Itu, Jumirim, Mairinque, Piedade, Pilar do sul, Porto Feliz, Salto, Salto de Pirapora, São Roque, Sorocaba, Tapiraí, Tietê e Votorantim.

A região foi muito influenciada pela instalação de plantas no sub-setor das Indústrias Mecânica e Metalúrgica desde o início do século passado com a expansão das linhas férreas que passavam por Sorocaba e pela Indústria de Minerais Não-metálicos na mesma região.

De acordo com dados da Fundação SEADE, a área da Região de Governo de Sorocaba era, em 1998, de 7.129 Km². Sua densidade demográfica, no mesmo ano era de 162,24 habitantes/ Km². O consumo residencial de energia elétrica da RG, no ano de 1997, era de 761.068 Mwh. No mesmo ano, o coeficiente de terminais telefônicos por cem habitantes era de 12,88.

Ainda no ano de 1997, a referida RG contou com um crédito rural de R\$ 26.793.821,00 (em Reais de 1998) e seu valor adicionado fiscal foi de R\$ 6.393.480.267,00 (Reais de 1998) – o equivalente a 3,462% do Valor Adicionado total do Estado.

O total de estabelecimentos comerciais da RG de Sorocaba, registrados pelo SEADE no ano de 1998, era de 7.129. Para o mesmo ano, o total de estabelecimentos industriais era de 2.996 e os estabelecimentos de serviços eram 5.751. O número total de empregos ocupados na região de governo era de 226.653.

No que se refere à saúde, no ano de 1997, a média de internações na RG foi de 10.956. No ano de 1998, essa média diminuiu para 8.207,50.

A taxa de urbanização da Região de Governo de Sorocaba no ano de 1996 era de 87,25%. A taxa geométrica de crescimento anual da população, entre 1991 e 1996, foi de 2,54% ao ano. O total de domicílios particulares permanentes registrados no ano de 1996 era de 286,708

Análise dos Grandes Setores

Para o conjunto de municípios que compõem a Região de Governo de Sorocaba, os números mostram que a região contava com 242.991 postos de trabalho formais em 89, caindo para 212.668 em 95 e subindo até o patamar de 247.021 postos de trabalho formais em 2001. Assim, houve a criação, entre 89 e 2001, de 4.030 empregos formais, um aumento de 1,65% em relação ao estoque de trabalhadores do ano de 1989.

Note-se que a região só conseguiu recuperar o nível de empregos de 1989 em 1999 e o aumento líquido observado só ocorreu entre 1999 e 2001. Segundo os dados da RAIS-Mte²⁵, entretanto, esta análise da macrorregião esconde diferenças no que concerne à dinâmica entre os municípios. Por exemplo, municípios muito dinâmicos, que tiveram um saldo líquido positivo muito grande de empregos, podem ocultar possíveis saldos negativos de empregos formais em outros, garantindo o aumento do nível de emprego para toda a região visto de forma macro.

Dentro da região, os únicos dos grandes setores que apresentaram perdas líquidas de empregos, foram a Indústria de Transformação e a Construção Civil. A Indústria passou de um total de 117.914 empregados em 89, para 83.020 em 2001 (portanto, um decréscimo de 29,59% no total de empregados de 1989). Visualizando isto de outra forma, as empresas deste setor fecharam 1 em cada 3 postos de trabalho formais no período 89-2001. Entre 95-2001, a Indústria manteve-se praticamente constante em 83.000 empregos, com uma elevação de 439 milhões de Reais no valor adicionado fiscal da região.

Uma outra observação que merece ser feita é que o emprego na Indústria de Transformação como um todo, caiu em termos absolutos entre 89 e 99, tendo uma pequena recuperação no período de 99 e 2001, em grande parte devido ao fim da paridade cambial do Plano Real e conseqüente desvalorização da moeda brasileira, o que propiciou uma aumento do nível de produção das empresas exportadoras.

Nesta região, a Construção Civil acompanhou a redução do emprego industrial, diminuindo em 20,69% o estoque de trabalhadores formais em relação a 89 (passou de 8.083 empregados para 6.410 empregados em 2001).

Destacaram-se os setores Agropecuários, Comércio e Serviços que contribuíram para o aumento do nível de emprego dentro da região. Para a Agropecuária, o aumento

²⁵ Todas as tabelas são de elaboração própria, feitas a partir das fontes citadas abaixo de cada uma delas.

foi de 6.100 postos de trabalho entre 89 e 2001. Vale ressaltar que tanto a Construção Civil quanto a Agropecuária, são setores normalmente caracterizados pela baixa formalização dos contratos de trabalho por um lado e por outro lado, pela baixa consistência das declarações prestadas pelos estabelecimentos empregadores em 89, visto pela redução do número de Outros que praticamente desapareceram no intervalo estudado.

O setor Comércio criou 5.800 empregos formais no período 89-95 e 12.500 no período 95-2001, com um aumento no valor adicionado fiscal de 353 milhões de Reais no período, fortemente influenciado pela entrada dos grupos estrangeiros no segmento de comércio varejista (Carrefour, Wal-Mart, Grupo Sonae, etc.).

Já o setor Serviços, passou de 84.601 empregos formais em 89 para 106.899 em 2001, um aumento de 26,35% no nível de empregados formais de 89. Verificou-se também um aumento de 237 milhões de Reais no valor adicionado fiscal, no período de 95-2001, para um aumento de aproximadamente 20.700 empregos.

Empregados por Grandes Setores - 03				
	1989	1995	1999	2001
Indústria	117.914	83.127	81.063	83.020
Construção Civil	8.083	5.358	7.150	6.410
Comércio	24.251	30.024	37.473	42.495
Serviços	84.601	86.218	98.725	106.899
Agropecuária	2.101	6.006	7.554	8.196
Outros/Ignorados	6.041	1935	0	1
Total	242.991	212.668	231.965	247.021

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Valor Adicionado Fiscal - 03				
em Milhão R\$	1995	1997	1999	2001
Valor Adicionado Indústria	5.205	5.783	5.414	5.644
Valor Adicionado Comércio	1.345	1.534	1.628	1.698
Valor Adicionado Agricultura	106	77	86	89
Valor Adicionado Serviços	749	1.050	946	986
Valor Adicionado Outros	654	493	393	410
Valor Adicionado Total	8.059	8.936	8.467	8.828

Fonte: www.seade.gov.br

Valores em R\$ de 2001

Quanto à remuneração média, no período 89-99, mesmo setores em que houve redução no nível de empregos, como a Indústria e Construção Civil, a remuneração média paga em dezembro do ano corrente aumentou, indicando que a massa salarial caiu proporcionalmente menos que o número de postos de trabalho, ocasionando este aumento do salário médio nestes setores, exceção feita à Agropecuária.

Remuneração por Grandes Setores - 03				
em SM	1989	1995	1999	2001
Indústria	5,17	6,92	6,76	6,12
Construção Civil	3,12	3,79	4,66	3,86
Comércio	2,71	3,71	3,78	3,15
Serviços	3,29	4,74	4,84	4,15
Agropecuária	2,09	2,11	2,32	1,94
Outros/Ignorados	4,02	3,18	-	1,94
Total	4,15	5,33	5,25	4,56

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

SM - salários mínimos

Elaboração própria

No entanto, entre 99 e 2001, o que se verificou foi um grande achatamento salarial médio, pois apesar do aumento do número de empregados formais, houve uma redução da massa salarial paga, ocasionando a redução propriamente dita do salário médio pago em dezembro. De um lado, o emprego aumentou 6,49% e de outro, a massa salarial caiu em 7,50%. Isso resultou em uma queda porcentual do salário médio de 13,14% pago aos trabalhadores em dezembro de 2001 em relação a 1999.

Na Indústria, o aumento foi de 5,17 salários mínimos em 89 para 6,76 salários mínimos em 99, caindo para 6,12 salários mínimos em dezembro de 2001. Na Construção Civil, tal aumento foi de 3,12 salários mínimos para 4,66 salários mínimos, também caindo para 3,86 salários mínimos em dezembro 2001²⁶.

O Comércio possibilitou um aumento de 2,71 salários mínimos para 3,78 salários mínimos, caindo para 3,15 salários mínimos em 2001; a Agropecuária, de 2,09 para 2,32 salários mínimos, caindo para 1,94 salários mínimos em 2001.

O setor de Serviços que pagava em 89, 3,29 salários mínimos em dezembro daquele ano, passou a pagar 4,84 salários mínimos em dezembro de 99, caindo para 4,15 em 2001. Se compararmos os salários médios pagos pela Indústria e pelos Serviços, em 89, o setor Serviços pagava um salário correspondente a apenas 63,63% do

²⁶ Como em todo o trabalho foi utilizado a mesma metodologia e a fim de tornar o mesmo menos repetitivo, não será descrito como salário médio pago em dezembro do ano corrente. Será descrito como salários mínimos do ano em questão.

salário pago pela Indústria, passou a pagar em 2001, um salário correspondente a 71,60% daquele e em 99, equivalia a 67,81% do salário médio pago pela Indústria.

Estabelecimentos por Grandes Setores - 03				
	1989	1995	1999	2001
Indústria	1.841	2.216	2.353	2.594
Construção Civil	440	666	716	662
Comércio	4.157	6.203	7.407	8.414
Serviços	3.612	4.490	5.943	6.408
Agropecuária	188	1280	1610	1784
Outros/Ignorados	618	425	0	1
Total	10.856	15.280	18.029	19.863

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Do número de estabelecimentos por grandes setores, a região de Sorocaba teve um aumento de aproximadamente 9.000 estabelecimentos entre 89 e 2001. Passou de 10.856 estabelecimentos para 19.863 estabelecimentos em 2001.

Mesmo com a redução do número de empregados formais na Indústria, houve aumento no número de estabelecimentos de aproximadamente 40,90% passando de 1.841 para 2.594 estabelecimentos em 2001. Na Construção Civil, também houve aumento de estabelecimentos, de 440 para 662 em 2001.

Comércio e Serviços apresentaram os maiores acréscimos no número de estabelecimentos; no setor Comércio, o aumento foi de 4.260 estabelecimentos entre 89-2001, já no setor Serviços, o aumento foi de 2.800 estabelecimentos. O maior aumento relativo de estabelecimentos foi na Agropecuária, 848,94%, passando de 188 para 1.784 estabelecimentos no período analisado.

Grande parte desse aumento acréscimo de estabelecimentos, para não dizer a totalidade, advém de pequenos e médios estabelecimentos que surgiram no período como a uma forma que as pessoas, que estavam perdendo seus postos de trabalho, encontraram de subsistir e tentar manter tanto os níveis de renda do período anterior, como mesmo para se manter incluído na sociedade, evitando, assim, a exclusão e a marginalidade que ascenderam grandemente nos anos 90. Para isso, estabeleciam-se novos estabelecimentos de comércio varejista, de prestação de serviço (autônomos), pequenas empresas industriais que atuam como “terceiras” das grandes em certas atividades (segurança, limpeza, alimentação, etc.), entre outras.

Quanto à qualificação dos empregados, essa região também apresentou melhorias quanto ao grau de instrução dos empregados formais das empresas da região de Sorocaba. De um modo geral, nos níveis médio e superior, houve aumentos na participação relativa dessas classes de empregados entre os anos de 89 e 2001. Em contrapartida, a camada de empregados com baixo grau de instrução, até primeiro grau completo, teve sua participação reduzida ao longo do tempo.

Empregados por Grau de Instrução - 03				
em %	1989	1995	1999	2001
Analfabeto	2,43	2,46	1,84	0,87
4.Ser. Incomp.	11,87	8,92	6,18	4,21
4.Ser. Comp.	30,01	20,53	14,39	11,29
8.Ser. Incomp.	20,35	19,67	17,53	14,81
8.Ser. Comp.	14,06	17,76	20,26	21,61
Subtotal baixo	78,72	69,34	60,20	52,79
2.Gr. Incomp.	6,33	8,66	9,49	9,95
2.Gr. Comp.	7,01	12,18	20,09	25,78
Subtotal médio	13,34	20,84	29,58	35,73
Sup. Incomp.	1,98	2,46	2,93	3,56
Sup. Comp.	4,48	6,59	7,29	7,92
Ignorado	1,49	0,76	0,00	0,00
Subtotal superior	7,95	9,81	10,22	11,48
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Nessa categoria a redução da participação relativa foi de 78,72% para 52,79% do total de empregados formais, um número que pode ser considerado muito elevado, representando que 5 em cada 10 empregados formais têm somente até o primeiro grau completo no ano de 2001. Aqui se encontra um dilema: qual a explicação para essa redução do número de trabalhadores com baixo grau de instrução? No mínimo duas respostas podem ser aplicadas, um processo de melhoria no nível de instrução dos empregados formais de todos os setores ao longo do tempo e/ou uma maior incidência do desemprego sobre essa camada de trabalhadores.

Essa região por ser uma região de industrialização e urbanização não tão recente, acabou por necessitar de uma massa de trabalhadores mais preparados e qualificados para realizar as funções demandadas nas empresas que se instalaram na região desde os anos 30, sejam elas na Indústria, Comércio, Serviços e mesmo na Agropecuária. Isso é evidenciado pelas proporções de empregados com nível médio de instrução (passou de

13,34% do total em 89 para 35,73% do total em 2001) e com nível superior (passou de 6,46% para 11,48% em 2001).

Empregados por Porte do Estabelecimento - 03				
	1989	1995	1999	2001
Até 4	4,58	7,75	8,36	8,63
De 5 a 9	4,26	6,72	7,48	7,69
De 10 a 19	5,50	7,66	9,16	9,85
De 20 a 49	8,83	11,81	11,82	12,49
De 50 a 99	8,47	8,53	9,45	9,81
De 100 a 249	14,65	14,60	14,11	13,05
De 250 a 499	12,43	12,22	11,88	11,71
De 500 a 999	13,11	9,36	7,21	8,01
1000 ou mais	28,17	21,34	20,53	18,75
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Empregados em estabelecimentos pequenos tiveram a sua participação relativa no total de empregados ampliada de 31,64% em 89 para 48,47% em 2001 (empresas de 0 a 99 empregados; essa não é classificação correta, pois como se trata do total dos grandes setores, existem diferenças entre Comércio e Serviços e a Indústria na classificação do tipo de estabelecimento por número de empregados).

Isso mostra a importância que tais estabelecimentos passaram a ter para o desenvolvimento das regiões e seus municípios, pois como a dinâmica é ditada pelas grandes empresas instaladas em cada localidade, restou aos pequenos e médios estabelecimentos, uma participação secundária na economia, porém não menos importantes²⁷. Esses estabelecimentos passaram a ser os criadores líquidos de empregos, em um momento em que as grandes empresas passavam por reestruturações produtivas/organizacionais.

As empresas de tamanho médio, de 100 a 499 empregados, para esta região, tiveram sua participação reduzida de 27,08% em 89 para 24,76% em 2001. As grandes, no entanto, como era de se esperar e já adiantado anteriormente, tiveram sua participação relativa reduzida de 41,28% em 89 para 26,76% em 2001. Vale lembrar que o impacto da redução de empregos por parte das grandes empresas, em termos absolutos, é muito maior do que o impacto das demissões na empresas de tamanho médio, além do que, para absorver todo o contingente dispensado pelas grandes

²⁷ Para maiores informações sobre a inserção das PME's na nova estrutura produtiva dos anos 90, consultar a tese de doutoramento de Souza (1993).

empresas é necessário um aumento muito grande no número de estabelecimentos de micro e pequenas empresas para contrabalançar os efeitos sócio-econômicos da redução de postos de trabalhos naquelas.

Remuneração por Porte do Estabelecimento - 03				
em SM	1989	1995	1999	2001
Até 4	1,74	2,33	2,71	2,33
De 5 a 9	2,27	3,00	3,43	2,84
De 10 a 19	2,95	4,14	4,12	3,44
De 20 a 49	3,84	4,83	4,66	3,79
De 50 a 99	4,09	5,08	5,40	4,73
De 100 a 249	4,80	6,51	6,40	5,40
De 250 a 499	5,17	7,10	7,09	6,19
De 500 a 999	4,49	6,99	6,00	5,51
1000 ou mais	4,22	5,41	5,63	5,28
Total	4,15	5,33	5,25	4,56

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)
Elaboração própria

A remuneração média de dezembro de cada um dos anos indica uma correlação direta entre o porte do estabelecimento e a remuneração média paga aos empregados de cada uma das categorias (micro, pequenas, médias e grandes empresas). Em 89, os estabelecimentos com até 4 empregados pagavam aproximadamente 2/5 do que pagavam as empresas com 500 a 999 empregados. Em 2001, a relação de salários praticamente não se alterou, os micro estabelecimentos continuaram a representar aproximadamente 2/5 do salário pago pelas empresas com mais de 1.000 empregados.

Da análise dos grandes setores para a Região de Governo de Sorocaba, pudemos depreender que a Indústria e a Construção Civil tiveram seus tamanhos reduzidos (em relação ao número de empregados) ao longo dos anos 90 pela perda do dinamismo econômico da década e pelos processos de reestruturação das GE's, que tiveram forte impacto sobre a estrutura produtiva industrial, com conseqüências sobre a Construção Civil.

Quanto aos demais setores da economia, apresentaram aumento no número de postos de trabalho formais, Serviços, Comércio e Agricultura. Algumas qualificações são necessárias para explicar o ocorrido. Para o setor Serviços, houve um forte aumento das empresas "terceirizadas" como fruto das mudanças estratégicas postas em práticas pelas GE's industriais e de pequenas e médias empresas como forma de subsistência das pessoas atingidas pela onda de desemprego crescente desde o final dos anos 80.

O setor Comércio também teve aumento significativo na região, como já explicitado anteriormente, devido a concentração intra-setorial ocorrida, com a “invasão” do mercado por grandes redes de super e hipermercados (sub-setor de comércio varejista), em sua maior parte, de capital estrangeiro.

O aumento identificado na Agropecuária, em grande parte, está relacionado à melhoria nas informações (RAIS) prestadas ao governo apontada pela redução no número de empregados na categoria Outros/Ignorados.

Para essa região, a elevação do número de empregados nos Serviços conseguiu compensar a perda de postos de trabalho formais pela Indústria. Essa região conseguiu responder positivamente a pergunta se o crescimento dos Serviços conseguiriam compensar a retração da Indústria.

Passemos a uma análise em outro nível de agregação, tentando mapear os movimentos dos sub-setores da Indústria e dos Serviços.

Análise da Indústria

Na Indústria, identificou-se uma queda no número de empregados formais, vista na análise dos grandes setores. Nesta parte, será feito um levantamento dos setores que mais perderam e, se houver, aqueles que criaram postos de trabalho formais. A redução na região foi 34,9 mil empregos, segundo dados da RAIS-Mte, no período de 89-2001.

A dinâmica do emprego nos sub-setores da indústria, através dos dados da RAIS-Mte, indicam que a maior parte dos setores apresentou queda no número de postos de trabalho dos níveis de emprego de 89. As maiores quedas entre 89-2001 foram registradas nos sub-setores Têxteis e de Confecções (-16.300 empregados), Borracha, Fumo e Couro (-2.160 empregados), Elétrica e de Comunicações (-3.460 empregados), Metalúrgica (-5.500 empregados) e Minerais Não-Metálicos (-3.150 empregados).

Empregados por Sub-setores - 03				
	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	971	819	569	630
Min. Não Met.	8.786	5.890	5.912	5.633
Metalúrgica	18.067	13.631	12.357	12.516
Mecânica	12.699	5.723	5.837	10.478
Elet. e Comun.	9.538	7.457	7.463	6.077
Mat. Transp.	7.533	7.733	6.797	6.812
Mad. e Mobil.	5.127	4.906	4.989	4.650
Papel e Graf.	3.861	2.832	3.584	3.675
Borr. Fum. Couro	6.142	6.769	3.372	3.985
Química	8.912	5.922	6.761	7.884
Têxtil e Confecções	25.553	10.304	9.852	9.262
Calçados	1.980	62	471	29
Alim. e Bebidas	7.485	9.444	10.446	10.091
Serviços Util. Púb.	1.260	1.635	2.653	1.298
Total	117.914	83.127	81.063	83.020

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

O setor que apresentou aumento significativo do emprego formal foi Alimentos e Bebidas (+2.600 empregos), os demais, quando muito, mantiveram nos níveis de 89, pois queda foi generalizada nesta região. Vale notar que, ao longo do período analisado, 89-2001 (12 anos), a região perdeu em média 2.900 empregos formais por ano. Isso demonstra não somente uma retração econômica como também, a falta de políticas que fomentassem o desenvolvimento da região e a criação de novas ocupações e atividades industriais.

Quanto à participação de cada sub-setor no total da indústria, houve algumas mudanças relativas entre os três setores que mais empregam na região. Em ordem decrescente, em 89, o sub-setor que respondia pela maior parte do emprego industrial era a Indústria Têxtil, 21,67%, seguida pela Indústria Metalúrgica, 15,32% e em terceiro lugar a Indústria Mecânica, com 10,77% do total.

Em 2001, essa ordem se alterou, a Indústria Metalúrgica subiu para o primeiro lugar, com 15,08% da participação no emprego industrial da região. A Indústria Mecânica passou para o segundo lugar com 12,62% e o sub-setor da Indústria de Alimentos e Bebidas, que não estava entre os 3 primeiros de 89, passou a terceiro, com 12,15% do emprego industrial total da região de governo de Campinas.

Empregados por Sub-setores - 03				
em %	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	0,82	0,99	0,70	0,76
Min. Não Met.	7,45	7,09	7,29	6,79
Metalúrgica	15,32	16,40	15,24	15,08
Mecânica	10,77	6,88	7,20	12,62
Elet. e Comun.	8,09	8,97	9,21	7,32
Mat. Transp.	6,39	9,30	8,38	8,21
Mad. e Mobil.	4,35	5,90	6,15	5,60
Papel e Graf.	3,27	3,41	4,42	4,43
Borr. Fum. Couro	5,21	8,14	4,16	4,80
Química	7,56	7,12	8,34	9,50
Têxtil e Confecções	21,67	12,40	12,15	11,16
Calçados	1,68	0,07	0,58	0,03
Alim. e Bedidas	6,35	11,36	12,89	12,15
Serviços Util. Púb.	1,07	1,97	3,27	1,56
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

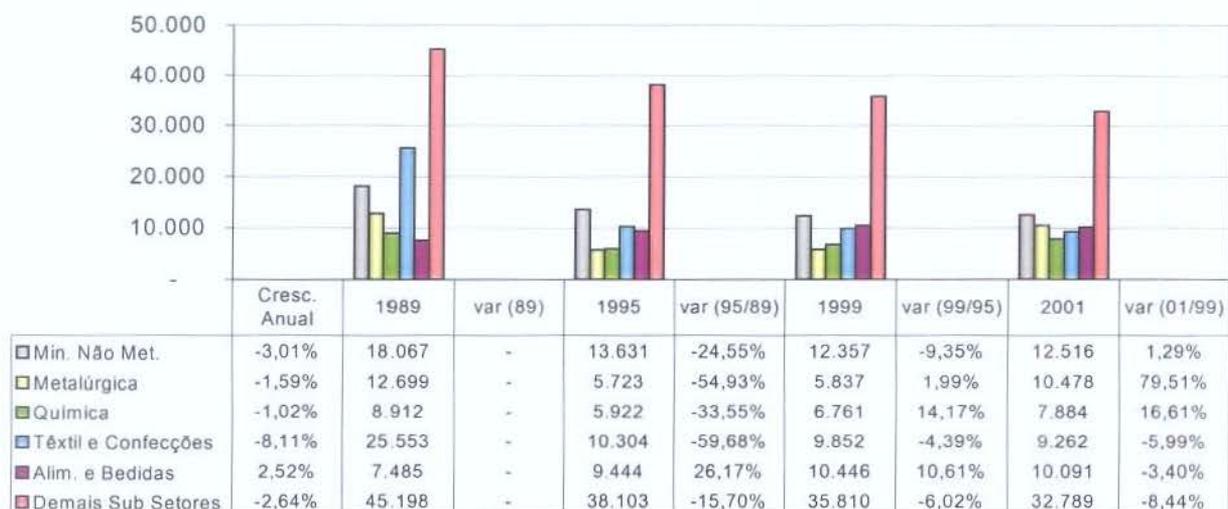
Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

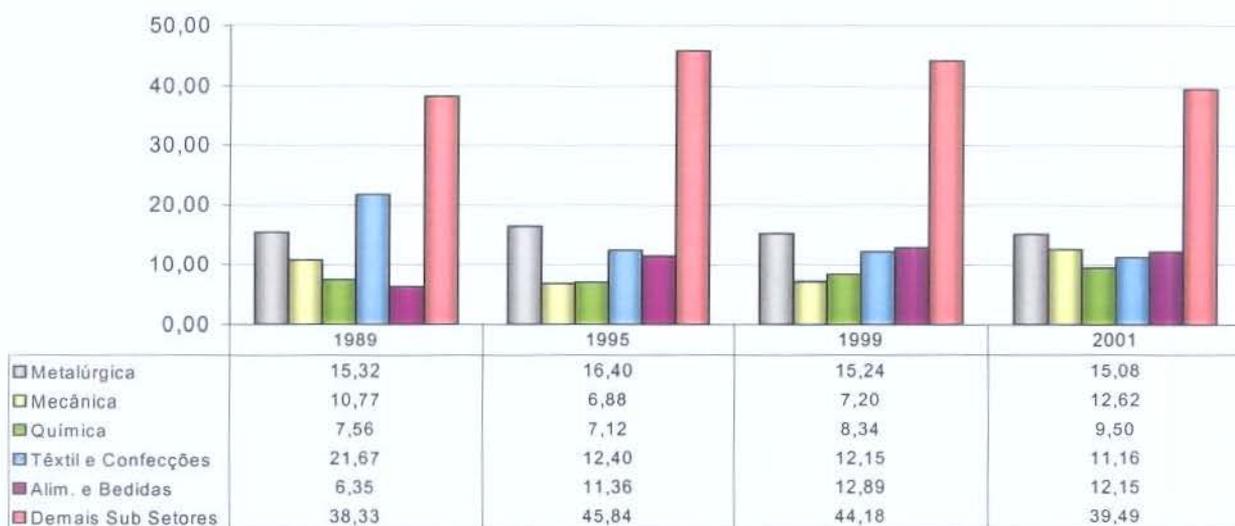
Os gráficos a seguir, mostram de um modo mais fácil de ser visualizada a mudança, em termos absolutos e relativos, dos cinco mais importantes sub-setores da Indústria entre 89 e 2001. Notemos que, os sub-setores que aparecem como os maiores em números de empregados podem não ser os mais importantes em termos de estabelecimentos. Alguns sub-setores são caracterizados por grandes contingentes de empregados alocados em uma mesma planta produtiva ou estabelecimento, não obstante, outros sub-setores podem ser caracterizados por um maior atomismo dos empregados distribuídos em um número maior de estabelecimentos²⁸.

²⁸ Isso será mais bem identificado quando for tratado do número de estabelecimentos por sub-setores da Indústria mais adiante.

5 Maiores Sub Setores - Indústria Número de Empregados



5 Maiores Sub Setores - Indústria Empregados (em %)



A partir da análise da remuneração média de dezembro em salários mínimos algumas modificações foram notadas. Assim, como na participação relativa, foram identificadas mudanças nas posições entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos e os com os menores salários médios pagos entre 89-2001.

Em ordem crescente, em 89, os quatro sub-setores com os menores salários médios pagos foram a Indústria de Calçados (3,31 salários mínimos), Indústria Têxtil e de Confecções (3,52 salários mínimos), a Indústria de Alimentos e Bebidas (3,75 salários mínimos) e a Indústria de Borracha, Fumo e Couro (3,89 salários mínimos). A diferença entre as remunerações médias pagas pelos setores com os menores salários médios pagos foi de 0,58 salários mínimos.

Os quatro sub-setores com os maiores salários médios pagos naquele ano foram a Indústria Mecânica (7,80 salários mínimos), a Indústria de Material de Transporte (7,48 salários mínimos), os Serviços Industriais de Utilidade Pública (7,17 salários mínimos) e a Indústria Metalúrgica (6,55 salários mínimos). Identificou-se uma diferença de 1,25 salários mínimos entre a maior e a menor remuneração média paga pelos setores com os maiores salários médios pagos em 89.

Em 2001, os sub-setores com menor remuneração média foram a Indústria Têxtil e de Confecções (3,34 salários mínimos), a Indústria de Madeira e do Mobiliário (3,57 salários mínimos), a Indústria de Minerais Não-metálicos (4,06 salários mínimos) e a Indústria Extrativa Mineral (4,07 salários mínimos). Por sua vez, a diferença entre os menores e os maiores salários pagos entre os sub-setores com os menores salários médios pagos foi de 0,73 salários mínimos.

Os sub-setores com os maiores salários médios pagos foram a Indústria de Material de Transporte (9,12 salários mínimos), a Indústria Mecânica (8,38 salários mínimos), a Indústria de Papel e Gráfica (7,16 salários mínimos) e a Indústria de Material Elétrico e de Comunicações (7,15 salários mínimos). A diferença entre as menores e maiores remunerações dos sub-setores com os maiores salários médios pagos foi de 1,97 salários mínimos.

No período 89-2001, a diferença entre as menores remunerações médias pagas aumentou, de 0,58 salários mínimos para 0,73 salários mínimos e a diferença entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos aumentou de 1,25 para 1,97 salários mínimos. Em ambos os extremos das remunerações médias pagas pelos sub-setores,

uma divergência da remuneração média, aponta para uma divisão hierarquizada da mão-de-obra com um nível de instrução heterogêneo. Neste caso, as indústrias da região requerem (ou requereram) mão-de-obra com diferenciação no padrão de qualificação técnica-científica para exercer atividades em setores diferenciados entre si.

Remuneração por Sub-setores - 03				
em SM	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	4,22	4,98	4,23	4,07
Min. Não Met.	4,29	4,75	5,17	4,06
Metalúrgica	6,55	8,22	8,01	6,95
Mecânica	7,80	10,10	9,70	8,38
Elet. e Comun.	5,37	7,28	7,82	7,15
Mat. Transp.	7,48	10,55	10,32	9,12
Mad. e Mobil.	4,06	6,05	4,69	3,57
Papel e Graf.	5,73	6,61	8,00	7,16
Borr. Fum. Couro	3,89	5,46	5,18	5,12
Química	4,77	8,22	7,34	6,29
Têxtil e Confecções	3,52	3,70	3,61	3,34
Calçados	3,31	2,12	4,84	5,67
Alim. e Bebidas	3,75	5,58	5,61	4,88
Serviços Util. Púb.	7,17	7,43	5,75	6,63
Total	5,17	6,92	6,76	6,12

Fonte: RAIS-Mte
Elaboração própria

Da análise do número de empregados por porte do estabelecimento, utilizando os conceitos de micro, pequena, média e grande empresas do SEBRAE, foi identificado que, em 89, estavam empregados em micro empresas (até 19 empregados) 6.636 empregados; nas pequenas (de 20 a 99 empregados), 17.208 empregados; nas médias empresas (de 100 a 499 empregados), 37.842 empregados e nas grandes empresas (com mais de 499 empregados), 56.228 empregados.

Em 2001, estes valores mudaram indicando um aumento da participação das micro, pequenas e médias empresas na região quanto ao número de empregados e um queda da participação das grandes empresas. Os números de empregados em cada tipo de empresa passaram a ser 10.663 empregados nas micro, aumento de 60,68%; 20.203 nas pequenas, aumento de 17,40%; 33.485 nas médias, redução de 11,51%; e 18.669 nas grandes empresas, uma redução de 66,79%, ou seja, foram encerrados 2 em cada 3 empregos formais em grandes empresas.

Empregados por porte do estabelecimento 1989 - 03					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	274	343	354	0	971
Min. Não Met.	1.030	3.757	3.301	698	8.786
Metalúrgica	637	1.718	6.079	9.633	18.067
Mecânica	553	1.413	7.109	3.624	12.699
Elet. e Comun.	219	330	4.012	4.977	9.538
Mat. Transp.	85	299	1.365	5.784	7.533
Mad. e Mobil.	674	926	700	2.827	5.127
Papel e Graf.	346	727	1.087	1.701	3.861
Borr. Fum. Couro	416	1.464	1.924	2.338	6.142
Química	342	1.485	1.995	5.090	8.912
Têxtil e Confecções	1.105	2.891	5.483	16.074	25.553
Calçados	64	147	0	1.769	1.980
Alim. e Bedidas	754	1.413	4.257	1.061	7.485
Serviços Util. Púb.	137	295	176	652	1.260
Total	6.636	17.208	37.842	56.228	117.914

Fonte: RAIS-Mte
Elaboração própria

Empregados por porte do estabelecimento 2001 - 03					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	304	326	0	0	630
Min. Não Met.	1.009	2.950	1.674	0	5.633
Metalúrgica	1.752	3.130	2.994	4.640	12.516
Mecânica	717	1.894	5.047	2.820	10.478
Elet. e Comun.	440	616	2.403	2.618	6.077
Mat. Transp.	145	630	3.296	2.741	6.812
Mad. e Mobil.	1.199	1.242	807	1.402	4.650
Papel e Graf.	654	562	2.459	0	3.675
Borr. Fum. Couro	363	835	2.167	620	3.985
Química	1.030	2.788	4.066	0	7.884
Têxtil e Confecções	1.411	3.058	3.525	1.268	9.262
Calçados	0	29	0	0	29
Alim. e Bedidas	1.439	1.626	4.466	2.560	10.091
Serviços Util. Púb.	200	517	581	0	1.298
Total	10.663	20.203	33.485	18.669	83.020

Fonte: RAIS-Mte
Elaboração própria

Quanto ao número de estabelecimentos, a Região de Governo de Sorocaba apresentou um acréscimo de 753 estabelecimentos no período de 1989 a 2001 (aumento de 40,90%). Deste total, 375 estabelecimentos (49,80%) foram abertos no período de 1989 a 1995 e o restante dos estabelecimentos foram abertos nos 6 anos seguintes (50,20%).

Estabelecimentos por Sub-setores - 03				
	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	68	82	70	73
Min. Não Met.	281	265	248	254
Metalúrgica	215	325	415	436
Mecânica	174	118	134	190
Elet. e Comun.	62	94	89	92
Mat. Transp.	29	66	66	61
Mad. e Mobil.	148	208	234	242
Papel e Graf.	95	131	157	170
Borr. Fum. Couro	129	88	68	83
Química	110	179	219	265
Têxtil e Confeções	296	351	311	349
Calçados	18	7	6	2
Alim. e Bebidas	187	273	301	338
Serviços Util. Púb.	29	29	35	39
Total	1.841	2.216	2.353	2.594

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Em termos relativos, em 1989, os 3 maiores sub-setores da Indústria eram, em ordem decrescente, a Indústria Têxtil e de Confeções (16,08%), a Indústria de Minerais Não-metálicos (15,26%) e a Indústria de Metalúrgica (11,68%), que somados respondiam por 43,02% do total de estabelecimentos da região. Em 2001, houve mudanças e os 3 maiores sub-setores passaram a ser a Indústria Metalúrgica (16,81%), a Indústria Têxtil e de Confeções (13,45%) e a Indústria de Alimentos e Bebidas (13,03%), que somados totalizam 43,29%. A parcela dos 3 maiores sub-setores praticamente não se alterou no período analisado, no entanto, a mudança se deu nos sub-setores, pois a Indústria de Minerais Não-metálicos, que estava entre os primeiros em 1989, saiu para dar lugar a Indústria de Alimentos e Bebidas como os setores mais importantes para a região quanto ao número de estabelecimentos.

Isso aponta, por si, os setores que caracterizam a região como os setores Têxtil e de Confeções espalhados pelos municípios, porém mais concentrado em Sorocaba, o setor de Minerais Não-metálicos, concentrado no município de Votorantim e a Indústria Metalúrgica sempre presente em toda a região.

Estabelecimentos por Sub-setores - 03				
em %	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	3,69	3,70	2,97	2,81
Min. Não Met.	15,26	11,96	10,54	9,79
Metalúrgica	11,68	14,67	17,64	16,81
Mecânica	9,45	5,32	5,69	7,32
Elet. e Comun.	3,37	4,24	3,78	3,55
Mat. Transp.	1,58	2,98	2,80	2,35
Mad. e Mobil.	8,04	9,39	9,94	9,33
Papel e Graf.	5,16	5,91	6,67	6,55
Borr. Fum. Couro	7,01	3,97	2,89	3,20
Química	5,98	8,08	9,31	10,22
Têxtil e Confecções	16,08	15,84	13,22	13,45
Calçados	0,98	0,32	0,25	0,08
Alim. e Bedidas	10,16	12,32	12,79	13,03
Serviços Util. Púb.	1,58	1,31	1,49	1,50
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS-Mte

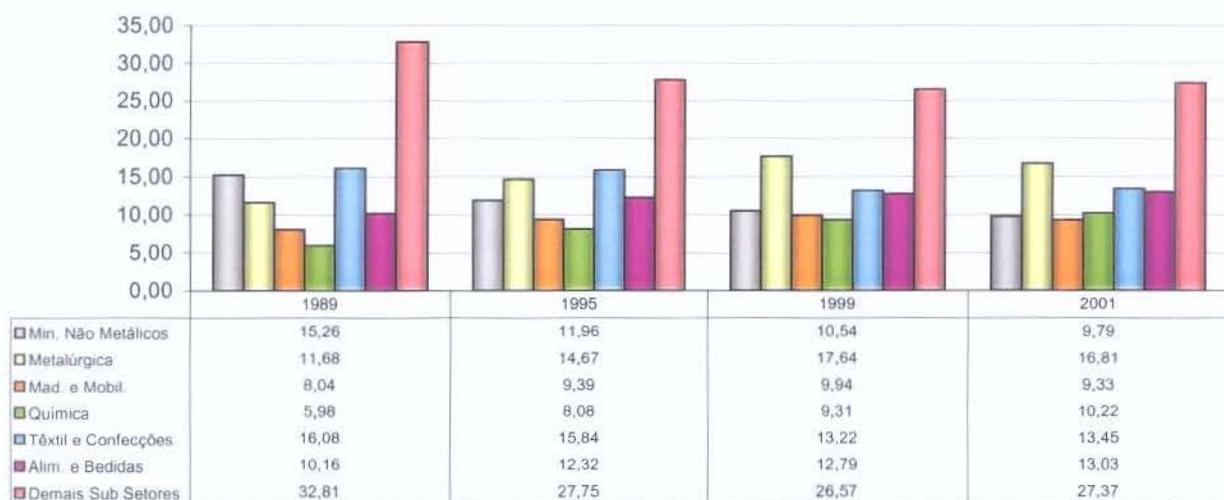
Elaboração própria

Alguns sub-setores da Indústria simplesmente desapareceram dentre aqueles que possuíam empresas de tamanho grande, como a Indústria Mineraias Não-metálicos, a Indústria de Papel e Gráfico, a Indústria Química e a Indústria de Calçados. Tais sub-setores tiveram o tamanho de seus estabelecimentos reduzidos, ou seja, onde haviam grandes estabelecimentos, estes foram reduzindo o número de empregados formais passando de grande para média a classificação do estabelecimento pelo número de empregados. Isto pode ser visto claramente pelo número de estabelecimentos de grande porte.

6 Maiores Sub Setores - Indústria Número de Estabelecimentos



6 Maiores Sub Setores - Indústria Estabelecimentos (em %)



Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1989 - 03					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	58	8	2	0	68
Min. Não Met.	190	74	16	1	281
Metalúrgica	151	38	23	3	215
Mecânica	109	31	30	4	174
Elet. e Comun.	33	6	17	6	62
Mat. Transp.	13	5	6	5	29
Mad. e Mobil.	120	24	3	1	148
Papel e Graf.	73	14	6	2	95
Borr. Fum. Couro	87	29	9	4	129
Química	68	27	11	4	110
Têxtil e Confecções	191	62	28	15	296
Calçados	15	2	0	1	18
Alim. e Bedidas	137	31	18	1	187
Serviços Util. Púb.	20	7	1	1	29
Total	1.265	358	170	48	1.841

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 2001 - 03					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	66	7	0	0	73
Min. Não Met.	176	69	9	0	254
Metalúrgica	339	81	14	2	436
Mecânica	127	40	20	3	190
Elet. e Comun.	63	14	12	3	92
Mat. Transp.	30	14	14	3	61
Mad. e Mobil.	203	34	4	1	242
Papel e Graf.	145	14	11	0	170
Borr. Fum. Couro	55	19	8	1	83
Química	183	59	23	0	265
Têxtil e Confecções	263	66	18	2	349
Calçados	1	1	0	0	2
Alim. e Bedidas	273	42	20	3	338
Serviços Util. Púb.	24	12	3	0	39
Total	1.948	472	156	18	2.594

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Quanto ao número de estabelecimentos por porte do estabelecimento, em 89, haviam 1.265 estabelecimentos de tamanho micro (até 19 empregados), 358 de tamanho pequeno (de 20 a 99 empregados), 170 de tamanho médio empresas (de 100 a 499 empregados) e 48 grandes estabelecimentos (com mais de 499 empregados).

Para o ano de 2001, os micro estabelecimentos atingiram o patamar de 1.948 estabelecimentos (aumento de 54,00%); os pequenos, de 472 estabelecimentos (aumento de 31,84%); os médios, de 156 estabelecimentos (redução de 8,23%) e os grandes, caíram para 18 estabelecimentos (redução de 62,50%).

Os principais setores que tiveram aumento no número de micro estabelecimentos foram a Indústria Metalúrgica, a Indústria Química, a Indústria de Madeira e Mobiliário e a Indústria de Alimentos e Bebidas. Juntos, em 89, totalizavam 476 estabelecimentos, atingindo em 2001, um total de 998 estabelecimentos (aumento de 109,66%).

Junto aos pequenos estabelecimentos, os sub-setores que mais aumentaram quanto ao número de estabelecimentos foram a Indústria Metalúrgica, a Indústria Química e a Indústria de Alimentos e Bebidas, passaram de 96 estabelecimentos, em 89, para 182 estabelecimentos em 2001, um aumento de 89,58%.

Dentre as PME's, o sub-setor que se retraiu quanto ao número de estabelecimentos foi a Indústria de Calçados passou de 17 estabelecimentos para 2 estabelecimentos (queda de 88,23%) no período analisado.

Análise dos Serviços

Nos Serviços, identificou-se um aumento no número de empregados formais, visto na análise dos grandes setores. Nesta parte, será feito um levantamento dos setores que mais ganharam e aqueles que perderam postos de trabalho formais. O aumento na região foi 22.300 empregos, segundo dados da RAIS-Mte, no período de 89-2001.

Empregados por Sub-setores - 03				
	1989	1995	1999	2001
Intermediação financeira	5.058	3.972	3.483	3.571
Ativ. Imobiliárias	22.639	25.562	39.797	40.301
Transporte e Armazenagem	6.003	7.061	7.193	8.492
Alojamento e Alimentação	29.376	18.469	15.943	18.570
Saúde e Serviços Sociais	4.476	7.586	7.388	8.328
Ensino	1.503	4.858	5.343	6.052
Administração Pública	15.546	18.710	19.578	21.585
Total	84.601	86.218	98.725	106.899

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

A dinâmica do emprego nos sub-setores dos Serviços, através dos dados da RAIS-Mte, indicam que parte dos setores apresentou queda no número de postos de trabalho, enquanto outra parte apresentou um aumento dos níveis de emprego de 89. Os sub-setores dos Serviços, em sua maioria, ganharam postos de trabalho no período 89-2001. Os únicos sub-setores que perderam postos de trabalho foram o sub-setor de Intermediação Financeira (-1.480 postos) e Alojamento e Alimentação (-10.800).

Quanto ao sub-setor de Intermediação Financeira, uma qualificação merece ser feita quanto ao processo de reestruturação do setor bancário brasileiro, que envolveu uma grande mudança na utilização de tecnologia bancária (telemática, equipamentos, teleatendimento, “cash dispensers”, “internet”, etc.) e favoreceu o aumento do desemprego/redução da necessidade de mão-de-obra no setor e atingiu todos os estabelecimentos bancários no país. Vale notar também que, o desemprego nesse caso foi um movimento estrutural e não conjuntural, uma vez que este setor sofreu não pela mudança nos mercados no qual está inserido, mas pela busca de estratégias microeconômicas das empresas do setor em tornarem-se mais lucrativas e mais competitivas.

Os demais sub-setores tiveram um incremento no número de postos de empregados formais. O sub-setor Atividades Imobiliárias (inclui as atividades

imobiliárias e os serviços prestados às empresas) teve um aumento de 17.660 empregos; o sub-setor de Transporte e Armazenagem, aumento de 2.500 empregos; o sub-setor de Saúde e Serviços Sociais, aumento de 3.850 empregos; no Ensino, aumento de 4.550 empregos e na Administração Pública, o aumento foi de 6.040 empregos formais no período 89-2001.

Aqui, novamente, fazem-se necessárias novas qualificações para cada um dos sub-setores que tiveram aumento no número de empregados formais.

O sub-setor de Atividades Imobiliárias (e Serviços Prestados às Empresas) teve um grande aumento relativo, 78,01%, grande parte relacionado às formas de ocupação e atividades que as pessoas encontraram para subsistir e garantir um mínimo de renda necessária à sua manutenção e de seus familiares, como prestação de serviços, atividades de manutenção, atividades que nas grandes empresas foram terceirizadas (segurança, limpeza, alimentação, etc.) entre outras. Grande parte desses empregos estão alocados em grandes empresas de prestação de serviços (mais de 99 empregados formais), aproximadamente 62,61% do total deste sub-setor.

O aumento do sub-setor de Transporte e Armazenagem tem o seu incremento de nível de emprego justificado pela importância crescente que as atividades de logística e distribuição passaram a ter para as grandes empresas. Dentro de uma lógica de integração produtiva, não somente comercial, a produção de bens finais passou a ser descentralizada, com subconjuntos sendo montados em locais diferentes, fornecedores trabalhando com sistemas integrados com as empresas do final da cadeia, redução dos níveis de estoques de todas as empresas da cadeia produtiva, etc. O rápido deslocamento de peças, partes, suprimentos e insumos passaram a ser fundamentais para o aumento de competitividade das empresas.

Os sub-setores de Saúde e Serviços Sociais, Ensino e Administração Pública são associados em grande parte ao emprego público através de escolas de ensino infantil, fundamental e médio, postos de saúde e hospitais municipais, além das próprias prefeituras e suas autarquias (empresas de coleta de lixo, de coleta de esgoto e distribuição de água potável. Ademais, toda a gama de profissionais liberais no âmbito privado e universidades particulares, somam-se ao total de empregados nestes sub-setores.

Quanto a participação de cada sub-setor no total da indústria, houve algumas mudanças relativas entre os três setores que mais empregam na região. Em ordem decrescente, em 89, o sub-setor que respondia pela maior parte do emprego em Serviços era o sub-setor de Alojamento e Alimentação, 34,72%, seguida pelas Atividades Imobiliárias, 26,76% e em terceiro lugar a Administração Pública, com 18,38% do total.

Em 2001, Atividades Imobiliárias subiu para o primeiro lugar, com 37,70%, em segundo ficou o sub-setor de Administração Pública, com 20,19% e Alojamento e Alimentação caiu para a terceira posição, 17,37%.

Empregados por Sub-setores - 03				
em %	1989	1995	1999	2001
Intermediação Financeira	5,98	4,61	3,53	3,34
Ativ. Imobiliárias	26,76	29,65	40,31	37,70
Transporte e Armazenagem	7,10	8,19	7,29	7,94
Alojamento e Alimentação	34,72	21,42	16,15	17,37
Saúde e Serviços Sociais	5,29	8,80	7,48	7,79
Ensino	1,78	5,63	5,41	5,66
Administração Pública	18,38	21,70	19,83	20,19
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

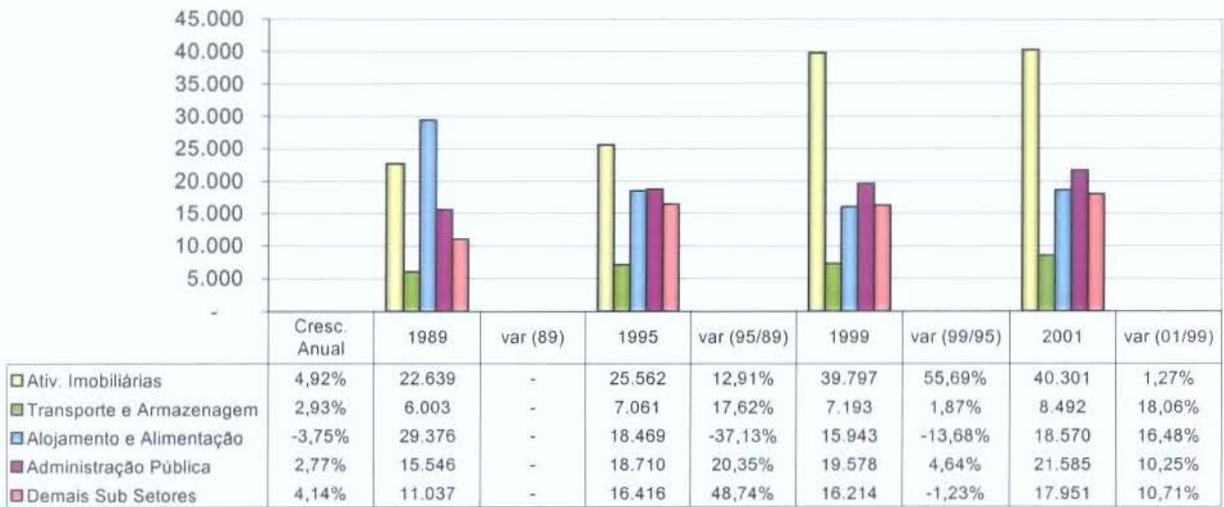
Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

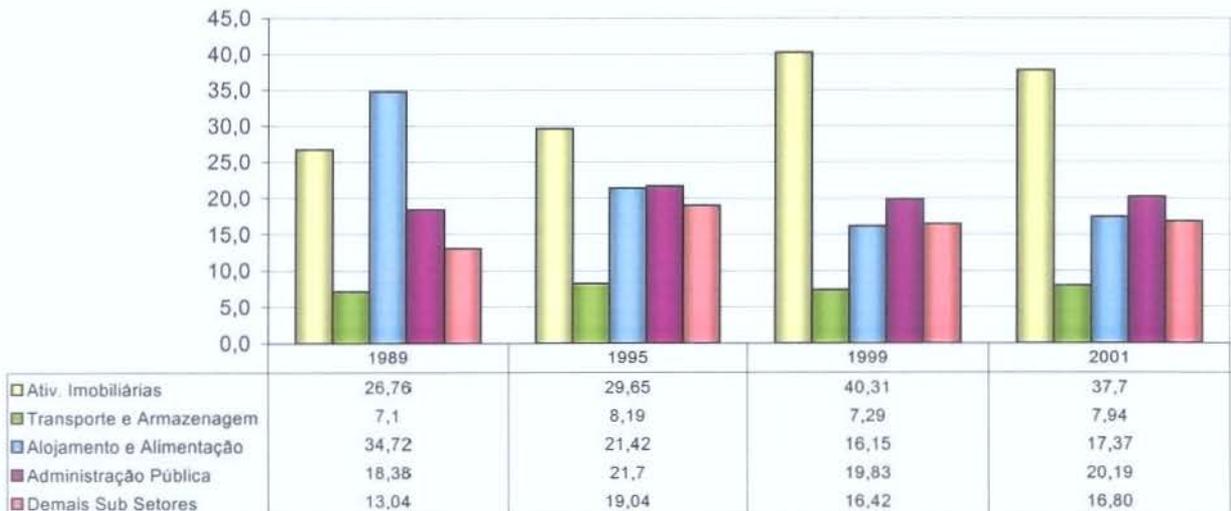
Os gráficos a seguir, mostram de um modo mais fácil de ser visualizada a mudança, em termos absolutos e relativos, dos quatro mais importantes sub-setores dos Serviços entre 89 e 2001. Notemos que, os sub-setores que aparecem como os maiores em números de empregados podem não ser os mais importantes em termos de estabelecimentos. Alguns sub-setores são caracterizados por grandes contingentes de empregados alocados em um estabelecimento, não obstante, outros sub-setores podem ser caracterizados por um maior atomismo dos empregados distribuídos em um número maior de estabelecimentos²⁹.

²⁹ Isso será mais bem identificado quando for tratado do número de estabelecimentos por sub-setores dos Serviços mais adiante.

4 Maiores Sub Setores - Serviços Número de Empregados



4 Maiores Sub Setores - Serviços Empregados (em %)



A partir da análise da remuneração média de dezembro em salários mínimos algumas modificações foram notadas. Assim, como na participação relativa, foram identificadas mudanças nas posições entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos e os com os menores salários médios pagos entre 89-2001.

Em ordem crescente, em 89, os três sub-setores com os menores salários médios pagos foram Atividades Imobiliárias (2,09 salários mínimos), Alojamento e Administração (2,25 salários mínimos) e Saúde e Serviços Sociais (2,42 salários mínimos). A diferença entre as remunerações médias pagas pelos setores com os menores salários médios pagos foi de 0,33 salários mínimos.

Os três sub-setores com os maiores salários médios pagos naquele ano foram Intermediação Financeira (12,07 salários mínimos), Transporte e Armazenagem (4,64 salários mínimos) e Administração Pública (3,96 salários mínimos). Identificou-se uma diferença de 8,11 salários mínimos entre a maior e a menor remuneração média paga pelos setores com os maiores salários médios pagos em 89.

Em 2001, os sub-setores com menor remuneração média foram Alojamento e Alimentação (2,68 salários mínimos), Atividades Imobiliárias (3,20 salários mínimos) e Transporte e Armazenagem (3,84 salários mínimos). Por sua vez, a diferença entre os menores e os maiores salários pagos entre os sub-setores com os menores salários médios pagos foi de 1,14 salários mínimos.

Os sub-setores com os maiores salários médios pagos foram Intermediação Financeira (9,52 salários mínimos), Ensino (5,79 salários mínimos) e Administração Pública (5,76 salários mínimos). A diferença entre as menores e maiores remunerações dos sub-setores com os maiores salários médios pagos foi de 3,76 salários mínimos.

No período 89-2001, a diferença entre as menores remunerações médias pagas aumentou de 0,33 salários mínimos para 1,14 salários mínimos e a diferença entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos caiu de 8,11 para 3,76 salários mínimos. Isso indica uma divergência na região nos sub-setores dos Serviços, por um lado, os sub-setores com os menores salários médios pagos, continuaram a pagar baixos salários, o que piorou a distribuição dos salários médios e caracterizando ainda mais estes sub-setores como de baixa remuneração e qualificação da mão-de-obra. Por outro lado, as diferenças entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos indicaram uma convergência dos salários médios pagos e caracterizaram estes sub-setores como

sendo de maior qualificação e com maior homogeneidade da qualificação da mão-de-obra apesar das diferentes atividades desenvolvidas.

Remuneração por Sub-setores - 03				
em SM	1989	1995	1999	2001
Intermediação Financeira	12,07	15,69	12,73	9,52
Ativ. Imobiliárias	2,09	3,57	3,56	3,20
Transporte e Armazenagem	4,64	5,32	5,11	3,84
Alojamento e Alimentação	2,25	3,06	3,38	2,68
Saúde e Serviços Sociais	2,42	4,29	4,63	4,66
Ensino	2,55	6,37	8,14	5,79
Administração Pública	3,96	5,19	6,34	5,76
Total	3,29	4,74	4,84	4,15

Fonte: RAIS-Mte
Elaboração própria

Da análise do número de empregados por porte do estabelecimento, utilizando os conceitos de micro, pequena, média e grande empresas do SEBRAE, foi identificado que, em 89, estavam empregados em micro empresas (até 09 empregados) 6.975 empregados; nas pequenas (de 10 a 49 empregados), 12.778 empregados; nas médias empresas (de 50 a 99 empregados), 5.745 empregados e nas grandes empresas (com mais de 99 empregados), 59.103 empregados.

Em 2001, estes valores mudaram indicando um aumento na participação de todos os tipos de estabelecimentos (micro, pequenas, médias e grandes empresas) na região quanto ao número de empregados. Os números de empregados em cada tipo de estabelecimento passaram a ser 12.589 empregados nas micro, aumento de 80,48%; 18.384 nas pequenas, aumento de 43,87%; 8.989 nas médias, aumento de 56,46%; e 66.937 nas grandes empresas, um aumento de 13,25%, ou seja, todos os tipos de estabelecimentos, tiveram aumento, principalmente os micro, que quase dobraram o número de empregados.

Exceção feita aos grandes estabelecimentos de Intermediação Financeira e Alojamento e Alimentação, todos os demais sub-setores aumentaram o número de empregados.

Empregados por porte do estabelecimento 1989 - 03					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	89	2.506	760	1.703	5.058
Ativ. Imobiliárias	1.835	2.650	1.338	16.816	22.639
Transporte e Armazenagem	660	1.859	1.062	2.422	6.003
Alojamento e Alimentação	3.035	4.057	1.521	20.763	29.376
Saúde e Serviços Sociais	470	692	648	2.666	4.476
Ensino	204	551	203	545	1.503
Administração Pública	682	463	213	14.188	15.546
Total	6.975	12.778	5.745	59.103	84.601

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Empregados por porte do estabelecimento 2001 - 03					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	622	1.875	589	485	3.571
Ativ. Imobiliárias	3.734	4.387	2.432	29.748	40.301
Transporte e Armazenagem	1.241	2.647	1.280	3.324	8.492
Alojamento e Alimentação	4.697	6.506	1.889	5.478	18.570
Saúde e Serviços Sociais	1.555	1.068	844	4.861	8.328
Ensino	628	1.494	1.602	2.328	6.052
Administração Pública	112	407	353	20.713	21.585
Total	12.589	18.384	8.989	66.937	106.899

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Os micro e pequenos estabelecimentos criaram 11.220 postos de trabalho no período, os estabelecimentos de tamanho médio criaram 3.240 postos, enquanto os grandes estabelecimentos criaram 7.830 postos de trabalho.

Estabelecimentos por Sub-setores - 03				
	1989	1995	1999	2001
Intermediação Financeira	134	229	269	282
Ativ. Imobiliárias	872	1.137	1.587	1.772
Transporte e Armazenagem	328	514	620	653
Alojamento e Alimentação	1.460	1.611	2.075	2.232
Saúde e Serviços Sociais	282	728	1.011	1.093
Ensino	85	211	304	305
Administração Pública	451	60	77	71
Total	3.612	4.490	5.943	6.408

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Quanto ao número de estabelecimentos, a Região de Sorocaba apresentou um acréscimo de 2.796 estabelecimentos no período de 1989 a 2001 (aumento de 77,40%). Deste total, 878 estabelecimentos (31,40%) foram abertos no período de 1989 a 1995 e o restante dos estabelecimentos foram abertos nos 6 anos seguintes (68,60%).

Estabelecimentos por Sub-setores - 03				
em %	1989	1995	1999	2001
Intermediação Financeira	3,71	5,10	4,53	4,40
Ativ. Imobiliárias	24,14	25,32	26,70	27,65
Transporte e Armazenagem	9,08	11,45	10,43	10,19
Alojamento e Alimentação	40,42	35,88	34,92	34,83
Saúde e Serviços Sociais	7,81	16,21	17,01	17,06
Ensino	2,35	4,70	5,12	4,76
Administração Pública	12,49	1,34	1,30	1,11
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS-Mte

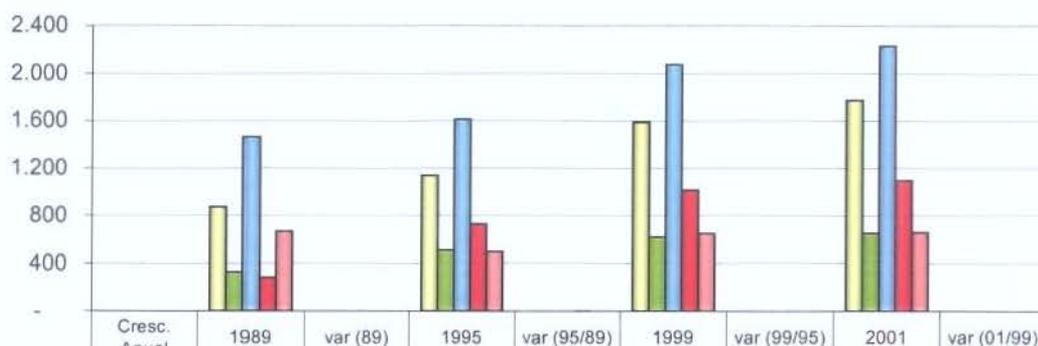
Elaboração própria

Em termos relativos, em 1989, os 3 maiores sub-setores da Indústria eram, em ordem decrescente, Alojamento e Alimentação (40,42%), Atividades Imobiliárias (24,14%) e Administração Pública (12,49%), que somados respondiam por 77,05% do total de estabelecimentos da região. Em 2001, houve mudanças e os 3 maiores sub-setores passaram a ser Alojamento e Alimentação (34,83%), Atividades Imobiliárias (27,65%) e Saúde e Serviços Sociais (17,06%), que somados totalizam 79,54% do total daquele ano.

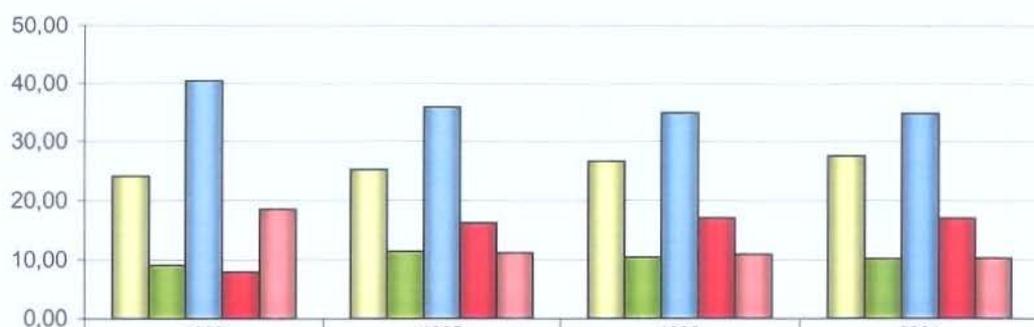
Essas informações sugerem um enxugamento do sub-setor Administração Pública, a perda de importância do sub-setor de Alojamento e Alimentação e a ascensão dos sub-setores de Saúde e Serviços Médicos e de Atividades Imobiliárias. Além disso, indicam que, somente 3 sub-setores dos Serviços detêm quase 80,0% dos estabelecimentos em 2001.

Os gráficos a seguir, mostram de um modo mais fácil de ser visualizado a mudança, em termos absolutos e relativos, dos quatro mais importantes sub-setores dos Serviços entre 89 e 2001. Alguns sub-setores são caracterizados por grandes contingentes de empregados alocados em um estabelecimento como Ensino, Saúde e Administração Pública, não obstante, outros sub-setores podem ser caracterizados por um maior atomismo dos empregados distribuídos em um número maior de estabelecimentos, como Atividades Imobiliárias e Prestação de Serviços às Empresas.

4 Maiores Sub Setores - Serviços Número de Estabelecimentos



4 Maiores Sub Setores - Serviços Estabelecimentos (em %)



Ativ. Imobiliárias	24,14	25,32	26,70	27,65
Transporte e Armazenagem	9,08	11,45	10,43	10,19
Alojamento e Alimentação	40,42	35,88	34,92	34,83
Saúde e Serviços Sociais	7,81	16,21	17,01	17,06
Demais Sub Setores	18,55	11,14	10,94	10,27

Quanto ao número de estabelecimentos, em 89, haviam 2.803 estabelecimentos de tamanho micro (até 09 empregados), 607 de tamanho pequeno (de 10 a 49 empregados), 85 de tamanho médio empresas (de 50 a 99 empregados) e 117 grandes estabelecimentos (com mais de 99 empregados).

Para o ano de 2001, os micro estabelecimentos atingiram o patamar de 5.210 estabelecimentos (aumento de 85,87%); os pequenos, de 943 estabelecimentos (aumento de 55,35%); os médios, de 132 estabelecimentos (aumento de 55,29%) e os grandes, de 123 estabelecimentos (aumento de 5,12%).

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1989 - 03					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	16	97	12	9	134
Ativ. Imobiliárias	700	131	19	22	872
Transporte e Armazenagem	216	87	16	9	328
Alojamento e Alimentação	1.188	210	24	38	1.460
Saúde e Serviços Sociais	225	34	8	15	282
Ensino	56	23	3	3	85
Administração Pública	402	25	3	21	451
Total	2.803	607	85	117	3.612

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 2001 - 03					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	168	103	8	3	282
Ativ. Imobiliárias	1.467	233	35	37	1.772
Transporte e Armazenagem	491	131	20	11	653
Alojamento e Alimentação	1.856	330	28	18	2.232
Saúde e Serviços Sociais	999	60	12	22	1.093
Ensino	205	66	24	10	305
Administração Pública	24	20	5	22	71
Total	5.210	943	132	123	6.408

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Os principais setores que tiveram aumento no número de micro estabelecimentos foram Atividades Imobiliárias, Alojamento e Alimentação e Saúde e Serviços Sociais. Juntos, em 89, totalizavam 2.113 estabelecimentos, atingindo em 2001, um total de 4.322 estabelecimentos (aumento de 104,54%).

Junto aos pequenos estabelecimentos, os sub-setores que mais aumentaram quanto ao número de estabelecimentos Atividades Imobiliárias, Transporte e

Armazenagem e Alojamento e Alimentação, passaram de 458 estabelecimentos, em 89, para 694 estabelecimentos em 2001, um aumento de 51,52%.

Dentre as PME's, o sub-setor que se retraiu quanto ao número de estabelecimentos foi Administração Pública passou de 427 estabelecimentos para 44 estabelecimentos (queda de 89,69%) no período analisado.

Principais Municípios e Atividades

A escolha dos municípios da região de Sorocaba foi arbitrária, sendo escolhidos os municípios de Itu, São Roque e Sorocaba para levantarmos indicadores sócio-econômicos municipais apenas em caráter descritivo. Maiores análises, em nível municipal, requerem uma focalização do objeto em questão o que não cabe neste trabalho, pois as análises estão em um plano regional e não municipal. Não obstante, quando foi feita sistematização dos dados para ser feita a análise regional, foram coletados as mesmas informações para cada um dos municípios constituintes de cada região e para os mesmos anos.

Assim como na região de Campinas e Jundiaí, foi escolhido o município de Sorocaba por ser a sede da Região de Governo, além de ser o município detentor da maior parte do emprego industrial e de serviços da região; o município de Itu foi escolhida por apresentar um grande crescimento de novos investimentos na região e dentro do estado de São Paulo ao longo da década de 90 e; São Roque foi escolhida por ser um pólo turístico na região muito próximo a RMSP.

A região apresenta certa desigualdade entre o nível de desenvolvimento sócio-econômico dos seus municípios. De um lado temos municípios com todos os setores econômicos mais desenvolvidos como Sorocaba, Itu, Salto; cidades turísticas como São Roque, Porto Feliz, Tietê e; cidades menos desenvolvidas como Araçoiaba da Serra, Ibiúna, Jumirim, Piedade, Salto de Pirapora e Tapiraí entre outros.

Indicadores Sócio-Econômicos Municipais - 03			
	Itu	São Roque	Sorocaba
Área (Em km2)	642,0	313,0	443,0
Dens. Demog. (Habitantes/Km2)	210,9	212,9	1.113,9
VAF Total (em Mio de Reais de 99)	840,1	242,7	2.975,3
VAF Indústria (em Mio de Reais de 99)	567,4	93,4	1.742,8
VAF Comércio (em Mio de Reais de 99)	119,6	71,3	714,0
VAF Agricultura (em Mio de Reais de 99)	6,2	1,6	12,6
VAF Serviços (em Mio de Reais de 99)	88,4	39,2	345,9
VAF Outros (em Mio de Reais de 99)	58,4	37,1	160,0
Crédito Rural Total (em Mio de Reais de 2000)	2,1	1,0	1,3
Crédito Rural Agric. (em Mio de Reais de 2000)	2,0	0,9	1,0
Crédito Rural Pec. (em Mio de Reais de 2000)	0,1	0,1	0,3
IDHM	0,815	0,820	0,828
Ranking IDHM	88	63	40
% Abastecimento Água	97,33	93,71	99,31
% Coleta de Lixo	98,49	98,40	99,49
Leitos SUS/1000 habitantes	6,43	3,38	4,91
Número de Habitantes por Veículos	2,69	3,51	2,57
Frota de Veículos Total	51.363	19.254	196.140
Frota de Automóveis	34.272	13.696	134.062
Frota de Ônibus	342	154	1145
Frota de Caminhões	2.507	778	7.120
Consumo Energia Elétrica Resid. (em MWh)	93.244	68.257	320.315
Consumo Energia Elétrica Ind. (em MWh)	33842	6.954	3.810
Consumo Energia Elétrica Rural (em MWh)	243.069	41.030	603.102
Consumo Energia Elétrica Serv./Com. (em MWh)	37.971	18.742	143.668

Fonte: www.seade.gov.br

Elaboração própria

Mio - milhões

VAF, Frota - ano 2001

Demog., Crédito Rural, IDH, Água, Lixo, Leitos SUS/1000 hab. - ano 2000

Energia - ano 1997

Foram levantados os Índices de Especialização para os anos de 1989 e 2001, tanto para os sub-setores da Indústria, quanto para os sub-setores dos Serviços nos mesmo municípios selecionados.

Índices de Especialização 1989-2001 - 03						
Indústria	Itu		São Roque		Sorocaba	
	1989	2001	1989	2001	1989	2001
Extr. Mineral	0,66	0,33	3,00	1,66	0,27	0,14
Min. Não Met.	3,83	3,17	0,43	0,18	0,97	1,13
Ind. Metal.	1,62	1,36	1,08	0,43	0,91	1,14
Ind. Mecânica	1,87	1,82	0,09	0,01	1,82	2,64
Elet. e Comun.	0,78	2,71	1,15	2,04	0,79	1,01
Mat. Transp.	0,54	0,65	0,00	0,23	1,18	1,39
Mad. e Mobil.	0,46	0,56	0,34	0,45	0,45	0,35
Papel e Graf.	0,56	0,70	0,23	0,17	0,18	0,50
Borr. Fum. Couro	0,60	0,71	2,22	6,18	0,66	0,84
Ind. Química	1,21	0,24	0,39	1,28	0,34	0,76
Ind. Têxtil	0,46	0,18	1,24	0,75	2,26	1,05
Ind. Calçados	0,11	0,00	9,16	0,42	0,02	0,00
Alim. e Bebidas	0,63	1,43	1,13	1,41	0,48	0,74
Serviços Util. Púb.	0,02	0,05	0,29	0,00	0,64	0,15
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Índices de Especialização 1989-2001 - 03						
Serviços	Itu		São Roque		Sorocaba	
	1989	2001	1989	2001	1989	2001
Intermediação financeira	0,85	0,82	0,98	0,60	1,25	1,08
Ativ. Imobiliárias	0,92	0,84	0,51	0,36	0,79	0,97
Transporte e Armazenagem	1,16	1,18	0,38	0,69	1,30	1,05
Alojamento e Alimentação	1,13	1,25	1,27	1,90	1,15	1,27
Saúde e Serviços Sociais	1,68	0,39	2,11	1,52	2,68	2,00
Ensino	1,03	1,58	2,56	1,03	2,11	1,38
Administração Pública	0,88	0,97	1,13	1,04	0,64	0,55
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Considerações Finais

A Região de Governo de Sorocaba apresentou um grande dinamismo ao longo dos anos 90, mesmo com a abertura comercial pela qual o país teve várias de suas cadeias produtivas desarticuladas.

A região teve seu desenvolvimento relacionado a interiorização da economia cafeeira e principalmente com a expansão da malha ferroviária, pois o forte foi a indústria metal-mecânica que se instalou por lá no início do século passado para atender tanto em manutenções quanto em reposições das peças e composições ferroviárias. Aos poucos a região foi assumindo a produção têxtil e a produção de minerais não-metálicos (produção de cimento entre outras coisas) ao longo do século XX.

Quanto a contraposição Indústria e Serviços, entre 1989 e 2001, a primeira perdeu 101,5 Mil SM em termos de massa salarial, enquanto a segunda, ganhou 165,3 Mil SM em massa salarial. Em ambos os setores, houve aumento do salário médio, no entanto, os salários dos empregos gerados nos Serviços são 32,18% menores que os salários da Indústria, mostrando uma diferença explícita entre os dois setores. Como explicações podemos adotar a idéia das atividades nos Serviços requerem menores qualificações dos empregados frente a Indústria e menor grau de sindicalização.

Na Indústria, houve alargamento do “gap” dos sub-setores com as menores remunerações médias e com as maiores também. Essa divergência aponta para uma maior heterogeneidade da mão-de-obra, da sua qualificação técnica-científica e das necessidades requeridas pelos sub-setores.

Enquanto isso, nos Serviços houve um alargamento do “gap” dos sub-setores com as menores remunerações médias e estreitamento do “gap” dos sub-setores com as maiores remunerações médias pagas.

A redução das diferenças entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos indicam um possível homogeneidade da qualificação da mão-de-obra apesar das diferentes atividades desenvolvidas e podem caracterizar estes sub-setores como sendo de maior qualificação, portanto, sub-setores que prestam serviços diferenciados de maior valor e com mais qualidade.

Com isso, podemos concluir que na região existe uma clara separação entre dois tipos de serviços, aqueles que exigem maiores qualificações e aqueles que exigem menores qualificações. Isso, por sua vez, refletir-se-á na qualidade dos serviços

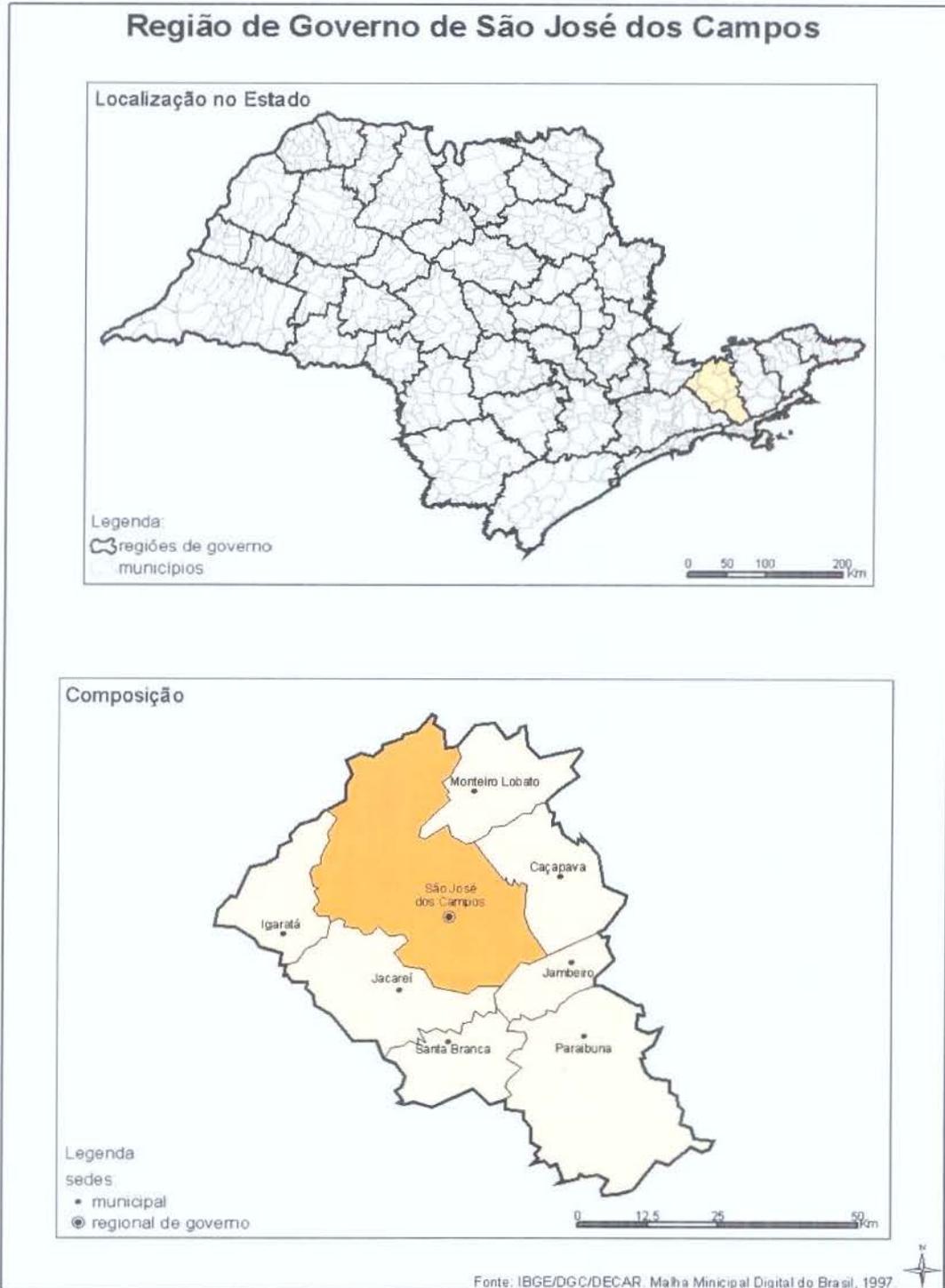
prestados, no entanto, esta afirmação só pode ser confirmada fazendo-se uma análise em nível de Atividades CNAE (maior nível de desagregação) contra grau de instrução e remuneração média. Enquanto isso, na Indústria o aumento das diferenças entre os menores e maiores salários pagos reflete uma hierarquização e maior diferenciação intra-setorial.

A partir dos dados individuais de cada um dos municípios, pode ser criada uma tipologia dos Serviços a partir da sua articulação com a Indústria e com o município onde estão inseridas tais atividades.

Quanto as respostas às perguntas centrais dessa monografia, não confirmou-se a desconcentração industrial na região (se levarmos em conta o número de estabelecimentos formais), houve apenas redução no número de empregados. Nesse caso, os Serviços não compensaram uma possível desconcentração industrial, mas compensaram, sim, a queda do número de empregados, ao mesmo tempo que aumentou a participação no total do emprego industrial de São Paulo de 4,01%, em 89, para 4,29% em 2001, reiterando as informações levantadas na revisão bibliográfica (Negri, 1996) de aumento da importância do interior de São Paulo no emprego industrial.

3.4. Região de Governo de São José dos Campos

Caracterização da Região de Governo de São José dos Campos³⁰



³⁰ A caracterização da Região de Governo de São José dos Campos foi uma elaboração própria a partir de sites da internet.

A Região de Governo de São José dos Campos é composta por 8 municípios, são eles: Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos.

Assim como foi feito para a região de Jundiaí, esta introdução foi feita a partir da compilação de informações obtidas de sites da internet e o trabalho de Tapia (1993) acerca de pólos de alta tecnologia. Complementando essa caracterização deve ser destacado o fato da grande heterogeneidade da região, de um lado temos os municípios de Caçapava, Jacareí e São José dos Campos com uma indústria Metal-mecânica, de Material de Transporte e de Material Elétrico e de Comunicações muito forte, contrastando com os demais municípios que apresentam um estrutura industrial e de serviços muito fraca, indicando apenas a existência de atividades tradicionais, com pequenos e micro estabelecimentos.

Logisticamente, a região é muito privilegiada pelo fato de ser cortado de leste a oeste pelas Rodovia Presidente Dutra e Carvalho Pinto ligando a RMSP ao Rio de Janeiro e facilitando o acesso ao litoral norte de São Paulo, o chamado macroeixo entre São Paulo e Rio de Janeiro. Podemos citar também a ligação com a região de Campinas através da Rodovia Dom Pedro I. Cito a região de Campinas por possuir o maior terminal aéreo de cargas do país, o Aeroporto de Viracopos, facilitando o fluxo, principalmente, de componentes eletrônicos para a região, sendo que a Região de Governo de São José dos Campos é um dos pólos de tecnologia do estado de São Paulo.

A importância da região se dá devido a forte presença de multinacionais e de “empresas estatais ligadas à produção aeronáutica, militar e de desenvolvimento tecnológico”³¹. Nesse ponto, a região é um pólo de alta tecnologia, principalmente na área aeroespacial e bélica. Desde os anos 40 a região vem se desenvolvendo, recebendo nessa década o CTA (Centro Tecnológico da Aeronáutica) e nas décadas seguintes, importantes empresas como a Johnson & Johnson, GM, Eaton, Embraer entre outras, além da instalação de uma refinaria da Petrobrás (Henrique Lage em 1980).

Detalhe identificado no trabalho já citado, essa região recebeu tais estabelecimentos de grande porte antes de se dar início o processo de interiorização da indústria dos anos 70, caracterizando-se desde então como de alta concentração de grandes estabelecimentos industriais com mais de 499 empregados. Assim como em

³¹ Maiores informações ver Tapia, 1993: 26-67.

outras regiões do entorno da RMSP, essa região sofreu menos com a crise dos anos 80, recebendo investimentos superiores aos daquela região.

Outro aspecto identificado no trabalho de Tapia (1993) foi a trajetória de industrialização da região não atrelada ao passado cafeeiro como as outras regiões estudadas neste monografia. Destaca-se também a assimetria entre a Indústria e os Serviços, pois esse se desenvolveu após a implantação da Indústria e apresenta pequena inserção regional restringindo-se fortemente a São José dos Campos, e outros municípios de importância, com a prestação de serviços “mais sofisticados” direcionados às camadas de rendas mais elevadas.

A região sofreu fortemente nos anos 90 com o processo de abertura econômica promovida pelo governo federal, acarretando em redução do nível de atividade econômica, resultado da contração da demanda externa e de clientes preferencias (exemplo, dívida do Iraque com a Engesa, que levou a falência dessa), ocasionando dezenas de milhares de demissões logo no início da década. Soma-se a isso, o cancelamento do programa FINEX, de estímulo às exportações, prejudicando a celebração de novos contratos e gerando problemas com os contratos existentes.

Somente em fins dos 90, empresas como a Embraer começaram a sair da crise, especializando suas operações e conquistando mercados externos, enquanto que a indústria bélica praticamente desapareceu devido a queda do investimento estatal. Novamente, surgiram soluções microeconômicas internas às empresas que puderam fazer com que aquelas que ainda estão com suas atividades na região pudessem sair do choque dos anos 80/90 reestruturadas e mais especializadas do que quando haviam entrado no início dos 80. A presença de soluções e políticas públicas também são muito tímidas (se não inexistentes) para alavancar a indústria de alta tecnologia da região, concentrando-se basicamente na promoção de “incubadoras de tecnologia”.

Informação sobre alguns municípios:

São José dos Campos³² se desenvolveu fortemente a partir dos anos 40 pela entrada de forte fluxo migratório decorrente da industrialização da RMSP. Isso pode ser compreendido pela própria proximidade com a cidade de São Paulo, pois São José dos Campos dista apenas 90 Km da capital paulista.

³² Ver www.geocities.com/jpjsjc e www.sjc.com.br

Sua estrutura econômica é predominantemente industrial e desde 93, a cidade vem obtendo grande desenvolvimento econômico e social. Apesar da importância que a cultura do café teve para regiões do estado de São Paulo, teve também para a região de São José dos Campos, porém nessa, foi rapidamente substituída pela Indústria, pelo próprio enfraquecimento da economia cafeeira na região do Vale do Paraíba, enquanto que no Oeste Paulista o café estava em franca expansão.

Até meados dos anos 40, a região possuía basicamente empresas do setor têxtil e de minerais não-metálicos (cerâmicas). Desse momento em diante, passou a receber empresas dos setores químico (Rhodia em 1946); nos anos 50, o CTA e logo depois o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Hoje, o município é o quarto em arrecadação de ICMS e possui 70,5% da sua atividade no setor secundário, reiterando seu caráter industrial.

O município de **Jacareí**³³ desenvolveu industrialmente como um prolongamento da RMSP pós II Guerra Mundial. Com a construção da Rodovia Presidente Dutra nos anos 50, as indústrias instaladas começaram a se modernizar especializando na produção de bens intermediários e de equipamentos. Hoje, o parque fabril de Jacareí está voltado tanto para exportação quanto para o mercado interno dado a sua diversificação produtiva.

A cidade é a 19ª cidade do interior em arrecadação do ICMS em valor adicionado per capita de R\$10.416/ano, demonstrando a grande produtividade das empresas do município e o valor que é agregado em sua produção. O valor adicionado per capita vem crescendo, pelo menos entre 96 e 98, passando de R\$8.513 para 11.071 em 98.

Jacareí consegue manter sua qualidade de vida ao mesmo tempo em que se moderniza e recebe empresas e investimentos, possuindo um grande número de empresas exportadoras (63 de um total no Vale de 720 empresas). Possui ligação com o Gasoduto que atende as grandes empresas lá instaladas e possui 100% de suas redes de comunicação digitais. Possui vários pontos turísticos como visita a produção de flores com direito a almoço na “roça”, visitas a igrejas do século XVII e XVIII entre outros atrativos.

³³ Ver www.jacarei.com

Com relação a **Caçapava**³⁴, ela originou-se a partir de dois núcleos que existiam desde o século XIX e foram crescendo até ser uma única vila em 1855. Inicialmente, a região foi tomada pela economia cafeeira, porém com a estagnação econômica que se seguiu, teve de mudar sua vocação econômica rumo ao cultivo de arroz e pecuária de leite. Somente após os anos 70 do século XX , o município começou a sua industrialização.

Não obstante a forte presença da indústria, outros setores de destaque são a agricultura e a pecuária. Assim como outras cidades do interior de São Paulo, Caçapava também vem fomentando o turismo, seja na modalidade rural, o ecoturismo e o turismo gastronômico.

³⁴ Ver www.coneleste.com.br/cacapava

Análise dos Grandes Setores

Para o conjunto de municípios que compõem a região de Governo de São José dos Campos, os números mostram que a região contava com 165.933 postos de trabalho formais em 89, caindo para 144.675 em 95 e atingindo o patamar de 165.654 postos de trabalho formais em 2001. Assim, quase não houve a criação, entre 89 e 2001, de empregos formais, uma queda de 0,17% em relação ao estoque de trabalhadores do ano de 1989.

Notemos que a região só conseguiu recuperar o nível de empregos de 1989 em 2001, ainda, com uma perda líquida de 280 empregos líquidos em relação a 1989. Segundo os dados da RAIS-Mte³⁵, entretanto, esta análise da macrorregião esconde diferenças no que concerne à dinâmica entre os municípios. Por exemplo, municípios muito dinâmicos, que tiveram um saldo líquido positivo muito grande de empregos, podem ocultar possíveis saldos negativos de empregos formais em outros, garantindo o aumento do nível de emprego para toda a região visto de forma macro.

Dentro da região, o único dos grandes setores que apresentou perdas líquidas de empregos foi a Indústria de Transformação. A Indústria passou de um total de 84.498 empregados em 89, para 60.218 em 2001 (portanto, um decréscimo de 28,73% no total de empregados de 1989). Visualizando isto de outra forma, as empresas deste setor fecharam quase 1 em cada 3 postos de trabalho formais no período 89-2001. Entre 95-2001, a Indústria gerou 1.540 empregos, com uma elevação de 2.390 milhões de Reais no valor adicionado fiscal da região.

Uma outra observação que merece ser feita é que o emprego na Indústria de Transformação como um todo, caiu em termos absolutos entre 89 e 95, tendo uma recuperação no período de 99 e 2001, em grande parte devido ao fim da paridade cambial do Plano Real e conseqüente desvalorização da moeda brasileira, o que propiciou uma aumento do nível de produção das empresas exportadoras.

Nesta região, a Construção Civil não acompanhou a redução do emprego industrial, aumentando em 89,75% o estoque de trabalhadores formais em relação a 89 (passou de 3.862 empregados para 7.328 empregados em 2001).

Destacaram-se, ainda, os setores Agropecuários, Comércio e Serviços que contribuíram para o aumento do nível de emprego dentro da região. Para a

³⁵ Todas as tabelas são de elaboração própria, feitas a partir das fontes citadas abaixo de cada uma delas.

Agropecuária, o aumento foi de 1.390 postos de trabalho entre 89 e 2001. Vale ressaltar que tanto a Construção Civil quanto a Agropecuária, são setores normalmente caracterizados pela baixa formalização dos contratos de trabalho por um lado e por outro lado, pela baixa consistência das declarações prestadas pelos estabelecimentos empregadores em 89, visto pela redução do número de Outros que praticamente desapareceram no intervalo estudado.

O setor Comércio criou empregos formais, praticamente, no período 89-2001 de 8.320 empregos, com um aumento no valor adicionado fiscal de 86 milhões de Reais no período.

Já o setor Serviços, passou de 50.541 empregos formais em 89 para 65.065 em 2001, um aumento de 28,74% no nível de empregados formais de 89. Verificou-se também um aumento de 404 milhões de Reais no valor adicionado fiscal, no período de 95-2001, para um aumento de aproximadamente 11.240 empregos.

Empregados por Grandes Setores - 04				
	1989	1995	1999	2001
Indústria	84.498	58.674	52.693	60.218
Construção Civil	3.862	6.206	5.793	7.328
Comércio	21.810	21.833	26.441	30.129
Serviços	50.541	53.819	64.051	65.065
Agropecuária	1.523	3.406	2.180	2.912
Outros/Ignorados	3.699	737	2	2
Total	165.933	144.675	151.160	165.654

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Valor Adicionado Fiscal - 04				
em Milhão R\$	1995	1997	1999	2001
Valor Adicionado Indústria	8.762	8.865	9.740	11.152
Valor Adicionado Comércio	1.456	1.462	1.346	1.542
Valor Adicionado Agricultura	10	11	11	13
Valor Adicionado Serviços	625	961	898	1.029
Valor Adicionado Outros	451	1.949	2.969	3.400
Valor Adicionado Total	11.304	13.247	14.965	17.135

Fonte: www.seade.gov.br

Valores em R\$ de 2001

Quanto à remuneração média, no período 89-2001, mesmo setores em que houve redução no nível de empregos, como a Indústria de Transformação, a remuneração média paga em dezembro do ano corrente aumentou, indicando que a massa salarial caiu proporcionalmente menos que o número de postos de trabalho, ocasionando este aumento do salário médio nestes setores.

Remuneração por Grandes Setores - 04				
em SM	1989	1995	1999	2001
Indústria	9,42	13,12	11,58	11,02
Construção Civil	3,29	5,06	4,66	4,11
Comércio	3,06	4,30	3,85	3,24
Serviços	5,02	6,07	6,05	5,43
Agropecuária	2,48	2,59	1,74	1,52
Outros/Ignorados	8,60	3,25	1,84	48,43
Total	7,02	8,52	7,48	6,94

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

SM - salários mínimos

Elaboração própria

No entanto, entre 99 e 2001, o que se verificou foi um grande achatamento salarial médio, pois apesar do aumento do número de empregados formais, houve uma redução da massa salarial paga, ocasionando a redução propriamente dita do salário médio pago em dezembro. De um lado, o emprego aumentou 9,59% e de outro, a massa salarial subiu em 1,67%. Isso resultou em uma queda percentual do salário médio de 7,21% pago aos trabalhadores em dezembro de 2001.

Na Indústria, o salário médio subiu de 9,42 salários mínimos em 89 para 11,58 salários mínimos em 99, caindo para 11,02 salários mínimos em dezembro de 2001. Na Construção Civil, tal aumento foi de 3,29 salários mínimos para 4,66 salários mínimos, também caindo para 4,11 salários mínimos em dezembro 2001³⁶.

O Comércio possibilitou um aumento de 3,06 salários mínimos para 3,85 salários mínimos, caindo para 3,24 salários mínimos em 2001; a Agropecuária, de 2,48 para 1,74 salários mínimos, caindo para 1,52 salários mínimos em 2001. O valor encontrado nos Outros é uma discrepância estatística, não devendo ser considerada.

O setor de Serviços que pagava em 89, 5,02 salários mínimos em dezembro daquele ano, passou a pagar 6,05 salários mínimos em dezembro de 99, caindo para 5,43 em 2001. Se compararmos os salários médios pagos pela Indústria e pelos

³⁶ Como em todo o trabalho foi utilizado a mesma metodologia e a fim de tornar o mesmo menos repetitivo, não será descrito como salário médio pago em dezembro do ano corrente. Será descrito como salários médio do ano em questão.

Serviços, em 89, o setor Serviços pagava um salário correspondente a apenas 53,29% do salário pago pela Indústria, passou a pagar, em 2001, um salário correspondente a 49,27% daquele. Em 99, equivalia a 52,24% do salário médio pago pela Indústria.

Estabelecimentos por Grandes Setores - 04				
	1989	1995	1999	2001
Indústria	723	964	1.011	1.067
Construção Civil	268	460	522	557
Comércio	2.922	4.095	4.943	5.421
Serviços	2.917	3.696	4.827	5.177
Agropecuária	51	954	769	1008
Outros/Ignorados	394	185	1	1
Total	7.275	10.354	12.073	13.231

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Do número de estabelecimentos por grandes setores, a região de São José dos Campos teve um aumento de aproximadamente 5.950 estabelecimentos entre 89 e 2001. Passou de 7.275 estabelecimentos para 13.231 estabelecimentos em 2001.

Mesmo com a redução do número de empregados formais na Indústria, houve aumento no número de estabelecimentos de aproximadamente 47,58% passando de 723 para 1.067 estabelecimentos em 2001. Na Construção Civil, também houve aumento de estabelecimentos, de 268 para 557 em 2001.

Comércio e Serviços apresentaram os maiores acréscimos no número de estabelecimentos; no setor Comércio, o aumento foi de 2.500 estabelecimentos entre 89-2001, já no setor Serviços, o aumento foi de 2.260 estabelecimentos. O maior aumento relativo de estabelecimentos foi na Agropecuária, 1876,64%, passando de 51 para 1.008 estabelecimentos no período analisado.

Grande parte desse aumento acréscimo de estabelecimentos, para não dizer a totalidade, advém de pequenos e médios estabelecimentos que surgiram no período como a uma forma que as pessoas, que estavam perdendo seus postos de trabalho, encontraram de subsistir e tentar manter tanto os níveis de renda do período anterior, como mesmo para se manter incluído na sociedade, evitando, assim, a exclusão e a marginalidade que ascenderam grandemente nos anos 90. Para isso, estabeleciam-se novos estabelecimentos de comércio varejista, de prestação de serviço (autônomos), pequenas empresas industriais que atuam como “terceiras” das grandes em certas atividades (segurança, limpeza, alimentação, etc.), entre outras.

Empregados por Grau de Instrução - 04				
em %	1989	1995	1999	2001
Analfabeto	1,51	1,19	1,05	0,74
4.Ser. Incomp.	9,96	7,60	4,59	3,79
4.Ser. Comp.	17,38	13,21	7,04	6,51
8.Ser. Incomp.	21,67	19,57	15,18	11,96
8.Ser. Comp.	14,92	17,50	18,73	18,50
Subtotal baixo	65,43	59,07	46,57	41,51
2.Gr. Incomp.	9,23	10,31	9,96	9,60
2.Gr. Comp.	11,91	17,35	28,61	32,78
Subtotal médio	21,14	27,65	38,57	42,38
Sup. Incomp.	3,86	3,74	4,07	4,21
Sup. Comp.	8,50	8,86	10,79	11,90
Ignorado	1,08	0,68	0,00	0,00
Subtotal superior	13,43	13,28	14,85	16,11
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Quanto à qualificação dos empregados, essa região também apresentou melhorias quanto ao grau de instrução dos empregados formais das empresas da região de São José dos Campos. De um modo geral, nos níveis médio e superior, houve aumentos na participação relativa dessas classes de empregados entre os anos de 89 e 2001. Em contrapartida, a camada de empregados com baixo grau de instrução, até primeiro grau completo, teve sua participação reduzida ao longo do tempo.

Nessa categoria a redução da participação relativa foi de 65,43% para 41,51% do total de empregados formais, um número que pode ser considerado bom se comparado às demais regiões estudadas, que ficaram em um patamar, representando que 4 em cada 10 empregados formais têm somente até o primeiro grau completo no ano de 2001. Aqui se encontra um dilema: qual a explicação para essa redução do número de trabalhadores com baixo grau de instrução? No mínimo duas respostas podem ser aplicadas, um processo de melhoria no nível de instrução dos empregados formais de todos os setores ao longo do tempo e/ou uma maior incidência do desemprego sobre essa camada de trabalhadores.

Essa região por ser uma região de recente processo de industrialização e urbanização, principalmente após os anos 70, acabou por necessitar de uma massa de trabalhadores mais preparados e qualificados para realizar as funções demandadas nas empresas que se instalaram na região entre finais dos anos 70 (filiais de indústrias automobilísticas e autopeças e aeroespacial) e início dos anos 80, sejam elas na Indústria, Comércio, Serviços e mesmo na Agropecuária. Isso é claramente evidenciado pelas proporções de empregados com nível médio de instrução (passou de 21,14% do total em 89 para 42,38% do total em 2001) e com nível superior (passou de 12,36% para 16,11% em 2001).

Empregados por Porte do Estabelecimento - 04				
	1989	1995	1999	2001
Até 4	4,72	7,79	8,48	8,60
De 5 a 9	4,37	6,69	7,86	8,17
De 10 a 19	5,28	7,58	8,95	9,14
De 20 a 49	7,39	9,92	11,02	11,82
De 50 a 99	6,89	8,02	9,10	8,98
De 100 a 249	9,84	12,04	11,43	11,15
De 250 a 499	10,99	11,72	11,40	11,06
De 500 a 999	8,59	10,10	7,08	10,05
1000 ou mais	41,93	26,13	24,68	21,03
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Empregados em estabelecimentos pequenos tiveram a sua participação relativa no total de empregados ampliada de 28,65% em 89 para 46,71% em 2001 (empresas de 0 a 99 empregados; essa não é classificação correta, pois como se trata do total dos grandes setores, existem diferenças entre Comércio e Serviços e a Indústria na classificação do tipo de estabelecimento por número de empregados).

Isso mostra a importância que tais estabelecimentos passaram a ter para o desenvolvimento das regiões e seus municípios, pois como a dinâmica é ditada pelas grandes empresas instaladas em cada localidade, restou aos pequenos e médios estabelecimentos, uma participação secundária na economia, porém não menos importantes³⁷. Esses estabelecimentos passaram a ser os criadores líquidos de empregos, em um momento em que as grandes empresas passavam por reestruturações produtivas/organizacionais.

³⁷ Para maiores informações sobre a inserção das PME's na nova estrutura produtiva dos anos 90, consultar a tese de doutoramento de Souza (1993).

As empresas de tamanho médio, de 100 a 499 empregados, para esta região, tiveram sua participação ampliada de 20,83% em 89 para 22,21% em 2001. As grandes, no entanto, como era de se esperar e já adiantado anteriormente, tiveram sua participação relativa reduzida de 50,52% em 89 para 31,08% em 2001. Vale lembrar que, para contrabalançar o impacto da redução do número de postos de trabalhos nas GE's, é necessário a criação de uma quantidade muito grande de postos de trabalho e de estabelecimentos nas PME's.

A remuneração média de dezembro de cada um dos anos indica uma correlação direta entre o porte do estabelecimento e a remuneração média paga aos empregados de cada uma das categorias (micro, pequenas, médias e grandes empresas). Em 89, os estabelecimentos com até 4 empregados pagavam aproximadamente 1/5 do que pagavam as empresas com mais de 1000 empregados. Em 2001, a relação de salários praticamente não se alterou, os micro estabelecimentos continuaram a representar 1/5 do salário pago pelas empresas com mais de 1000 empregados.

Remuneração por Porte do Estabelecimento - 04				
em SM	1989	1995	1999	2001
Até 4	1,68	2,57	2,78	2,43
De 5 a 9	2,31	3,42	3,53	3,06
De 10 a 19	3,14	4,58	4,27	3,58
De 20 a 49	4,13	5,75	5,17	4,41
De 50 a 99	4,58	6,31	6,19	5,17
De 100 a 249	5,94	7,57	7,44	6,78
De 250 a 499	6,67	8,76	7,86	7,44
De 500 a 999	8,41	11,10	10,12	11,66
1000 ou mais	9,57	13,82	12,10	11,47
Total	7,02	8,52	7,48	6,94

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Da análise dos grandes setores para a Região de Governo de São José dos Campos, pudemos depreender que a Indústria teve seu tamanhos reduzido (em relação ao número de empregados) ao longo dos anos 90 pela perda do dinamismo econômico da década e pelos processos de reestruturação das GE's, que tiveram forte impacto sobre a estrutura produtiva industrial.

Quanto aos demais setores da economia, apresentaram aumento no número de postos de trabalho formais, Construção Civil, Serviços, Comércio e Agricultura. Algumas qualificações são necessárias para explicar o ocorrido. Para o setor Serviços, houve um forte aumento das empresas "terceirizadas" como fruto das mudanças

estratégicas postas em práticas pelas GE's industriais e de pequenas e médias empresas como forma de subsistência das pessoas atingidas pela onda de desemprego crescente desde o final dos anos 80.

A Construção Civil continua a crescer no período pelo fato da região apresentar ainda um grande processo de urbanização catalisado pela concentração de grandes empresas e empresas de alta tecnologia, que acabam atraindo novos fluxos populacionais em busca dessas novas oportunidades.

O setor Comércio também teve aumento significativo na região, como já explicitado anteriormente, devido a concentração intra-setorial ocorrida, com a "invasão" do mercado por grandes redes de super e hipermercados (sub-setor de comércio varejista), em sua maior parte, de capital estrangeiro.

O aumento identificado na Agropecuária está relacionado à melhoria nas informações (RAIS) primárias, identificado na redução dos empregados na categoria Outros/Ignorados.

Para essa região, a elevação do número de empregados nos Serviços conseguiu compensar a perda de postos de trabalho formais pela Indústria. Essa região conseguiu responder positivamente a pergunta se o crescimento dos Serviços conseguiriam compensar a retração da Indústria.

Passemos a uma análise em outro nível de agregação, tentando mapear os movimentos dos sub-setores da Indústria e dos Serviços.

Análise da Indústria

Na Indústria, identificou-se uma queda no número de empregados formais, vista na análise dos grandes setores. Nesta parte, será feito um levantamento dos setores que mais perderam e, se houver, aqueles que criaram postos de trabalho formais. A redução na região foi 24,3 mil empregos, segundo dados da RAIS-Mte, no período de 89-2001.

A dinâmica do emprego nos sub-setores da indústria, através dos dados da RAIS-Mte, indicam que parte dos setores apresentou queda no número de postos de trabalho, enquanto outra parte apresentou um aumento ou manutenção dos níveis de emprego de 89. As maiores quedas entre 89-2001 foram registradas nos sub-setores Material de Transporte (-7.730 empregados), Borracha, Fumo e Couro (-6.970 empregados), Têxteis e de Confecções (-4.820 empregados), Elétrica e de Comunicações (-3.540 empregados) e Calçados (-2.600 empregados).

Empregados por Sub-setores - 04				
	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	639	443	514	489
Min. Não Met.	1.654	1.569	1.403	1.937
Metalúrgica	3.260	3.018	2.732	4.001
Mecânica	4.710	3.096	2.695	3.948
Elet. e Comun.	10.520	8.211	7.524	6.979
Mat. Transp.	29.126	18.108	17.658	21.390
Mad. e Mobil.	853	452	332	353
Papel e Graf.	1.873	1.952	1.706	1.793
Borr. Fum. Couro	7.982	1.185	1.047	1.006
Química	8.715	7.675	7.546	8.068
Têxtil e Confecções	7.553	5.745	3.129	2.734
Calçados	2.630	30	22	33
Alim. e Bebidas	4.210	6.484	4.033	5.065
Serviços Util. Púb.	773	706	2.352	2.422
Total	84.498	58.674	52.693	60.218

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Os setores que apresentaram aumento significativo do emprego formal foram Metalúrgica (+740 empregos) e Alimentos e Bebidas (+850 empregados), os demais, sofreram queda nos níveis de 89. Vale notar que, ao longo do período analisado, 89-2001 (12 anos), a região perdeu em média 2.020 empregos formais por ano. Isso demonstra não somente uma retração econômica como também, a falta de políticas que fomentassem o desenvolvimento da região e a criação de novas ocupações e atividades industriais.

Quanto à participação de cada sub-setor no total da indústria, houve algumas mudanças relativas entre os três setores que mais empregam na região. Em ordem decrescente, em 89, o sub-setor que respondia pela maior parte do emprego industrial era a Indústria de Material de Transporte, 34,47%, seguida pela Indústria de Material Elétrico e de Comunicações, 12,45% e em terceiro lugar a Indústria Química, com 10,31% do total.

Em 2001, essa ordem se alterou, a Indústria de Material de Transporte continuou em primeiro lugar, com 35,52% da participação no emprego industrial da região. A Indústria Química passou para o segundo lugar com 13,40% e o sub-setor da Indústria de Elétrico e de Comunicações, que era o segundo, passou a terceiro, com 11,59% do emprego industrial total da região de governo de São José dos Campos.

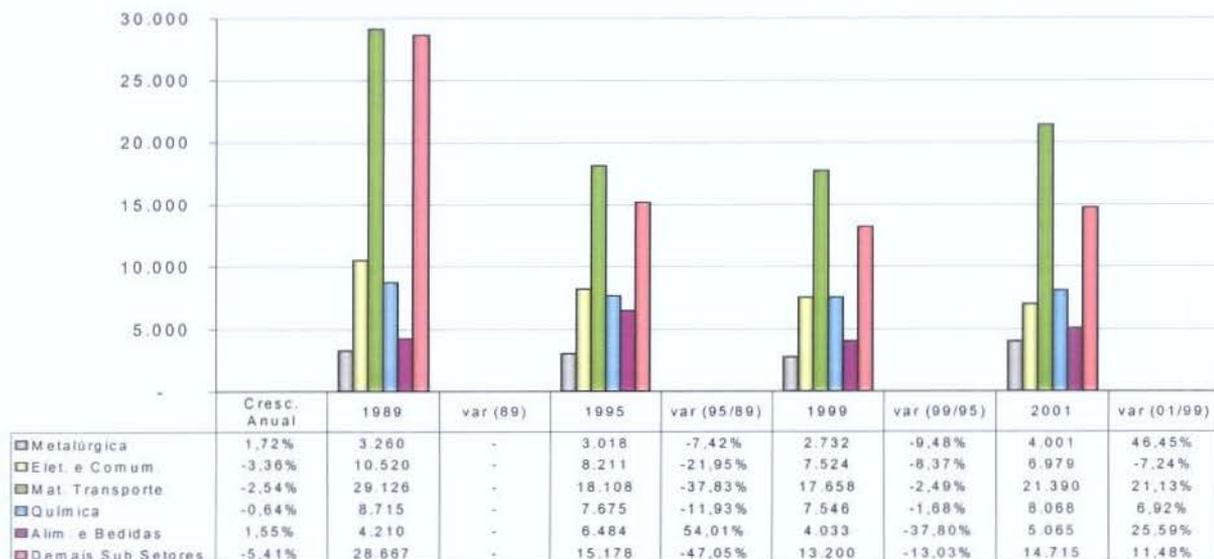
Empregados por Sub-setores - 04				
em %	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	0,76	0,76	0,98	0,81
Min. Não Met.	1,96	2,67	2,66	3,22
Metalúrgica	3,86	5,14	5,18	6,64
Mecânica	5,57	5,28	5,11	6,56
Elet. e Comun.	12,45	13,99	14,28	11,59
Mat. Transp.	34,47	30,86	33,51	35,52
Mad. e Mobil.	1,01	0,77	0,63	0,59
Papel e Graf.	2,22	3,33	3,24	2,98
Borr. Fum. Couro	9,45	2,02	1,99	1,67
Química	10,31	13,08	14,32	13,40
Têxtil e Confeções	8,94	9,79	5,94	4,54
Calçados	3,11	0,05	0,04	0,05
Alim. e Bedidas	4,98	11,05	7,65	8,41
Serviços Util. Púb.	0,91	1,20	4,46	4,02
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS-Mte
Elaboração própria

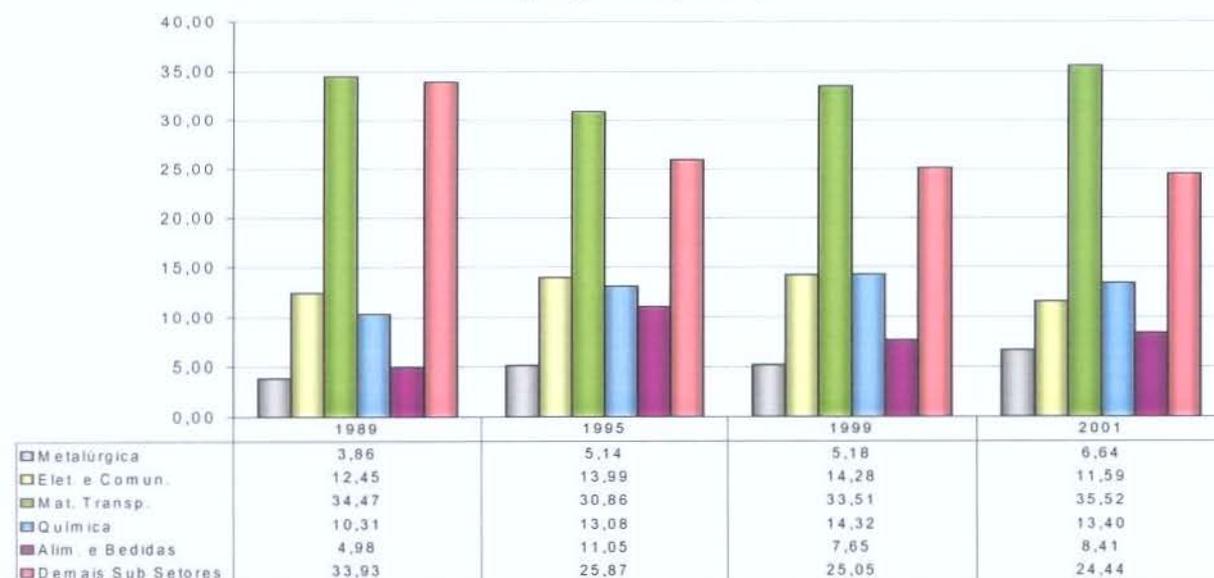
Os gráficos a seguir, mostram de um modo mais fácil de ser visualizada a mudança, em termos absolutos e relativos, dos cinco mais importantes sub-setores da Indústria entre 89 e 2001. Notemos que, os sub-setores que aparecem como os maiores em números de empregados podem não ser os mais importantes em termos de estabelecimentos. Alguns sub-setores são caracterizados por grandes contingentes de empregados alocados em uma mesma planta produtiva ou estabelecimento, não

obstante, outros sub-setores podem ser caracterizados por um maior atomismo dos empregados distribuídos em um número maior de estabelecimentos³⁸.

**5 Maiores Sub Setores - Indústria
Número de Empregados**



**5 Maiores Sub Setores - Indústria
Empregados (em %)**



³⁸ Isso será mais bem identificado quando for tratado do número de estabelecimentos por sub-setores por porte da Indústria mais adiante.

A partir da análise da remuneração média de dezembro em salários mínimos algumas modificações foram notadas. Assim, como na participação relativa, foram identificadas mudanças nas posições entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos e os com os menores salários médios pagos entre 89-2001.

Em ordem crescente, em 89, os quatro sub-setores com os menores salários médios pagos foram a Indústria de Madeira e do Mobiliário (2,67 salários mínimos), Indústria Extrativa Mineral (2,76 salários mínimos), a Indústria de Calçados (5,07 salários mínimos) e a Indústria Têxtil e de Confecções (5,82 salários mínimos). A diferença entre as remunerações médias pagas pelos setores com os menores salários médios pagos foi de 3,15 salários mínimos.

Os quatro sub-setores com os maiores salários médios pagos naquele ano foram a Indústria Química (12,07 salários mínimos), a Indústria de Material de Transporte (11,42 salários mínimos), a Indústria de Papel e Gráfica (10,36 salários mínimos) e a Indústria de Borracha, Fumo e Couro (9,85 salários mínimos). Identificou-se uma diferença de 2,22 salários mínimos entre a maior e a menor remuneração média paga pelos setores com os maiores salários médios pagos em 89.

Em 2001, os sub-setores com menor remuneração média foram a Indústria de Calçados (1,96 salários mínimos), a Indústria Extrativa Mineral (3,70 salários mínimos), a Indústria de Madeira e do Mobiliário (4,13 salários mínimos) e a Indústria Têxtil e de Confecções (5,04 salários mínimos). Por sua vez, a diferença entre os menores e os maiores salários pagos entre os sub-setores com os menores salários médios pagos foi de 3,08 salários mínimos.

Os sub-setores com os maiores salários médios pagos foram a Indústria de Material de Transporte (15,51 salários mínimos), a Indústria Química (11,53 salários mínimos), a Indústria de Minerais Não-metálicos (11,20 salários mínimos) e a Indústria Mecânica (9,94 salários mínimos). A diferença entre as menores e maiores remunerações dos sub-setores com os maiores salários médios pagos foi de 5,57 salários mínimos.

No período 89-2001, a diferença entre as menores remunerações médias pagas diminuiu, de 3,15 salários mínimos para 3,08 salários mínimos e a diferença entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos aumentou, passando de 2,22 para 5,57 salários mínimos. Isso indica que houve uma maior homogeneização dos setores

mais tradicionais, caracterizados por menores salários e por se utilizar mão-de-obra com menor necessidade de instrução, pois as atividades não são tão intensivas em conhecimento. Quanto aos setores com maiores salários médios pagos, parece que houve um crescimento da hierarquização e diferenciação das necessidades de cada setor.

Remuneração por Sub-setores - 04				
em SM	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	2,76	2,88	3,74	3,70
Min. Não Met.	6,16	14,59	11,29	11,20
Metalúrgica	7,57	6,87	6,56	6,27
Mecânica	8,51	11,44	10,68	9,94
Elet. e Comun.	8,09	9,29	9,52	9,14
Mat. Transp.	11,42	17,14	15,12	15,51
Mad. e Mobil.	2,67	4,10	4,96	4,13
Papel e Graf.	10,36	11,89	12,30	9,68
Borr. Fum. Couro	9,85	6,43	6,83	5,57
Química	12,07	21,40	13,96	11,53
Têxtil e Confecções	5,82	6,26	5,74	5,04
Calçados	5,07	23,32	1,72	1,96
Alim. e Bedidas	8,04	9,13	9,25	6,95
Serviços Util. Púb.	6,23	13,91	6,93	5,60
Total	9,42	13,12	11,58	11,02

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Da análise do número de empregados por porte do estabelecimento, utilizando os conceitos de micro, pequena, média e grande empresas do SEBRAE, foi identificado que, em 89, estavam empregados em micro empresas (até 19 empregados) 2.617 empregados; nas pequenas (de 20 a 99 empregados), 4.124 empregados; nas médias empresas (de 100 a 499 empregados), 15.887 empregados e nas grandes empresas (com mais de 499 empregados), 61.870 empregados.

Empregados por porte do estabelecimento 1989 - 04					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	364	51	224	0	639
Min. Não Met.	314	295	1.045	0	1.654
Metalúrgica	320	916	373	1.651	3.260
Mecânica	153	710	3.178	669	4.710
Elet. e Comun.	45	384	1.679	8.412	10.520
Mat. Transp.	58	81	1.062	27.925	29.126
Mad. e Mobil.	168	107	578	0	853
Papel e Graf.	171	102	0	1.600	1.873
Borr. Fum. Couro	259	189	1.531	6.003	7.982
Química	146	548	2.079	5.942	8.715
Têxtil e Confecções	269	360	2.145	4.779	7.553
Calçados	12	0	0	2.618	2.630
Alim. e Bedidas	302	233	1.404	2.271	4.210
Serviços Util. Púb.	36	148	589	0	773
Total	2.617	4.124	15.887	61.870	84.498

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Empregados por porte do estabelecimento 2001 - 04					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	277	212	0	0	489
Min. Não Met.	348	267	693	629	1.937
Metalúrgica	722	1.761	1.518	0	4.001
Mecânica	285	1.051	1.358	1.254	3.948
Elet. e Comun.	227	681	2.873	3.198	6.979
Mat. Transp.	132	529	1.560	19.169	21.390
Mad. e Mobil.	208	23	122	0	353
Papel e Graf.	379	167	279	968	1.793
Borr. Fum. Couro	113	173	720	0	1.006
Química	389	1.390	2.758	3.531	8.068
Têxtil e Confecções	402	534	1.140	658	2.734
Calçados	33	0	0	0	33
Alim. e Bedidas	648	586	882	2.949	5.065
Serviços Util. Púb.	114	341	580	1.387	2.422
Total	4.277	7.715	14.483	33.743	60.218

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Em 2001, estes valores mudaram indicando um aumento da participação das micro pequenas empresas na região quanto ao número de empregados e um queda da participação das grandes empresas. Os números de empregados em cada tipo de empresa passaram a ser 4.277 empregados nas micro, aumento de 63,43%; 7.715 nas pequenas, aumento de 87,07%; 14.483 nas médias, redução de 8,83%; e 33.743 nas grandes empresas, uma redução de 45,46%, ou seja, praticamente, foram encerrados 1 em cada 2 empregos formais em grandes empresas.

Quanto ao número de estabelecimentos, a região de São José dos Campos apresentou um acréscimo de 344 estabelecimentos no período de 1989 a 2001 (aumento de 47,58%). Deste total, 241 estabelecimentos (70,06%) foram abertos no período de 1989 a 1995 e o restante dos estabelecimentos foram abertos nos 6 anos seguintes (29,94%).

Estabelecimentos por Sub-setores - 04				
	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	63	63	56	42
Min. Não Met.	88	60	72	80
Metalúrgica	95	121	158	171
Mecânica	64	62	66	91
Elet. e Comun.	31	51	71	67
Mat. Transp.	21	35	34	40
Mad. e Mobil.	45	48	47	44
Papel e Graf.	41	72	82	89
Borr. Fum. Couro	56	46	34	36
Química	52	96	107	113
Têxtil e Confecções	87	111	87	90
Calçados	6	3	4	5
Alim. e Bebidas	63	181	168	164
Serviços Util. Púb.	11	15	25	35
Total	723	964	1.011	1.067

Fonte: RAIS-Mte
Elaboração própria

Em termos relativos, em 1989, os 3 maiores sub-setores da Indústria eram, em ordem decrescente, a Indústria Metalúrgica (13,14%), a Indústria de Minerais Não-metálicos (12,17%) e a Indústria Têxtil e de Confecções (12,03%), que somados respondiam por 37,34% do total de estabelecimentos da região. Em 2001, houve mudanças e os 3 maiores sub-setores passaram a ser a Indústria Metalúrgica (16,03%), a Indústria de Alimentos e de Bebidas (15,37%) e a Indústria Química (10,59%), que somados totalizam 41,99%. A parcela dos 3 maiores sub-setores se alterou no período

analisado, no entanto, a mudança maior foi quanto aos sub-setores, pois o sub-setor Têxtil e de Confecções e a Indústria de Minerais Não-metálicos perderam o lugar para a Indústria de Alimentos e Bebidas e a Química, estes passaram a ter mais importância para a região quanto ao número de estabelecimentos.

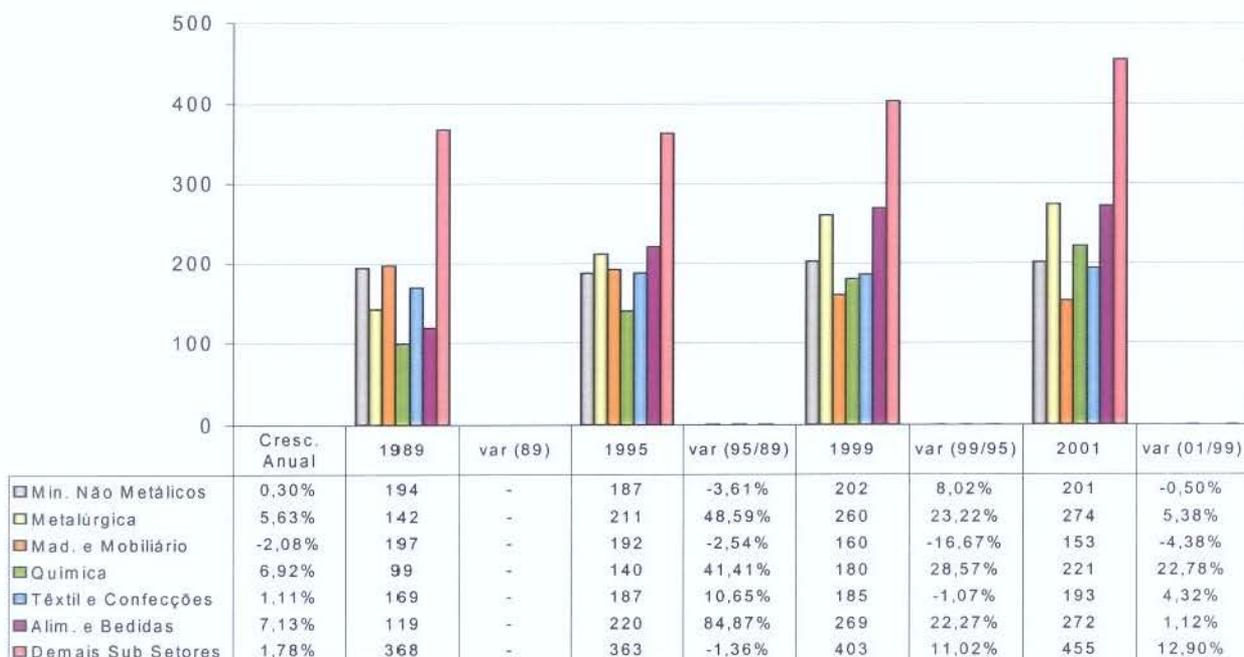
Estabelecimentos por Sub-setores - 04				
em %	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	8,71	6,54	5,54	3,94
Min. Não Met.	12,17	6,22	7,12	7,50
Metalúrgica	13,14	12,55	15,63	16,03
Mecânica	8,85	6,43	6,53	8,53
Elet. e Comun.	4,29	5,29	7,02	6,28
Mat. Transp.	2,90	3,63	3,36	3,75
Mad. e Mobil.	6,22	4,98	4,65	4,12
Papel e Graf.	5,67	7,47	8,11	8,34
Borr. Fum. Couro	7,75	4,77	3,36	3,37
Química	7,19	9,96	10,58	10,59
Têxtil e Confecções	12,03	11,51	8,61	8,43
Calçados	0,83	0,31	0,40	0,47
Alim. e Bedidas	8,71	18,78	16,62	15,37
Serviços Util. Púb.	1,52	1,56	2,47	3,28
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS-Mte

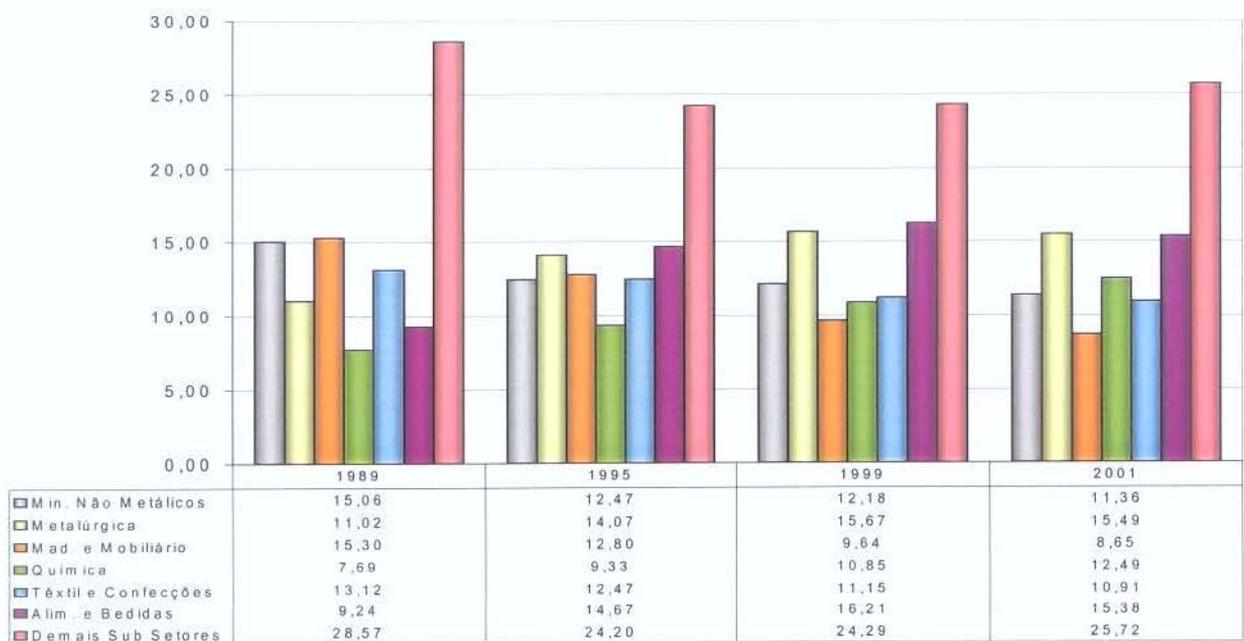
Elaboração própria

Alguns sub-setores da Indústria simplesmente desapareceram dentre aqueles que possuíam empresas de tamanho grande, como a Indústria Metalúrgica, a Indústria da Borracha, Fumo e Couro e a Indústria de Calçados. Tais sub-setores tiveram o tamanho de seus estabelecimentos reduzidos, ou seja, onde haviam grandes estabelecimentos, estes foram reduzindo o número de empregados formais passando de grande para média a classificação do estabelecimento pelo número de empregados. Isto pode ser visto claramente pelo número de estabelecimentos de grande porte.

**6 Maiores Sub Setores - Indústria
Número de Estabelecimentos**



**6 Maiores Sub Setores - Indústria
Estabelecimentos (em %)**



Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1989 - 04					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	60	2	1	0	63
Min. Não Met.	79	6	3	0	88
Metalúrgica	72	19	2	2	95
Mecânica	32	15	16	1	64
Elet. e Comun.	11	7	8	5	31
Mat. Transp.	7	2	4	8	21
Mad. e Mobil.	40	3	2	0	45
Papel e Graf.	37	3	0	1	41
Borr. Fum. Couro	42	4	5	5	56
Química	28	13	7	4	52
Têxtil e Confecções	68	6	9	4	87
Calçados	5	0	0	1	6
Alim. e Bedidas	51	5	5	2	63
Serviços Util. Púb.	5	4	2	0	11
Total	537	89	64	33	723

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 2001 - 04					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	36	6	0	0	42
Min. Não Met.	67	9	3	1	80
Metalúrgica	119	44	8	0	171
Mecânica	59	24	6	2	91
Elet. e Comun.	35	19	10	3	67
Mat. Transp.	20	9	5	6	40
Mad. e Mobil.	42	1	1	0	44
Papel e Graf.	83	4	1	1	89
Borr. Fum. Couro	28	5	3	0	36
Química	64	33	13	3	113
Têxtil e Confecções	71	12	6	1	90
Calçados	5	0	0	0	5
Alim. e Bedidas	144	13	4	3	164
Serviços Util. Púb.	23	8	3	1	35
Total	796	187	63	21	1.067

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Quanto ao número de estabelecimentos por porte do estabelecimento, em 89, haviam 537 estabelecimentos de tamanho micro (até 19 empregados), 89 de tamanho pequeno (de 20 a 99 empregados), 64 de tamanho médio empresas (de 100 a 499 empregados) e 33 grandes estabelecimentos (com mais de 499 empregados).

Para o ano de 2001, os micro estabelecimentos atingiram o patamar de 796 estabelecimentos (aumento de 48,23%); os pequenos, de 187 estabelecimentos (aumento de 110,11%); os médios, de 63 estabelecimentos (redução de 1,56%) e os grandes, caíram para 21 estabelecimentos (redução de 36,36%).

Os principais setores que tiveram aumento no número de micro estabelecimentos foram a Indústria Metalúrgica, a Indústria Química, a Indústria de Papel e Gráfica e a Indústria de Alimentos e Bebidas. Juntos, em 89, totalizavam 188 estabelecimentos, atingindo em 2001, um total de 410 estabelecimentos (aumento de 118,08%).

Junto aos pequenos estabelecimentos, os sub-setores que mais aumentaram quanto ao número de estabelecimentos foram a Indústria Metalúrgica e a Indústria, passaram de 32 estabelecimentos, em 89, para 77 estabelecimentos em 2001, um aumento de 140,62%.

Dentre as PME's, o sub-setor que se retraiu quanto ao número de estabelecimentos foi a Indústria Extrativa Mineral, passou de 62 estabelecimentos para 42 estabelecimentos (queda de 32,26%) no período analisado.

Análise dos Serviços

Nos Serviços, identificou-se um aumento no número de empregados formais, visto na análise dos grandes setores. Nesta parte, será feito um levantamento dos setores que mais ganharam e aqueles que perderam postos de trabalho formais. O aumento na região foi 14.520 empregos, segundo dados da RAIS-Mte, no período de 89-2001.

Empregados por Sub-setores - 04				
	1989	1995	1999	2001
Intermediação financeira	3.634	2.780	2.386	2.527
Ativ. Imobiliárias	7.815	8.992	16.339	19.556
Transporte e Armazenagem	5.399	6.434	7.150	7.822
Alojamento e Alimentação	11.940	9.031	11.366	11.462
Saúde e Serviços Sociais	2.709	5.209	5.901	6.743
Ensino	1.639	5.098	4.926	4.846
Administração Pública	17.405	16.275	15.983	12.109
Total	50.541	53.819	64.051	65.065

Fonte: RAIS-Mte
Elaboração própria

A dinâmica do emprego nos sub-setores da indústria, através dos dados da RAIS-Mte, indicam que parte dos setores apresentou queda no número de postos de trabalho, enquanto outra parte apresentou um aumento ou manutenção dos níveis de emprego de 89. Os sub-setores dos Serviços, em sua maioria, ganharam postos de trabalho no período 89-2001. Os sub-setores que mais perderam postos de trabalho foram os sub-setores de Intermediação Financeira (-1.100 postos) e Administração Pública (-5.300).

Quanto ao sub-setor de Intermediação Financeira, uma qualificação merece ser feita quanto ao processo de reestruturação do setor bancário brasileiro, que envolveu uma grande mudança na utilização de tecnologia bancária (telemática, equipamentos, teleatendimento, “cash dispensers”, “internet”, etc.) e favoreceu o aumento do desemprego/redução da necessidade de mão-de-obra no setor e atingiu todos os estabelecimentos bancários no país. Vale notar também que, o desemprego nesse caso foi um movimento estrutural e não conjuntural, uma vez que este setor sofreu não pela mudança nos mercados no qual está inserido, mas pela busca de estratégias microeconômicas das empresas do setor em tornarem-se mais lucrativas e mais competitivas.

Os demais sub-setores tiveram um incremento no número de postos de empregados formais. O sub-setor Atividades Imobiliárias (inclui as atividades

imobiliárias e os serviços prestados às empresas) teve um aumento de 11.740 empregos; o sub-setor de Transporte e Armazenagem, aumento de 2.420 empregos; o sub-setor de Saúde e Serviços Sociais, aumento de 4.030 empregos e no Ensino, aumento de 3.200 empregos formais no período 89-2001.

Aqui, novamente, fazem-se necessárias novas qualificações para cada um dos sub-setores que tiveram aumento no número de empregados formais.

O sub-setor de Atividades Imobiliárias (e Serviços Prestados às Empresas) teve o maior aumento relativo, 150,23%, grande parte relacionado às formas de ocupação e atividades que as pessoas encontraram para subsistir e garantir um mínimo de renda necessária à sua manutenção e de seus familiares, como prestação de serviços, atividades de manutenção, atividades que nas grandes empresas foram terceirizadas (segurança, limpeza, alimentação, etc.) entre outras. No entanto, grande parte desses empregos estão alocados em grandes empresas de prestação de serviços terceirizadas (mais de 99 empregados formais), aproximadamente 66,14% do total deste sub-setor.

O aumento do sub-setor de Transporte e Armazenagem tem o seu incremento de nível de emprego justificado pela importância crescente que as atividades de logística e distribuição passaram a ter para as grandes empresas. Dentro de uma lógica de integração produtiva, não somente comercial, a produção de bens finais passou a ser descentralizada, com subconjuntos sendo montados em locais diferentes, fornecedores trabalhando com sistemas integrados com as empresas do final da cadeia, redução dos níveis de estoques de todas as empresas da cadeia produtiva, etc. O rápido deslocamento de peças, partes, suprimentos e insumos passaram a ser fundamentais para o aumento de competitividade das empresas.

Os sub-setores de Saúde e Serviços Sociais, Ensino e Administração Pública são associados em grande parte ao emprego público através de escolas de ensino infantil, fundamental e médio, postos de saúde e hospitais municipais, além das próprias prefeituras e suas autarquias (empresas de coleta de lixo, de coleta de esgoto e distribuição de água potável. Ademais, toda a gama de profissionais liberais no âmbito privado e universidades particulares, somam-se ao total de empregados nestes sub-setores.

Quanto a participação de cada sub-setor no total dos Serviços, houve algumas mudanças relativas entre os três setores que mais empregam na região. Em ordem

decrecente, em 89, o sub-setor que respondia pela maior parte do emprego em Serviços era o sub-setor de Administração Pública, 34,44%, seguida por Alojamento e Alimentação, 23,62% e em terceiro lugar a Atividades Imobiliárias, com 15,46% do total.

Em 2001, o sub-setor Atividades Imobiliárias subiu para o primeiro lugar, com 30,06%, Administração Pública caiu para a segunda posição, 18,61% e em terceiro ficou o sub-setor de Alojamento e Alimentação, com 17,62%.

Empregados por Sub-setores - 04				
em %	1989	1995	1999	2001
Intermediação Financeira	7,19	5,17	3,73	3,88
Ativ. Imobiliárias	15,46	16,71	25,51	30,06
Transporte e Armazenagem	10,68	11,95	11,16	12,02
Alojamento e Alimentação	23,62	16,78	17,75	17,62
Saúde e Serviços Sociais	5,36	9,68	9,21	10,36
Ensino	3,24	9,47	7,69	7,45
Administração Pública	34,44	30,24	24,95	18,61
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

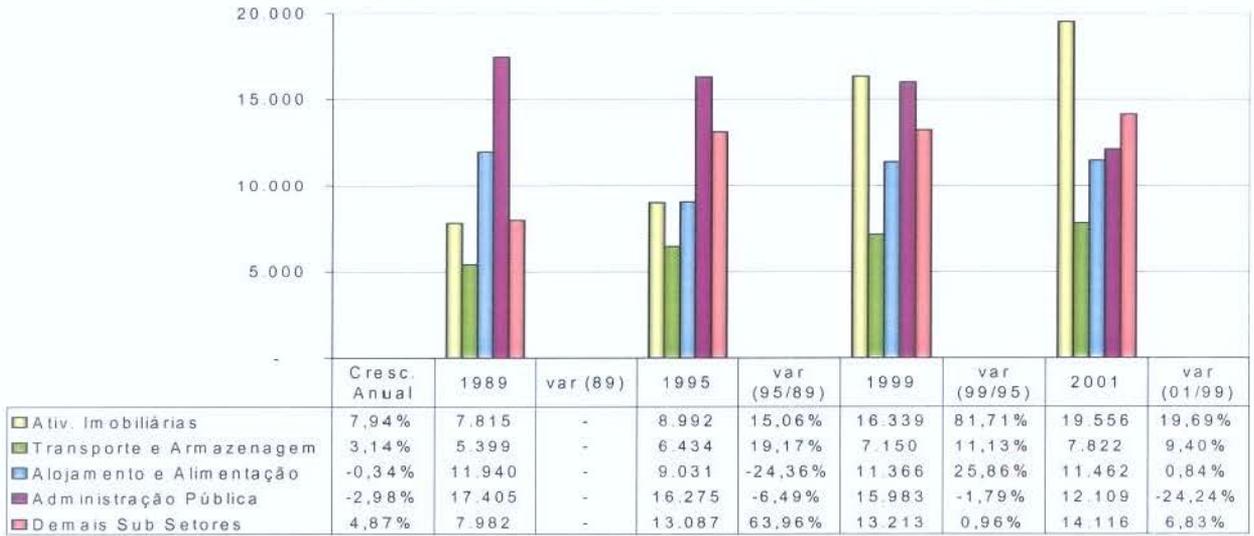
Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

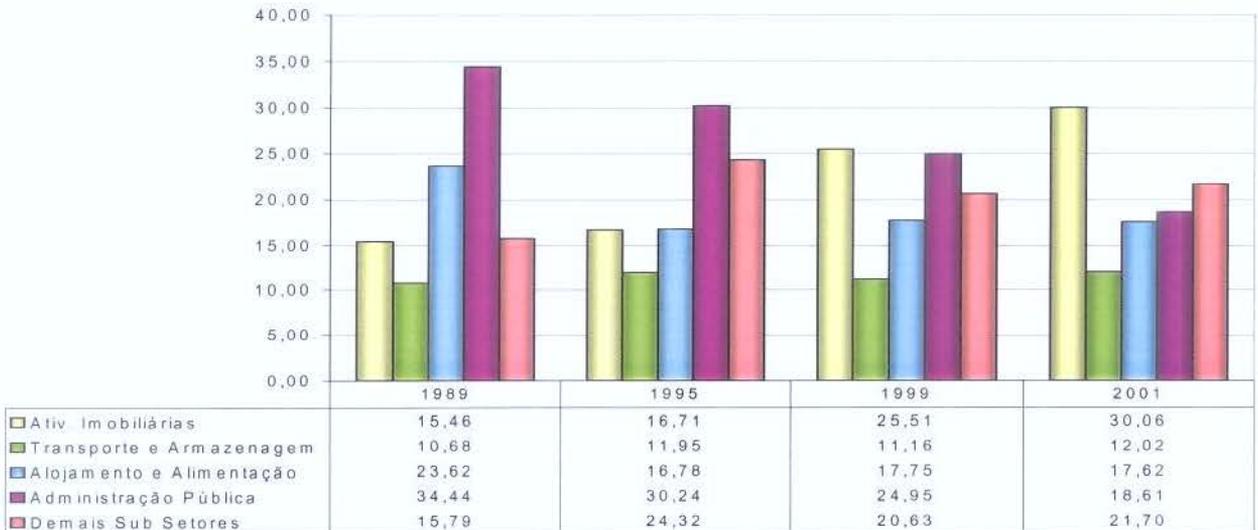
Os gráficos a seguir, mostram de um modo mais fácil de ser visualizada a mudança, em termos absolutos e relativos, dos quatro mais importantes sub-setores dos Serviços entre 89 e 2001. Notemos que, os sub-setores que aparecem como os maiores em números de empregados podem não ser os mais importantes em termos de estabelecimentos. Alguns sub-setores são caracterizados por grandes contingentes de empregados alocados em um estabelecimento, não obstante, outros sub-setores podem ser caracterizados por um maior atomismo dos empregados distribuídos em um número maior de estabelecimentos.³⁹

³⁹ Isso será mais bem identificado quando for tratado do número de estabelecimentos por sub-setores dos Serviços mais adiante.

4 Maiores Sub Setores - Serviços Número de Empregados



4 Maiores Sub Setores - Serviços Empregados (em %)



A partir da análise da remuneração média de dezembro em salários mínimos algumas modificações foram notadas. Assim, como na participação relativa, foram identificadas mudanças nas posições entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos e os com os menores salários médios pagos entre 89-2001.

Em ordem crescente, em 89, os três sub-setores com os menores salários médios pagos foram Saúde e Serviços Sociais (2,40 salários mínimos), Alojamento e Alimentação (2,80 salários mínimos) e Ensino (2,92 salários mínimos). A diferença

entre as remunerações médias pagas pelos setores com os menores salários médios pagos foi de 0,52 salários mínimos.

Os três sub-setores com os maiores salários médios pagos naquele ano foram Intermediação Financeira (11,15 salários mínimos), Administração Pública (6,85 salários mínimos) Transporte e Armazenagem (4,81 salários mínimos). Identificou-se uma diferença de 6,34 salários mínimos entre a maior e a menor remuneração média paga pelos setores com os maiores salários médios pagos em 89.

Em 2001, os sub-setores com menor remuneração média foram Alojamento e Alimentação (3,06 salários mínimos), Saúde e Serviços Sociais (4,21 salários mínimos) e Atividades Imobiliárias (4,31 salários mínimos). Por sua vez, a diferença entre os menores e os maiores salários pagos entre os sub-setores com os menores salários médios pagos foi de 1,25 salários mínimos.

Os sub-setores com os maiores salários médios pagos foram Intermediação Financeira (10,31 salários mínimos), Administração Pública (8,10 salários mínimos) e Transporte e Armazenagem (6,49 salários mínimos). A diferença entre as menores e maiores remunerações dos sub-setores com os maiores salários médios pagos foi de 3,82 salários mínimos.

No período 89-2001, a diferença entre as menores remunerações médias pagas aumentou de 0,52 salários mínimos para 1,25 salários mínimos e a diferença entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos caiu de 6,34 para 3,82 salários mínimos. Isso indica uma divergência na região nos sub-setores dos Serviços, por um lado, os sub-setores com os menores salários médios pagos, continuaram a pagar baixos salários, o que piorou a distribuição dos salários médios e caracterizando ainda mais estes sub-setores como de baixa remuneração e qualificação da mão-de-obra. Por outro lado, as diferenças entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos indicaram uma convergência dos salários médios pagos e caracterizaram estes sub-setores como sendo de maior qualificação e com maior homogeneidade da qualificação da mão-de-obra apesar das diferentes atividades desenvolvidas.

Remuneração por Sub-setores - 04				
em SM	1989	1995	1999	2001
Intermediação Financeira	11,15	15,68	13,37	10,31
Ativ. Imobiliárias	3,00	4,42	5,55	4,31
Transporte e Armazenagem	4,81	6,04	5,51	6,49
Alojamento e Alimentação	2,80	3,58	3,48	3,06
Saúde e Serviços Sociais	2,40	4,40	4,48	4,21
Ensino	2,92	6,77	7,40	6,31
Administração Pública	6,85	7,06	7,71	8,10
Total	5,02	6,07	6,05	5,43

Fonte: RAIS-Mte
Elaboração própria

Da análise do número de empregados por porte do estabelecimento, utilizando os conceitos de micro, pequena, média e grande empresas do SEBRAE, foi identificado que, em 89, estavam empregados em micro empresas (até 09 empregados) 6.024 empregados; nas pequenas (de 10 a 49 empregados), 9.470 empregados; nas médias empresas (de 50 a 99 empregados), 5.874 empregados e nas grandes empresas (com mais de 99 empregados), 29.173 empregados.

Em 2001, estes valores mudaram indicando um aumento na participação de todos os tipos de estabelecimentos (micro, pequenas, médias e grandes empresas) na região quanto ao número de empregados. Os números de empregados em cada tipo de estabelecimento passaram a ser 10.598 empregados nas micro, aumento de 75,93%; 14.881 nas pequenas, aumento de 57,13%; 6.741 nas médias, aumento de 14,76%; e 32.845 nas grandes empresas, um aumento de 12,58%, ou seja, todos os tipos de estabelecimentos, tiveram aumento, principalmente os micros, que quase dobraram o número de empregados.

Exceção feita aos grandes estabelecimentos de Intermediação Financeira e Alojamento e Alimentação, validando o que já foi dito anteriormente sobre reestruturação do setor bancário, todos os demais sub-setores aumentaram o número de empregados.

Empregados por porte do estabelecimento 1989 - 04					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	71	1.344	856	1.363	3.634
Ativ. Imobiliárias	1.457	1.906	1.711	2.741	7.815
Transporte e Armazenagem	302	1.096	950	3.051	5.399
Alojamento e Alimentação	2.771	3.552	1.209	4.408	11.940
Saúde e Serviços Sociais	464	478	404	1.363	2.709
Ensino	239	663	405	332	1.639
Administração Pública	720	431	339	15.915	17.405
Total	6.024	9.470	5.874	29.173	50.541

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Empregados por porte do estabelecimento 2001 - 04					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	412	1.364	536	215	2.527
Ativ. Imobiliárias	3.681	4.468	1.540	9.867	19.556
Transporte e Armazenagem	850	1.843	1.224	3.905	7.822
Alojamento e Alimentação	3.542	4.968	1.527	1.425	11.462
Saúde e Serviços Sociais	1.560	826	801	3.556	6.743
Ensino	506	1.333	1.059	1.948	4.846
Administração Pública	47	79	54	11.929	12.109
Total	10.598	14.881	6.741	32.845	65.065

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Os micro e pequenos estabelecimentos criaram 9.980 postos de trabalho no período, os estabelecimentos de tamanho médio criaram 860 postos, enquanto os grandes estabelecimentos criaram 3.670 postos de trabalho!

Estabelecimentos por Sub-setores - 04				
	1989	1995	1999	2001
Intermediação Financeira	82	162	186	197
Ativ. Imobiliárias	670	1.098	1.525	1.663
Transporte e Armazenagem	170	284	418	471
Alojamento e Alimentação	1.207	1.172	1.482	1.585
Saúde e Serviços Sociais	239	731	934	976
Ensino	115	212	248	253
Administração Pública	434	37	34	32
Total	2.917	3.696	4.827	5.177

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Quanto ao número de estabelecimentos, a região de São José dos Campos apresentou um acréscimo de 1.761 estabelecimentos no período de 1989 a 2001 (aumento de 77,47%). Deste total, 779 estabelecimentos (44,23%) foram abertos no período de 1989 a 1995 e o restante dos estabelecimentos foram abertos nos 6 anos seguintes (55,77%).

Estabelecimentos por Sub-setores - 04				
em %	1989	1995	1999	2001
Intermediação Financeira	2,81	4,38	3,85	3,81
Ativ. Imobiliárias	22,97	29,71	31,59	32,12
Transporte e Armazenagem	5,83	7,68	8,66	9,10
Alojamento e Alimentação	41,38	31,71	30,70	30,62
Saúde e Serviços Sociais	8,19	19,78	19,35	18,85
Ensino	3,94	5,74	5,14	4,89
Administração Pública	14,88	1,00	0,70	0,62
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

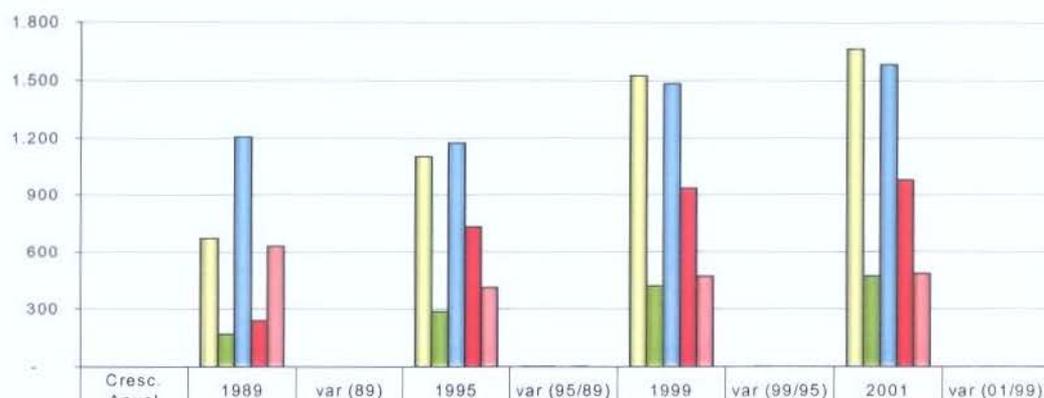
Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Em termos relativos, em 1989, os 3 maiores sub-setores da Indústria eram, em ordem decrescente, Alojamento e Alimentação (41,38%), Atividades Imobiliárias (22,97%) e Administração Pública (14,88%), que somados respondiam por 79,23% do total de estabelecimentos da região. Em 2001, houve mudanças e os 3 maiores sub-setores passaram a ser Atividades Imobiliárias (32,12%), Alojamento e Alimentação (30,62%) e Saúde e Serviços Sociais (18,85%), que somados totalizam 81,59% do total daquele ano.

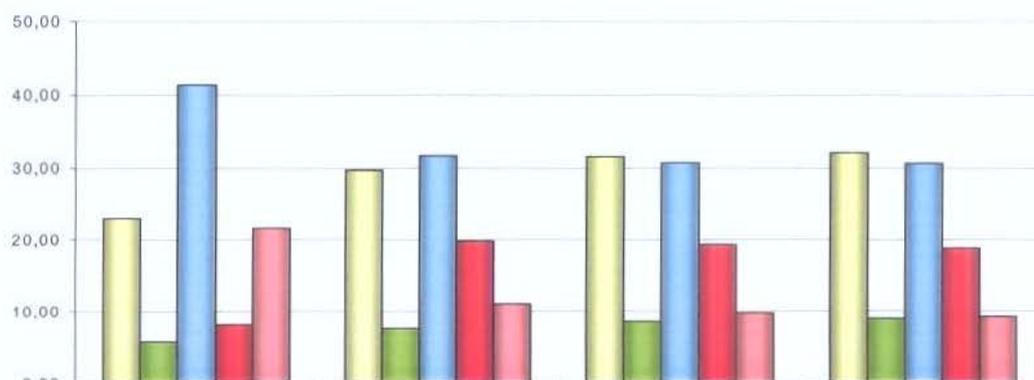
Os gráficos a seguir, mostram de um modo mais fácil de ser visualizado a mudança, em termos absolutos e relativos, dos quatro mais importantes sub-setores dos Serviços entre 89 e 2001. Alguns sub-setores são caracterizados por grandes contingentes de empregados alocados em um estabelecimento como Ensino, Saúde e Administração Pública, não obstante, outros sub-setores podem ser caracterizados por um maior atomismo dos empregados distribuídos em um número maior de estabelecimentos, como Atividades Imobiliárias e Prestação de Serviços às Empresas.

4 Maiores Sub Setores - Serviços Número de Estabelecimentos



	Cresc. Anual	1989	var (89)	1995	var (95/89)	1999	var (99/95)	2001	var (01/99)
Ativ. Imobiliárias	7,87%	670	-	1.098	63,88%	1.525	38,89%	1.663	9,05%
Transporte e Armazenagem	8,86%	170	-	284	67,06%	418	47,18%	471	12,68%
Alojamento e Alimentação	2,30%	1.207	-	1.172	-2,90%	1.482	26,45%	1.585	6,95%
Saúde e Serviços Sociais	12,44%	239	-	731	205,86%	934	27,77%	976	4,50%
Demais Sub Setores	-2,22%	631	-	411	-34,87%	468	13,87%	482	2,99%

4 Maiores Sub Setores - Serviços Estabelecimentos (em %)



	1989	1995	1999	2001
Ativ. Imobiliárias	22,97	29,71	31,59	32,12
Transporte e Armazenagem	5,83	7,68	8,66	9,10
Alojamento e Alimentação	41,38	31,71	30,70	30,62
Saúde e Serviços Sociais	8,19	19,78	19,35	18,85
Demais Sub Setores	21,63	11,12	9,70	9,31

Quanto ao número de estabelecimentos, em 89, haviam 2.311 estabelecimentos de tamanho micro (até 09 empregados), 458 de tamanho pequeno (de 10 a 49 empregados), 85 de tamanho médio empresas (de 50 a 99 empregados) e 63 grandes estabelecimentos (com mais de 99 empregados).

Para o ano de 2001, os micro estabelecimentos atingiram o patamar de 4.240 estabelecimentos (aumento de 83,47%); os pequenos, de 747 estabelecimentos (aumento de 63,10%); os médios, de 101 estabelecimentos (aumento de 18,82%) e os grandes, aumentaram para 89 estabelecimentos (aumento de 41,27%).

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1989 - 04					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	16	46	14	6	82
Ativ. Imobiliárias	538	95	23	14	670
Transporte e Armazenagem	96	51	12	11	170
Alojamento e Alimentação	985	186	19	17	1.207
Saúde e Serviços Sociais	201	26	6	6	239
Ensino	77	30	6	2	115
Administração Pública	398	24	5	7	434
Total	2.311	458	85	63	2.917

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 2001 - 04					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	117	70	8	2	197
Ativ. Imobiliárias	1.392	216	22	33	1.663
Transporte e Armazenagem	353	88	18	12	471
Alojamento e Alimentação	1.283	270	23	9	1.585
Saúde e Serviços Sociais	911	39	13	13	976
Ensino	170	60	16	7	253
Administração Pública	14	4	1	13	32
Total	4.240	747	101	89	5.177

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Os principais setores que tiveram aumento no número de micro estabelecimentos foram Atividades Imobiliárias, Alojamento e Alimentação e Saúde e Serviços Sociais. Juntos, em 89, totalizavam 1.724 estabelecimentos, atingindo em 2001, um total de 3.586 estabelecimentos (aumento de 108,00%).

Junto aos pequenos estabelecimentos, os sub-setores que mais aumentaram quanto ao número de estabelecimentos Atividades Imobiliárias, Transporte e

Armazenagem e Alojamento e Alimentação, passaram de 332 estabelecimentos, em 89, para 574 estabelecimentos em 2001, um aumento de 72,89%.

Dentre as PME's, o sub-setor que se retraiu quanto ao número de estabelecimentos foi a Administração Pública passou de 62 estabelecimentos para 18 estabelecimentos (queda de 70,96%) no período analisado.

Principais Municípios e Atividades

O critério adotado para a Região de Governo de São José dos Campos foi escolher os municípios mais industrializados para identificar os Índices de Especialização tanto da Indústria quanto dos Serviços, bem como indicadores sócio-econômicos para conseguir ao menos apontar o nível de desenvolvimento que tais municípios se encontram.

Esta região assim como a região de Sorocaba, apresenta um grande desnível entre os municípios, pois com exceção dos três municípios escolhidos os demais apresentam um estágio de desenvolvimento muito aquém daqueles, caracterizados com uma estrutura sub-setorial repleta de vazios, além de apresentar em sua maioria, pequenos e micro estabelecimentos, quando muito médios.

Isso reflete-se, inclusive, no tipo de mão-de-obra utilizada, com menor grau de instrução e pagando menores salários. Note-se também que, analisando somente os valores totais da região de governo, perde-se esse nível de detalhamento, pois a presença de grandes empresa, dos setores metal-mecânico, químico e os de alta tecnologia.

Indicadores Sócio-Econômicos Municipais - 04			
	Caçapava	Jacareí	S.J. Campos
Área (Em km ²)	378,0	463,0	1.142,0
Dens. Demog. (Habitantes/Km ²)	206,7	425,2	489,95
VAF Total (em Mio de Reais de 2000)	871,1	2.136,9	12.384,7
VAF Indústria (em Mio de Reais de 2000)	766,4	1.797,7	10.703,8
VAF Comércio (em Mio de Reais de 2000)	36,8	92,9	901,1
VAF Agricultura (em Mio de Reais de 2000)	3,3	2,8	5,0
VAF Serviços (em Mio de Reais de 2000)	61,1	177,6	631,4
VAF Outros (em Mio de Reais de 2000)	3,5	65,9	143,4
Crédito Rural Total (em Mio de Reais de 2000)	0,64	0,65	3,61
Crédito Rural Agric. (em Mio de Reais de 2000)	0,42	0,28	3,01
Crédito Rural Pec. (em Mio de Reais de 2000)	0,22	0,37	0,61
IDHM	0,835	0,81	0,849
Ranking IDHM	24	112	11
% Abastecimento Água	95,68	95,1	96,09
% Coleta de Lixo	98,61	99,23	99,27
Leitos SUS/1000 habitantes	0,94	0,66	1,57
Número de Habitantes por Veículos	3,29	3,19	2,77
Frota de Veículos Total	23.462	60.870	198.182
Frota de Automóveis	16.231	43.871	146.331
Frota de Ônibus	62	339	1.215
Frota de Caminhões	736	2.715	5.108
Consumo Energia Elétrica Resid. (em MWh)	49.455	120.459	377.513
Consumo Energia Elétrica Ind. (em MWh)	223.911	865.280	1.024.695
Consumo Energia Elétrica Rural (em MWh)	3.110	4.894	8.750
Consumo Energia Elétrica Serv./Com. (em MWh)	29.505	41.301	182.855

Fonte: www.seade.gov.br

Elaboração própria

Mio - milhões

VAF, Frota - ano 2001

Demog., Crédito Rural, IDH, Água, Lixo, Leitos SUS/1000 hab. - ano 2000

Energia - ano 1997

Para os sub-setores da Indústria e dos Serviços, foram levantados os Índices abaixo.

Caçapava apresenta além de uma Indústria Química e de Alimentos e Bebidas importante, uma Indústria de Minerais Não-metálicos que é quase 5 vezes mais importante que esta atividade no estado de São Paulo. Em Jacareí, o setor mais importante é a Indústria de Material Elétrico e de Comunicações, seguida pela Extrativa Mineral. Para o município de São José dos Campos, o setor mais importante é Indústria de Material de Transporte, seguida pela Indústria de Material Elétrico e de Comunicações.

Índices de Especialização 1989-2001 - 04						
Indústria	Caçapava		Jacarei		S.J. dos Campos	
	1989	2001	1989	2001	1989	2001
Extr. Mineral	3,35	2,48	2,30	2,45	0,31	0,41
Min. Não Met.	2,70	4,81	0,74	1,15	0,20	0,14
Ind. Metal.	0,58	0,63	0,82	1,09	0,18	0,43
Ind. Mecânica	0,36	0,15	1,18	1,56	0,49	0,69
Elet. e Comun.	0,84	0,10	0,00	2,68	1,84	2,49
Mat. Transp.	2,13	0,69	0,46	0,50	3,99	4,91
Mad. e Mobil.	0,10	0,00	1,23	0,45	0,07	0,10
Papel e Graf.	0,07	0,09	1,88	1,25	0,05	0,23
Borr. Fum. Couro	0,57	0,01	1,23	0,82	1,48	0,23
Ind. Química	0,08	1,44	1,37	0,63	0,90	1,06
Ind. Têxtil	0,12	0,60	1,55	0,81	0,45	0,25
Ind. Calçados	0,00	0,00	0,00	0,01	1,69	0,02
Alim. e Bedidas	4,03	2,40	0,92	1,04	0,21	0,28
Serviços Util. Púb.	0,54	0,53	0,65	0,78	0,31	1,16
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Índices de Especialização 1989-2001 - 04						
Serviços	Caçapava		Jacarei		S.J. dos Campos	
	1989	2001	1989	2001	1989	2001
Intermediação financeira	0,92	0,64	1,03	0,53	0,80	0,82
Ativ. Imobiliárias	1,19	0,58	0,71	0,89	0,76	1,50
Transporte e Armazenagem	0,56	0,92	1,12	1,11	1,01	1,21
Alojamento e Alimentação	1,18	1,03	0,82	1,03	1,10	1,06
Saúde e Serviços Sociais	1,51	2,16	2,57	1,64	1,48	1,53
Ensino	3,29	1,29	1,74	0,96	1,71	1,29
Administração Pública	0,75	1,06	1,05	0,97	1,04	0,38
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Considerações Finais

A Região de Governo de São José dos Campos recebeu um grande choque nos anos 90 com a abertura comercial pela qual o país teve várias de suas cadeias produtivas desarticuladas, somente em fins da década é que houve recuperação econômica.

A região teve seu desenvolvimento relacionado ao processo de industrialização de São Paulo e do Rio de Janeiro. Situando-se ao longo do macroeixo São Paulo-Rio de Janeiro, ela recebeu fluxos migratórios e investimentos devido a sua posição privilegiada. Diferentemente das outras regiões estudadas nesse trabalho, a região de São José dos Campos não teve seu desenvolvimento econômico atrelado ao ciclo do café, mesmo porque a região estava na área que sofreu em primeiro lugar a decadência da economia cafeeira.

O forte desenvolvimento veio mesmo a partir dos anos 70, no contexto do II PND, com desenvolvimento de estatais ligadas a aviação aeroespacial e a indústria bélica, instalação de refinaria (Refinaria Henrique Lage da Petrobrás), indústrias químicas e metal-mecânica, bem indústrias de alta tecnologia, como a indústria de material elétrico e de comunicações.

Quanto a contraposição Indústria e Serviços, entre 1989 e 2001, a primeira perdeu 132,3 Mil SM em termos de massa salarial, enquanto a segunda, ganhou 99,6 Mil SM em massa salarial. Em ambos os setores, houve aumento do salário médio, no entanto, os salários dos empregos gerados nos Serviços são 50,7% menores que os salários da Indústria, mostrando um diferença explícita entre os dois setores. Como explicações podemos adotar a idéia das atividades nos Serviços requerem menores qualificações⁴⁰ dos empregados frente a Indústria e menor grau de sindicalização.

Na Indústria, houve redução do “gap” dos sub-setores com as menores remunerações médias e alargamento do mesmo entre os setores com as maiores remunerações. Essa divergência aponta para uma maior homogeneidade da mão-de-obra, da sua qualificação técnica-científica e das necessidades requeridas pelos sub-setores tradicionais e uma maior heterogeneidade e especialização da mão-de-obra nos setores de alta tecnologia.

Enquanto isso, nos Serviços houve um alargamento do “gap” dos sub-setores com as menores remunerações médias e estreitamento do “gap” dos sub-setores com as

⁴⁰ Ver Tapia (1993: xx) quanto ao tipo de Serviços predominantes na região.

maiores remunerações médias pagas. A convergência das maiores remunerações podem indicar uma especialização dos Serviços prestados, apontando um nível mais equilibrado em termos de qualidade e da qualificação da mão-de-obra oriundas do desenvolvimento da Indústria na região.

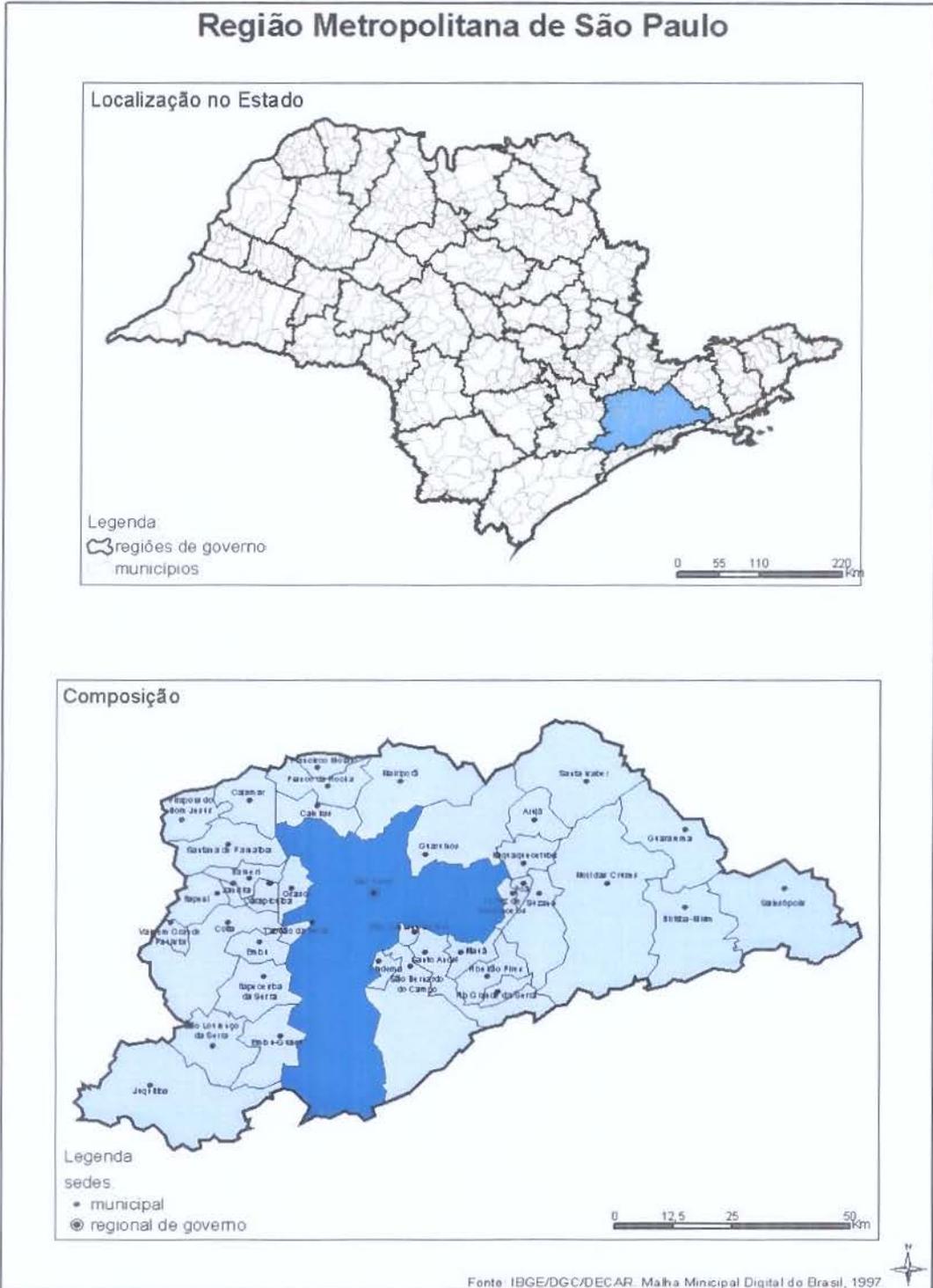
Com isso, podemos concluir que na região existe uma clara separação entre dois tipos de serviços, aqueles que exigem maiores qualificações e aqueles que exigem menores qualificações. Isso, por sua vez, refletir-se-á na qualidade dos serviços prestados, no entanto, esta afirmação só pode ser confirmada fazendo-se uma análise em nível de Atividades CNAE (maior nível de desagregação) contra grau de instrução e remuneração média. Enquanto isso, na Indústria o aumento das diferenças entre os menores e maiores salários pagos reflete uma hierarquização e maior diferenciação intra-setorial.

A partir dos dados individuais de cada um dos municípios, pode ser criada uma tipologia dos Serviços a partir da sua articulação com a Indústria e com o município onde estão inseridas tais atividades.

Quanto as respostas às perguntas centrais dessa monografia, não confirmou-se a desconcentração industrial na região (se levarmos em conta o número de estabelecimentos formais), houve apenas redução no número de empregados. Nesse caso, os Serviços não compensaram uma possível desconcentração industrial, mas compensaram, sim, a queda do número de empregados, ao mesmo tempo que aumentou a participação no total do emprego industrial de São Paulo de 2,87%, em 89, para 3,11% em 2001, reiterando as informações levantadas na revisão bibliográfica (Negri, 1996) de aumento da importância do interior de São Paulo no emprego industrial.

3.5. Região Metropolitana de São Paulo

Caracterização da Região Metropolitana de São Paulo



A Região Metropolitana de São Paulo - RMSP é uma das maiores aglomerações urbanas do mundo, abrangendo a Capital do Estado e mais 38 municípios vizinhos. Sua área, de 8.051 km², corresponde a menos de 1 milésimo da superfície brasileira e a menos de 4% do território do Estado. A área urbanizada da Região é de 1.747 km², algo em torno de 120 mil quarteirões.

Essa área, que extrapola fronteiras municipais, aumentou cerca de 357 km² nos últimos 10 anos. Isso corresponde, por exemplo ao tamanho de Belo Horizonte, outra importante capital brasileira.

A população atual da Região Metropolitana de São Paulo está estimada em 17,2 milhões de habitantes, o que significa que aproximadamente um em cada 10 brasileiros mora na Grande São Paulo. Esse contingente populacional é cerca de 66% superior ao da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a segunda maior do País.

Alguns indicadores dão a noção da importância demográfica da Região dentro do Brasil e do Estado:

- Um entre cada 10 brasileiros mora da RMSP.
- A cada hora, esta Região incorpora 30 novos habitantes.

Cifras recentes indicam que o PIB da Região Metropolitana de São Paulo está em torno de US\$ 102,8 bilhões de dólares, o que é comparável ao de diversas economias nacionais. O PIB da região metropolitana corresponde a pouco mais de 50% do total estadual e a 18,5% da riqueza nacional. O PIB por habitante, estimado em 6,4 mil dólares, é quase o dobro da média nacional.

Tal como o ocorrido em outras metrópoles mundiais, o setor terciário vem apresentando grande crescimento na Região Metropolitana de São Paulo. Como consequência desse processo, o emprego no comércio e no setor de serviços saltou de uma participação de 57% em 1981 para 73% em 1995.

Como em qualquer conglomerado urbano de porte mundial, a intensa atividade econômica ali desenvolvida ocasiona um número bastante elevado de viagens. Na RMSP, são realizadas 30,9 milhões de viagens por dia. Por transporte coletivo, são 10,3 milhões ao dia; por veículos particulares são 10 milhões ao dia e 10,6 milhões de viagens a pé por dia.

O sistema de ônibus da Região transporta cerca de 8 milhões de passageiros por dia, deslocamento efetuado em cerca de 650 linhas locais na Capital, 457 linhas locais

nos demais municípios e em mais 300 linhas que fazem ligações entre municípios da RMSP. São cerca de 15 mil ônibus envolvidos nesse transporte, aos quais somam-se mais 10 mil ônibus fretados pelas empresas ou pelos próprios empregados.

O sistema metroviário transporta, nos 44 km cobertos por suas três linhas, cerca de 2,6 milhões de passageiros por dia. E o sistema de trem metropolitano transporta cerca de um milhão de passageiros por dia nos 270 km de linhas cobertos pela CPTM.

Além do transporte público, os deslocamentos na Região Metropolitana são feitos por uma frota de 4,5 milhões de veículos particulares, mais que um quinto da frota nacional. Nas 46 mil ruas da Capital, circulam, por dia, 2,5 milhões de veículos.

Assim os congestionamentos e os acidentes ocorridos são um sério problema:

- 8 pessoas são mortas e 450 acidentadas todo dia no trânsito;
- 20% dos trabalhadores despendem mais de 3 h por dia no transporte e 10% mais de 4 h por dia;
- 94% da poluição do ar vem de carros, ônibus e caminhões;
- os congestionamentos diários se estendem por 100km.

A Região Metropolitana de São Paulo (com 8.051 km²), apesar de corresponder a menos de 1% do território brasileiro, tem dimensões físicas equivalentes às de algumas nações como o Líbano (10.452 km²) e a Jamaica (10.991 km²).

Os municípios da *Região Metropolitana de São Paulo* são Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Cajamar, Caieiras, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapevi, Itaquaquecetuba, Itapeverica da Serra, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

Não há como tratar a Região Metropolitana de São Paulo isoladamente do contexto do Estado de São Paulo e do País. Embora na década de noventa tenha se verificado um processo de desconcentração de atividades para áreas situadas principalmente no entorno próximo à Metrópole (eixo Campinas, Vale do Paraíba, Sorocaba e Baixada Santista) e também para outras regiões do país, a atratividade da cidade é ainda muito grande.

A Grande São Paulo é apontada também pela existência crescente de contrastes sociais. Dispondo de uma renda per capita que corresponde a praticamente o dobro da nacional, apresenta uma apropriação extremamente diferenciada da renda gerada, o que se reflete na desigualdade de acesso pelos diversos segmentos sociais a bens e serviços ofertados na Metrópole.

Ao lado dos contrastes existentes, a Grande São Paulo detém a centralização do comando do grande capital privado: ali estão as sedes brasileiras dos mais importantes complexos industriais, comerciais e sobretudo financeiros, que controlam as atividades econômicas privadas no País.

A Região Metropolitana de São Paulo, conhecida como Grande São Paulo, possui aproximadamente 16,6 milhões de pessoas distribuídas em 8.051 km², consumindo por ano 1,9 bilhões de m³ de água e 39 milhões de mw/hora de energia elétrica. São mais de 7 milhões de trabalhadores respondendo por mais da metade da riqueza gerada no Estado e 18,5% da riqueza produzida no País.

São 205 mil hectares de área urbanizada contínua, o que equivale a cerca de 140 mil quarteirões, envolvendo 31 dos 39 municípios metropolitanos e sediando 113 das maiores empresas nacionais e internacionais instaladas no País. Na grande São Paulo se encontram 65% dos bancos estrangeiros que atuam no Brasil.

Em 1995 eram 4,5 milhões de domicílios particulares permanentes, dos quais eram coletadas 16 mil toneladas de lixo por dia; 1 milhão de pessoas viviam em favelas.

Este quadro, parcialmente esboçado, atesta o gigantismo da Região e evidencia a necessidade de planejamento do seu desenvolvimento.

Análise dos Grandes Setores

Para o conjunto de municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo, os números mostram que a região contava com 5.122.449 postos de trabalho formais em 89, caindo para 4.556.620 em 95 e atingindo o patamar de 4.665.377 postos de trabalho formais em 2001. Assim, houve a destruição, entre 89 e 2001, de 457.000 empregos formais, uma redução de 8,92% em relação ao estoque de trabalhadores do ano de 1989, apesar da recuperação de 2,38% entre 2001 e 95.

Note-se que a região não conseguiu recuperar o nível de empregos de 1989, mesmo com um saldo líquido positivo entre 99 e 2001. Segundo os dados da RAIS-Mte⁴¹, entretanto, esta análise da macrorregião esconde diferenças no que concerne à dinâmica entre os municípios. Por exemplo, municípios muito dinâmicos, que tiveram um saldo líquido positivo muito grande de empregos, podem ocultar possíveis saldos negativos de empregos formais em outros, garantindo o aumento do nível de emprego para toda a região visto de forma macro.

Dentro da região, os únicos dos grandes setores que apresentaram perdas líquidas de empregos, foram a Indústria de Transformação e a Construção Civil. A Indústria passou de um total de 1.801.840 empregados em 89, para 966.222 em 2001 (portanto, um decréscimo de 46,38% no total de empregados de 1989!!!). Visualizando isto de outra forma, as empresas deste setor fecharam aproximadamente 1 em cada 2 postos de trabalho formais no período 89-2001. Entre 95-2001, a Indústria gerou 108.000 empregos, ao mesmo tempo que teve uma queda de 3.050 milhões de Reais no valor adicionado fiscal da região.

Uma outra observação que merece ser feita é que o emprego na Indústria de Transformação como um todo, caiu em termos absolutos entre 89 e 95, tendo uma recuperação no período de 99 e 2001, em grande parte devido ao fim da paridade cambial do Plano Real e conseqüente desvalorização da moeda brasileira, o que propiciou uma aumento do nível de produção das empresas exportadoras. Nesta região, a Construção Civil acompanhou a redução do emprego industrial, diminuindo em 25,18% o estoque de trabalhadores formais em relação a 89 (passou de 249.893 empregados para 186.952 empregados em 2001).

⁴¹ Todas as tabclas são de elaboração própria, feitas a partir das fontes citadas abaixo de cada uma delas.

Destacaram-se os setores Agropecuários, Comércio e Serviços que contribuíram para o aumento do nível de emprego dentro da região. Para a Agropecuária, o aumento foi de 2.920 postos de trabalho entre 89 e 2001. Vale ressaltar que tanto a Construção Civil quanto a Agropecuária, são setores normalmente caracterizados pela baixa formalização dos contratos de trabalho por um lado e por outro lado, pela baixa consistência das declarações prestadas pelos estabelecimentos empregadores em 89, visto pela redução do número de Outros que praticamente desapareceram no intervalo estudado.

O setor Comércio criou 22.350 empregos formais no período 89-95 e 120.973 no período 95-2001, com um aumento no valor adicionado fiscal de 7.490 milhões de Reais no período. Vale ressaltar que os anos 90 foram marcados pela entrada de muitos grandes grupos estrangeiros no segmento de comércio varejista no mercado nacional (Carrefour, Wal-Mart, Grupo Sonae, etc.)

Já o setor Serviços, passou de 2.346.342 empregos formais em 89 para 2.769.547 em 2001, um aumento de 18,04% no nível de empregados formais de 89. Verificou-se também um aumento de 10.600 milhões de Reais no valor adicionado fiscal, no período de 95-2001, para um aumento de aproximadamente 348.000 empregos.

Empregados por Grandes Setores - 05				
	1989	1995	1999	2001
Indústria	1.801.840	1.246.834	958.116	966.222
Construção Civil	249.893	224.865	181.529	186.952
Comércio	588.531	610.809	641.366	731.782
Serviços	2.346.342	2.421.532	2.631.482	2.769.547
Agropecuária	7.741	17.169	13.001	10.662
Outros/Ignorados	128.102	35.411	416	212
Total	5.122.449	4.556.620	4.425.910	4.665.377

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Valor Adicionado Fiscal - 05				
em Milhão R\$	1995	1997	1999	2001
Valor Adicionado Indústria	67.148	69.741	59.258	64.101
Valor Adicionado Comércio	27.557	33.468	32.399	35.047
Valor Adicionado Agricultura	263	283	254	275
Valor Adicionado Serviços	13.012	18.058	21.835	23.619
Valor Adicionado Outros	16.099	11.808	8.431	9.120
Valor Adicionado Total	124.079	133.360	122.178	132.162

Fonte: www.seade.gov.br

Valores em R\$ de 2001

Quanto à remuneração média, no período 89-2001, mesmo setores em que houve redução no nível de empregos, como a Indústria e Construção Civil, a remuneração média paga em dezembro do ano corrente aumentou, indicando que a massa salarial caiu proporcionalmente menos que o número de postos de trabalho, ocasionando este aumento do salário médio nestes setores.

Remuneração por Grandes Setores - 05				
em SM	1989	1995	1999	2001
Indústria	7,00	9,61	8,54	7,49
Construção Civil	3,97	5,58	5,29	4,49
Comércio	4,32	5,66	5,29	4,62
Serviços	6,10	7,62	8,02	7,04
Agropecuária	3,15	6,35	5,56	2,94
Outros/Ignorados	6,31	0,03	9,85	13,79
Total	6,11	7,77	7,62	6,65

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

SM - salários mínimos

Elaboração própria

No entanto, entre 99 e 2001, o que se verificou foi um grande achatamento salarial médio, pois apesar do aumento do número de empregados formais, houve uma redução da massa salarial paga, ocasionando a redução propriamente dita do salário médio pago em dezembro. De um lado, o emprego aumentou 5,41% e de outro, a massa salarial caiu em 8,00%. Isso resultou em uma queda porcentual do salário médio de 12,73% pago aos trabalhadores em dezembro de 2001.

Na Indústria, o aumento foi de 7,00 salários mínimos em 89 para 8,54 salários mínimos em 99, caindo para 7,49 salários mínimos em dezembro de 2001. Na Construção Civil, tal aumento foi de 3,97 salários mínimos para 5,29 salários mínimos, também caindo para 4,49 salários mínimos em dezembro 2001⁴².

O Comércio possibilitou um aumento de 4,32 salários mínimos para 5,29 salários mínimos, caindo para 4,62 salários mínimos em 2001; a Agropecuária, de 3,15 para 5,56 salários mínimos, caindo para 2,94 salários mínimos em 2001.

O setor de Serviços que pagava em 89, 6,10 salários mínimos em dezembro daquele ano, passou a pagar 8,02 salários mínimos em dezembro de 99, caindo para 7,04 em 2001. Se compararmos os salários médios pagos pela Indústria e pelos Serviços, em 89, o setor Serviços pagava um salário correspondente a apenas 87,14% do

⁴² Como em todo o trabalho foi utilizado a mesma metodologia e a fim de tornar o mesmo menos repetitivo, não será descrito como salário médio pago em dezembro do ano corrente. Será descrito como salários mínimos do ano em questão.

salário pago pela Indústria, passou a pagar em 2001, um salário correspondente a 93,99% daquele e em 99, equivalia a 93,91% do salário médio pago pela Indústria.

Estabelecimentos por Grandes Setores - 05				
	1989	1995	1999	2001
Indústria	40.383	42.158	38.744	38.718
Construção Civil	5.713	8.819	9.243	9.340
Comércio	73.331	92.865	101.051	109.476
Serviços	82.893	99.923	119.753	125.319
Agropecuária	1.491	2.040	2.020	2.105
Outros/Ignorados	10.393	7.079	81	39
Total	214.204	252.884	270.892	284.997

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Do número de estabelecimentos por grandes setores, a Região Metropolitana de São Paulo teve um aumento de aproximadamente 70.790 estabelecimentos entre 89 e 2001. Passou de 214.204 estabelecimentos para 284.997 estabelecimentos em 2001.

Diferentemente das demais regiões analisadas, a redução do número de empregados formais na Indústria foi acompanhada de redução no número de estabelecimentos de aproximadamente 4,12% passando de 40.383 para 38.718 estabelecimentos em 2001. Na Construção Civil houve aumento do número de estabelecimentos, de 5.713 para 9.340 em 2001.

Comércio e Serviços apresentaram os maiores acréscimos no número de estabelecimentos; no setor Comércio, o aumento foi de 36.140 estabelecimentos entre 89-2001, já no setor Serviços, o aumento foi de 42.400 estabelecimentos. O terceiro maior aumento relativo de estabelecimentos foi na Agropecuária, 41,18%, passando de 1.490 para 2.100 estabelecimentos no período analisado e o primeiro foi os Serviços (aumento de 51,18%), seguido pelo Comércio (49,29%).

Grande parte desse aumento acréscimo de estabelecimentos, para não dizer a totalidade, advém de pequenos e médios estabelecimentos que surgiram no período como a uma forma que as pessoas, que estavam perdendo seus postos de trabalho, encontraram de subsistir e tentar manter tanto os níveis de renda do período anterior, como mesmo para se manter incluído na sociedade, evitando, assim, a exclusão e a marginalidade que ascenderam grandemente nos anos 90. Para isso, estabeleciam-se novos estabelecimentos de comércio varejista, de prestação de serviço (autônomos),

pequenas empresas industriais que atuam como “terceiras” das grandes em certas atividades (segurança, limpeza, alimentação, etc.), entre outras.

Quanto à qualificação dos empregados, essa região também apresentou melhorias quanto ao grau de instrução dos empregados formais das empresas da região de Campinas. De um modo geral, nos níveis médio e superior, houve aumentos na participação relativa dessas classes de empregados entre os anos de 89 e 2001. Em contrapartida, a camada de empregados com baixo grau de instrução, até primeiro grau completo, teve sua participação reduzida ao longo do tempo.

Empregados por Grau de Instrução - 05				
em %	1989	1995	1999	2001
Analfabeto	2,60	1,88	1,25	0,89
4.Ser. Incomp.	11,89	8,66	5,75	4,69
4.Ser. Comp.	19,68	14,49	10,96	9,08
8.Ser. Incomp.	16,78	14,73	13,08	10,92
8.Ser. Comp.	12,34	14,90	17,06	15,13
Subtotal baixo	63,29	54,66	48,10	40,72
2.Gr. Incomp.	7,70	8,22	8,92	8,56
2.Gr. Comp.	12,40	17,02	21,53	27,64
Subtotal médio	20,10	25,24	30,45	36,20
Sup. Incomp.	4,70	4,20	6,16	6,76
Sup. Comp.	10,86	15,18	15,28	16,32
Ignorado	1,04	0,71	0,01	0,00
Subtotal superior	16,60	20,09	21,45	23,08
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Nessa categoria a redução da participação relativa foi de 63,29% para 40,72% do total de empregados formais, um número que pode ser considerado muito elevado, representando que 4 em cada 10 empregados formais têm somente até o primeiro grau completo no ano de 2001. Aqui se encontra um dilema: qual a explicação para essa redução do número de trabalhadores com baixo grau de instrução? No mínimo duas respostas podem ser aplicadas, um processo de melhoria no nível de instrução dos empregados formais de todos os setores ao longo do tempo e/ou uma maior incidência do desemprego sobre essa camada de trabalhadores.

Essa região por apresentar grande concentração de indústrias a várias décadas, acabou por necessitar de uma massa de trabalhadores mais preparados e qualificados para realizar as funções demandadas nas empresas que se instalaram na região desde finais dos anos 50, sejam elas na Indústria, Comércio, Serviços e mesmo na Agropecuária. Isso é claramente evidenciado pelas proporções de empregados com nível médio de instrução (passou de 20,10% do total em 89 para 36,20% do total em 2001) e com nível superior (passou de 15,56% para 23,08% em 2001).

Empregados por Porte do Estabelecimento - 05				
	1989	1995	1999	2001
Até 4	4,25	5,74	6,32	6,26
De 5 a 9	4,72	6,46	7,32	7,44
De 10 a 19	5,83	7,42	8,18	8,44
De 20 a 49	9,57	10,76	11,12	11,55
De 50 a 99	8,69	8,74	8,54	8,62
De 100 a 249	12,94	12,17	10,91	10,87
De 250 a 499	11,17	9,37	8,77	8,51
De 500 a 999	10,50	8,40	7,48	8,00
1000 ou mais	32,32	30,95	31,35	30,31
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

Empregados em estabelecimentos pequenos tiveram a sua participação relativa no total de empregados ampliada de 33,06% em 89 para 42,31% em 2001 (empresas de 0 a 99 empregados; essa não é classificação correta, pois como se trata do total dos grandes setores, existem diferenças entre Comércio e Serviços e a Indústria na classificação do tipo de estabelecimento por número de empregados).

Isso mostra a importância que tais estabelecimentos passaram a ter para o desenvolvimento das regiões e seus municípios, pois como a dinâmica é ditada pelas grandes empresas instaladas em cada localidade, restou aos pequenos e médios estabelecimentos, uma participação secundária na economia, porém não menos importantes⁴³. Esses estabelecimentos passaram a ser os criadores líquidos de empregos, em um momento em que as grandes empresas passavam por reestruturações produtivas/organizacionais.

⁴³ Para maiores informações sobre a inserção das PME's na nova estrutura produtiva dos anos 90, consultar a tese de doutoramento de Souza (1993).

As empresas de tamanho médio, de 100 a 499 empregados, para esta região, tiveram sua participação reduzida de 24,11% em 89 para 19,38% em 2001. As grandes, no entanto, como era de se esperar e já adiantado anteriormente, tiveram sua participação relativa reduzida de 42,82% em 89 para 38,31% em 2001. Vale lembrar que o impacto da redução de empregos por parte das grandes empresas, em termos absolutos, é muito maior do que o impacto das demissões na empresas de tamanho médio, além do que, para absorver todo o contingente dispensado pelas grandes empresas é necessário um aumento muito grande no número de estabelecimentos de micro e pequenas empresas para contrabalançar os efeitos sócio-econômicos da redução de postos de trabalhos naquelas.

Remuneração por Porte do Estabelecimento - 05				
em SM	1989	1995	1999	2001
Até 4	2,30	3,43	3,65	3,18
De 5 a 9	2,91	4,33	4,46	3,87
De 10 a 19	3,64	5,34	5,31	4,59
De 20 a 49	4,75	6,63	6,45	5,42
De 50 a 99	5,40	7,53	7,36	6,29
De 100 a 249	6,16	8,70	8,59	7,41
De 250 a 499	6,87	9,94	9,07	8,22
De 500 a 999	7,46	10,10	9,72	8,45
1000 ou mais	7,40	8,68	9,00	7,99
Total	6,11	7,77	7,62	6,65

Fonte: RAIS-Mte (vários anos)

Elaboração própria

A remuneração média de dezembro de cada um dos anos indica uma correlação direta entre o porte do estabelecimento e a remuneração média paga aos empregados de cada uma das categorias (micro, pequenas, médias e grandes empresas). Em 89, os estabelecimentos com até 4 empregados pagavam aproximadamente 1/3 do que pagavam as empresas com 500 a 999 empregados. Em 2001, a relação de salários praticamente não se alterou, os micro estabelecimentos continuaram a representar 1/3 do salário pago pelas empresas com mais de 1000 empregados.

Análise da Indústria

Na Indústria, identificou-se uma queda no número de empregados formais, vista na análise dos grandes setores. Nesta parte, será feito um levantamento dos setores que mais perderam e, se houver, aqueles que criaram postos de trabalho formais. A redução na região foi 835,6 mil empregos, segundo dados da RAIS-Mte, no período de 89-2001.

A dinâmica do emprego nos sub-setores da indústria, através dos dados da RAIS-Mte, indicam que parte dos setores apresentou queda no número de postos de trabalho, enquanto outra parte apresentou um aumento ou manutenção dos níveis de emprego de 89. As maiores quedas entre 89-2001 foram registradas nos sub-setores Têxteis e de Confecções (-140.200 empregados), Elétrica e de Comunicações (-128.400 empregados), Metalúrgica (-119.900 empregados), Material de Transporte (-116.900 empregados) e Borracha, Fumo e Couro (-85.100 empregados).

Empregados por Sub-setores - 05				
	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	6.819	5.826	5.114	4.610
Min. Não Met.	58.686	34.316	27.362	25.848
Metalúrgica	239.690	153.255	113.522	119.746
Mecânica	161.756	102.428	71.861	75.184
Elet. e Comun.	186.386	83.825	56.885	58.011
Mat. Transp.	219.827	143.520	102.741	102.932
Mad. e Mobil.	50.479	32.507	25.307	25.105
Papel e Graf.	119.360	107.836	91.958	91.587
Borr. Fum. Couro	137.959	73.439	53.048	52.810
Química	224.800	184.799	157.386	163.701
Têxtil e Confecções	251.325	163.175	109.733	111.106
Calçados	11.831	4.746	4.281	4.573
Alim. e Bebidas	89.641	101.379	88.416	88.253
Serviços Util. Púb.	43.281	55.783	50.502	42.756
Total	1.801.840	1.246.834	958.116	966.222

Fonte: RAIS-Mte
Elaboração própria

Os setores que apresentaram as menores quedas⁴⁴ do emprego formal foram Extrativa Mineral (-2.200 empregos), Calçados (-7.300 empregados), Alimentos e Bebidas (-1.400 empregos) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (-500 empregos), nos demais, as quedas foram superiores a 25.000 postos de trabalhos formais.

⁴⁴ Obs: como não houve nenhum sub-setor com aumento no número de empregos formais, decidi por relaciona aqueles com as menores quedas na Indústria.

Vale notar que, ao longo do período analisado, 89-2001 (12 anos), a região perdeu em média 69.600 empregos formais por ano. Demonstrando, não somente a perda de dinamismo econômico como também, a falta de políticas que fomentassem o desenvolvimento da região e a criação de novas ocupações e atividades industriais.

Quanto a participação de cada sub-setor no total da indústria, houve algumas mudanças relativas entre os três setores que mais empregam na região. Em ordem decrescente, em 89, o sub-setor que respondia pela maior parte do emprego industrial era a Indústria Têxtil, 13,95%, seguida pela Indústria Metalúrgica, 13,30% e em terceiro lugar, a Indústria Química, 12,48% do total.

Em 2001, essa ordem se alterou, a Indústria Química passou ao primeiro lugar, com 16,94% da participação no emprego industrial da região. A Indústria Metalúrgica continuou em segundo lugar com 12,39% e o sub-setor da Indústria Têxtil e de Confecções, que era o primeiro, passou a terceiro, com 11,50% do emprego industrial total da Região Metropolitana de São Paulo.

Empregados por Sub-setores - 05				
em %	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	0,38	0,47	0,53	0,48
Min. Não Met.	3,26	2,75	2,86	2,68
Metalúrgica	13,30	12,29	11,85	12,39
Mecânica	8,98	8,22	7,50	7,78
Elet. e Comun.	10,34	6,72	5,94	6,00
Mat. Transp.	12,20	11,51	10,72	10,65
Mad. e Mobil.	2,80	2,61	2,64	2,60
Papel e Graf.	6,62	8,65	9,60	9,48
Borr. Fum. Couro	7,66	5,89	5,54	5,47
Química	12,48	14,82	16,43	16,94
Têxtil e Confecções	13,95	13,09	11,45	11,50
Calçados	0,66	0,38	0,45	0,47
Alim. e Bedidas	4,97	8,13	9,23	9,13
Serviços Util. Púb.	2,40	4,47	5,27	4,43
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

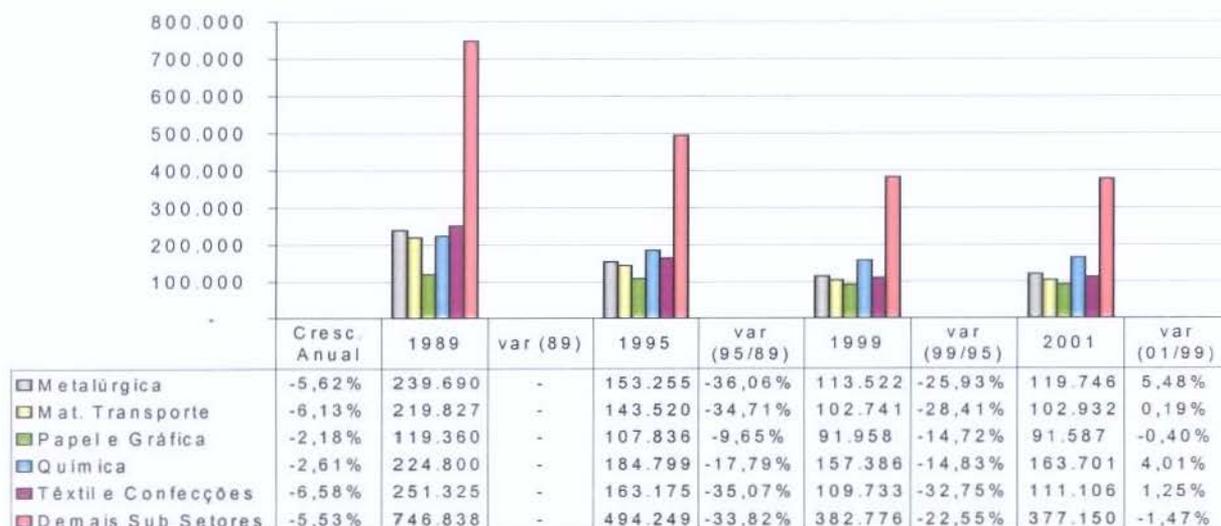
Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

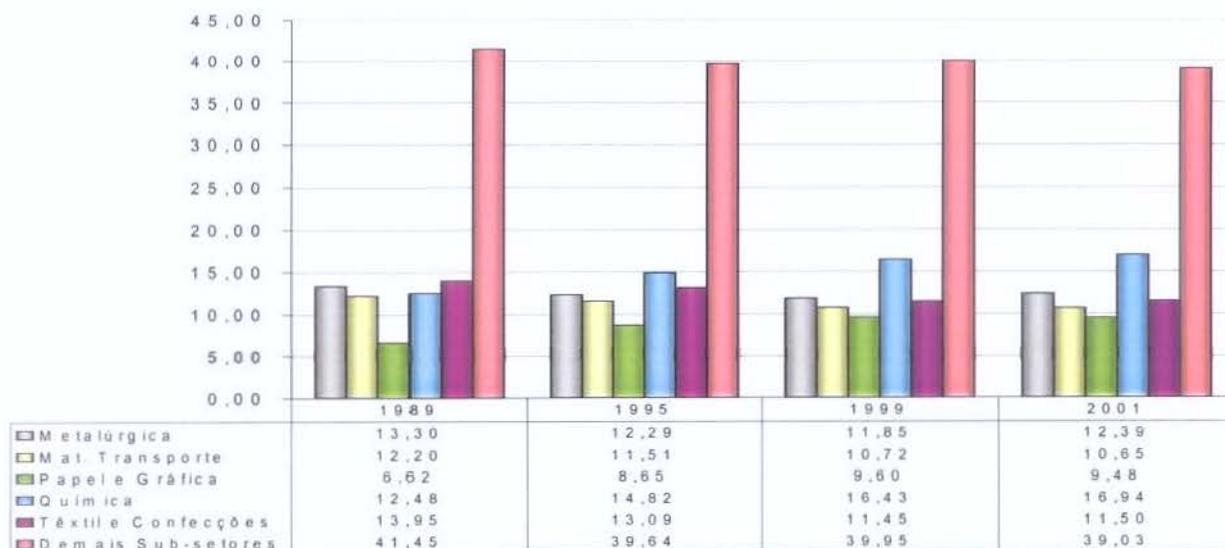
Os gráficos a seguir, mostram de um modo mais fácil de ser visualizada a mudança, em termos absolutos e relativos, dos cinco mais importantes sub-setores da Indústria entre 89 e 2001. Notemos que, os sub-setores que aparecem como os maiores em números de empregados podem não ser os mais importantes em termos de estabelecimentos. Alguns sub-setores são caracterizados por grandes contingentes de empregados alocados em uma mesma planta produtiva ou estabelecimento, não

obstante, outros sub-setores podem ser caracterizados por um maior atomismo dos empregados distribuídos em um número maior de estabelecimentos⁴⁵.

**5 Maiores Sub Setores - Indústria
Número de Empregados**



**5 Maiores Sub Setores - Indústria
Empregados (em %)**



⁴⁵ Isso será mais bem identificado quando for tratado do número de estabelecimentos por sub-setores da Indústria mais adiante.

A partir da análise da remuneração média de dezembro em salários mínimos algumas modificações foram notadas. Assim, como na participação relativa, foram identificadas mudanças nas posições entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos e os com os menores salários médios pagos entre 89-2001.

Em ordem crescente, em 89, os quatro sub-setores com os menores salários médios pagos foram a Indústria de Calçados (2,41 salários mínimos), a Indústria Têxtil e de Confecções (4,02 salários mínimos), a Indústria de Madeira e do Mobiliário (4,37 salários mínimos) e a Indústria Extrativa Mineral (5,70 salários mínimos). A diferença entre as remunerações médias pagas pelos setores com os menores salários médios pagos foi de 3,29 salários mínimos.

Os quatro sub-setores com os maiores salários médios pagos naquele ano foram os Serviços Industriais de Utilidade Pública (12,21 salários mínimos), a Indústria de Material de Transporte (8,80 salários mínimos), a Indústria Mecânica (8,69 salários mínimos) e a Indústria Química (8,15 salários mínimos). Identificou-se uma diferença de 4,06 salários mínimos entre a maior e a menor remuneração média paga pelos setores com os maiores salários médios pagos em 89.

Em 2001, os sub-setores com menor remuneração média foram a Indústria Têxtil e de Confecções (3,98 salários mínimos), a Indústria de Madeira e do Mobiliário (4,33 salários mínimos), a Indústria de Calçados (4,64 salários mínimos) e a Indústria Metalúrgica (5,65 salários mínimos). Por sua vez, a diferença entre os menores e os maiores salários pagos entre os sub-setores com os menores salários médios pagos foi de 1,67 salários mínimos.

Os sub-setores com os maiores salários médios pagos foram a Indústria de Material de Transporte (11,14 salários mínimos), os Serviços Industriais de Utilidade Pública (10,10 salários mínimos), a Indústria Química (8,99 salários mínimos) e a Indústria de Papel e Gráfica (8,79 salários mínimos). A diferença entre as menores e maiores remunerações dos sub-setores com os maiores salários médios pagos foi de 2,35 salários mínimos.

No período 89-2001, a diferença entre as menores remunerações médias pagas diminuiu, de 3,29 salários mínimos para 1,67 salários mínimos e a diferença entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos a redução foi maior, caindo de 4,06 para 2,35 salários mínimos. Em ambos os extremos das remunerações médias pagas

pelos sub-setores, uma convergência da remuneração média, aponta para uma mão-de-obra com um nível de instrução equilibrado e homogêneo. Neste caso, as indústrias da região requerem (ou requereram) mão-de-obra com um certo padrão de qualificação técnica para exercer atividades racionalizadas e mais dinâmicas nestes sub-setores, em empresas reestruturadas e mais flexíveis, que as encontradas nos anos 80 no país.

Remuneração por Sub-setores - 05				
em SM	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	5,70	7,02	6,92	5,89
Min. Não Met.	6,10	7,78	7,48	5,99
Metalúrgica	6,56	7,61	6,46	5,65
Mecânica	8,69	11,58	9,92	8,49
Elet. e Comun.	8,08	11,07	9,30	8,24
Mat. Transp.	8,80	13,79	12,40	11,14
Mad. e Mobil.	4,37	5,44	5,18	4,33
Papel e Graf.	7,05	9,36	9,92	8,79
Borr. Fum. Couro	5,90	8,19	7,75	6,38
Química	8,15	11,41	9,54	8,99
Têxtil e Confecções	4,02	5,34	4,61	3,98
Calçados	2,41	3,73	5,46	4,64
Alim. e Bebidas	5,80	7,47	6,47	5,67
Serviços Util. Púb.	12,21	15,71	12,66	10,10
Total	7,00	9,61	8,54	7,49

Fonte: RAIS-Mte
Elaboração própria

Da análise do número de empregados por porte do estabelecimento, utilizando os conceitos de micro, pequena, média e grande empresas do SEBRAE, foi identificado que, em 89, estavam empregados em micro empresas (até 19 empregados) 164.194 empregados; nas pequenas (de 20 a 99 empregados), 354.341 empregados; nas médias empresas (de 100 a 499 empregados), 582.868 empregados e nas grandes empresas (com mais de 499 empregados), 700.437 empregados.

Em 2001, estes valores mudaram indicando um aumento da participação das micro, pequenas e médias empresas na região quanto ao número de empregados e um queda da participação das grandes empresas. Os números de empregados em cada tipo de empresa passaram a ser 172.725 empregados nas micro, aumento de 5,19%; 263.752 nas pequenas, redução de 25,56%; 290.825 nas médias, redução de 50,10%; e 238.920 nas grandes empresas, uma redução de 65,88%, ou seja, foram encerrados 2 em cada 3 empregos formais em grandes empresas.

Empregados por porte do estabelecimento 1989 - 05					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	1.140	3.120	2.559	0	6.819
Min. Não Met.	6.930	10.229	19.280	22.247	58.686
Metalúrgica	18.717	52.125	94.040	74.808	239.690
Mecânica	13.510	38.423	61.276	48.547	161.756
Elet. e Comun.	8.312	30.152	64.513	83.409	186.386
Mat. Transp.	3.028	12.489	36.740	167.570	219.827
Mad. e Mobil.	11.935	15.749	15.431	7.364	50.479
Papel e Graf.	13.168	24.874	43.325	37.993	119.360
Borr. Fum. Couro	18.183	34.322	41.391	44.063	137.959
Química	14.946	49.539	93.983	66.332	224.800
Têxtil e Confecções	43.652	64.493	69.863	73.317	251.325
Calçados	2.925	3.367	3.350	2.189	11.831
Alim. e Bedidas	6.915	13.746	28.816	40.164	89.641
Serviços Util. Púb.	833	1.713	8.301	32.434	43.281
Total	164.194	354.341	582.868	700.437	1.801.840

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Empregados por porte do estabelecimento 2001 - 05					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	920	2.299	1.391	0	4.610
Min. Não Met.	5.655	6.946	6.566	6.681	25.848
Metalúrgica	27.992	42.631	35.696	13.427	119.746
Mecânica	13.780	25.104	21.597	14.703	75.184
Elet. e Comun.	7.883	16.551	22.175	11.402	58.011
Mat. Transp.	4.226	11.035	26.962	60.709	102.932
Mad. e Mobil.	8.342	8.257	6.554	1.952	25.105
Papel e Graf.	17.539	23.556	31.376	19.116	91.587
Borr. Fum. Couro	10.427	16.652	13.937	11.794	52.810
Química	23.858	51.667	60.447	27.729	163.701
Têxtil e Confecções	35.576	37.355	27.899	10.276	111.106
Calçados	888	1.308	649	1.728	4.573
Alim. e Bedidas	14.285	14.957	27.084	31.927	88.253
Serviços Util. Púb.	1.354	5.434	8.492	27.476	42.756
Total	172.725	263.752	290.825	238.920	966.222

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Quanto ao número de estabelecimentos, a Região Metropolitana de São Paulo apresentou um decréscimo de 1.665 estabelecimentos no período de 1989 a 2001 (redução de 4,12%). Entretanto, 1.775 estabelecimentos (aumento de 4,39%) foram abertos no período de 1989 a 1995 e 3.440 estabelecimentos foram encerrados nos 6 anos seguintes.

Estabelecimentos por Sub-setores - 05				
	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	262	257	225	192
Min. Não Met.	1.614	1.212	1.223	1.198
Metalúrgica	4.708	5.701	5.625	5.680
Mecânica	3.251	2.686	2.589	2.841
Elet. e Comun.	2.315	1.903	1.772	1.754
Mat. Transp.	938	1.331	1.161	1.086
Mad. e Mobil.	2.686	2.478	2.167	1.990
Papel e Graf.	3.125	4.015	4.156	4.222
Borr. Fum. Couro	4.275	2.921	2.430	2.355
Química	3.937	5.200	5.196	5.267
Têxtil e Confeções	10.512	10.149	7.962	8.229
Calçados	766	368	216	201
Alim. e Bedidas	1.672	3.592	3.636	3.300
Serviços Util. Púb.	322	345	386	403
Total	40.383	42.158	38.744	38.718

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Em termos relativos, em 1989, os 3 maiores sub-setores da Indústria eram, em ordem decrescente, a Indústria Têxtil e de Confeções (26,03%), a Indústria Metalúrgica (11,66%) e a Indústria de Borracha, Fumo e Couro (10,59%), que somados respondiam por 48,28% do total de estabelecimentos da região. Em 2001, houve mudanças e os 3 maiores sub-setores passaram a ser a Indústria Têxtil e de Confeções (21,25%), a Indústria Metalúrgica (14,67%) e a Indústria Química (13,60%), que somados totalizam 49,52%. A parcela dos 3 maiores sub-setores se alterou, aumentando a concentração dos 3 maiores sub-setores no período analisado, no entanto, o sub-setor de Borracha, Fumo e Couro, saiu da condição de um dentre os três maiores sub-setores quanto ao número de estabelecimentos.

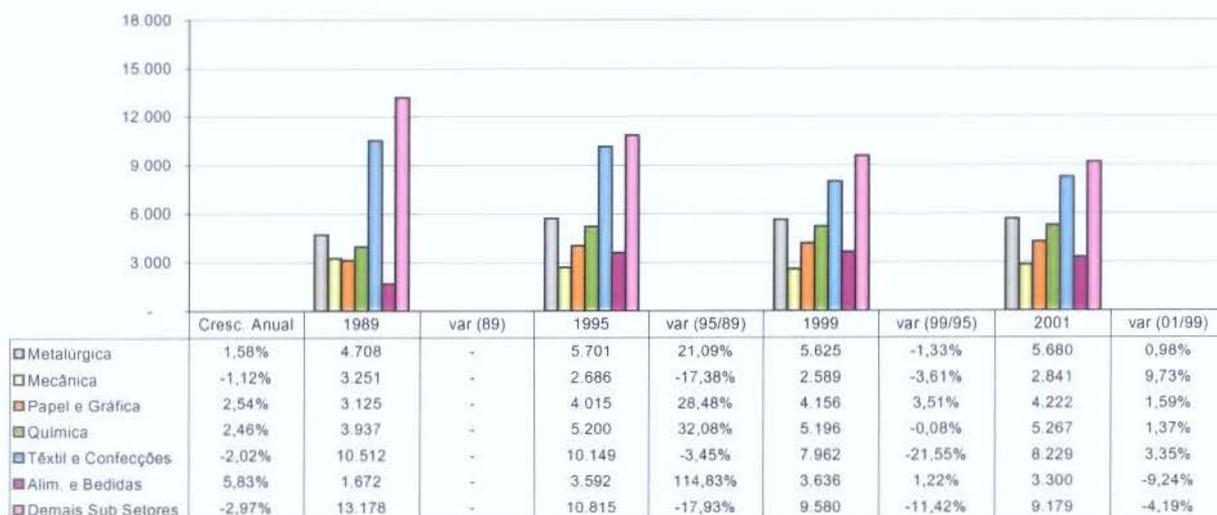
Estabelecimentos por Sub-setores - 05				
em %	1989	1995	1999	2001
Extr. Mineral	0,65	0,61	0,58	0,50
Min. Não Met.	4,00	2,87	3,16	3,09
Metalúrgica	11,66	13,52	14,52	14,67
Mecânica	8,05	6,37	6,68	7,34
Elet. e Comun.	5,73	4,51	4,57	4,53
Mat. Transp.	2,32	3,16	3,00	2,80
Mad. e Mobil.	6,65	5,88	5,59	5,14
Papel e Graf.	7,74	9,52	10,73	10,90
Borr. Fum. Couro	10,59	6,93	6,27	6,08
Química	9,75	12,33	13,41	13,60
Têxtil e Confecções	26,03	24,07	20,55	21,25
Calçados	1,90	0,87	0,56	0,52
Alim. e Bedidas	4,14	8,52	9,38	8,52
Serviços Util. Púb.	0,80	0,82	1,00	1,04
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS-Mte

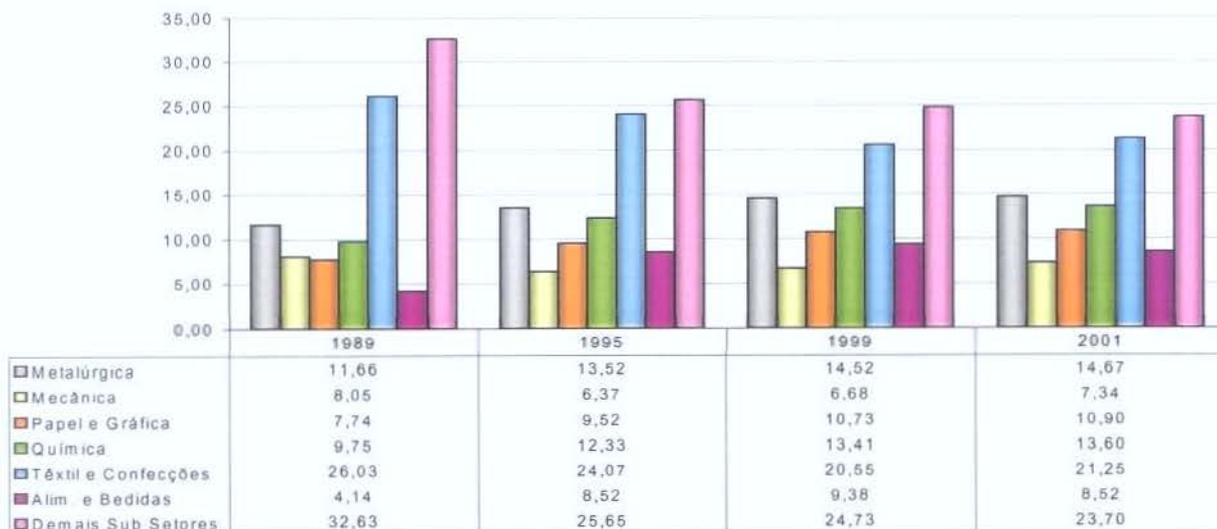
Elaboração própria

Alguns sub-setores da Indústria simplesmente desapareceram dentre aqueles que possuíam empresas de tamanho grande, como a Indústria Extrativa Mineral, a Indústria de Madeira e Mobiliário e a Indústria de Calçados. Tais sub-setores tiveram o tamanho de seus estabelecimentos reduzidos, ou seja, onde havia grandes estabelecimentos, estes foram reduzindo o número de empregados formais passando de grande para média a classificação do estabelecimento pelo número de empregados. Isto pode ser visto claramente pelo número de estabelecimentos de grande porte.

**6 Maiores Sub Setores - Indústria
Número de Estabelecimentos**



**6 Maiores Sub Setores - Indústria
Estabelecimentos (em %)**



Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1989 - 05					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	180	68	14	0	262
Min. Não Met.	1.257	247	92	18	1.614
Metalúrgica	3.038	1.170	430	70	4.708
Mecânica	2.040	866	302	43	3.251
Elet. e Comun.	1.307	645	286	77	2.315
Mat. Transp.	417	270	160	91	938
Mad. e Mobil.	2.209	396	72	9	2.686
Papel e Graf.	2.311	582	193	39	3.125
Borr. Fum. Couro	3.205	832	199	39	4.275
Química	2.336	1.081	447	73	3.937
Têxtil e Confecções	8.508	1.580	355	69	10.512
Calçados	667	78	19	2	766
Alim. e Bedidas	1.205	298	128	41	1.672
Serviços Util. Púb.	238	39	38	7	322
Total	28.918	8.152	2.735	578	40.383

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 2001 - 05					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	140	46	6	0	192
Min. Não Met.	994	163	33	8	1.198
Metalúrgica	4.451	1.036	177	16	5.680
Mecânica	2.111	593	119	18	2.841
Elet. e Comun.	1.229	405	108	12	1.754
Mat. Transp.	681	248	122	35	1.086
Mad. e Mobil.	1.732	221	34	3	1.990
Papel e Graf.	3.495	561	148	18	4.222
Borr. Fum. Couro	1.870	402	73	10	2.355
Química	3.757	1.188	287	35	5.267
Têxtil e Confecções	7.073	998	147	11	8.229
Calçados	162	35	3	1	201
Alim. e Bedidas	2.769	368	132	31	3.300
Serviços Util. Púb.	232	115	38	18	403
Total	30.696	6.379	1.427	216	38.718

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Quanto ao número de estabelecimentos por porte do estabelecimento, em 89, havia 28.918 estabelecimentos de tamanho micro (até 19 empregados), 8.152 de tamanho pequeno (de 20 a 99 empregados), 2.735 de tamanho médio empresas (de 100 a 499 empregados) e 578 grandes estabelecimentos (com mais de 499 empregados).

Para o ano de 2001, os micro estabelecimentos atingiram o patamar de 30.696 estabelecimentos (aumento de 6,14%); os pequenos caíram para 6.379 estabelecimentos (queda de 21,75%); os médios, para 1.427 estabelecimentos (queda de 47,82%) e os grandes, caíram para 216 estabelecimentos (redução de 62,62%).

Os principais setores que tiveram redução no número de micro estabelecimentos foram a Indústria Minerais Não-metálicos, a Indústria de Borracha, Fumo e Couro e a Indústria Têxtil e de Confecções e a Indústria de Calçados. Juntos, em 89, totalizavam 13.637 estabelecimentos, atingindo em 2001, um total de 10.099 estabelecimentos (redução de 25,94%).

Junto aos pequenos estabelecimentos, os sub-setores que mais reduziram quanto ao número de estabelecimentos foram a Indústria Mecânica, a Indústria Elétrica e de Comunicações, a Indústria de Borracha, Fumo e Couro e a Indústria Têxtil e de Confecções, passaram de 3.923 estabelecimentos, em 89, para 2.398 estabelecimentos em 2001, um redução de 38,87%.

Dentre as PME's, o sub-setor que mais aumentou quanto ao número de estabelecimentos foi a Indústria de Alimentos e Bebidas passou de 1.503 estabelecimentos para 3.137 estabelecimentos (aumento de 108,71%) no período analisado.

Análise dos Serviços

Nos Serviços, identificou-se um aumento no número de empregados formais, visto na análise dos grandes setores. Nesta parte, será feito um levantamento dos setores que mais ganharam e aqueles que perderam postos de trabalho formais. O aumento na região foi 423.200 empregos, segundo dados da RAIS-Mte, no período de 89-2001.

Empregados por Sub-setores - 05				
	1989	1995	1999	2001
Intermediação financeira	202.301	175.070	163.345	168.999
Ativ. Imobiliárias	452.015	459.924	599.631	664.524
Transporte e Armazenagem	258.610	284.317	280.398	295.150
Alojamento e Alimentação	477.237	374.764	398.370	412.101
Saúde e Serviços Sociais	67.910	139.763	140.423	152.058
Ensino	42.125	133.684	142.558	151.700
Administração Pública	846.144	854.010	906.757	925.015
Total	2.346.342	2.421.532	2.631.482	2.769.547

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

A dinâmica do emprego nos sub-setores dos Serviços, através dos dados da RAIS-Mte, indicam que parte dos sub-setores apresentaram queda no número de postos de trabalho, enquanto que os demais apresentaram um aumento ou manutenção dos níveis de emprego de 89. Os sub-setores dos Serviços, em sua maioria, ganharam postos de trabalho no período 89-2001. Os únicos sub-setores que perderam postos de trabalho foram o sub-setor de Intermediação Financeira (-33.300 postos) e o de Alojamento e Alimentação (-65.100 postos).

Quanto ao sub-setor de Intermediação Financeira, uma qualificação merece ser feita quanto ao processo de reestruturação do setor bancário brasileiro, que envolveu uma grande mudança na utilização de tecnologia bancária (telemática, equipamentos, teleatendimento, “cash dispensers”, “internet”, etc.) e favoreceu o aumento do desemprego/redução da necessidade de mão-de-obra no setor e atingiu todos os estabelecimentos bancários no país. Vale notar também que, o desemprego nesse caso foi um movimento estrutural e não conjuntural, uma vez que este setor sofreu não pela mudança nos mercados no qual está inserido, mas pela busca de estratégias microeconômicas das empresas do setor em tornarem-se mais lucrativas e mais competitivas.

Os demais sub-setores tiveram um incremento no número de postos de empregados formais. O sub-setor Atividades Imobiliárias (inclui as atividades

imobiliárias e os serviços prestados às empresas) teve um aumento de 212.500 empregos; o sub-setor de Transporte e Armazenagem, aumento de 36.500 empregos; o sub-setor de Saúde e Serviços Sociais, aumento de 84.100 empregos; no Ensino, aumento de 109.600 empregos e na Administração Pública, o aumento foi de 78.900 empregos formais no período 89-2001.

Aqui, novamente, fazem-se necessárias novas qualificações para cada um dos sub-setores que tiveram aumento no número de empregados formais.

O sub-setor de Atividades Imobiliárias (e Serviços Prestados às Empresas) teve um grande aumento relativo, 47,01%, grande parte relacionado às formas de ocupação e atividades que as pessoas encontraram para subsistir e garantir um mínimo de renda necessária à sua manutenção e de seus familiares, como prestação de serviços, atividades de manutenção, atividades que nas grandes empresas foram terceirizadas (segurança, limpeza, alimentação, etc.) entre outras. Grande parte desses empregos estão alocados em grandes empresas de prestação de serviços (mais de 99 empregados formais), aproximadamente 56,44% do total deste sub-setor.

O aumento do sub-setor de Transporte e Armazenagem tem o seu incremento de nível de emprego justificado pela importância crescente que as atividades de logística e distribuição passaram a ter para as grandes empresas. Dentro de uma lógica de integração produtiva, não somente comercial, a produção de bens finais passou a ser descentralizada, com subconjuntos sendo montados em locais diferentes, fornecedores trabalhando com sistemas integrados com as empresas do final da cadeia, redução dos níveis de estoques de todas as empresas da cadeia produtiva, etc. O rápido deslocamento de peças, partes, suprimentos e insumos passaram a ser fundamentais para o aumento de competitividade das empresas.

Os sub-setores de Saúde e Serviços Sociais, Ensino e Administração Pública são associados em grande parte ao emprego público através de escolas de ensino infantil, fundamental e médio, postos de saúde e hospitais municipais, além das próprias prefeituras e suas autarquias (empresas de coleta de lixo, de coleta de esgoto e distribuição de água potável. Ademais, toda a gama de profissionais liberais no âmbito privado e universidades particulares, somam-se ao total de empregados nestes sub-setores.

Quanto a participação de cada sub-setor no total da indústria, houve algumas mudanças relativas entre os três setores que mais empregam na região. Em ordem decrescente, em 89, o sub-setor que respondia pela maior parte do emprego em Serviços era o sub-setor de Administração Pública, 36,06%, seguida pelo Alojamento e Alimentação, 20,34% e em terceiro lugar, as Atividades Imobiliárias, com 19,26% do total de empregados formais.

Em 2001, a Administração Pública continuou em primeiro lugar, com 33,40%, Atividades Imobiliárias subiu para a segunda posição, 23,99% e em terceiro ficou o sub-setor de Alojamento e Alimentação, com 14,88% dos empregados formais.

Empregados por Sub-setores - 05				
em %	1989	1995	1999	2001
Intermediação financeira	8,62	7,23	6,21	6,10
Ativ. Imobiliárias	19,26	18,99	22,79	23,99
Transporte e Armazenagem	11,02	11,74	10,66	10,66
Alojamento e Alimentação	20,34	15,48	15,14	14,88
Saúde e Serviços Sociais	2,89	5,77	5,34	5,49
Ensino	1,80	5,52	5,42	5,48
Administração Pública	36,06	35,27	34,46	33,40
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

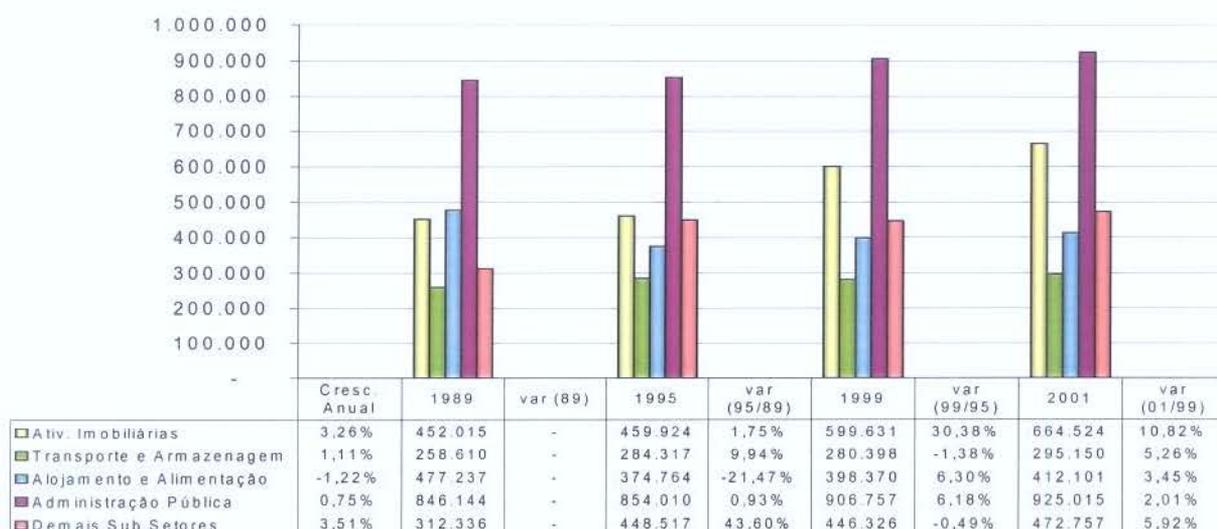
Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

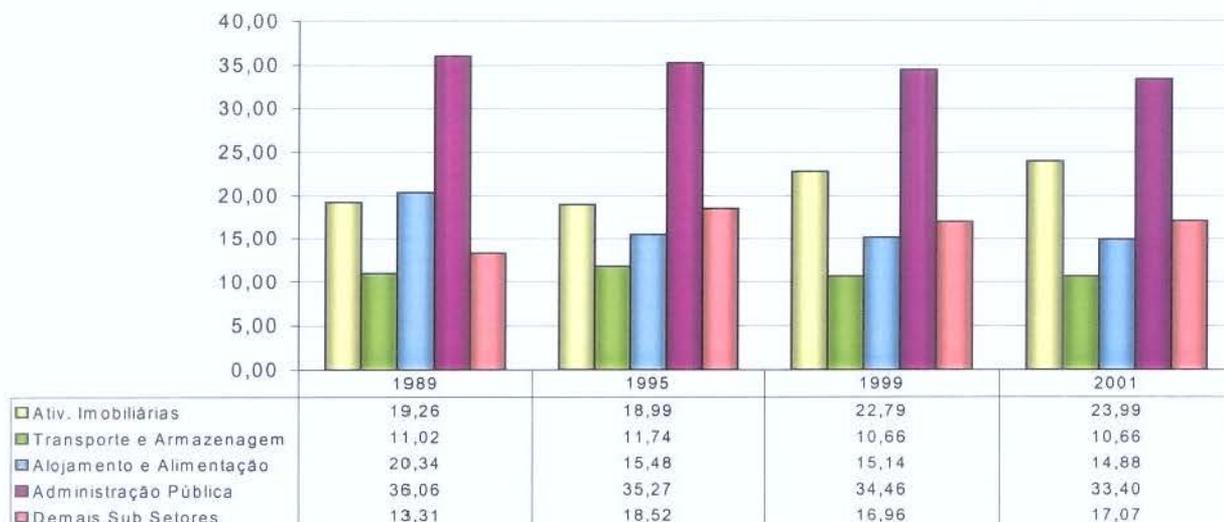
Os gráficos a seguir, mostram de um modo mais fácil de ser visualizada a mudança, em termos absolutos e relativos, dos quatro mais importantes sub-setores dos Serviços entre 89 e 2001. Notemos que, os sub-setores que aparecem como os maiores em números de empregados podem não ser os mais importantes em termos de estabelecimentos. Alguns sub-setores são caracterizados por grandes contingentes de empregados alocados em um estabelecimento, não obstante, outros sub-setores podem ser caracterizados por um maior atomismo dos empregados distribuídos em um número maior de estabelecimentos⁴⁶.

⁴⁶ Isso será mais bem identificado quando for tratado do número de estabelecimentos por sub-setores dos Serviços mais adiante.

4 Maiores Sub Setores - Serviços Número de Empregados



4 Maiores Sub Setores - Serviços Empregados (em %)



A partir da análise da remuneração média de dezembro em salários mínimos algumas modificações foram notadas. Assim, como na participação relativa, foram identificadas mudanças nas posições entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos e os com os menores salários médios pagos entre 89-2001.

Em ordem crescente, em 89, os três sub-setores com os menores salários médios pagos foram Alojamento e Alimentação (3,62 salários mínimos), Ensino (3,63 salários

mínimos) e Saúde e Serviços Sociais (4,31 salários mínimos). A diferença entre as remunerações médias pagas pelos setores com os menores salários médios pagos foi de 0,69 salários mínimos.

Os três sub-setores com os maiores salários médios pagos naquele ano foram Intermediação Financeira (11,47 salários mínimos), Transporte e Armazenagem (6,96 salários mínimos) e Administração Pública (6,22 salários mínimos). Identificou-se uma diferença de 5,25 salários mínimos entre a maior e a menor remuneração média paga pelos setores com os maiores salários médios pagos em 89.

Em 2001, os sub-setores com menor remuneração média foram Alojamento e Alimentação (4,11 salários mínimos), Transporte e Armazenagem (6,43 salários mínimos) e Saúde e Serviços Sociais (6,51 salários mínimos). Por sua vez, a diferença entre os menores e os maiores salários pagos entre os sub-setores com os menores salários médios pagos foi de 2,40 salários mínimos.

Os sub-setores com os maiores salários médios pagos foram Intermediação Financeira (13,95 salários mínimos), Saúde e Serviços Sociais (8,11 salários mínimos) e Administração Pública (7,46 salários mínimos). A diferença entre as menores e maiores remunerações dos sub-setores com os maiores salários médios pagos foi de 6,49 salários mínimos.

No período 89-2001, a diferença entre as menores remunerações médias pagas aumentou de 0,69 salários mínimos para 2,40 salários mínimos e a diferença entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos aumentou de 5,25 para 6,49 salários mínimos. Isto indica uma divergência na região nos sub-setores dos Serviços, tanto entre os sub-setores com os menores salários médios pagos, quanto entre os com os maiores salários médios pagos.

Disso, podemos deduzir que aumentou claramente a hierarquia entre os sub-setores dos Serviços, indicando uma clara acentuação da divisão setorial do trabalho e conseqüente diferenciação tanto dos salários, quanto da qualificação dos empregados e mesmo do tipo de serviço prestado. homogeneidade da qualificação da mão-de-obra apesar das diferentes atividades desenvolvidas.

Remuneração por Sub-setores - 05				
em SM	1989	1995	1999	2001
Intermediação financeira	11,47	16,18	15,59	13,95
Ativ. Imobiliárias	6,12	7,31	7,76	6,67
Transporte e Armazenagem	6,96	8,29	7,66	6,43
Alojamento e Alimentação	3,62	4,69	4,89	4,11
Saúde e Serviços Sociais	4,31	6,97	7,25	6,51
Ensino	3,63	9,04	9,16	8,11
Administração Pública	6,22	6,96	8,25	7,46
Total	6,10	7,62	8,02	7,04

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Da análise do número de empregados por porte do estabelecimento, utilizando os conceitos de micro, pequena, média e grande empresas do SEBRAE, foi identificado que, em 89, estavam empregados em micro empresas (até 09 empregados), 177.705 empregados; nas pequenas (de 10 a 49 empregados), 286.194 empregados; nas médias empresas (de 50 a 99 empregados), 161.011 empregados e nas grandes empresas (com mais de 99 empregados), 1.721.432 empregados.

Em 2001, estes valores mudaram indicando um aumento na participação de todos os tipos de estabelecimentos (micro, pequenas, médias e grandes empresas) na região quanto ao número de empregados. Os números de empregados em cada tipo de estabelecimento passaram a ser 282.280 empregados nas micro, aumento de 58,84%; 392.709 nas pequenas, aumento de 37,21%; 181.609 nas médias, aumento de 12,79%; e 1.912.949 nas grandes empresas, um aumento de 11,12%, ou seja, todos os tipos de estabelecimentos, tiveram aumento, principalmente os pequenos, que aumentaram mais do que 50,00% o número de empregados, isso mostra a sua importância como gerador de empregos.

Exceção feita aos grandes estabelecimentos de Intermediação Financeira, Transporte e Armazenagem, Alojamento e Alimentação, os demais sub-setores aumentaram o número de empregados.

Empregados por porte do estabelecimento 1989 - 05					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação financeira	1.087	35.653	30.698	134.863	202.301
Ativ. Imobiliárias	62.649	98.476	50.265	240.625	452.015
Transporte e Armazenagem	7.260	26.626	20.422	204.302	258.610
Alojamento e Alimentação	83.348	94.158	41.988	257.743	477.237
Saúde e Serviços Sociais	8.151	11.567	6.118	42.074	67.910
Ensino	5.365	14.761	8.492	13.507	42.125
Administração Pública	9.845	4.953	3.028	828.318	846.144
Total	177.705	286.194	161.011	1.721.432	2.346.342

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Empregados por porte do estabelecimento 2001 - 05					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação financeira	9.740	48.637	15.242	95.380	168.999
Ativ. Imobiliárias	139.100	129.944	61.687	333.793	664.524
Transporte e Armazenagem	24.788	48.844	28.341	193.177	295.150
Alojamento e Alimentação	72.983	112.378	46.398	180.342	412.101
Saúde e Serviços Sociais	22.955	16.214	6.625	106.264	152.058
Ensino	12.402	34.059	20.156	85.083	151.700
Administração Pública	312	2.633	3.160	918.910	925.015
Total	282.280	392.709	181.609	1.912.949	2.769.547

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Os micro e pequenos estabelecimentos criaram 211.100 postos de trabalho no período, os estabelecimentos de tamanho médio criaram 20.600 postos, enquanto os grandes estabelecimentos criaram 191.500 postos de trabalho!!!

Estabelecimentos por Sub-setores - 05				
	1989	1995	1999	2001
Intermediação financeira	2.357	5.363	5.983	6.185
Ativ. Imobiliárias	29.338	41.425	50.212	52.812
Transporte e Armazenagem	4.071	8.308	10.502	12.109
Alojamento e Alimentação	33.977	28.683	32.703	33.162
Saúde e Serviços Sociais	4.154	10.840	14.041	14.462
Ensino	2.594	4.763	5.815	6.155
Administração Pública	6.402	541	497	434
Total	82.893	99.923	119.753	125.319

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Quanto ao número de estabelecimentos, a Região Metropolitana de São Paulo apresentou um acréscimo de 42.400 estabelecimentos no período de 1989 a 2001 (aumento de 51,18%). Deste total, 17.030 estabelecimentos (40,14%) foram abertos no período de 1989 a 1995 e o restante dos estabelecimentos foram abertos nos 6 anos seguintes (59,86%).

Estabelecimentos por Sub-setores - 05				
em %	1989	1995	1999	2001
Intermediação financeira	2,84	5,37	5,00	4,94
Ativ. Imobiliárias	35,39	41,46	41,93	42,14
Transporte e Armazenagem	4,91	8,31	8,77	9,66
Alojamento e Alimentação	40,99	28,71	27,31	26,46
Saúde e Serviços Sociais	5,01	10,85	11,72	11,54
Ensino	3,13	4,77	4,86	4,91
Administração Pública	7,72	0,54	0,42	0,35
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

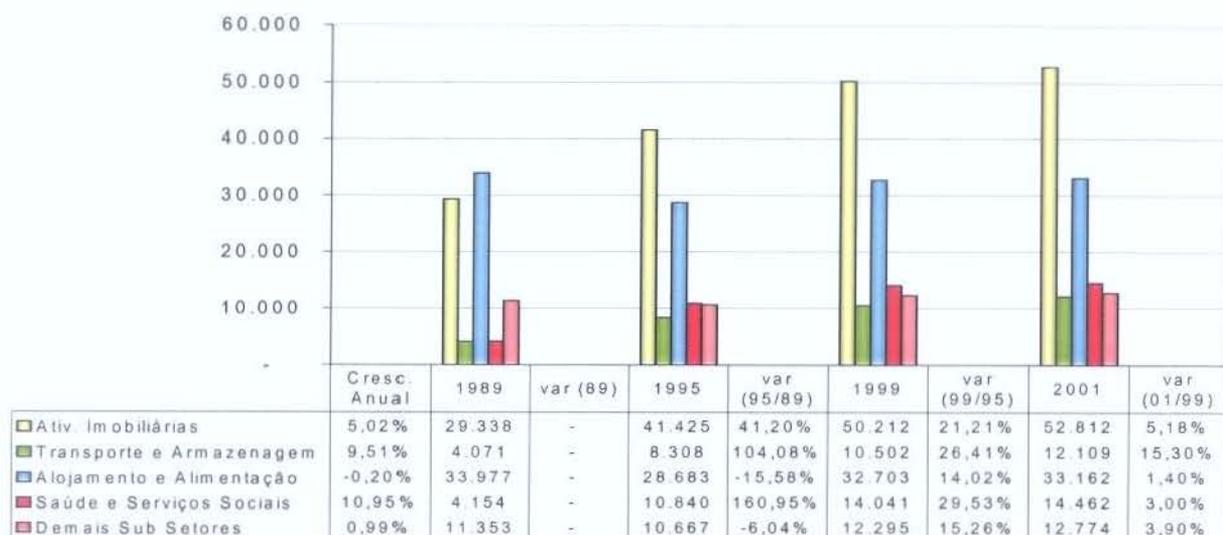
Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

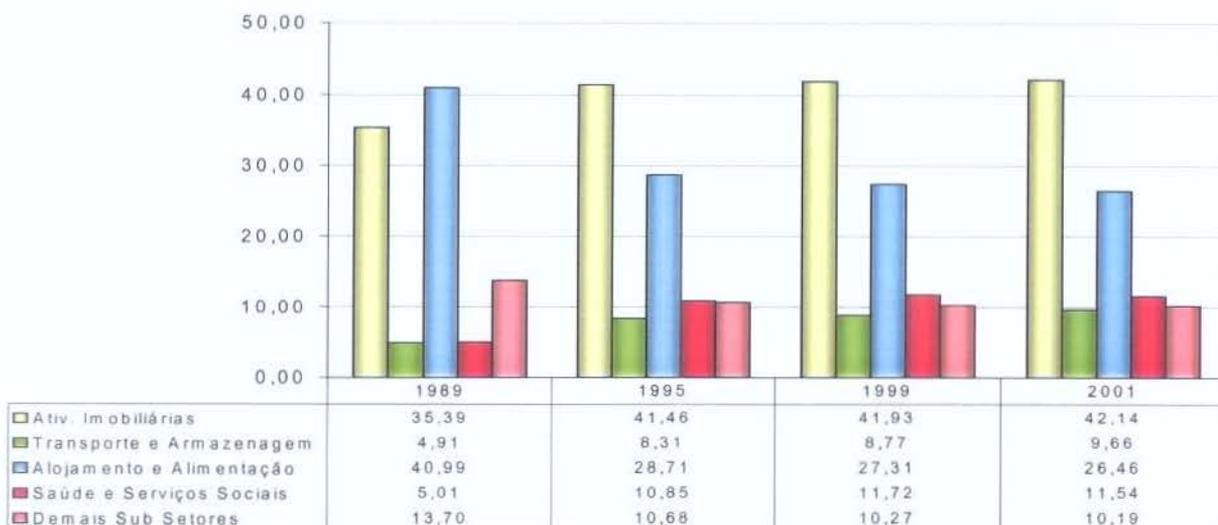
Em termos relativos, em 1989, os 3 maiores sub-setores da Indústria eram, em ordem decrescente, Alojamento e Alimentação (40,99%), Atividades Imobiliárias (35,39%) e Administração Pública (7,72%), que somados respondiam por 84,10% do total de estabelecimentos da região. Em 2001, houve mudanças e os 3 maiores sub-setores passaram a ser Atividades Imobiliárias (42,14%), Alojamento e Alimentação (26,46%) e Saúde e Serviços Sociais (11,54%), que somados totalizam 80,14% do total daquele ano.

Os gráficos a seguir, mostram de um modo mais fácil de ser visualizado a mudança, em termos absolutos e relativos, dos quatro mais importantes sub-setores dos Serviços entre 89 e 2001. Alguns sub-setores são caracterizados por grandes contingentes de empregados alocados em um estabelecimento como Ensino, Saúde e Administração Pública, não obstante, outros sub-setores podem ser caracterizados por um maior atomismo dos empregados distribuídos em um número maior de estabelecimentos, como Atividades Imobiliárias e Prestação de Serviços às Empresas.

4 Maiores Sub Setores - Serviços Número de Estabelecimentos



4 Maiores Sub Setores - Serviços Estabelecimentos (em %)



Quanto ao número de estabelecimentos, em 89, havia 64.508 estabelecimentos de tamanho micro (até 09 empregados), 13.513 de tamanho pequeno (de 10 a 49 empregados), 2.324 de tamanho médio empresas (de 50 a 99 empregados) e 2.548 grandes estabelecimentos (com mais de 99 empregados).

Para o ano de 2001, os micro estabelecimentos atingiram o patamar de 100.658 estabelecimentos (aumento de 56,04%); os pequenos, de 19.382 estabelecimentos (aumento de 43,43%); os médios, de 2.635 estabelecimentos (aumento de 3,41%) e os grandes, aumentaram para 2.644 estabelecimentos (aumento de 3,76%).

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1989 - 05					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação financeira	324	1.237	450	346	2.357
Ativ. Imobiliárias	22.975	4.863	728	772	29.338
Transporte e Armazenagem	2.250	1.164	287	370	4.071
Alojamento e Alimentação	28.000	4.751	603	623	33.977
Saúde e Serviços Sociais	3.370	566	89	129	4.154
Ensino	1.733	667	126	68	2.594
Administração Pública	5.856	265	41	240	6.402
Total	64.508	13.513	2.324	2.548	82.893

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 2001 - 05					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação financeira	3.382	2.401	229	173	6.185
Ativ. Imobiliárias	44.353	6.621	893	945	52.812
Transporte e Armazenagem	8.984	2.295	410	420	12.109
Alojamento e Alimentação	26.432	5.573	679	478	33.162
Saúde e Serviços Sociais	13.355	839	96	172	14.462
Ensino	4.084	1.548	287	236	6.155
Administração Pública	68	105	41	220	434
Total	100.658	19.382	2.635	2.644	125.319

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Os principais setores que tiveram aumento no número de micro estabelecimentos foram Atividades Imobiliárias, Transporte e Armazenagem e Saúde e Serviços Sociais. Juntos, em 89, totalizavam 28.595 estabelecimentos, atingindo em 2001, um total de 66.692 estabelecimentos (aumento de 133,22%).

Junto aos pequenos estabelecimentos, os sub-setores que mais aumentaram quanto ao número de estabelecimentos Atividades Imobiliárias, Transporte e Armazenagem e Ensino, passaram de 6.694 estabelecimentos, em 89, para 10.464 estabelecimentos em 2001, um aumento de 56,32%.

Dentre as PME's, o sub-setor que se retraiu quanto ao número de estabelecimentos foi Administração Pública passou de 6.121 estabelecimentos para 173 estabelecimentos (queda de 97,17%) no período analisado.

Principais Municípios e Atividades

Devido a importância da RMSPP e do seu tamanho, que poderia muito bem ser dividida em 4 Regiões de Governo, foram escolhidas 7 cidades para levantarmos seus Índices de Especialização e outros indicadores sócio-econômicos que dão uma mostra da situação de cada um dos municípios.

Como ponto de partida foi escolhida a cidade de São Paulo por ser a sede da Região Metropolitana e capital do Estado de São Paulo; da região Oeste da capital foram escolhidas as cidades de Barueri, com grande crescimento ao longo da última década e Osasco, município que, no passado já esteve entre os primeiros em termos de valor adicionado municipal no Estado e hoje, passa por grande desindustrialização; da região leste, foi escolhido o município de Guarulhos, fortemente industrializado e onde se localiza o maior aeroporto internacional do país e também elo de ligação com a região de São José dos Campos no Vale do Paraíba e; da região sul, os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, berços da indústria automobilística no país, que também sofreram com as mudanças ocorridas na economia brasileira desde os anos 80.

Índices de Especialização 1989-2001 - 05								
Indústria	Barueri		Guarulhos		Osasco		Santo André	
	1989	2001	1989	2001	1989	2001	1989	2001
Extr. Mineral	2,54	1,37	0,50	0,88	0,00	0,00	0,05	0,07
Min. Não Met.	0,56	0,35	0,68	0,69	0,86	0,12	0,17	0,32
Ind. Metal.	1,00	0,86	1,54	1,47	0,76	1,24	1,57	1,54
Ind. Mecânica	0,85	1,32	1,07	0,73	0,64	0,47	1,01	0,72
Elet. e Comun.	1,28	1,15	2,07	1,60	1,31	1,47	0,74	0,52
Mat. Transp.	0,49	0,17	0,93	1,20	2,42	0,72	2,00	0,63
Mad. e Mobil.	2,59	0,56	0,81	0,67	0,59	0,69	0,48	0,95
Papel e Graf.	1,23	3,08	0,61	0,76	1,15	1,11	0,40	0,74
Borr. Fum. Couro	1,36	1,05	1,35	1,23	0,91	0,71	1,58	4,18
Ind. Química	2,07	1,72	1,07	1,43	0,72	1,02	1,50	1,20
Ind. Têxtil	0,48	0,36	0,57	0,84	1,33	0,77	0,70	0,55
Ind. Calçados	0,00	0,00	0,29	0,23	0,03	0,05	0,03	0,00
Alim. e Bedidas	0,66	0,81	0,44	0,37	0,27	1,63	0,29	0,95
Serviços Util. Púb.	0,08	0,38	0,66	1,43	0,17	2,09	0,02	0,31
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Indústria	São Bern. Campo		São Caetano Sul		São Paulo			
	1989	2001	1989	2001	1989	2001		
Extr. Mineral	0,14	0,00	0,20	0,00	0,44	0,49		
Min. Não Met.	0,82	0,82	2,47	0,78	0,64	0,49		
Ind. Metal.	0,81	0,74	1,69	1,12	1,05	0,99		
Ind. Mecânica	0,97	0,85	0,41	0,36	0,90	1,04		
Elet. e Comun.	0,39	0,74	0,40	0,35	1,33	1,15		
Mat. Transp.	4,47	4,91	3,48	4,11	0,59	0,57		
Mad. e Mobil.	0,81	0,68	0,48	1,06	0,76	0,58		
Papel e Graf.	0,43	0,54	0,18	0,34	1,51	1,60		
Borr. Fum. Couro	0,50	0,34	0,73	0,81	1,14	1,02		
Ind. Química	1,12	1,09	0,68	0,87	1,07	1,09		
Ind. Têxtil	0,25	0,23	0,18	0,32	1,29	1,40		
Ind. Calçados	0,00	0,00	0,15	0,06	0,30	0,17		
Alim. e Bedidas	0,18	0,29	0,68	1,01	0,63	0,79		
Serviços Util. Púb.	0,08	0,26	0,02	0,05	1,53	1,49		
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00		

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Os serviços na RMSP apresentam uma grande concentração, seja em setores como Intermediação Financeira (presença de grande rede de agências dos principais bancos instalados no país, incluindo a sede de alguns deles, como o Bradesco, sediado em Osasco), seja Transporte e Armazenagem (grande importância dos serviços de logística para as empresas industriais instaladas e para grandes redes de comércio varejista), entre outros setores.

Índices de Especialização 1989-2001 - 05								
Serviços	Barueri		Guarulhos		Osasco		Santo André	
	1989	2001	1989	2001	1989	2001	1989	2001
Intermed. Financ.	1,81	0,68	0,69	0,55	0,74	3,67	0,84	0,96
Ativ. Imobiliárias	2,41	2,20	0,92	0,85	1,76	0,51	1,25	1,36
Transp. e Armaz.	0,72	0,99	3,18	3,36	1,52	2,06	1,45	0,92
Alojam. e Aliment.	0,89	1,44	0,91	0,75	0,90	0,66	1,15	1,13
Saúde e Serv. Soc.	1,09	0,63	1,50	0,83	1,27	0,61	2,38	1,49
Ensino	0,48	0,17	0,91	0,84	1,18	1,22	2,27	1,39
Administ. Pública	0,12	0,20	0,44	0,58	0,47	0,75	0,44	0,51
Total	1,00							

Serviços	São Bern. Campo		São Caetano Sul		São Paulo	
	1989	2001	1989	2001	1989	2001
Intermed. Financ.	1,12	0,67	0,96	0,50	1,06	1,27
Ativ. Imobiliárias	0,73	1,35	1,44	2,45	0,94	0,88
Transp. e Armaz.	1,34	1,62	2,69	0,73	0,94	0,88
Alojam. e Aliment.	1,46	1,01	0,79	1,32	0,79	0,76
Saúde e Serv. Soc.	2,27	0,93	0,84	0,52	0,79	0,83
Ensino	1,87	1,39	1,38	0,49	0,91	0,90
Administ. Pública	0,54	0,52	0,33	0,16	1,21	1,28
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Indicadores Sócio-Econômicos Municipais - 05

	1	2	3	4	5	6	7
Área (Em km2)	61,0	334,0	68,0	181,0	411,0	12,0	1.509,0
Dens. Demog. (Habitantes/Km2)	3.414,4	3.211,7	9.597,0	3.587,5	1.710,9	11.679,9	6.914,7
VAF Total (em R\$ Mio de 99)	5.676,3	9.106,0	2.498,0	3.444,4	8.565,3	1.997,0	49.963,8
VAF Indústria (em R\$ Mio de 99)	1.783,9	4.701,0	1.078,3	2.186,1	6.371,2	900,8	19.180,5
VAF Comércio (em R\$ Mio de 99)	2.408,4	1.951,2	776,3	567,5	987,9	373,7	16.850,1
VAF Agricultura (em R\$ Mio de 99)	2,2	22,5	0,3	0,1	1,9	0,7	123,3
VAF Serviços (em R\$ Mio de 99)	533,7	1.471,7	503,7	562,5	874,4	217,1	11.290,8
VAF Outros (em R\$ Mio de 99)	948,1	959,6	139,4	128,3	329,9	504,6	2.519,2
Créd. Rur. Total (em R\$ Mio de 2000)		1,0	6,4		0,2	0,7	146,8
Créd. Rur. Agric. (em R\$ Mio de 2000)		1,0	6,4		0,2	0,7	101,1
Créd. Rur. Pec. (em R\$ Mio de 2000)		0,0	0,0		0,0	0,0	45,7
IDHM	0,826	0,797	0,818	0,836	0,834	0,919	0,841
Ranking IDHM	44	191	73	23	28	1	18
% Abastecimento Água	97,59	94,69	98,56	96,95	98,03	99,95	99,42
% Coleta de Lixo	99,29	98,37	98,83	99,83	99,64	100,00	99,46
Leitos SUS/1000 habitantes	0,69	1,55	1,01	0,69	0,92	0,85	1,53
Número de Habitantes por Veículos	4,09	4,44	4,11	2,00	2,17	1,25	1,98
Frota de Veículos Total	52.920	248.162	160.862	326.285	330.173	110.753	5.301.528
Frota de Automóveis	37.738	173.113	122.507	244.308	240.356	79.275	4.153.188
Frota de Ônibus	606	2.188	1.803	1.596	2.315	482	36.505
Frota de Caminhões	3.150	14.960	6.268	9.377	12.562	3.430	167.424
Consumo En. Elét. Resid. (em MWh)	122.629	611.102	410.753	499.624	479.815	146.694	8.684.773
Consumo En. Elét. Ind. (em MWh)	310.660	1.168.087	456.388	1.363.809	1.801.408	356.070	5.508.529
Consumo En. Elét. Rural (em MWh)	40	920			329		4.303
Cons. En. Elét. Serv./Com. (em MWh)	167.857	241.976	228.663	245.426	259.382	107.341	6.100.585

Fonte: www.seade.gov.br

Elaboração própria

Mio - milhões

Frota - ano 2001

Demog., Crédito Rural, IDH, Água, Lixo,

Leitos SUS/1000 hab. - ano 2000

VAF - ano 1999

Energia - ano 1997

Barueri 1

Guarulh. 2

Osasco 3

S.André 4

S.Bernar. 5

S.Caetano 6

São Paulo 7

Considerações Finais

A Região Metropolitana de São Paulo apresentou sim, uma desconcentração industrial, perdendo tanto uma grande quantidade de empregos industriais (aproximadamente 500 mil empregos) como seus estabelecimentos, porém não pelo deslocamento de plantas industriais já instaladas (Pacheco, 1998), mas pela redução de atividades e dos requisitos de mão-de-obra, na forma de redução de escopo produtivo e de linhas de produção ao mesmo tempo que eram realizados investimentos em “segundas” plantas fora da RMSP, a partir dos anos 80.

Nessa região, nem mesmo com a grande criação de empregos dos setores Serviços e Comércio, nem se aproxima para compensar uma queda de quase 50,0% no emprego industrial. Boa parte desse problema está associado aos efeitos da perda de dinamismo econômico pela qual o país foi assolado a partir dos anos 80. Soma-se a isso, uma abertura econômica e comercial nos anos 90 que deslocou vários elos de importantes cadeias produtivas através da substituições de insumos e matérias-primas nacionais por produtos importados, se não, cadeias produtivas inteiras.

Quanto a contraposição Indústria e Serviços, entre 1989 e 2001, a primeira perdeu 5375,8 Mil SM em termos de massa salarial, enquanto a segunda, ganhou 5184,9 Mil SM em massa salarial. Em ambos os setores, houve aumento do salário médio, no entanto, os salários dos empregos gerados nos Serviços são 6,0% menores que os salários da Indústria, mostrando uma pequena diferença entre os dois setores. Nesse caso, percebe-se a forte concentração de Serviços especializados, com mão-de-obra altamente qualificada e com altos salários.

Diferentemente de outras regiões, que os Serviços ou são básicos ou estão fortemente relacionados à Indústria e à oscilação de suas atividades, na RMSP, os Serviços se desenvolveram ao ponto de se tornarem autônomos ao movimento da Indústria gerando um laço intra-setorial resistente a desconcentração industrial, pois cada vez mais os serviços na RMSP tornam-se especializados e com uma demanda em nível nacional, não se restringindo ao seu entorno.

Na Indústria, houve redução do “gap” tanto entre os sub-setores com as menores remunerações médias quanto entre os sub-setores com as maiores remunerações. Essa convergência aponta para uma maior homogeneidade da mão-de-obra, identificada na sua qualificação técnica-científica, em ambos os extremos das remunerações médias

sub-setoriais. Isso é um reflexo das reestruturações produtivas dos anos 80 e 90, que passaram a exigir dos trabalhadores, mudanças rápidas e constantes para atender a demanda das empresas por competitividade.

Enquanto isso, nos Serviços houve um alargamento do “gap” dos sub-setores com as menores remunerações médias e também com as maiores remunerações médias pagas. A divergência das remunerações em ambos os extremos podem indicar uma diferenciação dos Serviços prestados, apontando para uma hierarquização sub-setorial dos requisitos em termos de mão-de-obra, ou seja, para cada nível de qualificação da mão-de-obra, temos um nível de salário médio associado a um tipo de serviço prestado.

Com isso, podemos concluir que na região existe uma clara separação entre dois tipos de serviços, aqueles que exigem maiores qualificações e aqueles que exigem menores qualificações. Isso, por sua vez, refletir-se-á na qualidade dos serviços prestados, no entanto, esta afirmação só pode ser confirmada fazendo-se uma análise em nível de Atividades CNAE (maior nível de desagregação) contra grau de instrução e remuneração média. Enquanto isso, na Indústria, a redução das diferenças entre os menores e maiores salários pagos reflete uma homogeneização e menor diferenciação intra-setorial em termos de qualificação e remuneração da mão-de-obra.

Quanto as respostas às perguntas centrais dessa monografia, confirmou-se a desconcentração industrial na região (se levarmos em conta o número de estabelecimentos formais) acompanhada de redução no número de empregados e de estabelecimentos. Nesse caso, os Serviços não compensaram uma possível desconcentração industrial. Compensaram, apenas parcialmente, a queda do número de empregados, não conseguindo manter a participação do emprego industrial no total do Estado, que caiu de 61,3%, em 89, para 49,96% em 2001, reiterando as informações levantadas na revisão bibliográfica (Negri, 1996) de aumento da importância do interior de São Paulo no emprego industrial paralelamente a queda da importância da RMSP.

4. Conclusão

Com a revisão bibliográfica acerca dos processos de concentração industrial e posterior desconcentração, fica evidenciado uma “desconcentração estatística” do emprego e dos estabelecimentos industriais. Isso se deve a perda de dinamismo da área mais industrializada do Estado de São Paulo, a RMSP, apesar disso, considerando o Estado como um único “campo aglomerativo” é fácil notar, a partir dos dados da RAIS, que o interior de São Paulo teve aumento de sua participação relativa no emprego industrial.

Essa criação de empregos, no entanto, não foi capaz de levar consigo parte da mão-de-obra desempregada que está na RMSP, nem mesmo o contingente populacional que lá se encontra, significa que houve desconcentração do emprego sem uma desconcentração dos problemas sócio-econômicos correlatos. Desse modo, a RMSP foi tomada por uma forte redução do nível de atividade, seja por variações na conjuntura interna ou externa a qual o estado de São Paulo e o país estão submetidos, seja por reestruturações e racionalização por parte das GE's em um contexto internacional de aumento da incerteza e dos riscos de investimentos produtivos.

Sob essa ótica de redução do horizonte de planejamento de novos investimentos, as GE's desde finais dos anos 80 têm buscado na racionalização de suas linhas de produção e de suas plantas, uma saída rumo ao aumento de competitividade e minimização dos custos. Paralelo a esse movimento, na mesma conjuntura de elevadas taxas de juros, financeirização da produção e ausência do Estado como regulador do mercado e da atuação das empresas, essas passaram a buscar nas receitas não-operacionais (investimentos em aplicações financeiras *versus* investimentos produtivos) a saída para os momentos de estagnação econômica pelos quais o país tem atravessado.

Com isso, as empresas passaram a buscar novas localidades para realizarem investimentos em “segundas plantas” já racionalizadas e as empresas entrantes no país, a partir da abertura econômica, percorreram o mesmo caminho. É nesse movimento que o “interior próximo” (região do interior mais próxima da RMSP), dotado de infraestrutura moderna, ligações logísticas com todas as regiões do estado e do país, com grande concentração de instituições de ensino e de pesquisa, baixos custos de aglomeração, incentivos fiscais, com elevada concentração da renda e amplo mercado

consumidor (pela própria proximidade com a RMSP), entre outros aspectos, tornou-se o destino dessas empresas e de seus investimentos.

Ao mesmo tempo em que as grandes empresas deslocavam seus novos investimentos, deixando claro que não houve traslado de empresas já instaladas, surgiram novas formas de articulação interempresas com aumento do espaço para as PME's, seja como meio de redução de custos e busca de flexibilidade por parte das GE's, seja como forma encontrada pelas pessoas que, ao se virem desempregadas (em um forte desemprego estrutural e conjuntural), encontraram na possibilidade de estabelecer um negócio, os meios de se reintegrarem a economia e a sociedade. Isso foi identificado no levantamento dos dados da RAIS para as cinco regiões escolhidas, a Região Metropolitana de São Paulo, as Regiões de Governo de Campinas, Jundiaí, Sorocaba e São José dos Campos e em cada um dos 96 municípios de um total de 646 municípios no Estado de São Paulo.

A escolha das regiões sobrepõe-se a tese de Azzoni, na qual os municípios dentro dos 150 Km ao redor da RMSP estão em um mesmo "campo aglomerativo", no entanto, não coube a essa monografia estudar outras regiões com grande desenvolvimento no interior de São Paulo como São Carlos, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, também não contempladas pela tese de Azzoni.

Um aspecto evidenciado a partir dos dados obtidos é que a partir dos anos 90, a Indústria retraiu-se, necessitando de cada vez menos mão-de-obra e cada vez mais seletiva, nem sempre pagando mais por isso. De outro lado, houve um forte crescimento dos Serviços e do Comércio em quase todos os municípios e regiões estudadas.

A pergunta que norteou esse trabalho é se o setor Serviços teria compensado a queda no emprego e a própria desconcentração industrial, foi respondida. No caso da RMSP, houve, de fato, redução no número de empregos e estabelecimentos industriais formais, porém, os Serviços não compensaram essa queda. Para as outras regiões escolhidas, não dá para dizer, a partir dos dados da RAIS (empregos e estabelecimentos), se houve ou não desconcentração industrial, o que se pode afirmar é que houve, sim, redução no emprego industrial, porém sem redução do número de estabelecimentos (grande crescimento das PME's e redução de GE's). Nessas regiões, o crescimento do emprego no setor Serviços conseguiu, em certas situações, com vantagem, compensar a perda dos empregos industriais.

Assim, torna-se delicado sustentar a idéia de que enquanto um setor da economia está em decadência ou passando por reestruturação há o surgimento de novas oportunidades em outros setores, seja nos grandes setores da economia, seja nos seus sub-setores.

Não obstante, por mais que tivesse havido compensação, devemos fazer uma qualificação quanto aos salários médios pagos nos Serviços, que são, em geral, menores que os salários pagos pela Indústria. Mesmo assim, a massa salarial perdida pelos postos de trabalho formais destruídos pela Indústria foi compensada pela massa salarial criada pelos Serviços, o que não se compensou foi o número de empregados, uma vez que a queda ocorrida na RMSP foi muito grande em termos absolutos e relativos.

Da análise dos dados, surgem outras questões prementes. No âmbito da qualificação do trabalho, houve uma redução considerável de empregados formais com até o 1º grau completo de aproximadamente 20 pontos percentuais. Isso variou, uma vez que, em algumas regiões essas participações relativas caíram de +/- 60,0% para +/- 40,0%, enquanto em outras, a variação foi de +/- 80,0% para +/- 60,0%.

De outro lado, houve aumento da participação relativa dos empregos com grau médio de instrução (até 2º grau completo) e com alto grau de instrução (até superior completo).

Dos mesmos dados (RAIS-MTE) é possível identificar um aumento dos salários médios até 1999 (ou até 1995, dependendo do sub-setor) com redução do número de postos de trabalho principalmente na Indústria. Após 1999, momento de desvalorização do Real e abandono do regime cambial fixo, houve um favorecimento às empresas exportadoras o que poderia explicar a elevação do emprego formal. Não obstante, houve forte retração do salário médio, apontando para uma redução da massa salarial ao mesmo tempo em que se criavam novos postos de trabalho.

Da dinâmica entre Indústria e Serviços, algumas qualificações podem ser elaboradas. Por exemplo, pode-se criar uma tipologia para caracterização dos municípios a partir dos Serviços e da dinâmica citada: serviços autônomos/dependentes, serviços que têm seu nível de atividade e emprego associado às variações da Indústria; serviços especializados/não-especializados, serviços que requerem maior ou menor grau de qualificação/treinamento e; serviços complexos/básicos, serviços que podem ser

caracterizados pela maior necessidade de infra-estrutura adequada. Cada uma dessas categorias apresenta prestadores de serviços que podem ser públicos quanto privados.

Exemplificando, atividades de logística e armazenagem, dependem mais do nível de atividade industrial do que atividades de hospedagem e alimentação mais vinculadas a atividades de turismo e renda disponível aos indivíduos. Serviços de intermediação financeira, consultoria, serviços de saúde (médicos e odontológicos, só para citar), etc., necessitam de maior especialização do que serviços de atividades imobiliárias, transporte de pessoas e de cargas, limpeza, segurança, serviços domésticos, etc. Serviços de educação pública em nível superior são mais complexos do que serviços de ensino público infantil ou fundamental, por requererem maiores necessidades de infra-estrutura.

No entanto, os dados que foram utilizados para elaboração deste trabalho, não permitem a averiguação dessas tipologias, pois se faz necessário o estudo de outras variáveis para confirmação daquelas. Teriam que ser analisados os sub-setores dos Serviços no menor nível de agregação possível da CNAE (Classificação Nacional das Atividades Econômicas) em relação a grau de instrução, remuneração média e estabelecimentos por porte para poder se afirmar à existência de tais tipos de Serviços para cada município. Aqui foram levantadas hipóteses (para cada categoria de tipos) que a sua comprovação ou confirmação seriam objeto de outro trabalho.

Outra mudança identificada no trabalho foi uma tendência de maior hierarquização dos salários na Indústria, vista no aumento do “gap” dos salários médios tanto entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos (sub-setores do complexo metal-mecânico, químico, material de transporte e material elétrico e de comunicações), quanto entre os menores salários médios pagos (sub-setores tradicionais, como têxtil e confecções, alimentos e bebidas, extrativismo mineral, minerais não-metálicos e borracha, fumo e couro). Isso conduz a uma melhor definição da divisão do trabalho entre os sub-setores da Indústria, representado pela diferenciação das remunerações médias, pelo grau de instrução requerido em cada sub-setor e pelo tipo de atividade desenvolvida.

Para os Serviços, esses movimentos também foram analisados. Entretanto, verificou-se uma convergência entre os sub-setores com os menores salários pagos e uma divergência entre os sub-setores com os maiores salários médios pagos. Isso aponta

para uma homogeneização da mão-de-obra e, conseqüentemente, das atividades e requisitos em termos de instrução nos sub-setores com os menores salários médios pagos; no outro extremo, temos uma diferenciação dos rendimentos médios, o que leva a crer que há uma acentuada divisão do trabalho entre os níveis superiores dos sub-setores dos Serviços. Disso, também fica evidenciado que existem dois níveis de Serviços, um inferior homogêneo em termos de mão-de-obra e instrução e com baixos salários e um superior, diferenciado, seja em termos de qualificação quanto em termos de remunerações.

Essas foram algumas das conclusões obtidas a partir da abrangência dos dados da RAIS-Mte. O intuito do trabalho em discutir e averiguar a desconcentração industrial no entorno da RMSP foi contemplado pela revisão bibliográfica e pelas análises de cada uma das regiões.

Não obstante, as análises não se resumem ao que foi escrito nesse trabalho, existem vários caminhos a serem explorados seja na formulação de hipóteses e perguntas sobre a forma que a distribuição locacional da Indústria está tomando desde a década de 1990, seja na avaliação do tipo de postos de trabalho estão sendo criados, em quais sub-setores e em quais regiões/municípios ou seja sobre qual o papel do setor Terciário para a economia paulista nos anos vindouros, entre outras questões.

5. Anexos

Região Governo de Campinas – Indústria – Empregados (1995 e 1999)

Empregados por porte do estabelecimento 1995 - 01					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	276	483	0	0	759
Min. Não Met.	1.924	3.511	3.318	0	8.753
Metalúrgica	2.979	4.076	5.244	1.475	13.774
Mecânica	1.365	3.514	5.051	7.247	17.177
Elet. e Comun.	627	1.636	4.786	6.058	13.107
Mat. Transp.	477	954	3.232	11.753	16.416
Mad. e Mobil.	1.377	1.248	1.874	0	4.499
Papel e Graf.	1.432	2.401	2.449	3.262	9.544
Borr. Fum. Couro	990	1.128	1.807	4.664	8.589
Química	2.066	5.212	9.978	5.815	23.071
Têxtil e Confecções	4.677	9.020	13.642	9.709	37.048
Calçados	139	237	377	982	1.735
Alim. e Bebidas	2.344	2.990	7.278	8.038	20.650
Serviços Util. Púb.	294	614	2.109	4.635	7.652
Total	20.967	37.024	61.145	63.638	182.774

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Empregados por porte do estabelecimento 1999 - 01					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	181	605	139	0	925
Min. Não Met.	2.452	3.731	3.176	0	9.359
Metalúrgica	3.796	4.743	4.027	867	13.433
Mecânica	1.618	4.209	4.125	3.895	13.847
Elet. e Comun.	696	2.492	4.708	3.612	11.508
Mat. Transp.	545	1.508	4.275	13.334	19.662
Mad. e Mobil.	1.875	1.685	873	0	4.433
Papel e Graf.	1.846	2.793	3.269	3.121	11.029
Borr. Fum. Couro	955	1.450	829	4.057	7.291
Química	2.423	6.018	7.397	8.976	24.814
Têxtil e Confecções	5.054	8.811	8.941	9.075	31.881
Calçados	60	145	735	0	940
Alim. e Bebidas	2.863	3.979	5.369	2.609	14.820
Serviços Util. Púb.	149	726	2.444	3.284	6.603
Total	24.513	42.895	50.307	52.830	170.545

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Região Governo de Campinas – Indústria – Estabelecimentos (1995 e 1999)

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1995 - 01					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	69	11	0	0	80
Min. Não Met.	360	85	19	0	464
Metalúrgica	649	95	25	2	771
Mecânica	215	73	23	5	316
Elet. e Comun.	113	35	23	3	174
Mat. Transp.	96	26	16	9	147
Mad. e Mobil.	344	37	9	0	390
Papel e Graf.	308	52	10	3	373
Borr. Fum. Couro	198	25	11	4	238
Química	398	110	45	6	559
Têxtil e Confecções	1.171	213	64	8	1.456
Calçados	29	5	1	1	36
Alim. e Bedidas	451	65	34	7	557
Serviços Util. Púb.	42	14	11	4	71
Total	4.443	846	291	52	5.632

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1999 - 01					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	58	15	1	0	74
Min. Não Met.	445	100	19	0	564
Metalúrgica	763	117	25	1	906
Mecânica	262	96	18	4	380
Elet. e Comun.	117	44	25	4	190
Mat. Transp.	118	32	21	10	181
Mad. e Mobil.	404	44	6	0	454
Papel e Graf.	385	66	14	4	469
Borr. Fum. Couro	199	35	4	3	241
Química	445	134	41	11	631
Têxtil e Confecções	1.017	220	46	11	1.294
Calçados	10	5	3	0	18
Alim. e Bedidas	577	98	27	3	705
Serviços Util. Púb.	30	15	12	3	60
Total	4.830	1.021	262	54	6.167

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Região Governo de Campinas – Serviços – Emp. e Estab. (1995 e 1999)

Empregados por porte do estabelecimento 1995 - 01					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	2.776	5.538	3.722	673	12.709
Ativ. Imobiliárias	13.813	7.600	8.662	3.103	33.178
Transporte e Armazenagem	4.480	8.307	5.188	5.267	23.242
Alojamento e Alimentação	12.851	9.773	6.171	1.563	30.358
Saúde e Serviços Sociais	3.752	1.901	6.743	3.757	16.153
Ensino	2.242	3.060	3.856	13.307	22.465
Administração Pública	283	645	3.799	37.849	42.576
Total	40.197	36.824	38.141	65.519	180.681

Fonte: RAIS-Mte

Empregados por porte do estabelecimento 1999 - 01					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	3.363	4.356	2.595	0	10.314
Ativ. Imobiliárias	17.240	10.198	14.031	2.789	44.258
Transporte e Armazenagem	5.585	8.630	5.574	7.735	27.524
Alojamento e Alimentação	16.036	13.045	7.574	6.844	43.499
Saúde e Serviços Sociais	5.085	2.380	6.802	5.058	19.325
Ensino	3.151	4.657	2.624	14.290	24.722
Administração Pública	352	756	2.277	45.613	48.998
Total	50.812	44.022	41.477	82.329	218.640

Fonte: RAIS-Mte

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1995 - 01					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	467	147	14	1	629
Ativ. Imobiliárias	3.875	184	42	2	4.103
Transporte e Armazenagem	1.013	202	29	7	1.251
Alojamento e Alimentação	3.544	265	39	2	3.850
Saúde e Serviços Sociais	1.879	46	27	4	1.956
Ensino	501	76	25	2	604
Administração Pública	48	14	16	18	96
Total	11.327	934	192	36	12.489

Fonte: RAIS-Mte

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1999 - 01					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	531	128	12	0	671
Ativ. Imobiliárias	4.877	247	74	3	5.201
Transporte e Armazenagem	1.482	205	27	8	1.722
Alojamento e Alimentação	4.289	335	42	7	4.673
Saúde e Serviços Sociais	2.541	50	28	6	2.625
Ensino	710	106	15	3	834
Administração Pública	50	17	10	21	98
Total	14.480	1.088	208	48	15.824

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Região Governo de Jundiá – Indústria – Empregados (1995 e 1999)

Empregados por porte do estabelecimento 1995 - 02					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	118	159	0	0	277
Min. Não Met.	758	1.206	1.343	1.289	4.596
Metalúrgica	748	1.678	3.046	5.376	10.848
Mecânica	302	504	1.716	571	3.093
Elet. e Comun.	104	384	923	687	2.098
Mat. Transp.	146	205	164	1.973	2.488
Mad. e Mobil.	868	545	600	1.511	3.524
Papel e Graf.	448	488	1.726	0	2.662
Borr. Fum. Couro	227	385	1.206	0	1.818
Química	657	1.299	3.046	3.048	8.050
Têxtil e Confeções	735	1.099	5.182	3.001	10.017
Calçados	20	196	0	2.583	2.799
Alim. e Bedidas	822	1.224	3.713	3.648	9.407
Serviços Util. Púb.	51	205	741	2.026	3.023
Total	6.004	9.577	23.406	25.713	64.700

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Empregados por porte do estabelecimento 1999 - 02					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	111	151	0	0	262
Min. Não Met.	903	1.256	2.011	839	5.009
Metalúrgica	1.037	1.500	2.506	3.873	8.916
Mecânica	455	929	1.553	0	2.937
Elet. e Comun.	140	494	515	1.340	2.489
Mat. Transp.	177	247	715	1.370	2.509
Mad. e Mobil.	750	312	1.212	0	2.274
Papel e Graf.	422	506	1.585	0	2.513
Borr. Fum. Couro	194	533	936	0	1.663
Química	742	1.962	3.998	1.272	7.974
Têxtil e Confeções	653	1.177	5.024	2.237	9.091
Calçados	20	40	0	0	60
Alim. e Bedidas	1.069	1.621	4.388	1.662	8.740
Serviços Util. Púb.	92	117	1.052	0	1.261
Total	6.765	10.845	25.495	12.593	55.698

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Região Governo de Jundiá – Indústria – Estabelecimentos (1995 e 1999)

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1995 - 02					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	31	2	0	0	33
Min. Não Met.	153	27	5	2	187
Metalúrgica	159	37	13	2	211
Mecânica	61	11	9	1	82
Elet. e Comun.	16	9	5	1	31
Mat. Transp.	27	5	1	2	35
Mad. e Mobil.	171	17	2	2	192
Papel e Graf.	76	14	7	0	97
Borr. Fum. Couro	40	9	6	0	55
Química	95	25	15	5	140
Têxtil e Confeções	135	25	23	4	187
Calçados	7	3	0	1	11
Alim. e Bedidas	173	27	15	5	220
Serviços Util. Púb.	10	5	2	2	19
Total	1.154	216	103	27	1.500

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1999 - 02					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	26	3	0	0	29
Min. Não Met.	163	31	7	1	202
Metalúrgica	210	34	14	2	260
Mecânica	76	20	8	0	104
Elet. e Comun.	24	12	2	2	40
Mat. Transp.	30	7	3	2	42
Mad. e Mobil.	144	10	6	0	160
Papel e Graf.	93	12	6	0	111
Borr. Fum. Couro	36	12	4	0	52
Química	115	46	17	2	180
Têxtil e Confeções	138	23	21	3	185
Calçados	5	1	0	0	6
Alim. e Bedidas	215	34	17	3	269
Serviços Util. Púb.	14	2	3	0	19
Total	1.289	247	108	15	1.659

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Região Governo de Jundiá – Serviços – Empregados e Estabelecimentos (1995 e 1999)

Empregados por porte do estabelecimento 1995 - 02					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	280	1.101	412	268	2.061
Ativ. Imobiliárias	2.201	2.316	745	10.670	15.932
Transporte e Armazenagem	697	1.470	393	2.919	5.479
Alojamento e Alimentação	1.803	2.928	901	4.489	10.121
Saúde e Serviços Sociais	570	707	179	3.490	4.946
Ensino	278	723	485	1.596	3.082
Administração Pública	74	135	59	6.874	7.142
Total	5.903	9.380	3.174	30.306	48.763

Fonte: RAIS-Mte

Empregados por porte do estabelecimento 1999 - 02					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	286	1.005	462	0	1.753
Ativ. Imobiliárias	2.589	2.899	1.575	14.871	21.934
Transporte e Armazenagem	773	1.623	477	3.323	6.196
Alojamento e Alimentação	2.287	3.511	1.529	9.352	16.679
Saúde e Serviços Sociais	858	622	494	3.624	5.598
Ensino	475	942	241	1.478	3.136
Administração Pública	111	193	98	8.154	8.556
Total	7.379	10.795	4.876	40.802	63.852

Fonte: RAIS-Mte

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1995 - 02					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	66	56	6	2	130
Ativ. Imobiliárias	735	113	11	26	885
Transporte e Armazenagem	283	71	6	13	373
Alojamento e Alimentação	684	142	13	20	859
Saúde e Serviços Sociais	348	33	3	11	395
Ensino	105	31	8	8	152
Administração Pública	18	6	1	10	35
Total	2.239	452	48	90	2.829

Fonte: RAIS-Mte

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1999 - 02					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	86	59	7	0	152
Ativ. Imobiliárias	929	147	24	38	1.138
Transporte e Armazenagem	321	77	7	13	418
Alojamento e Alimentação	893	175	22	25	1.115
Saúde e Serviços Sociais	508	31	7	11	557
Ensino	152	39	4	6	201
Administração Pública	26	9	1	9	45
Total	2.915	537	72	102	3.626

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Região Governo de Sorocaba – Indústria – Empregados (1995 e 1999)

Empregados por porte do estabelecimento 1995 - 03					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	280	433	106	0	819
Min. Não Met.	960	3.134	1.280	516	5.890
Metalúrgica	1.231	1.808	5.260	5.332	13.631
Mecânica	401	1.118	3.675	529	5.723
Elet. e Comun.	319	752	3.245	3.141	7.457
Mat. Transp.	171	657	3.686	3.219	7.733
Mad. e Mobil.	819	1.177	656	2.254	4.906
Papel e Graf.	403	843	1.017	569	2.832
Borr. Fum. Couro	212	896	1.128	4.533	6.769
Química	718	1.655	2.980	569	5.922
Têxtil e Confecções	1.139	3.366	5.191	608	10.304
Calçados	22	40	0	0	62
Alim. e Bedidas	1.108	1.360	4.446	2.530	9.444
Serviços Util. Púb.	125	302	503	705	1.635
Total	7.908	17.541	33.173	24.505	83.127

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Empregados por porte do estabelecimento 1999 - 03					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	225	344	0	0	569
Min. Não Met.	972	2.739	2.201	0	5.912
Metalúrgica	1.781	2.312	4.163	4.101	12.357
Mecânica	509	1.507	2.723	1.098	5.837
Elet. e Comun.	433	563	2.831	3.636	7.463
Mat. Transp.	193	425	3.786	2.393	6.797
Mad. e Mobil.	1.364	1.152	839	1.634	4.989
Papel e Graf.	519	919	2.146	0	3.584
Borr. Fum. Couro	275	612	1.900	585	3.372
Química	842	2.703	3.216	0	6.761
Têxtil e Confecções	1.288	2.512	4.766	1.286	9.852
Calçados	18	0	453	0	471
Alim. e Bedidas	1.351	1.470	4.948	2.677	10.446
Serviços Util. Púb.	167	437	1.098	951	2.653
Total	9.937	17.695	35.070	18.361	81.063

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Região Governo de Sorocaba – Indústria – Estabelecimentos (1995 e 1999)

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1995 - 03					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	72	9	1	0	82
Min. Não Met.	184	72	8	1	265
Metalúrgica	257	43	23	2	325
Mecânica	77	21	19	1	118
Elet. e Comun.	58	18	14	4	94
Mat. Transp.	38	14	11	3	66
Mad. e Mobil.	176	28	3	1	208
Papel e Graf.	108	18	4	1	131
Borr. Fum. Couro	58	20	6	4	88
Química	131	33	14	1	179
Têxtil e Confecções	251	76	23	1	351
Calçados	6	1	0	0	7
Alim. e Bedidas	220	31	20	2	273
Serviços Util. Púb.	18	7	3	1	29
Total	1.654	391	149	22	2.216

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1999 - 03					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	62	8	0	0	70
Min. Não Met.	169	67	12	0	248
Metalúrgica	335	60	19	1	415
Mecânica	90	29	13	2	134
Elet. e Comun.	60	13	13	3	89
Mat. Transp.	40	10	14	2	66
Mad. e Mobil.	199	30	4	1	234
Papel e Graf.	131	17	9	0	157
Borr. Fum. Couro	45	15	7	1	68
Química	146	55	18	0	219
Têxtil e Confecções	231	56	22	2	311
Calçados	5	0	1	0	6
Alim. e Bedidas	239	38	21	3	301
Serviços Util. Púb.	19	10	5	1	35
Total	1.771	408	158	16	2.353

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Região Governo de Sorocaba – Serviços – Emp. e Estab. (1995 e 1999)

Empregados por porte do estabelecimento 1995 - 03					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	403	2.107	314	1.148	3.972
Ativ. Imobiliárias	2.534	2.702	1.294	19.032	25.562
Transporte e Armazenagem	1.067	2.208	893	2.893	7.061
Alojamento e Alimentação	3.392	4.729	832	9.516	18.469
Saúde e Serviços Sociais	1.053	1.009	460	5.064	7.586
Ensino	482	1.327	601	2.448	4.858
Administração Pública	80	270	79	18.281	18.710
Total	9.011	14.352	4.473	58.382	86.218

Fonte: RAIS-Mte

Empregados por porte do estabelecimento 1999 - 03					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	602	2.042	216	623	3.483
Ativ. Imobiliárias	3.455	3.509	2.130	30.703	39.797
Transporte e Armazenagem	1.164	2.649	705	2.675	7.193
Alojamento e Alimentação	4.192	5.764	1.396	4.591	15.943
Saúde e Serviços Sociais	1.434	1.151	1.084	3.719	7.388
Ensino	620	1.290	1.174	2.259	5.343
Administração Pública	133	423	287	18.735	19.578
Total	11.600	16.828	6.992	63.305	98.725

Fonte: RAIS-Mte

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1995 - 03					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	112	105	5	7	229
Ativ. Imobiliárias	951	144	19	23	1.137
Transporte e Armazenagem	394	94	13	13	514
Alojamento e Alimentação	1.340	239	12	20	1.611
Saúde e Serviços Sociais	652	45	7	24	728
Ensino	138	54	9	10	211
Administração Pública	27	12	1	20	60
Total	3.614	693	66	117	4.490

Fonte: RAIS-Mte

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1999 - 03					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	157	104	3	5	269
Ativ. Imobiliárias	1.339	182	30	36	1.587
Transporte e Armazenagem	475	126	10	9	620
Alojamento e Alimentação	1.747	291	20	17	2.075
Saúde e Serviços Sociais	919	58	16	18	1.011
Ensino	214	62	18	10	304
Administração Pública	33	20	4	20	77
Total	4.884	843	101	115	5.943

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Região Governo de São José dos Campos – Indústria – Empregados (1995 e 1999)

Empregados por porte do estabelecimento 1995 - 04					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	373	70	0	0	443
Min. Não Met.	228	281	544	516	1.569
Metalúrgica	409	1.352	1.257	0	3.018
Mecânica	238	499	1.826	533	3.096
Elet. e Comun.	162	530	2.492	5.027	8.211
Mat. Transp.	99	150	1.870	15.989	18.108
Mad. e Mobil.	191	26	235	0	452
Papel e Graf.	216	158	286	1.292	1.952
Borr. Fum. Couro	140	169	876	0	1.185
Química	370	550	2.270	4.485	7.675
Têxtil e Confeccões	295	525	2.033	2.892	5.745
Calçados	3	27	0	0	30
Alim. e Bedidas	740	795	678	4.271	6.484
Serviços Util. Púb.	56	237	413	0	706
Total	3.520	5.369	14.780	35.005	58.674

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Empregados por porte do estabelecimento 1999 - 04					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	384	130	0	0	514
Min. Não Met.	259	213	407	524	1.403
Metalúrgica	654	1.255	823	0	2.732
Mecânica	277	685	1.167	566	2.695
Elet. e Comun.	267	857	1.736	4.664	7.524
Mat. Transp.	108	204	1.340	16.006	17.658
Mad. e Mobil.	174	22	136	0	332
Papel e Graf.	294	183	313	916	1.706
Borr. Fum. Couro	108	235	704	0	1.047
Química	406	1.003	2.419	3.718	7.546
Têxtil e Confeccões	280	638	1.443	768	3.129
Calçados	22	0	0	0	22
Alim. e Bedidas	705	394	936	1.998	4.033
Serviços Util. Púb.	72	378	730	1.172	2.352
Total	4.010	6.197	12.154	30.332	52.693

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Região Governo de São José dos Campos – Indústria – Estabelecimentos (1995 e 1999)

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1995 - 04					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	60	3	0	0	63
Min. Não Met.	49	8	2	1	60
Metalúrgica	84	32	5	0	121
Mecânica	43	11	7	1	62
Elet. e Comun.	28	9	10	4	51
Mat. Transp.	20	3	7	5	35
Mad. e Mobil.	45	1	2	0	48
Papel e Graf.	65	5	1	1	72
Borr. Fum. Couro	37	5	4	0	46
Química	67	16	10	3	96
Têxtil e Confecções	86	12	9	4	111
Calçados	2	1	0	0	3
Alim. e Bedidas	155	18	4	4	181
Serviços Util. Púb.	8	5	2	0	15
Total	749	129	63	23	964

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1999 - 04					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	53	3	0	0	56
Min. Não Met.	61	8	2	1	72
Metalúrgica	121	32	5	0	158
Mecânica	45	15	5	1	66
Elet. e Comun.	39	21	7	4	71
Mat. Transp.	22	4	5	3	34
Mad. e Mobil.	45	1	1	0	47
Papel e Graf.	75	5	1	1	82
Borr. Fum. Couro	26	5	3	0	34
Química	72	22	10	3	107
Têxtil e Confecções	65	14	7	1	87
Calçados	4	0	0	0	4
Alim. e Bedidas	150	12	4	2	168
Serviços Util. Púb.	14	7	3	1	25
Total	792	149	53	17	1.011

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Região Governo de São José dos Campos – Serviços – Emp. e Estab. (1995 e 1999)

Empregados por porte do estabelecimento 1995 - 04					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	253	1.373	444	710	2.780
Ativ. Imobiliárias	2.891	2.793	586	2.722	8.992
Transporte e Armazenagem	496	1.507	957	3.474	6.434
Alojamento e Alimentação	2.603	2.904	1.459	2.065	9.031
Saúde e Serviços Sociais	1.108	758	401	2.942	5.209
Ensino	389	1.452	1.228	2.029	5.098
Administração Pública	58	32	203	15.982	16.275
Total	7.798	10.819	5.278	29.924	53.819

Fonte: RAIS-Mte

Empregados por porte do estabelecimento 1999 - 04					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	330	1.346	455	255	2.386
Ativ. Imobiliárias	3.444	3.675	1.614	7.606	16.339
Transporte e Armazenagem	791	1.875	1.196	3.288	7.150
Alojamento e Alimentação	3.249	4.539	1.146	2.432	11.366
Saúde e Serviços Sociais	1.458	972	620	2.851	5.901
Ensino	462	1.157	1.311	1.996	4.926
Administração Pública	65	83	68	15.767	15.983
Total	9.799	13.647	6.410	34.195	64.051

Fonte: RAIS-Mte

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1995 - 04					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	83	67	7	5	162
Ativ. Imobiliárias	932	142	9	15	1.098
Transporte e Armazenagem	190	67	14	13	284
Alojamento e Alimentação	971	168	21	12	1.172
Saúde e Serviços Sociais	673	39	6	13	731
Ensino	128	59	18	7	212
Administração Pública	20	2	3	12	37
Total	2.997	544	78	77	3.696

Fonte: RAIS-Mte

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1999 - 04					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação Financeira	110	68	6	2	186
Ativ. Imobiliárias	1.283	194	22	26	1.525
Transporte e Armazenagem	306	84	18	10	418
Alojamento e Alimentação	1.197	253	18	14	1.482
Saúde e Serviços Sociais	869	44	9	12	934
Ensino	163	56	21	8	248
Administração Pública	17	5	1	11	34
Total	3.945	704	95	83	4.827

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Região Metropolitana de São Paulo – Indústria – Empregados (1995 e 1999)

Empregados por porte do estabelecimento 1995 - 05					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	1.239	2.863	1.724	0	5.826
Min. Não Met.	5.158	7.845	9.446	11.867	34.316
Metalúrgica	24.601	49.091	54.891	24.672	153.255
Mecânica	11.544	27.266	33.987	29.631	102.428
Elet. e Comun.	7.835	17.829	28.861	29.300	83.825
Mat. Transp.	4.793	11.821	34.512	92.394	143.520
Mad. e Mobil.	9.945	10.176	9.110	3.276	32.507
Papel e Graf.	16.198	26.467	39.521	25.650	107.836
Borr. Fum. Couro	11.596	18.916	23.841	19.086	73.439
Química	20.967	48.576	75.372	39.884	184.799
Têxtil e Confecções	40.407	48.754	44.410	29.604	163.175
Calçados	1.403	1.749	756	838	4.746
Alim. e Bedidas	15.239	17.192	33.556	35.392	101.379
Serviços Util. Púb.	1.146	4.233	10.729	39.675	55.783
Total	172.071	292.778	400.716	381.269	1.246.834

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Empregados por porte do estabelecimento 1999 - 05					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	1.088	2.395	1.631	0	5.114
Min. Não Met.	5.458	7.236	7.624	7.044	27.362
Metalúrgica	25.750	40.444	35.456	11.872	113.522
Mecânica	12.286	22.985	19.826	16.764	71.861
Elet. e Comun.	7.664	15.034	21.656	12.531	56.885
Mat. Transp.	4.526	10.559	27.745	59.911	102.741
Mad. e Mobil.	8.403	8.539	6.574	1.791	25.307
Papel e Graf.	17.082	22.728	33.483	18.665	91.958
Borr. Fum. Couro	10.580	16.110	14.542	11.816	53.048
Química	23.198	49.065	61.836	23.287	157.386
Têxtil e Confecções	33.415	35.306	30.092	10.920	109.733
Calçados	958	1.109	922	1.292	4.281
Alim. e Bedidas	15.931	16.358	26.821	29.306	88.416
Serviços Util. Púb.	1.247	5.168	10.887	33.200	50.502
Total	167.586	253.036	299.095	238.399	958.116

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Região Metropolitana de São Paulo – Indústria – Estabelecimentos (1995 e 1999)

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1995 - 05					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	192	56	9	0	257
Min. Não Met.	974	180	46	12	1.212
Metalúrgica	4.265	1.119	287	30	5.701
Mecânica	1.864	617	176	29	2.686
Elet. e Comun.	1.317	422	133	31	1.903
Mat. Transp.	888	249	145	49	1.331
Mad. e Mobil.	2.168	263	43	4	2.478
Papel e Graf.	3.193	622	172	28	4.015
Borr. Fum. Couro	2.343	440	122	16	2.921
Química	3.670	1.120	366	44	5.200
Têxtil e Confecções	8.679	1.213	223	34	10.149
Calçados	318	43	6	1	368
Alim. e Bedidas	2.999	403	153	37	3.592
Serviços Util. Púb.	190	87	50	18	345
Total	33.060	6.834	1.931	333	42.158

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1999 - 05					
Sub-setores	Até 19	De 20 a 99	De 100 a 499	499 ou mais	Total
Extr. Mineral	172	44	9	0	225
Min. Não Met.	1.007	171	37	8	1.223
Metalúrgica	4.458	977	176	14	5.625
Mecânica	1.940	531	99	19	2.589
Elet. e Comun.	1.286	368	102	16	1.772
Mat. Transp.	776	227	126	32	1.161
Mad. e Mobil.	1.917	215	32	3	2.167
Papel e Graf.	3.441	542	156	17	4.156
Borr. Fum. Couro	1.966	379	76	9	2.430
Química	3.770	1.102	295	29	5.196
Têxtil e Confecções	6.888	914	148	12	7.962
Calçados	183	28	4	1	216
Alim. e Bedidas	3.091	384	135	26	3.636
Serviços Util. Púb.	213	102	50	21	386
Total	31.108	5.984	1.445	207	38.744

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

Região Metropolitana de São Paulo – Serviços – Emp. e Estab. (1995 e 1999)

Empregados por porte do estabelecimento 1995 - 05					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação financeira	7.083	47.974	21.431	98.582	175.070
Ativ. Imobiliárias	113.543	105.410	40.546	200.425	459.924
Transporte e Armazenagem	16.261	38.465	25.119	204.472	284.317
Alojamento e Alimentação	62.830	89.489	35.050	187.395	374.764
Saúde e Serviços Sociais	18.433	15.925	6.553	98.852	139.763
Ensino	9.078	26.468	18.876	79.262	133.684
Administração Pública	520	2.804	3.266	847.420	854.010
Total	227.748	326.535	150.841	1.716.408	2.421.532

Fonte: RAIS-Mte

Empregados por porte do estabelecimento 1999 - 05					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação financeira	8.703	48.733	15.986	89.923	163.345
Ativ. Imobiliárias	134.671	118.107	51.009	295.844	599.631
Transporte e Armazenagem	21.235	43.234	24.175	191.754	280.398
Alojamento e Alimentação	71.227	101.620	42.995	182.528	398.370
Saúde e Serviços Sociais	23.000	16.369	7.386	93.668	140.423
Ensino	11.264	31.020	18.365	81.909	142.558
Administração Pública	369	3.618	3.368	899.402	906.757
Total	270.469	362.701	163.284	1.835.028	2.631.482

Fonte: RAIS-Mte

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1995 - 05					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação financeira	2.710	2.101	323	229	5.363
Ativ. Imobiliárias	34.737	5.490	588	610	41.425
Transporte e Armazenagem	5.710	1.817	362	419	8.308
Alojamento e Alimentação	23.190	4.535	517	441	28.683
Saúde e Serviços Sociais	9.777	766	94	203	10.840
Ensino	3.052	1.187	268	256	4.763
Administração Pública	159	123	43	216	541
Total	79.335	16.019	2.195	2.374	99.923

Fonte: RAIS-Mte

Estabelecimentos por porte do estabelecimento 1999 - 05					
Sub-setores	Até 09	De 10 a 49	De 50 a 99	99 ou mais	Total
Intermediação financeira	3.262	2.301	235	185	5.983
Ativ. Imobiliárias	42.428	6.175	733	876	50.212
Transporte e Armazenagem	7.705	2.060	353	384	10.502
Alojamento e Alimentação	26.513	5.105	625	460	32.703
Saúde e Serviços Sociais	12.953	811	105	172	14.041
Ensino	3.931	1.388	264	232	5.815
Administração Pública	89	146	47	215	497
Total	96.881	17.986	2.362	2.524	119.753

Fonte: RAIS-Mte

Elaboração própria

6. Referências Bibliográficas

- COUTINHO, Luciano. O desempenho da indústria sob o Real. In: MERCADANTE, Aloízio. (Coord.). *O Brasil pós-Real*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000. p.225-247.
- DINIZ, C. C., SANTOS, F. B. T. dos. Sudeste: heterogeneidade estrutural e perspectivas. In: AFFONSO, Rui de B. A., SILVA, Pedro L. B. (Coord.). *Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995. p.195-223.
- NEGRI, Barjas. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Editora da Unicamp, 1996. 242p.
- NETO, Leonardo G. Desigualdades regionais e federalismo . In: AFFONSO, Rui de B. A., SILVA, Pedro L. B. (Coord.). *Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995. p.13-59.
- PACHECO, Carlos A. Fragmentação da nação. Campinas, 1998. Instituto de Economia, Unicamp. 1998. 291pp.
- SOUZA, M. C. A. F. de, Pequenas e médias empresas na reestruturação industrial. *Tese de Doutorado*. Campinas, 1993. 284pp.
- TAPIA, Jorge R. B. *Os pólos tecnológicos no Estado de São Paulo: uma avaliação crítica*. Mimeo. Campinas, 1993. 169pp.

6.1. Referências Digitais

- | | |
|--|--|
| www.cabreuva.sp.gov.br | www.jundiaieregiaoocvb.com |
| www.coneleste.com.br/cacapava | www.morungaba.sp.gov.br |
| www.dieese.org.br | www.mte.gov.br |
| www.geocities.com/ipisjc | www.seade.gov.br |
| www.ibge.gov.br | www.sebraesp.gov.br |
| www.itatiba.sp.gov.br | www.sef.mg.gov.br |
| www.jacarei.com | www.seplan.sp.gov.br |
| www.jundiai.sp.gov.br | www.sjc.com.br |